

**ADRIANA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA**

**DA VELHICE DA PRAÇA À VELHICE DA ROÇA:  
REVISITANDO MITOS E CERTEZAS SOBRE VELHOS E  
FAMÍLIAS NA CIDADE E NO RURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Guita Grin Debert

**CAMPINAS  
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

**AL16d** Alcântara, Adriana de Oliveira  
**Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural / Adriana de Oliveira Alcântara -- Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Guita Grin Debert.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Família. 2. Velhice. 3. Relações entre gerações. 4. Velhice no campo. 5. Velhice na cidade. 6. Velhice – Aspectos antropológicos. 7. Velhice – Aspectos sociais. I. Debert, Guita Grin. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: The age of the age of the square country: revisiting certainties on myths and old and families in the city and country**

**Palavras chaves em inglês (keywords):**

- Family**
- Old age**
- Intergeneration relations**
- Old age in the country**
- Old age in city**
- Old age – Anthropological aspects**
- Old age – Social aspects**

**Área de Concentração: Antropologia Social**

**Titulação: Doutor em Antropologia Social**

**Banca examinadora: Guita Grin Debert, Benedita Edina da Silva Cabral, Olga Rodrigues de Moraes von Simson, Neusa Maria Mendes de Gusmão**

**Data da defesa: 17-03-2010**

**Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social**

C2  
R484

**ADRIANA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA**

**DA VELHICE DA PRAÇA À VELHICE DA ROÇA:  
REVISITANDO MITOS E CERTEZAS SOBRE VELHOS E FAMÍLIAS  
NA CIDADE E NO RURAL**

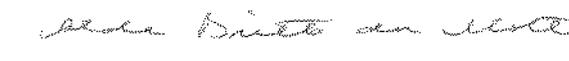
Tese apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Guita Grin Debert.

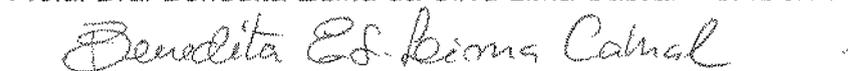
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/03/2010.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Guita Grin Debert – IFCH/PAGU/UNICAMP (Presidente)

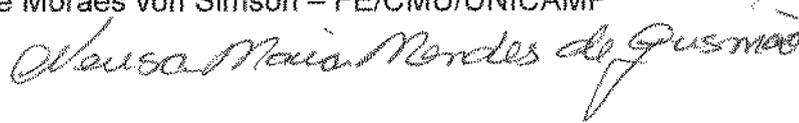
  
Profa. Dra. Alda Britto da Motta – NEIM/PPGCS/FFCH/UFBA

  
Profa. Dra. Benedita Edina da Silva Lima Cabral – UACS/PPGCS/UFMG

  
Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão – FE/IFCH/CERES/UNICAMP

  
Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson – FE/CMU/UNICAMP

**Suplentes:**

  
Profa. Dra. Anita Liberalesso Neri – FCM//UNICAMP

Profa. Dra. Andrea Lopes – EACH/USP

Profa. Dra. Elisabeth Frohlich Mercadante – PPGG/ PUC-SP

Para meus velhos pais, João e Terezinha,  
pela doação e grandeza com que criaram a  
mim e aos meus irmãos.

## AGRADECIMENTOS

*É o coração que sente Deus  
e não a razão.*

BLAISE PASCAL

*Nenhum ser humano se humaniza sozinho.  
Sempre precisa de outro, que testemunhe seu inacabamento.*

GEORGES LAPASSADE

Nesse constante processo de lapidação, meus êxitos seriam impossíveis sem a colaboração decisiva desses “outros”, pessoas especiais e instituições que possibilitaram meu crescimento pessoal e acadêmico. Assim, sou eternamente grata:

aos meus queridos pais, **João e Terezinha**, minhas referências de amor, dedicação e cuidado;

ao meu estimado irmão, **Alexandre**, por acreditar em mim mais do que eu. Seria difícil chegar aqui sem o seu constante incentivo;

ao meu esposo, **Valdecir**, companheiro incansável de todas as horas, por seu amor e pela compreensão pelo tempo que ficamos distantes. Não tenho palavras para expressar meu sentimento;

à minha querida amiga-irmã **Velma**, por sua infinita sensibilidade e afeição; sua amizade é essencial na minha vida;

à **tia Socorro** e à **prima Alessandra** pelo carinho e apreço; em cada partida, era certo contar com o conforto de suas orações;

à **Mariazinha Barroso**, a notável “pequena-grande”, mulher “valente” na melhor acepção da palavra; referência fundamental, quando se trata do movimento em prol da velhice. Sinto-me imensamente lisonjeada e grata pelas vezes que me convidou a participar de seus projetos, valorizando minhas idéias e sugestões;

aos **interlocutores de Fortaleza**, os que já eram amigos e os desconhecidos, pela confiança, pela entrega e por compartilharem comigo suas histórias íntimas e privadas;

ao casal **Carlos e Maria Amélia** por me hospedarem atenciosamente em sua residência pelas vezes que precisei ficar em Sobral;

à **Secretaria de Saúde e Ação Social – Fundação da Ação Social de Sobral**, por indicar o Distrito de Jordão para realização da pesquisa no espaço rural;

ao **Cesário** e sua esposa **Evanúsia** que, sem me conhecerem, cederam gentilmente seu sítio até o término da pesquisa;

ao **morador do sítio e à sua família**, por me acolherem de maneira tão zelosa; guardarei sempre comigo suas atitudes de nobreza;

à **equipe do Programa Saúde da Família – PSF**, sobretudo os agentes de saúde, fundamentais na minha aproximação com os interlocutores. Concomitante a isso, reconheço a delicadeza da equipe pelo modo que me recepcionou durante minha estada no Distrito, surpreendendo-me ainda com um encontro de confraternização quando da minha despedida;

aos **interlocutores de Jordão**, todos desconhecidos, mas nem por isso arredios. Considero a minha aceitação por eles a fase mais desafiadora da pesquisa; porém, mais rápido do que esperava, já estava nas cozinhas dessas pessoas, tomando café, ou nos almoços, escutando suas histórias e sentindo-me bem-vinda;

aos **demais familiares dos interlocutores de Jordão** que, mesmo não participando da pesquisa, aproximaram-se de mim, abrindo-me as portas de suas casas, pois era uma honra oferecer um almoço para a “doutora”;

à **Aurelina Batista**, a “tia Léo”, a quem conheço desde a época do mestrado - “a minha mãe de Campinas”, pessoa de minha grande admiração e respeito. Passou a tratar-me como filha, fazendo-me participar de sua história familiar, preocupando-se comigo; e, ainda, nas circunstâncias mais difíceis, amparando-me materialmente, lembrando-me que eu já havia vencido!!! Embora afirme ser uma *analfabética*, para mim, é uma das pessoas mais sábias que eu conheço. Como aprendi da fala de um interlocutor do espaço rural, a tia Léo é *rocha*.

à **Aída**, companheira de moradia. Mesmo que nossos horários não se conciliassem, ela se fez presente, amenizando minha solidão;

ao **Marco**, colega prestativo, pelas caronas quando da minha chegada e do meu retorno de Campinas;

à querida amiga **Terezinha**, com quem, mais uma vez, num momento de maior maturidade de ambas, tive o privilégio de morar junto, dividir despesas, estudar, aprender com ela, trocar confidências e rir muito;

ao sempre cortês amigo **Shigeaki**, pelo auxílio na elaboração dos gráficos e das tabelas;

ao distintíssimo casal **Anabel e Roberto Deuber**. Minha relação de inquilina com eles ultrapassou a lógica do mercado para uma relação de amizade, dando-me a certeza de que nem tudo gira em torno do *toma lá da cá* ou da compra e da venda. O afeto imperou, dando lugar à solidariedade e à sensibilidade. Para além do assunto da minha pesquisa, que sentia despertar admiração, desfrutei com eles conversas agradáveis e palavras de apoio, almejando, apesar da distância vindoura, preservar o vínculo construído por nós;

à Universidade Estadual de Campinas – **Unicamp**, reconhecida por seu nível de excelência, onde tive a oportunidade ímpar de concretizar o mestrado e o doutorado;

aos **professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS** —, pelo compromisso com o conhecimento científico;

à **Prof<sup>a</sup>. Dra. Guita Grin Debert** pela valiosa orientação desde a elaboração do projeto de pesquisa. Sua perspicácia foi determinante em novos olhares;

à **Prof<sup>a</sup>. Dra. Neusa Gusmão**, por interessar-se pelo meu trabalho e por sua leitura atenta desde o Exame de Qualificação, contribuindo com uma sensibilidade que lhe é tão peculiar;

à **Prof<sup>a</sup>. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi**, pela excelente contribuição no Exame de Qualificação com suas sugestões, sobretudo acerca dos espaços sociodemográficos;

à **banca examinadora**, composta pelas professoras Dras. Neusa Maria Mendes de Gusmão, Olga Rodrigues de Moraes von Simson, Alda Britto da Motta e Benedita Edina da Silva Lima Cabral;

ao **Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp – PAGU** —, pela oportunidade de apresentar o delineamento da pesquisa no seminário Desafios Metodológicos dos Estudos de Gênero e Corporalidades;

às **orientandas e orientandos** da Prof<sup>a</sup>. Dra. Guita Grin Debert, pelas discussões e trocas enriquecedoras nas nossas reuniões mensais;

à **Andréia Lopes**, pelas boas lembranças que guardo de nossas conversas, ainda que não tivéssemos muito contato;

à **Bernadete Fin**, pela presteza, colaboração e delicadeza;

à **turma do doutorado**, pela parceria e troca de idéias;

à **Rita**, a colega mais íntima da sala de aula que, aos poucos, foi se tornando amiga; assim, extrapolamos o ambiente acadêmico, atingindo o familiar. Não

me esqueço de suas atitudes fraternais nem dos momentos difíceis em que uma deu suporte à outra, algo bem maior do que os meus desencantos;

à **Lucybeth Arruda** que, mesmo absorvida também com sua tese, foi solícita e gentil todas as vezes que precisei dela;

à **Maria José**, funcionária do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — IFCH -, por atender-me prontamente todas as vezes que precisei;

à **cidade de Campinas**, meu segundo canto no mundo depois da minha casa; apesar da saudade dos meus entes queridos, valeu a pena morar neste lugar que abriga tantos estranhos;

à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — **FAPESP** -, pela concessão da bolsa de estudos; e ao parecerista dessa instituição, pelo acompanhamento dos relatórios e pelas sugestões para o desenvolvimento da pesquisa.

Antes de mim vieram os velhos  
Os jovens vieram depois de mim  
E estamos todos aqui  
No meio do caminho dessa vida  
Vinda antes de nós  
E estamos todos a sós  
No meio do caminho dessa vida  
E estamos todos no meio  
Quem chegou e quem faz tempo que veio  
Ninguém no início ou no fim  
Antes de mim  
Vieram os velhos  
Os jovens vieram depois de mim  
E estamos todos aí  
  
VELHOS E JOVENS

Composição: Arnaldo Antunes / Péricles Cavalcanti

## RESUMO

A questão central desta pesquisa foi saber como as trocas intergeracionais de apoio familiar se configuravam em unidades domésticas, compostas de, pelo menos, três gerações, no meio rural e urbano, levando em conta a oposição cunhada por Camarano entre “família de idosos”, em que o chefe da unidade doméstica é o idoso, e “família com idosos”, em que o idoso é parente do chefe. Com base em etnografias realizadas em Fortaleza (CE) e no Distrito de Jordão (Sobral-CE), o trabalho aponta as singularidades do processo de envelhecimento nesses dois contextos. A descrição do cotidiano de tais famílias, dos significados atribuídos às relações entre gerações e do impacto das transformações acarretadas pelo direito à aposentadoria exige uma revisão de determinadas convenções, pois as experiências aqui trazidas revelam-se de tal modo heterogêneas, que bloqueiam a tentativa de padronizar seja a família, seja a velhice.

**Palavras-chave:** família; velhice; trocas intergeracionais; urbano; rural.

## ABSTRACT

The central question of this research was how the Intergeneration relations of family support is configured in households composed of at least three generations in country and urban areas, taking into account the opposition coined by Camarano and "family nursing" in which the head of household is elderly and "elderly family" in which the elderly is related to the head. Based on ethnographic studies conducted in Fortaleza (CE) and the District of Jordan (Sobral-CE), the study analyzes the singularities of the aging process in these two contexts. The description of the daily life of such families, the meanings attributed to the relations between generations and the impact of changes brought about by the retirement law requires a revision of certain agreements, since experiments show brought here is so heterogeneous, that block attempt standardize it's family, is old age.

**Keywords:** family, old age, relations between generations, urban, country.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFVDs	Atividades Funcionais da Vida Diária
Acepi	Associação Cearense Pró-Idoso
AIVDs	Atividades Instrumentais da Vida Diária
APDMCE	Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará
AVC	Acidente Vascular Cerebral
AVE	Acidente Vascular Encefálico
Caps	Centro de Atenção Psicossocial
CRI	Centro de Referência do Idoso
DCNTs	Doenças Crônicas não Transmissíveis
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FDR	Fundação Demócrito Rocha
FPA	Fundação Perseu Abramo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inesc	Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNI	Política Nacional do Idoso
PSF	Programa Saúde da Família
Sesc	Serviço Social do Comércio
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UVA	Universidade Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<i>A temática e a sua problematização</i>	15
<i>Proposta da investigação</i>	22
<i>Entre o urbano e o rural: realidades em reconstruções</i>	25
<i>No meio do caminho tinha uma pedra: o que significa ser “chefe de família”?</i>	33
<i>Apresentação dos capítulos</i>	37
<b>CAPÍTULO 1 – OS ESPAÇOS SOCIODEMOGRÁFICOS, O PERCURSO ETNOGRÁFICO E OS PROTAGONISTAS DA PESQUISA</b>	43
<i>1.1 A velhice urbana e rural: o que dizem os números?</i>	43
<i>1.2 No interior a vida não é como aqui. Aqui tudo é mais fácil...</i>	54
<i>1.3 Na cidade é uma situação e aqui é outra...</i>	62
<i>1.4 Lugares e sentidos: sertão, interior, roçado e sítio</i>	73
<i>1.5 Aproximação dos interlocutores</i>	77
<b>CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA E VELHICE: DA FICÇÃO AO INACABADO</b>	91
<i>2.1 Os velhos e as suas famílias: gerações em foco</i>	98
<b>CAPÍTULO 3 – VIVER E ENVELHECER NA CIDADE</b>	106
<i>3.1 Os atores da cidade</i>	108
<i>3.2 Dependência: de uma geração a outra</i>	109
<i>3.3 Relações intergeracionais: entre trocas e tensões</i>	144
<b>CAPÍTULO 4 – VIVER E ENVELHECER NA ROÇA</b>	193
<i>4.1 Os atores da roça</i>	193
<i>4.2 A vida vivida antes e depois do aposento</i>	195
<i>4.3 A dor e a delícia de morar junto: a vida não foi feita só pra rosa, tem que ter os espinhozinhos...</i>	234

<b>CAPÍTULO 5 – NA CIDADE E NO INTERIOR: EXPERIÊNCIAS HETEROGÊNEAS</b>	260
<i>5.1 O autodomínio da atenção à saúde: proibições necessárias</i>	266
<i>5.2 Resistência à utopia da saúde perfeita: prazer versus controle</i>	276
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	288
<b>REFERÊNCIAS</b>	301
<b>APÊNDICES</b>	320
<i>Termo de consentimento</i>	321
<i>Roteiro dos tópicos para as entrevistas com os (as) velhos (as)</i>	322
<i>Roteiro dos tópicos para as entrevistas com os familiares</i>	323
<i>Família de idosos (Fortaleza-Ce)</i>	324
<i>Família com idosos (Fortaleza-Ce)</i>	328
<i>Família de idosos (Jordão/Sobral-Ce)</i>	332
<i>Família com idosos (Jordão/Sobral-Ce)</i>	336

## INTRODUÇÃO

Tranqüilizar tem sido a tarefa dos outros, a nossa tem sido inquietar.

GEERTZ

### ***A temática e a sua problematização***

Esta pesquisa insere-se no âmbito das trocas intergeracionais na família e é um desdobramento da investigação do meu Mestrado em Gerontologia na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, no qual busquei compreender as percepções dos velhos asilados e dos seus familiares acerca da decisão da família pela institucionalização<sup>1</sup>.

Tal como no Mestrado, assumo o termo “velho” pelo fato de esta categoria redimensionar com maior clareza as representações pelas quais a velhice vem passando. Como o sujeito do processo da velhice são os velhos, contraponho-me a quaisquer expressões eufemísticas que tendam a obscurecer determinado contexto.

Neri (2007, p. 41), na análise que empreende das formas de tratamento como “terceira idade”, “velhinho”, “idade legal”, “gatão da meia-idade”, “melhor idade”, dentre outras, considera que são subterfúgios semânticos, palavras aprazíveis, mas têm o propósito de encobrir a velhice. “Se não, qual seria o sentido de dominá-la de outra forma?”

Na sociedade brasileira, percebo que, existe um certo melindre para pronunciar a palavra “velho”, pois parece que soa como insulto, o que não é difícil de compreender, uma vez que a juventude é uma categoria privilegiada, apresentando-se como um padrão valorizado, em oposição à desvalorização da velhice.

Na avaliação de Park (2006, p. 70), a escolha pelo vocábulo “terceira idade” ou “melhor idade”, em detrimento da palavra “velho”, encobre um debate mais importante, que é “a função social da velhice na nossa sociedade”. Para a autora, o uso de eufemismos como esses tende a privilegiar a discussão em

---

<sup>1</sup> Este trabalho resultou na publicação do livro *Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos*. Campinas-SP: Átomo, 2004.

torno da longevidade, cujo foco passa a ser o combate à velhice, uma grande preocupação da contemporaneidade, em meio a investimentos ideológicos voltados a essa faixa etária, em que o velho é alvo de um mercado consumidor. Portanto, no seu entendimento, priorizar a longevidade é esquivar-se do debate sobre o “papel exercido pelo velho em uma sociedade produtiva, na qual estar e sentir-se inserido significa estar produzindo”.

No primeiro estudo que realizei com os velhos, percebi que havia, apesar da separação, uma relação estreita com a família. Os asilados mantinham contato com seus parentes, e essa constatação foi de encontro à premissa de que velhos institucionalizados, de forma geral, são abandonados pela família. Na verdade, a justificativa do internamento era a falta de recursos econômicos.

Dessa experiência, surgiu o interesse pelo estudo da velhice no contexto familiar, com ênfase nas relações intergeracionais no convívio cotidiano. Vale lembrar que a proposta do projeto inicial era analisar a relação entre avós e netos, pois os velhos frequentemente falavam sobre seus netos e lamentavam o fato de estarem privados do contato diário com eles. No entanto, a redefinição do eixo central, ou seja, as trocas entre as gerações, não deixou de contemplar o primeiro objetivo, mas, sim, ampliou a questão do significado das relações aos outros segmentos do grupo doméstico.

Convém esclarecer o conceito de geração utilizado no corpo deste trabalho, uma vez que existem noções distintas nas áreas da sociologia, da história, da antropologia, enfim, de outras disciplinas. Em consonância com Attias-Donfut (1988), os diversos usos da categoria “geração” nas ciências sociais perpassam por três dimensões – a) demográfica: geração, como uma coorte de idade, sistematiza uma população nascida num mesmo ano ou no mesmo intervalo de tempo em uma determinada sociedade; b) etnológica ou genealógica: geração sob o prisma da filiação; c) sociológica: geração, dissociada da noção de idade, não é quantificável nem codificável, sendo a problematização do simbólico, aspecto crucial no entendimento da noção deste conceito. Nessa direção, a autora debruça-se na análise qualitativa da categoria geração, dissociando-a dos usos mais recorrentes.

Para além de pensar os velhos como pertencentes a uma faixa etária, interessa pensá-los como uma geração dada pelo fato de:

partilharem uma experiência (envelhecer), em um meio cujas particularidades lhes permitem viver essa experiência de uma forma singular e com tal intensidade que, apesar da diversidade, seja possível construir um código comum para expressar e partilhar suas experiências (LIMA, 2001, p. 69).

Seguindo o argumento de Barros (2006), a velocidade das transformações nas formas de comportamento e de pensamento, como também a permanência de valores e práticas e de valores sociais, são verificados de uma geração para outra. Portanto, ao estudar a experiência das trocas intergeracionais, proponho pensar a convivência de velhos e jovens – o que os une e o que os separa?

Peixoto e Luz (2007), ao interpretarem o aumento da expectativa de vida, sugerem que esse fenômeno tenha favorecido o crescimento do número de famílias nas quais se configura a coexistência de três a quatro gerações. As taxas de desemprego e subemprego da população adulta jovem e o divórcio influenciam na permanência de filhos e netos na casa dessas pessoas com mais de 60 anos<sup>2</sup>, não sendo raro o estabelecimento de duas modalidades de co-residência: a “coabitação permanente” e a “re-coabitação”, termos cunhados por Attias-Donfut (1995), nos quais me amparo para classificar o perfil dos interlocutores.

A primeira modalidade diz respeito a pais e filhos, solteiros ou não, que sempre moraram juntos, bem como as filhas, mães solteiras com seus filhos, que nunca viveram separadas dos pais. Na segunda, vários podem ser os motivos da mudança de moradia, mas estudos no âmbito da sociedade brasileira (PEIXOTO, 2007; BARROS, 2006; SAAD, 2004; CAMARANO et al., 2004) destacam os fatores de ordem econômica, apontando para o fato de que os mais velhos detêm melhor condição de vida em comparação aos jovens, principalmente por conta de possuírem casa própria e terem se beneficiado da universalização da seguridade social, fundamentalmente, a aposentadoria.

---

<sup>2</sup> Com relação ao aspecto cronológico, neste estudo é considerado velho o indivíduo com 60 anos de idade ou mais, tal como preceitua a Política Nacional do Idoso – PNI.

Entretanto, ainda que os velhos brasileiros tenham alterado a condição de dependência de outrora, sendo agora, na maioria, provedores de suas famílias, é pertinente considerar uma outra realidade em consonância com a Pnad/2007, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (2008): 1,8 milhões deste segmento, especialmente as mulheres, estavam sob a responsabilidade dos filhos, dos genros ou de outros parentes e expostos a algumas vulnerabilidades, como baixo poder aquisitivo, problemas de saúde e sentimentos de solidão provocados pela viuvez. No caso dos viúvos, não é frequente a mudança para a casa dos filhos, pois preferem morar sós, para manter a privacidade; ou então recasam-se.

Retomando Peixoto e Luz, as autoras assinalam que o retorno à casa dos pais não se apresenta como um fenômeno recente, e a novidade reside no crescimento desse arranjo, por parte dos jovens tanto das camadas populares quanto das camadas médias da população brasileira.

Assenta-se, aqui, a ponderação de Camarano et al. (2004, p. 145): “[...] não se sabe se, por exemplo, se do ponto de vista dos idosos os arranjos familiares predominantes estão refletindo as suas preferências ou se são resultado de uma ‘solidariedade imposta’”, ou seja, a formação de famílias com três ou mais gerações não pode ser somente explicada por preferências, mas pode ser fruto de razões econômicas, cabendo aos mais velhos prestar apoio material aos filhos dependentes.

Segundo Saad (1999, p. 176-177), verifica-se uma compensação em tais relações, dadas as trocas entre as gerações, no que diz respeito tanto ao que esse autor considera “apoio instrumental” como também ao “apoio funcional”. Por outro lado, os filhos contribuem com apoio instrumental (Atividades Instrumentais da Vida Diária – AIVD: “preparar refeições, fazer compras, tarefas domésticas leves, tarefas pesadas e cuidar do próprio dinheiro”). Colaboram também no apoio funcional às Atividades Funcionais da Vida Diária - AFVD, relativas à capacidade do autocuidado, como, por exemplo, “tomar banho, vestir-se, comer, deitar, sentar ou levantar, caminhar, sair de casa e usar o banheiro ou sanitário”.

Em seu estudo acerca das transferências de apoio intergeracionais, Saad (2004) refere-se à escassez de pesquisas sobre o intercâmbio de apoio

familiar no Brasil, embora o conhecimento empírico dessa situação se expresse significativamente. Em sua pesquisa de campo na cidade de Fortaleza, constata um intenso fluxo de apoio financeiro de pais idosos a filhos adultos que, geralmente, continuam a receber ajuda dos pais até na fase avançada de suas vidas adultas. Mas convém não deixar de considerar a existência da relação de reciprocidade, hipótese da teoria do “intercâmbio social”: “seria do interesse dos indivíduos, ao longo de sua existência, assumir tanto o papel de provedor quanto o de receptor de apoio, como parte de seu processo de interação social” (SAAD, 2004, p. 172).

Saad afirma que essa teoria do intercâmbio é a que melhor se ajusta ao caso brasileiro, bem como à América Latina, em geral. A troca entre pais e filhos tende a estender-se ao longo de todo o ciclo de vida familiar, e as normas tradicionais, internalizadas culturalmente, quando cobradas socialmente, atuam como fatores decisivos no estabelecimento do intenso fluxo de apoio entre as diferentes gerações.

Nesse aspecto, Saad verifica que em Fortaleza existe um expressivo intercâmbio de apoio intergeracional. Os filhos proveem seus pais com apoio funcional e instrumental e, por outro lado, obtêm ajuda material, instrumental, arranjo este de grande significado. Dentre as reflexões sobre tal contexto, uma volta-se para a observação da frequente ajuda informal que estaria tomando lugar do suporte de apoio formal; e, nesse caso, a família assume, muitas vezes de forma inadequada, o cuidado de seus velhos. O autor ainda alerta para a necessidade de realizar pesquisas no espaço rural, a fim de compreender como se configuram os arranjos familiares no cotidiano rural e urbano.

A despeito de tais arranjos, Camarano e Ghaouri (2003, p.7-8) posiciona-se:

São uma forma importante de transferência e suporte entre gerações. [...] No momento de enjugamento do papel do Estado, observa-se que tem cabido às famílias grande parte do cuidado com seus segmentos “dependentes”. Esse cuidado se traduz em parte pela co-residência, o que, em certas situações, beneficia as gerações mais novas e, em outras, as mais velhas [...]. O fato de compartilhar o espaço físico possibilita o compartilhamento de renda, cuidados domésticos, das crianças, transporte, cuidados médicos, etc., ou seja, acredita-se que os arranjos familiares afetam e são afetados pelas condições de vida.

O aumento das famílias multigeracionais possibilita novos laços de solidariedade, refletidos, sobretudo, na expressão de Attias-Donfut (2004, p. 101), “geração pivô”, isto é, as mulheres responsabilizam-se, concomitantemente, pelos pais, pelos filhos e pelos netos. De acordo com a autora, os homens intervêm duas vezes menos do que as mulheres e, geralmente, para realizar tarefas diferentes, menos focalizadas nas atividades domésticas e nos cuidados pessoais.

Assim sendo, o foco de discussão desta investigação compreende as relações intergeracionais, o que não se dá sem embates, pois, como ressaltam Sommerhalder e Nogueira (2000), as diferenças socioculturais de cada geração constituem-se na explicação desses conflitos e ocorrem na medida em que avós, filhos e netos não compartilham necessariamente do mesmo ponto de vista. Um dos objetivos desta pesquisa é compreender, através da análise de casos muito particulares, o caráter desses conflitos, como também o significado e as formas que assume a troca entre gerações na família, em contextos específicos.

Estudos recentes de cunho quantitativo sobre a velhice despertam a revisão da ideia de dependência do velho, particularmente no que diz respeito ao aspecto econômico, e, por essa razão, é relevante compreender a complexidade e a estrutura dos arranjos familiares. Ponderar tais arranjos é fundamental, de modo a compreender como relações de poder podem ganhar novas configurações e redefinir papéis sociais no cotidiano da vida familiar.

Camarano et al. (2004), em seu estudo sobre o envelhecimento da população brasileira, trazem como um dos seus objetivos principais o questionamento da relação entre velhice e dependência. Argumenta que, nos últimos 20 anos, o velho brasileiro passou a viver mais, diminuiu o seu grau de deficiência física e mental, assumindo com maior frequência o papel de “chefe de família” e, assim, vive menos na casa dos parentes. Um dos fenômenos registrados no estudo do perfil dos velhos responsáveis pelos domicílios no Brasil é o aumento do número de netos e bisnetos que vivem com os avós e, em geral, são sustentados por eles. De acordo com o censo demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, em 1991, eram 2,5 milhões de netos e bisnetos; e passaram a ser 4,2 milhões no ano de 2000.

Hoje, o velho recebe um rendimento mais elevado, tendo como consequência uma redução do seu nível de pobreza e indigência, em razão do alcance das políticas públicas. O benefício da aposentadoria representa um papel importante, por ser uma renda fixa e, em muitos casos, a única da qual dispõe a família de classes populares<sup>3</sup>. A autora demonstra, em consonância com o referido censo, que, especialmente na área rural, os velhos foram os mais beneficiados, uma vez que os chefes de família rurais tiveram aumento da renda de 52,6%, e o crescimento na renda daquele segmento foi de 76,8%. A universalização da aposentadoria rural, que passou a ser paga também para os trabalhadores que não contribuíram para a Previdência, foi o principal motivo do aumento da renda no campo.

Portanto, tal panorama leva à questão que orientou esta pesquisa, que é a de saber quais as formas específicas e os significados que a dependência assume em contextos particulares. Busco, assim explorar, através de uma metodologia qualitativa, o modo como essa mudança na condição econômica dos velhos é por eles percebida e em que medida afeta as relações intergeracionais.

---

<sup>3</sup> Yazbeck (2003, p. 63-64) chama atenção para a expressão “classes populares”, pois, apesar de sua ambiguidade, ela é propícia “para dar conta das condições de vida e das formas de consciência de um segmento significativo da população brasileira que se caracteriza por seu empobrecimento e semelhança quanto ao modo de vida.” A autora acrescenta que tem sido recorrente os pesquisadores priorizarem uma historicidade concreta, utilizando um tratamento menos convencional do ponto de vista convencional à concepção de classe social. Aqui, cabe como exemplo o estudo de Cyntia Sarti (2005, p. 11), *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, no qual a categoria “pobre” “não foi previamente definida, mas ouvida durante a pesquisa.” Ainda, a respeito do assunto, ver Cabral (2002).

## ***Proposta da investigação***

A fim de começar a compreender a complexidade e a estrutura dos arranjos familiares dos velhos, esta pesquisa teve como objetivo analisar como as relações de apoio familiar intergeracionais se configuravam em unidades domésticas compostas de pelo menos três gerações no meio rural e urbano, levando em consideração dois tipos de arranjos conceituados por Camarano et al. (2004): “famílias de idosos” – o chefe da unidade doméstica é o idoso; e “família com idosos” – na qual os velhos são parentes do chefe ou do cônjuge.

A escolha do espaço rural na região Nordeste e, especificamente, de um município do Estado do Ceará – Sobral, no Distrito de Jordão – para desvendar como as relações intergeracionais são vivenciadas por grupos específicos justifica-se pela ausência de maiores estudos que contemplem a velhice nesse espaço sociodemográfico.

Concomitante à curiosidade acadêmica, o desejo de apreender a vida rural já era antigo, pois nasci na cidade e nunca tinha estado no interior. Ouvia e lia algumas particularidades da cultura popular cearense, bem como as adversidades propagadas pela televisão, foco de pauta da mídia nacional, como a fome, a seca, a falta d’água, o chão rachado, animais à míngua, enfim, uma realidade de luta pela sobrevivência<sup>4</sup>. Contudo, isso era pouco; a não experiência do estar lá incomodava-me, como se a minha nordestinidade estivesse à prova.

Assim, adianto que o meu total desconhecimento sobre os modos da vida rural foi uma condição favorável para enxergar tudo como exótico, a ponto de estar sempre fazendo perguntas que, possivelmente, soaram ingênuas para os informantes<sup>5</sup>; e, em algumas situações, eu refletia sobre o cuidado de evitar

---

<sup>4</sup> Este tipo de imagem é tão predominante que, morando em Campinas, às vezes, tinha que responder algumas dúvidas de colegas da turma de Mestrado a respeito de onde eu vinha, como por exemplo, se em Fortaleza havia *shopping center* e outra, de uma criança de 8 anos que queria saber se a minha cidade contava com *McDonald’s*.

<sup>5</sup> Ilustro a afirmação com trechos das entrevistas de dois informantes: um senhor de 80 anos, muito perspicaz, querendo ser bem compreendido no decorrer de sua fala, apressou-se em explicar: *Você não sabe o que é um guaxinim não, sabe? É um bicho grande, parece uma onça, valente*. Uma senhora de 70 anos: *Aí tinha um bocado de pinhão, quebrava os pinhão, com a barrigona, sentada numa rede*. [A pesquisadora não entende e pergunta o que era pinhão]. *Pinhão é pra fazer sabão*.

posturas etnocêntricas, como, por exemplo, logo no início da minha estada em Jordão-CE, em que fui convidada para um almoço na casa de uma das famílias pesquisadas, não confirmei o horário; e, ao chegar, para minha surpresa e constrangimento, os anfitriões já haviam finalizado a refeição – pensaram que eu não fosse mais<sup>6</sup>. No plano do discurso antropológico, o reconhecimento de que somos uma cultura possível dentre tantas outras já é uma constatação óbvia, mas tal evidência não se dá sem estranhamento, quando nossos valores e costumes são contrapostos a outros no nível prático.

Em sua pesquisa sobre a ocupação e a reprodução camponesa de determinada área no sertão piauiense, Pietrafesa de Godoi (1999, p. 28) observa que o fator econômico, isto é, a produção econômica familiar, é tema preponderante nas análises acerca das sociedades camponesas. Para a autora, as relações de ordem econômica, embora fundamentais na compreensão da realidade e da reprodução dos grupos, não são únicas; existem outras relações não menos importantes como “festas, cerimônias, troca de dons, visitas, trocas matrimoniais...” E, mesmo que paradoxal, “o estudo do todo não deve ser confundido com o estudo de tudo; pois a totalidade só pode ser apreendida concretamente através de realizações parciais dos homens”.

Nas pesquisas sobre o espaço rural brasileiro prevalecem assuntos voltados à mudança na relação de produção no campo, à reforma agrária, a novas metas do capital agrário. Porém, quando se focaliza a velhice no contexto rural, a análise privilegiada é a aposentadoria rural e seu impacto no sistema previdenciário. Contudo, com raras exceções, existem estudos que retratam o modo de envelhecer no meio rural (GUSMÃO; ALCÂNTARA, 2008)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Em *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), estudo etnográfico realizado entre 1948 e 1954, Antônio Cândido descreve minuciosamente os meios de vida do caipira paulista de uma determinada localidade e, no capítulo dedicado à dieta, registra que o almoço do trabalhador rural acontece por volta das 8 ½ e 9 horas, sendo que, ao meio dia, é a hora da merenda, a sobra do almoço somada a um elemento novo. No espaço rural por mim pesquisado, constatei que as famílias almoçavam em torno das onze horas.

<sup>7</sup> Em sua pesquisa de Doutorado em um município no Vale do Jequitinhonha (MG) sobre os jovens de origem rural e sua relação com sexualidade e família, Vanda Aparecida da Silva (2005) também comenta do pouco interesse voltado ao seu objeto de estudo, algo que a deixou intrigada; isto não só em nível local, mas no contexto europeu, tendo em vista sua

Diante do exposto, algumas questões persistiram como norteadoras para a condução da pesquisa, a saber: em que medida a experiência de o velho ser chefe de família ganha conteúdos distintos no campo e na cidade, no que diz respeito aos familiares que estão sob a sua chefia? Como a velhice é vivenciada no contexto familiar? Que mudança trouxe o benefício da aposentadoria para o grupo familiar? Qual a prioridade na utilização desse dinheiro? Reconhecendo as diferentes formas de organização da família, como esse grupo se articula na atribuição de deveres e obrigações para os diferentes membros da família e da unidade doméstica? Como a esfera doméstica se organiza em função dos cuidados específicos aos mais velhos, particularmente no que diz respeito aos cuidados com o corpo e a saúde? Qual a reação dos velhos às novas tecnologias?

Para chegar às possíveis respostas, um conjunto de três questões é analisado nos capítulos da tese: a primeira questão – **Velhice e dependência** – conduz a discussão para o impacto social da renda dos velhos na economia familiar, uma vez que, com a universalização da aposentadoria, torna-se patente a transição do velho da condição de assistido para a de assistente. Os resultados mostram a importância da contribuição da renda dos sujeitos da pesquisa, os quais, mesmo residindo nas casas dos filhos, não se encontram totalmente na condição de dependentes.

Em **Família e velhice**, as relações familiares são consideradas do ponto de vista de uma sociedade cuja expectativa de vida está se expandindo e, assim, criando situações inovadoras. A convivência entre os velhos e seus familiares permite repensar as trocas e os papéis de cada um, e tudo isso se engendra no espaço doméstico, considerando que, além da ajuda financeira, os velhos também auxiliam no cuidado dos netos e nos afazeres domésticos.

A velhice é pensada, em **Velhice, espaço urbano e rural**, a partir desses espaços, refletindo o que há de heterogêneo e semelhante nas trocas intergeracionais e no cotidiano do campo e da cidade. Foi interessante notar que grande parte dos velhos da cidade nasceu no interior. Esses “urbanejos”

---

experiência no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Observatório Permanente da Juventude, onde pôde participar de eventos como seminários, conferências e cursos.

(sertanejos residentes na cidade), como os nomeia Carlos Rodrigues Brandão no prefácio do livro de Pietrafesa de Godoi, já citado, apesar de considerarem ser boa a vida da roça, preferem a cidade.

### ***Entre o urbano e o rural: realidades em reconstruções***

Definir espaço rural no Brasil é deparar com uma situação de divergência entre os pesquisadores das distintas áreas, bem como entre os planejadores de políticas públicas. Embora essa questão não seja o foco da investigação, convém explicitar que, para além do dissenso ao conceituar urbano e rural em termos demográficos e espaciais, mais importante ainda é considerar as características culturais e socioeconômicas das regiões do País (REIS, 2006). No caso do Brasil, portanto, é mister ponderar a existência de sua heterogeneidade regional.

As divergências entre os conceitos de urbano e rural são um assunto permeado por discursos dicotômicos – dispersos e fortemente visíveis de estereótipos, em que, geralmente, o rural é relacionado ao atraso e o urbano, ao progresso. Acerca desse antagonismo, Sennett (2008) chama atenção para o sentido, no idioma grego, das expressões *asteios* (urbano) e *agroikos* (rural), as quais podem ser traduzidas, respectivamente como “refinado” e “embrutecido”.

Essa interpretação tem suas origens no desenvolvimento do capital industrial, em que a supremacia da cidade sobre o rural se explica em termos de classe social, ou seja, estabeleceu-se uma demarcação não em função do espaço geográfico, mas do trabalho industrial e do trabalho agrícola.

É indispensável ressaltar que, com o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, a definição de espaço rural assumida pelo IBGE e incorporada ao projeto de pesquisa passou a ser inoportuna e, mesmo, limitada, uma vez que considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila); ou seja, privilegia o critério político-administrativo e, dessa forma, no Brasil, quem define o que é rural ou urbano são as Câmaras Municipais.

Até sedes municipais e distritais com poucas residências são definidas como urbanas. Esse critério de demarcação espacial, o único no mundo, é alvo de críticas (VEIGA, 2003; CAMARANO et al., 2004; PEREIRA; SANTOS, 2007), por não demarcar adequadamente os espaços territoriais, além de estabelecer uma supremacia do urbano sobre o rural.

Os autores ora referenciados falam da importância em ponderar o número de habitantes, a densidade populacional, a concentração de edifícios. Em seus estudos, Camarano, por exemplo, além de não considerar somente os critérios do IBGE ao contextualizar o rural, contempla a população envolvida em atividades agrícolas.

É válido, ainda, ressaltar, no conjunto de complexidade desses conceitos, o preceito em vigor no âmbito jurídico. Trata-se do Decreto-Lei 311 de 1938, período do Estado Novo, em que a população brasileira era predominantemente rural. Conforme já apontado, o IBGE segue o critério político-administrativo, proveniente desse decreto e, assim, a área urbana é toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Dessa forma, a definição de perímetro urbano está subordinada à ideia de que “a linha que separa o urbano do rural não representa a realidade de modo satisfatório, uma vez que, os interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento da sua demarcação” (REIS, 2006, p. 8). A esse respeito, João Rua (2006, p. 93) alerta: “As prefeituras, em busca de mais tributos arrecadados, têm todo o interesse em criar ‘espaços urbanos’”.

Com base nessa determinação, o Poder público planeja seu sistema de proteção social para as populações diante das demandas concretas do espaço rural e urbano. Segundo especialistas como Veiga (2003, 2004), Wanderley, (2008), dentre outros, a legislação é obsoleta e entrava a concessão de recursos e direitos à população rural, haja vista a prioridade das pessoas que vivem no espaço urbano; exemplo disso foi o tratamento dispensado aos trabalhadores desses espaços por um longo tempo, até a promulgação da Constituição de 1988.

Veiga (2004, p. 57) mostra a imprecisão da anuência da lei cuja demarcação dicotômica leva ao aumento da desigualdade social, pois é

[...] crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores (e até populações indígenas e quilombolas) que perdem o direito aos parques benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios. Mesmo lavradores miseráveis atingidos pela seca no semi-árido nordestino não tiveram direito à cesta-básica, e agora não recebem bolsa renda, porque residem em sedes de municípios. E porque deixariam de fazer tal opção, se é justamente na sede que há mais chance de acesso a água, eletricidade, correio ou escola primária?

De acordo com o IBGE (2000), o índice de urbanização é de 81,2%, com projeção de evoluir. Presume-se, então, que a população rural seria extinta. Ao refutar esse panorama, Veiga (2003) em *Cidades imaginárias*, adverte ser o “Brasil menos urbano do que se calcula” e, enquanto a presente norma legal vigorar, o rural nunca vai ter a atenção devida. Sua proposta é contemplar, além do critério de tamanho populacional do município, a densidade demográfica e a localização. Em função desses critérios, os municípios até 50 mil habitantes e com menos de 80 hab/km<sup>2</sup> deveriam ser reconhecidos como municípios de pequeno porte. O autor pontua como um dos despropósitos do critério em vigor o caso extremo ao qual se refere, que é a respeito da sede do município União da Serra (RS), considerado como “cidade”, embora conte dezoito (18) habitantes, em conformidade com o censo demográfico de 2000 do IBGE.

Os legisladores não observaram o fenômeno da urbanização brasileira a partir de 1940-1980, e a nova configuração territorial exigiria outras elaborações institucionais que se adequassem às necessidades das populações com demandas tão específicas. Acerca dessa problemática, Veiga (2003, p. 55) critica o Estatuto da Cidade por não contemplar o assunto: há, todavia, uma falha imperdoável nesse estatuto, “ele não define o que é cidade, prolongando a vigência de aberração que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”.

Exposta a divergência dos estudiosos em relação aos conceitos de rural-urbano adotados pelo IBGE, incorporo também esta crítica. Do ponto de vista administrativo, o Distrito de Jordão, por mim pesquisado, é considerado cidade, mas compreendo-o e assumo-o como espaço rural, para os efeitos das condições de existência, considerando as percepções dos interlocutores e as

“características dos modos de vida da população que remete aos valores associados ao universo rural: a agricultura, as criações, os períodos dos cultos religiosos, períodos de plantio e de colheita” (SILVA, 2005, p. 92).

Convém explicitar que, para além do dissenso em conceituar urbano e rural em termos demográficos e espaciais, mais importante é apreender as práticas e as representações dos sujeitos inseridos nesses espaços, não só geográficos, mas principalmente sociais, e ainda considerar as características culturais e socioeconômicas das regiões do País, ou seja, a existência de sua heterogeneidade regional. Portanto, é com esta noção que trato do “urbano” e do “rural” em oposição a quaisquer dualidades relativas a estas categorias (CARNEIRO, 1998). Este é um dos aspectos que demandam da antropologia uma escuta atenta e um novo olhar.

Desse modo, a questão que orientou esta pesquisa foi a de saber em que medida viver / envelhecer na cidade e na não-cidade apresenta aspectos bem singulares e contextualizar essas realidades sociais leva a compreender as formas de vida e o significado da velhice, suas práticas e suas representações em um tempo de intensas mudanças. Nas palavras de Wanderley (2008), são particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que recortam uma realidade própria. Contraponho, então, a modelos prescritivos de uma condição exclusiva da experiência da velhice.

Elucidada a necessidade de situar o lugar de inserção dos sujeitos e, mais especificamente, no caso desta pesquisa, esclarecido o objetivo de conhecer como diferentemente se configuram os arranjos familiares no cotidiano rural e urbano, é pertinente expor o processo de inversão da ocupação populacional brasileira entre os espaços rurais e urbanos.

A industrialização foi um dos principais fatores que alteraram a distribuição geográfica brasileira no que concerne à situação de domicílio. A partir da década de 1950, auge da industrialização do País, os movimentos migratórios – do campo para as grandes metrópoles — expandiram-se cada vez mais.

Desse modo, a população brasileira que era, até a década de 1940, eminentemente rural, passou a caracterizar-se como urbana, tendo em vista

esse intenso processo migratório. A consequência dessa transição foi uma explosão urbana sem planejamento e o surgimento de metrópoles, distintas de um novo cenário socioespacial.

Como reforçam Delgado e Cardoso Júnior (2004), nos últimos 50 anos esse processo migratório refletiu sobremaneira no mundo rural, especialmente no aspecto econômico, em razão do aumento da pobreza e da exclusão social no contexto da “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Contudo, ainda que muito demoradamente, a previdência rural contemplada na Constituição de 1988 inverte esse quadro no que diz respeito não só à subsistência, mas também ao estímulo à produção agrária, o que favoreceu uma nova imagem dos velhos.

Houve maior impulso ao aumento das atividades, de modo a incrementar novas técnicas de produção, paralelamente ao que então predominava. Quer dizer, com a efervescência do setor econômico, o espaço urbano deixou de ser o lugar exclusivo da indústria e, assim, o campo absorveu outras atividades, além daquelas de natureza agrícola. Entretanto, as medidas modernizadoras do padrão de produção urbano-industrial no espaço rural não implicariam a diluição do mundo agrário. Os resultados desse processo na população local não são despercebidos, mas, como compreende Carneiro (1998), não incidem de forma a homogeneizar os estilos de vida.

Para fundamentar seu argumento, a autora utiliza-se da análise de Pongratz (1990)<sup>8</sup>, por meio de seus estudos antropológicos voltados à agricultura na antiga Alemanha Ocidental, a qual já atingiu o ápice da industrialização rural. Diferentemente de aculturação, a adaptação do agricultor familiar (*farming culture*) em meio à produção capitalista intensificada é o enfoque da discussão. Pongratz aponta que a “cultura camponesa tradicional”, mesmo que integrada à sociedade industrial moderna, persiste e elabora formas de superar as crises econômicas e do ecossistema causadas pelas medidas modernizadoras. Assim, a conservação das tradições culturais, denominadas por esse autor como camponesas, conciliam-se com o modelo

---

<sup>8</sup> PONGRATZ, H. Cultural tradition and social change in agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 31, 1990.

globalizado do processo de trabalho, e não é por isso que descartam seus valores e suas práticas, ditos atrasados.

Mediante o exemplo, Carneiro (1998, p. 4) previne com relação ao equívoco de:

[...] congelarmos o conceito de “camponês” no modelo medieval, como uma categoria social estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos.

Desse modo, ainda em consonância com a autora, as mudanças ocorridas no rural, decorrentes das trocas (pessoais, simbólicas, materiais) com o urbano, não indicam a descaracterização do seu sistema social e cultural, mas, sim, uma reestruturação diante da incorporação de outros elementos presentes nas relações sociais e de trabalho, o que nos orienta a pensar o “rural” e o “urbano” como categorias simbólicas.

Percebendo a grande dificuldade em demarcar com precisão o hiato entre urbano e rural, em função, por exemplo, de critérios como atividade econômica e de hábitos culturais, é com base nas ideias de Carneiro que sustento a minha análise em relação às referidas noções; e, portanto, privilegio, principalmente, o ponto de vista dos agentes sociais que vivem inseridos nesses espaços socialmente determinados.

O movimento de interpenetração entre o rural e o urbano através da absorção de capitais econômicos, sociais e culturais mostra a coexistência da tradição e da modernidade e, como bem lembra Klass Woortmann (1990, p. 70), a aquisição de alguns bens como, por exemplo, eletrodomésticos, não extingue a condição de ser camponês. Aqui, caberia citar o Japão: “a mais moderna tecnologia e o mais eficiente marketing num país que permanece uma *société à maison*, hierarquicamente organizada sobre um modelo de família” (ibidem, p. 70).

Nesse mesmo sentido, numa alusão às melhores condições de vida, Carneiro (1998, p. 9) refere-se às marcas de distinção presentes nas residências rurais, numa correlação com modelos urbanos: “[...] Externamente,

a antena parabólica e a fachada azulejada com esquadrias de alumínio... Internamente, o conjunto de estofados, os móveis da sala de jantar e os aparelhos eletrodomésticos...”

Numa abordagem semelhante, João Rua (2006, p. 86), afirma que “rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades”. Dado o processo de industrialização do campo, desencadeando a interação entre os dois espaços, o autor chama atenção para o “surgimento de espaços híbridos”, ao qual vai denominar de “urbanidades no rural”, termo que se adéqua a este trabalho:

As “urbanidades” decorrentes dessa interação não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo, o espaço híbrido que resulta dessas interações não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores, tanto nos países da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (onde muitos criticam os critérios adotados) quanto em países como o Brasil, onde se luta para ultrapassar a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano (RUA, 2006, p. 95).

Em Jordão, verifiquei práticas de vida tradicionais em meio a costumes ditos modernos. A urbanização do campo revela modos e hábitos representativos da vida moderna, juntamente com formas tipicamente rurais, como o preparo do alimento no fogão à lenha, a farinhada, herança indígena até hoje preservada, a mobilização em torno da festa do padroeiro e por aí não pára.

Contudo, ao mesmo tempo que há a preservação desses afazeres, pude observar a satisfação e a vontade da inserção na indústria de calçado em Sobral; do investimento no consumo de instrumentos como a televisão, o telefone celular, o DVD, num cotidiano sofrido pela privação de água, mas apaziguado pela crença de que, no dia de São José, padroeiro do Ceará<sup>9</sup>, a chuva virá, com “as águas de março fechando o verão e sua promessa de

---

<sup>9</sup> De acordo com a tradição, São José, padroeiro do Estado do Ceará / dos agricultores é o santo responsável pela chuva. Seu aniversário é no dia 19 de março, o qual antecede as 48 horas do período equinocial, ou seja, o movimento da terra em torno do sol, quando os dias e as noites têm a mesma duração, sendo comum o aparecimento de chuva. Caso não chova exatamente no dia do santo, a credence popular prevê um ano sem inverno (chuvas) e de grandes secas.

vida”, “explicação cheia de sentidos e sinais para quem observa diariamente o mistério da terra, da água e do ar, bem como a incompetência dos poderes seculares para atender às necessidades inerentes a seu modo de vida” (MOURA, 1986, p. 22).

A discussão aqui colocada reforça a compreensão da ruralidade não como um contexto empírico observável, “mas como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola” (CARNEIRO, 1998, p.12).

E, por falar em representação, entendo os participantes da pesquisa como sujeitos pensantes que interagem, trocam conversas e assumem suas opiniões sobre diversos assuntos; oponho-me a percebê-los como passivos ou alheios ao grupo social em que estão inseridos. Portanto, utilizo-me da expressão de Moscovici (2005, p. 56), são “sábios amadores”, interpretam a realidade que os cerca, mesmo sem dispor de uma teoria. Como ressalta o autor: “eles possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar sentido à sociedade e ao universo a que pertencem”.

Assim sendo, as representações explicam e, concomitantemente, intervêm na prática social, constituem a vida e dela só se diferenciam pela análise. É uma concepção que se realiza a partir do imediato, das atividades diárias, das impressões, dos impulsos, da memória, do corpo, das relações espontâneas (LUTFI; SOCHACZEWSKI; JAHNEL, 1996).

## ***No meio do caminho tinha uma pedra: o que significa ser chefe de família?***

Convém enfatizar a grande dificuldade para encontrar aqueles que não fossem “chefes de família” nos dois campos da pesquisa e, no caso, “chefia” remete ao suporte financeiro. Na atual conjuntura, essa complicação está plenamente justificada, em função do perfil socioeconômico deste segmento, já comentado.

Estou preocupada, pois está difícil encontrar “família com idoso”. Hoje fiquei satisfeita por poucos instantes, pois há certo tempo estava me aproximando de uma senhora que via todos os dias; passava e dizia *bom dia*. Outra vez, parei para conversar com ela. D. Flora tem 85 anos, 10 filhos (cinco mulheres e cinco homens) e mora na casa de uma das filhas com genro e netos. Daí, o meu interesse em conquistar esse sujeito raro. Pela breve conversa que tivemos, pude perceber alguns lapsos de memória, como não se lembrar do nome dos filhos e netos. Os dias passaram e sempre que a via na calçada, falava que iria fazer uma visita, ao que ela respondia que eu poderia ir a qualquer momento, porque era “desocupada”. Hoje, ela estava na calçada e combinei que passaria lá neste mesmo dia com a intenção de falar da pesquisa. Quando volto, D. Flora não estava mais na calçada. Chamei-a e a empregada veio me atender, dizendo que ela tinha ido se deitar porque estava com dor nas pernas. Acrescentou que ela é esquecida, que, às vezes, ela a acusa por não lhe servir o café e mais: quando os pedintes aparecem, D. Flora exagera nas esmolas, o que gera discussão, precisando até ligar para a outra filha, a fim de que esta resolva o problema. Voltei decepcionada e frustrada! (Diário de campo, Fortaleza, 03/08/07).

Coloquei para a equipe do Programa Saúde da Família – PSF a importância de eles indicarem não chefes de família. Eles disseram que todos têm suas casas e aposentadorias e quando vão para a casa dos filhos é por motivo de doença (Diário de campo, Jordão, 19/09/07).

De acordo com o IBGE, por muitos anos, nos seus censos domiciliares foram utilizadas as expressões “chefe do domicílio” e “chefe da família”, numa alusão à autoridade e à responsabilidade pelos negócios da família, à principal fonte de sustento, e os resultados demonstraram a prevalência dos homens nesta situação.

Entretanto, mediante novas configurações no contexto da família, em que os demais membros em idade produtiva também passaram a contribuir

para as despesas do grupo, a designação “chefe” ficou imprópria e foi desprezada. Assim, as pesquisas realizadas pelo IBGE a partir da década de 1990 começaram a empregar a expressão “pessoa de referência” para identificar a primeira pessoa do questionário; e, a partir desta, seriam feitas perguntas sobre as relações entre os moradores do domicílio e verificadas as estruturas familiares (IBGE, 2007).

Apesar do esmero para trabalhar essas questões, os pesquisadores receavam uma incompreensão por parte dos entrevistados em relação ao significado do termo “referência”. Todavia, na primeira prova-piloto do Censo 2000, ainda foi utilizada a denominação “pessoa de referência”, e o julgamento dos pesquisadores levou a mudar, na segunda prova, para “pessoa responsável”, termo que foi mais aceito pelos entrevistados e indicado para o questionário definitivo. Logo, “o conceito de responsável pelo domicílio, utilizado pelo IBGE no Censo Demográfico 2000, está baseado na indicação pelos moradores do domicílio daquela pessoa considerada como referência do domicílio (ou da família)” (IBGE, 2007).

No entanto, verifica-se o abandono do termo somente na abordagem aos entrevistados, pois os pesquisadores do IBGE, em seus textos e documentos ainda se apropriam da palavra “chefe de família” (“idosos chefes de família”, “mulheres chefes de família”), e a compreensão permanece. Quer dizer, o “responsável” é aquele que responde pelo sustento da família, numa referência à imagem de autoridade. Contudo, nem sempre o “responsável” pelas despesas exerce a mesma responsabilidade no sentido de delegar tarefas ou de impor suas decisões no interior do grupo doméstico. Esta é uma das evidências apontadas por este estudo.

Outro aspecto a ser observado é em relação à indicação do suposto responsável pelo domicílio, pois, como mostra o texto citado, quem aponta o “responsável pelo domicílio” ou a “pessoa de referência” são os moradores do domicílio. Será que a aceitação pelo termo converge diretamente para o entendimento deste? O que confere essa responsabilidade? O domínio da renda? A posse do domicílio? O poder de tomar decisão? O cuidado com as crianças e com os velhos fragilizados? E como eleger a pessoa responsável num domicílio, por exemplo, onde há um compartilhamento dessas atribuições?

Diante dessa dificuldade, o texto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea – Pnad 2007: *Primeiras análises – demografia e gênero* reconhece a necessidade da elaboração de mais estudos para que a população compreenda o significado da expressão “principal responsável”, pois, em seu conjunto, os dados mostram uma identificação do chefe associada à renda e à autoridade pelo domicílio.

É interessante, ainda, atentar para a consideração do IBGE de que “duas moradias separadas em um mesmo terreno podem ser consideradas um mesmo domicílio” (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002). Nos campos pesquisados, defrontei-me com este arranjo; em Fortaleza, um caso – a família de Sr. Geraldo — e, em Jordão, dois: as famílias de D. Marilac e D. Zezé. Melhor explicando, duas famílias moram num mesmo terreno em casas separadas, porém, arcam com despesas como alimentação, contas de água e luz<sup>10</sup>, diferentemente de domicílios independentes, que, mesmo comportando mais de uma família no mesmo terreno, não compartilham os gastos.

Ao analisar o Censo do IBGE (2000), Camarano et al. (2004) observam que as famílias brasileiras que moram com velhos vivem melhor, em termos de situação financeira, em comparação com as outras famílias. Esse fato é explicado pelos arranjos internos e pelas etapas do ciclo familiar, em que se estabelecem relações de dependência entre os membros das famílias.

Em outras palavras, a universalização da previdência social referenciada na Constituição de 1988 possibilitou, segundo a autora citada, significativos avanços de proteção social aos velhos, posto que a ampliação dos direitos sociais da aposentadoria deu novo estatuto aos velhos perante a família.

Interessava particularmente compreender em que medida tais arranjos (condição de chefia) exercem influência na assunção de papéis no cotidiano familiar, ou seja, como podem indicar posições de poder na família. A

---

<sup>10</sup> Fonseca (2005, p. 53) comenta sobre esse tipo de arranjo, ao qual se refere como “pátio” e “puxada”. A autora observa que há troca intensa entre essas casas, quando se trata, por exemplo, da realização das atividades domésticas. Observa que, consideravelmente, nas famílias pobres, a primeira casa da maioria de jovens casais é construída no quintal dos pais ou dos sogros e, assim, estes não pensam em termos de “casa”, mas de “pátio”, onde articulam uma maneira de levantar uma “puxada”.

título de exemplo, no que tange à autoridade, conheci um velho de 82 anos de idade, em Jordão, que açoita seu filho de 43 anos, desempregado, e lhe lembra: “*Oh, se você tá na minha casa, você me respeite*”.

Por outro lado, um dos interlocutores de 80 anos, pertencente a uma “família com idosos” em Fortaleza, deixou de dormir no quarto dos netos, de 19 e 26 anos, porque, ao interferir nos assuntos dos jovens, um deles, sem consultar o avô, tomou a decisão de transferir a rede deste para a sala, e é lá que este dorme todas as noites.

Foi preciso considerar, entretanto, que, do ponto de vista das pesquisas e dos estudos demográficos, o fato de ser chefe não significa necessariamente que o velho tenha mais poder para impor-se, para fazer-se obedecer ou para tomar decisões. Foi preciso atentar para como e quando esse poder era exercido.

Na pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, Alves (2007) observa que 71% dos velhos brasileiros declaram-se “chefes de família” no que diz respeito ao suporte material, e 88% contribuem para a renda familiar. Entretanto, a autora encontra um contraste na relação entre a chefia material e a importância da opinião do velho para os membros da família, situação esta que define como poder. Alves verificou que a opinião dos mais jovens é mais relevante do que a dos velhos no interior do grupo doméstico — o aumento da idade é uma restrição ao exercício desse poder, independentemente do gênero; isto é, quanto mais idade, menos a opinião interessa, seja a pessoa um velho ou uma velha.

Perante tal realidade, cabe a reflexão que a autora levanta em torno da dicotomia entre discurso e prática: nessa mesma pesquisa comentada por Alves, a imagem da velhice relacionada à sabedoria é um dos principais aspectos apontados por jovens e velhos; e mais: a consideração de que os velhos têm muito a ensinar atingiu 96% entre os jovens. Porém essas ideias parecem perder o sentido de ser, na convivência familiar dos mais jovens com os seus velhos.

## ***Apresentação dos capítulos***

Exposta a problematização que norteia a pesquisa, apresento os capítulos, cuja construção priorizou uma orientação fundamental de que fala Alcida Ramos (1995) acerca do princípio básico da antropologia, isto é, o da suspeita em relação a verdades prontas e acabadas; ou aquilo que Bourdieu (1994, p. 159) pondera: não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular”.

Diante desse posicionamento, a discussão é fundamentada por pressupostos teóricos e metodológicos, sem a pretensão de mostrar a realidade na sua completude, mas com o propósito de oferecer uma visão parcial, uma fresta através da qual se pode notar o esforço de captar uma compreensão maior de como se configuram as relações intergeracionais em determinado contexto.

O capítulo 1 – *Os espaços sociodemográficos, o percurso etnográfico e os protagonistas da pesquisa* – é dedicado à caracterização dos dois *locus* da investigação e à trajetória desta. Antes desse mapeamento mais específico, exponho o perfil demográfico da população idosa brasileira, em conformidade com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad —, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008).

No primeiro campo, ou seja, na cidade de Fortaleza, enfatizo o perfil desse segmento no Estado do Ceará por meio dos dados demográficos e da situação previdenciária. Em seguida, esmiúço os procedimentos da seleção dos sujeitos – minha aproximação com eles, o desencadeamento das entrevistas e minhas observações.

O mesmo caminho foi realizado para contextualizar o outro campo, ou seja, o espaço rural – Jordão —, como ainda os critérios para sua escolha.

À medida que apresento os lugares da pesquisa, delinheiro a trajetória do trabalho de campo, meus êxitos e dificuldades.

Ficou evidenciada a grande diferença do trabalho de campo nesses dois espaços, de modo a traçar distintos caminhos – principalmente porque, em Fortaleza, eu já possuía vínculo com boa parte dos interlocutores, ao passo que, em Jordão, eu nem sequer conhecia o local. Isso exigiu, pois, sua exploração e a dos futuros sujeitos, momento fundamental para conquistar minha aceitação e a “continuidade desta presença estranha” (ZALUAR, 1986, p. 116).

Tal como procedeu Barros (1987), para chegar aos sujeitos, em Fortaleza, utilizei a técnica da rede de informantes: a partir de um ou mais conhecidos identificam-se e localizam-se informantes, estabelecendo uma rede em cadeia; também convidei diretamente aqueles das minhas relações de amizade.

No caso de Jordão, a equipe do Programa de Saúde da Família – PSF<sup>11</sup> —, que atua há 11 anos no local, foi essencial para facilitar o acesso ao grupo pesquisado. Os agentes de saúde do PSF foram os mais apropriados mediadores, que justificaram a presença da estranha (pesquisadora), pois conheciam todos os moradores do lugar, além de frequentar suas casas, por ocasião de suas funções profissionais.

Os interlocutores compreenderam dois grupos: o dos velhos – com idade a partir de sessenta anos entre homens e mulheres, “chefes” e “não-chefes de domicílio” e um familiar indicado por eles, cujo critério de seleção foi que participassem de sua vida, a fim de responderem as questões centradas nas trocas intergeracionais - foco desta pesquisa. Tanto num como noutro campo, foi predominante a participação feminina, nos dois grupos.

---

<sup>11</sup> O PSF, instituído em 1994, por iniciativa do Ministério da Saúde, caracteriza-se como uma estratégia voltada às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família, dos recém-nascidos, dos idosos ou dos doentes, de forma integral e contínua. É um projeto composto por uma equipe multidisciplinar da qual constam, a princípio, um médico (generalista ou de família), um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e quatro a seis agentes comunitários. Essas equipes respondem pelo acompanhamento de um determinado número de famílias, situadas em uma área geográfica demarcada (Ministério da Saúde, 1994).

Diante da problemática e dos objetivos descritos por este trabalho, a etnografia apresentou-se como método adequado para sua concretização, tendo em vista, nesta abordagem, a preocupação em alcançar não apenas uma descrição profunda, a mais minuciosa possível, das ações de um grupo particular, mas também o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que fazem. Ou, melhor dizendo, é mister do pesquisador etnográfico descrever o outro sob o ponto de vista deste outro mesmo.

Portanto, por lidar com o universo dos significados, priorizei o discurso, os sentimentos dos sujeitos envolvidos, as minúcias do seu cotidiano; ou seja, com base nesses princípios, minha abordagem privilegia “a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados...” (ANDRÉ, 1995, p. 17).

Desse modo, a observação de comportamentos constituiu-se num procedimento constante quando dos encontros com meus interlocutores e, paralelamente a esta postura, elaborei um roteiro de entrevista aberta, focalizando o tema proposto – as trocas intergeracionais na família, mas numa perspectiva seguida por Minayo (1999, p. 100): “[a entrevista] é sempre um guia, nunca um obstáculo, portanto, não pode prever todas as situações e condições de trabalho de campo”.

Atentei para estimular os participantes a expressarem-se mais livremente, dando-lhes a possibilidade de acrescentar elementos relevantes que não foram contemplados; e, assim, houve flexibilidade, no sentido de não conduzir a entrevista presa a um roteiro.

Por tratar-se de uma abordagem qualitativa, em que as observações são imprescindíveis, o diário de campo foi um instrumento essencial para, além de traçar toda a trajetória da investigação, registrar todos os aspectos verificados no momento da interlocução – os gestos, as atitudes, os olhares, a linguagem não-verbal, os silêncios, ou seja, elementos importantes no trabalho etnográfico.

Conforme trabalhei na pesquisa de mestrado, considerei pertinente tomar determinadas atitudes, como transmitir claramente os objetivos, solicitar

autorização do uso do gravador, divulgar a entrevista, resguardar ou não a identidade e respeitar, acima de tudo, a liberdade do entrevistado.

No capítulo 2 – *Família e velhice: da ficção ao inacabado* – com base em uma crítica a abordagens que se ancoram na homogeneidade preponderante da instituição família, diante da diversidade de arranjos nas relações familiares, reflito acerca da necessidade de revisar o modelo da *família pensada* e considerar as intensas mudanças que influenciam inexoravelmente a vida doméstica, como, por exemplo, as políticas de aposentadoria e o seu impacto nas trocas entre as gerações.

Nos capítulos 3 e 4 – *Viver e envelhecer na cidade* e *Viver e envelhecer na roça*, respectivamente, trago os relatos dos velhos e dos familiares indicados por eles, enfatizando a dinâmica da redefinição das relações no âmbito da família, no intuito de apurar como se expressam as trocas geracionais nos dois lugares, levando em consideração aspectos como condição de chefia, gênero, idade e camada social.

Finalizando, o capítulo 5 - *Na cidade e no interior: experiências heterogêneas*, a comparação entre morar na cidade e no interior é avaliada pelos interlocutores, sendo o passado um marcador importante nas suas percepções sobre o lugar em que estão inseridos e, assim, expõem as singularidades de viver / envelhecer num e noutro lugar.

Embora a saúde não seja questão central desta pesquisa, foi imprescindível contemplar o assunto nas entrevistas, pois os estudos acerca das trocas de apoio intergeracionais apontam o cuidado para com a geração mais velha, um dos principais suportes de apoio prestado pelos familiares. Assim, cercar-me de como os velhos cuidavam de sua saúde, levou-me a observar se o grupo familiar os amparava e de que maneira, nesse tipo de suporte.

Para tanto, é preciso considerar que os velhos deste estudo não são portadores de doenças degenerativas que os tornariam incapacitados ou acamados. Ao contrário, resguardadas as limitações físicas peculiares desta fase, presenciei, em sua maioria, velhos ativos, fosse no serviço doméstico, no caso das mulheres ou, os homens, no trabalho do roçado. Também ainda é

importante lembrar o aspecto cronológico, isto é, como a faixa etária nos grupos pesquisados varia dos 60 aos 95 anos, o grau de dependência não é o mesmo; e, portanto, o tipo de apoio dos familiares diferencia-se em função dessa dependência.

A inspiração para o título da tese – *Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural* — surgiu da fala de um senhor de Jordão, ao cercar-se de suas representações sobre a primazia da vida no espaço rural em detrimento da cidade ou, como ele chama, *praça*. As razões para tal interpretação fundam-se no contraponto entre os modos de vida da *praça* e da *roça*, sendo inconcebível, então, uma mudança não só geográfica, mas também do seu lugar de pertencimento.

Escutar os “sábios amadores” fez-me refletir sobre a precaução que o cientista social deve ter na sua longa trajetória de desvendar a causa dos fenômenos, no sentido de não reduzir o outro ao ponto de vista do pesquisador ou da ciência. Quer dizer, é necessário considerar o outro sem predeterminá-lo ou qualificá-lo previamente; e, especialmente, é preciso pensar os sujeitos de pesquisa como indivíduos providos de percepções, emoções, evitando a pretensão de subestimá-los. É necessário desmitificar a figura do cientista como dotada de onipotência, como aquele que é sagrado ou que não se pode contestar; enfim, como algo inatingível. E, acima de tudo, é importante renunciar ao desejo demasiado humano de dizer “captar tudo”.

Com o aprofundamento das leituras, resolvi dispensar o conceito de espaço rural assumido pelo IBGE e incorporado ao projeto de pesquisa. Cheguei à conclusão de que é uma definição limitada, por considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), ou seja, privilegia o critério político-administrativo e, dessa forma, no Brasil, quem define o que é rural ou urbano são as Câmaras Municipais.

Do ponto de vista administrativo, o Distrito de Jordão é considerado cidade, mas, para os efeitos dos modos de vida, das condições de existência, é rural. Como considerar *cidade* um local cuja população não dispõe de serviços como transporte público, hospital, supermercado, farmácia, cartório,

correio? Diante disso, discuti e questionei o conceito empregado pelo IBGE, o qual é validado para fins de políticas públicas.

Reforçando que a intenção foi compreender o caráter das trocas intergeracionais, explorei duas dimensões da experiência cotidiana dos velhos: 1) as trocas afetivas e instrumentais estabelecidas nas gerações da família; 2) os investimentos do velho em seu corpo e em sua saúde.

Como tão bem esclarece Durham (1983, p.16), no estudo da família, é mister desconstruir a aparência de naturalidade dessa instituição, para mostrá-la como uma criação humana mutável, uma construção social. Assim sendo, a antropologia cumpre tarefa essencial, através do estudo comparativo, no sentido de analisar as distintas formas de organização. Nas palavras da autora, “sociedades diversas concebem e combinam de forma variável o casamento, o parentesco, a residência e a vida doméstica, privilegiando arranjos diversos dos nossos”.

Qualquer estudo que focalize a velhice deve ponderar, antes de tudo, a heterogeneidade entre os indivíduos. Ser velho não está restrito tão somente à quantidade dos anos vividos. Considerar apenas o parâmetro cronológico é admitir que todos os velhos sejam iguais. Conforme definição de Neri e Cachioni (1999), o modo de envelhecer é variável e constitui-se numa experiência diversa, sendo determinado pelo curso de vida de cada pessoa, pelas circunstâncias sócio-históricas, patológicas, genéticas e ambientais.

Em suma, mediante as características do método etnográfico, uma considerável parte da análise foi realizada na ocasião do trabalho de campo, articulando, também, as informações obtidas com a discussão teórica. É válido reiterar que, em virtude de esta pesquisa ser qualitativa e de sua abordagem lidar com as expressões humanas, as respostas devem ser percebidas de maneira provisória e aproximativa, haja vista que a realidade social é dinâmica e, portanto, passível de superações. Tal posicionamento leva a uma reflexão sobre os caminhos percorridos no processo metodológico, bem como no suporte teórico.

# CAPÍTULO 1

## OS ESPAÇOS SOCIODEMOGRÁFICOS, O PERCURSO ETNOGRÁFICO E OS PROTAGONISTAS DA PESQUISA

A vida é bem sossegada  
Sem barulho e sem zoadas,  
Por isso eu faço questão  
De não morar na cidade,  
Foi sempre minha vontade  
Viver e morrer no sertão.

PATATIVA DO ASSARÉ

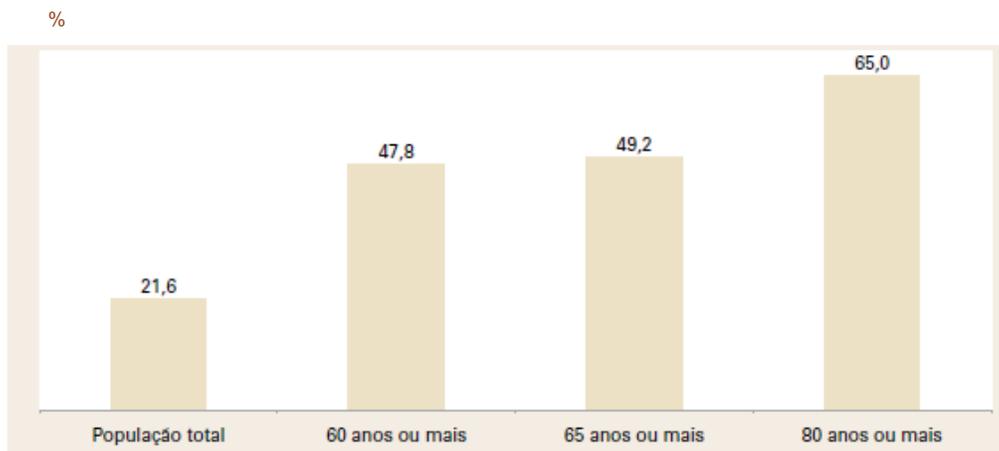
### ***1.1 A velhice urbana e rural: o que dizem os números?***

O aumento da longevidade brasileira deu-se num espaço de poucas décadas, sem que a sociedade despertasse para as implicações do envelhecimento populacional. Acrescenta-se ser este fenômeno comum tanto nos países periféricos como nos desenvolvidos, neste início de século.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad (IBGE, 2008), observa-se que persiste a tendência ao aumento da população idosa – o registro é cerca de 20 milhões de pessoas de 60 anos ou mais, o que corresponde a 10,5% do total da população. O crescimento desse segmento ultrapassa o dobro da ampliação da população total. No período de 1997 a 2007, o crescimento relativo concernente à faixa etária foi de 47,8% no grupo de idosos de 60 anos e 86,1% entre os de 80 anos ou mais, ou seja, 1,6 milhões de pessoas estão entre os octogenários.

## GRÁFICO 1

### Crescimento relativo da população total e dos idosos, por grupos de idade – Brasil – 1997/2007



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

Acrescente-se que, em 1980, em cada 100 crianças do sexo feminino nascidas vivas no País, 22 delas chegariam aos 80 anos. Já em 2000, esse número duplicou (CAMARANO, 2006). O prolongamento da vida humana possibilitou o convívio intergeracional e, em conformidade com a referida Pnad, nas regiões Norte e Nordeste, a existência de famílias intergeracionais é mais intensa, abarcando uma média superior, cujas proporções são, respectivamente, 41% e 36%.

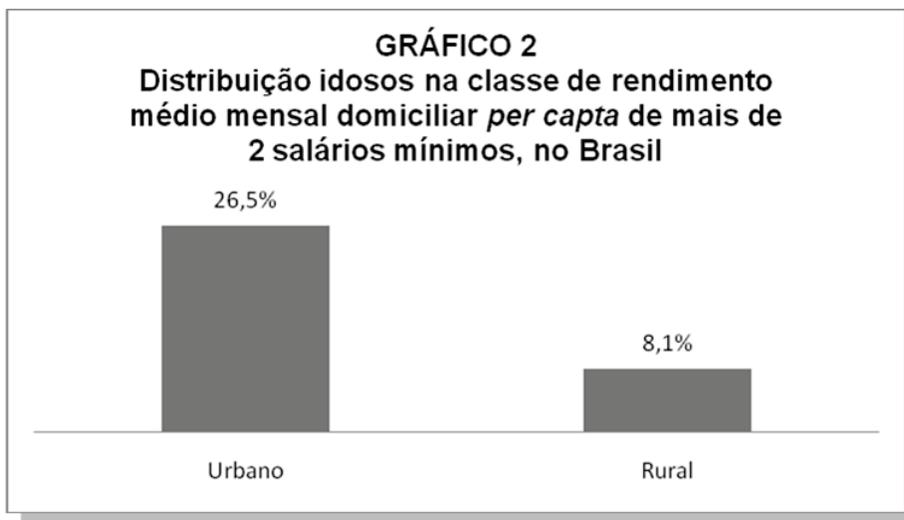
No seminário promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da Unicamp, em parceria com o Sesc Campinas-SP (IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM GERONTOLOGIA E GERIATRIA, 2008), a constatação de uma população superenvelhecida alertou os pesquisadores para uma sociedade que não proporciona serviços adequados aos “velhos mais jovens”. Deve ser bem mais preocupante pensar como se encontram os mais velhos.

Ainda em consonância com os dados do IBGE (2008), do total de velhos, 16,5 milhões vivem no espaço urbano e 3,4 milhões, no espaço rural. Assim, é pertinente lembrar que foi a partir dos anos 1970 que o Brasil passou a ser um País eminentemente urbano devido ao fluxo da população rural, frente às transformações na produção agropecuária, bem como do processo de

industrialização e modernização. Hoje, as taxas de urbanização da população idosa seguem as da população total: 83% vivia nas cidades em 2007 (IBGE, 2008).

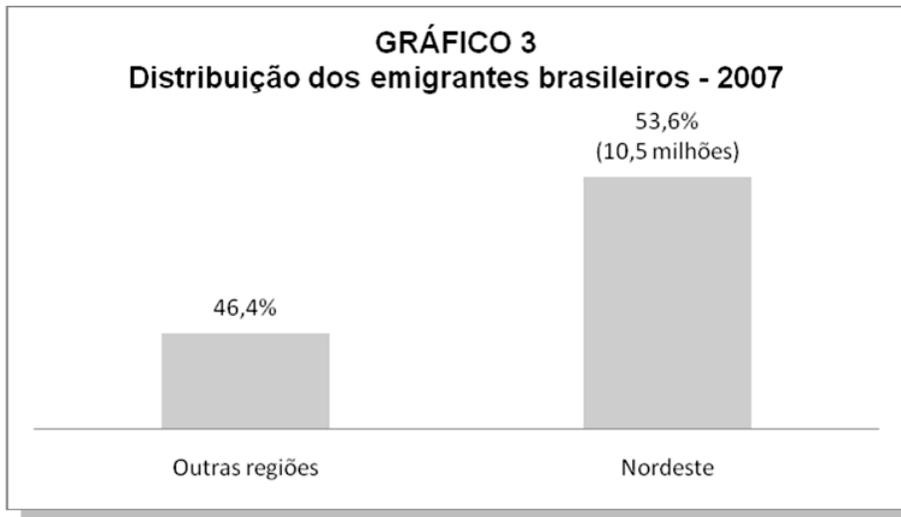
Como o rendimento domiciliar *per capita* é essencial na avaliação das condições de vida, vale destacar que, no espaço rural brasileiro, os velhos com renda mensal *per capita* inferior à metade do salário mínimo, ou seja, em situação de pobreza, superam os velhos do espaço urbano do País. De outro modo, os que possuem renda acima de dois salários mínimos *per capita*, a proporção na cidade é três vezes maior em comparação ao espaço rural, quer dizer, 26,5% contra 8,1%.

Contudo, frente à realidade estudada, penso ser conveniente confrontar os dados quantitativos com os qualitativos. Ainda que, a média da renda dos interlocutores do espaço rural seja inferior aos da cidade, é preciso relativizar a ideia de pobreza que os dados quantitativos indicam, ao mostrar uma qualidade de vida mais elevada em um espaço, em detrimento do outro. Afirmar que a pobreza no espaço rural é maior só porque o velho desse espaço é menos remunerado não parece tão evidente, visto que o tipo de atividades que ele desempenha supre as necessidades básicas, diferentemente dos moradores da cidade, que compram o feijão, a farinha, o milho, a carne.



FONTE: Pnad 2007 / Elaboração: Shigeaki Lima

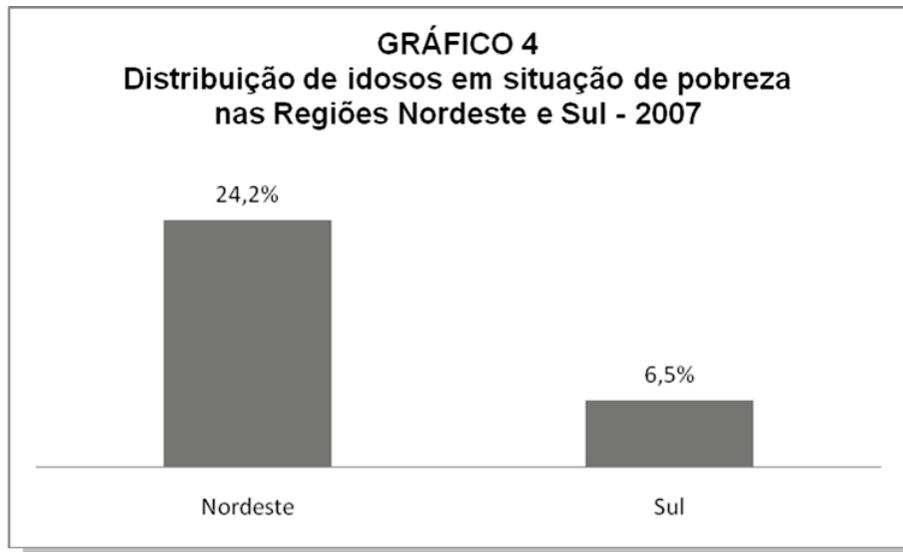
Um dado interessante sinaliza para a predominância dos velhos nordestinos nas áreas rurais, ou seja, quase metade do total deles, 1,6 milhão. No entanto, é preciso esclarecer que, no universo de migrantes brasileiros, predominam os nordestinos, com 10,5 milhões (53,5% do total de migrantes).



FONTE: Pnad 2007 / Elaboração: Shigeaki Lima

É também na Região Nordeste que se concentra a maior parte dos velhos em situação de pobreza, 24,2%. Em contrapartida, a Região Sul compreendeu 6,5% (IBGE, 2008).

A mudança do meio rural para o urbano estabelece-se pela falta de emprego, pela diferença entre os salários nesses espaços, pelas condições de infraestrutura, sem contar a imagem da boa vida passada pelos meios de comunicação. A migração acarreta profundas transformações na estrutura da sociedade e para a população idosa, em particular (VERAS; RAMOS; KALACHE, 1987).



FONTE: Pnad 2007 / Elaboração: Shigeaki Lima

Por não se adequar ao padrão urbano, a vida na cidade, como reza o dito popular, faz com que, muitas vezes, o velho se sinta como *um peixe fora d'água*, pois sua rotina na roça era outra, o jeito de morar, os afazeres, os horários, o contato com a vizinhança, o estilo de vida, enfim, as mudanças provocam impactos, sobremaneira quando se somam à precariedade dos meios materiais. Por outro lado, o IBGE sugere que morar na cidade possa favorecer o segmento idoso, com destaque para as viúvas, em razão da maior oferta dos serviços de saúde e de outros fatores mais vantajosos do dia a dia.

Barroso (1988, p. 49) entende que as circunstâncias pelas quais passa o indivíduo em seu ciclo vital influenciam consideravelmente seu processo de envelhecimento; e, ao afirmar que se envelhece de forma diferenciada na região Nordeste, pontua os parâmetros de saúde, a ausência de instalações sanitárias adequadas, a baixa expectativa de vida em relação à nacional, o baixo nível educacional e, ainda, a estrutura climática responsável há séculos pelos episódios das secas, que provocam toda uma desagregação ecológica, econômica e social.

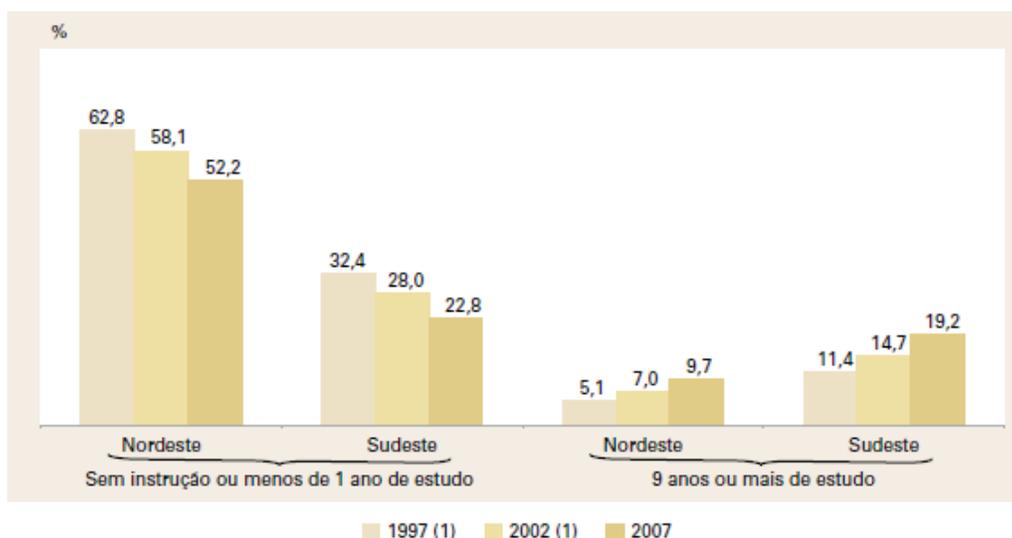
Com base nesses indicadores, a autora argumenta que envelhecer é um desafio, e a situação do Nordeste é particularmente dramática, visto que apresenta níveis de miséria e pobreza significativamente mais elevados –

qualquer que seja o tipo de área: rural, urbana, metropolitana – que os das demais regiões do País.

O IBGE compreende como alfabetizado o indivíduo que sabe ler e escrever ao menos um bilhete. A região Nordeste concentra o maior número de analfabetos do País (19,9%). Quanto ao nível de escolaridade do velho nordestino, mais da metade da população é desprovida de instrução; os percentuais de velhos com baixa escolaridade no Nordeste urbano e rural demarcam cifras expressivas, isto é, 40,6% e 70%, respectivamente (IBGE, 2008).

### GRÁFICO 5

**Percentual de pessoas de 60 anos ou mais de idade, sem instrução ou com menos de 1 ano e mais 9 anos de estudo, nas Regiões Nordeste e Sudeste – 1997/2007**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nesse sentido, na pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, Faleiros (2007, p.161) mostra o quanto a população idosa brasileira — sobretudo, a rural — foi excluída da educação formal: “Quanto maior a idade, maior o grau de iletrados, revelando-se o descaso do Estado e dos proprietários rurais pela educação pública, considerando-se que 38% passaram a maior parte da vida no campo e 10% viveram no campo e na cidade”.

A constatação dessa conjuntura indica a disparidade em relação ao acesso a direitos fundamentais, bem como a necessidades básicas, conforme adverte José Graziano da Silva (1997), ao revelar a grande distância entre o urbano e o rural brasileiro quando se examinam, por exemplo, carências essenciais como a privação de água e a condição de analfabeto.

Tal contexto faz pensar sobre a relação entre escolaridade e renda, isto é, a população idosa brasileira constitui a mais pobre e a menos escolarizada. Por outro lado, é interessante notar que, de acordo com a pesquisa supracitada, este segmento mora em domicílios com menor renda familiar, contudo, mais em casas próprias, em comparação aos mais jovens, além de contribuir consideravelmente nas despesas do grupo doméstico.

Esta condição deveu-se ao fato de este segmento ser contemplado pelos benefícios previdenciários, especialmente na área rural, com a universalização da aposentadoria; e também se favoreceu com políticas habitacionais, ao passo que os filhos não tiveram as mesmas oportunidades, tendo em vista as nuances da economia do País (SIQUEIRA, 2007).

Klass Woortmann e Ellen Woortmann (1999, p.137), no artigo “Velhos camponeses” ao reportarem-se à universalização da previdência rural, apontam que, mesmo sendo um benefício considerado irrisório para os padrões urbanos, é crucial na manutenção das relações hierárquicas na família:

Nos denominados “tempos de inverno” no sertão, em que a subsistência básica da família é obtida pelo trabalho no roçado e por uma eventual criação de animais, essa renda supre a família com outros bens, tais como remédios, roupas, instrumentos de trabalho, uma bicicleta, etc. Já nos tempos das recorrentes secas do nordeste, o dinheiro de um aposentado ou aposentada pode ser capaz de garantir a sobrevivência de toda a família.

Os benefícios da seguridade social (previdência urbana, previdência rural, assistência social e pensões por morte) abrangiam, de acordo com a Pnad de 2007, 80,6% dos velhos, ou seja, 16 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais. Como evidencia a **Tabela 1**, em relação aos homens desta faixa etária, a proteção atingia 85,6% da população, 7,5 milhões de pessoas.

No caso das mulheres deste segmento, a percentagem era de 76,6%, ou seja, 8,5 milhões. No tocante aos velhos beneficiários da área rural, a proporção era pouco mais elevada à urbana – 88% e 83,6% (IBGE, 2008).

**TABELA 1**  
**Cobertura previdenciária entre os idosos com 60 anos ou mais de idade, segundo sexo e tipo de benefício – 2007**

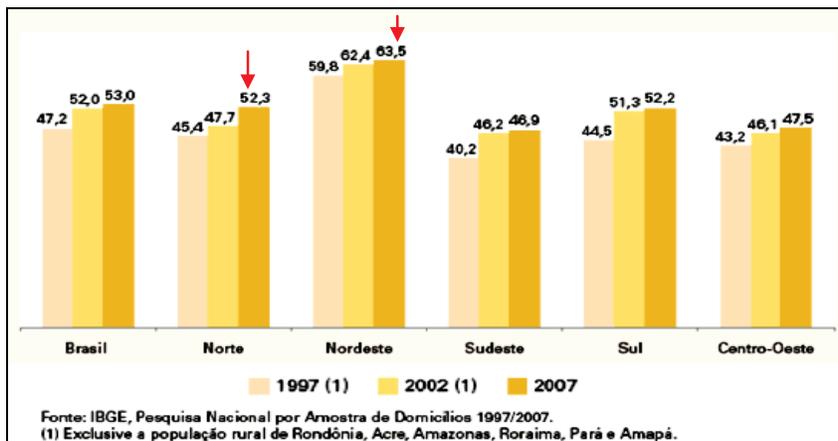
<b>Categorias</b>	<b>Homens (a)</b>	<b>% (a/c)</b>	<b>Mulheres (b)</b>	<b>% (b/c)</b>	<b>Total (c)</b>
Aposentados	6.558.689	58,5%	4.657.134	41,5%	11.215.823
Pensionistas	176.409	6,8%	2.417.931	93,2%	2.594.340
Aposentados e pensionistas	190.761	13,8%	1.187.887	86,2%	1.378.648
Contribuintes não-beneficiários	640.180	71,8%	251.727	28,2%	891.907
<b>Total protegidos (a)</b>	<b>7.566.039</b>	<b>47,1%</b>	<b>8.514.679</b>	<b>52,9%</b>	<b>16.080.718</b>
Residentes (b)	8.838.779		11.115.732		19.954.511
<b>Taxa de Proteção (a)/(b) - em %</b>	<b>85,6%</b>	-	<b>76,6%</b>	-	<b>80,6%</b>

FONTE: Microdados da Pnad/IBGE – 2007. Elaboração: Ansiliero e Costanzi.

A Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2008) aponta que, em mais da metade das casas com pessoas de 60 anos ou mais, os velhos são responsáveis por até 90% do rendimento mensal domiciliar. Já em 53% das residências os velhos respondem pelo menos a metade das despesas da família, e tal situação é mais significativa na região Nordeste, pois a responsabilidade é superior a mais da metade da despesa familiar, correspondendo a 63,5%.

## GRÁFICO 6

### Domicílios com contribuição de renda dos idosos de mais de 50% do rendimento domiciliar, segundo as Grandes Regiões – 1997/2007

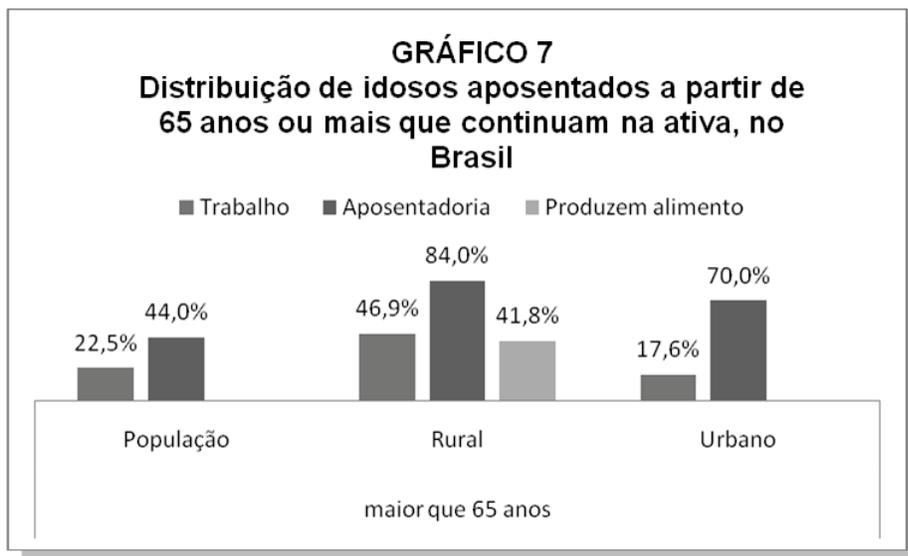


De acordo com Saad (2004), a coresidência entre gerações, principalmente no Nordeste, vincula-se mais às necessidades dos filhos adultos em relação aos seus pais já velhos. Vale destacar que, em 2007, o índice de contribuição dos velhos no orçamento familiar no espaço rural da região citada, chegou a 73% dos domicílios – condição que passou a exercer influência fundamental nas relações sociais. Isso se justifica pela pobreza econômica e social do local e, dessa maneira, a relevância do benefício é mais notável do que em outros lugares do País, onde 45% dos velhos viviam com seus filhos na condição de chefe de família; nas Regiões Norte e Nordeste esses percentuais atingiram os 50%.

No que concerne ao total do segmento, aproximadamente 13 milhões chefiavam suas famílias e, dentre eles, 58,8% eram homens (IBGE, 2008). Logo, a renda do segmento, embora diminuta, torna-se o principal provento familiar, e esses dados permitem afirmar o quão é fundamental a sua presença na família. Os depoimentos dos velhos da pesquisa por mim realizada convergem para estas constatações.

O universo dos velhos brasileiros com 65 anos ou mais, na permanência no trabalho, perfaz 22,5%, dos quais 74,7% recebem aposentadoria. Em relação ao espaço rural, os percentuais são 46,9% e 84%, contra 17,6% e 70% do espaço urbano, dados expressivamente significantes. É importante lembrar que o alto contraste rural / urbano explica-se também pela

produção para o consumo próprio no campo, cujo alcance nessa situação é de 41,8% (IBGE, 2008). Os mesmos dados, isto é, os da Pnad 2007, o Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC — (2009), complementam que, do total de 15.723 mil aposentados e 5.292 pensionistas deste universo, 4.889 aposentados e 1.545 pensionistas voltaram ao mercado de trabalho.



FONTE: Pnad 2007 / Elaboração: Shigeaki Lima

Retomando a inserção da população idosa do País, em termos geográficos, à época do referido Censo, ela assim se distribuía:

A região Sudeste concentrava quase metade (9,4 milhões) dos idosos com 60 anos ou mais do País, seguida pela região Nordeste (5,1 milhões de idosos) e Sul (3,2 milhões). Centro-Oeste (1,2 milhão de idosos) e Norte (1 milhão) reuniam grupos relativamente menores nesta faixa etária. Em São Paulo morava, em 2007, o maior contingente de idosos do País (4,7 milhões), seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais (com aproximadamente 2,2 milhões), e Bahia (1,4 milhão). Roraima (21 mil), Amapá (32 mil) e Acre (39 mil) concentravam os menores grupos de pessoas com 60 anos ou mais. (IBGE, 2008).

A despeito do gênero, as mulheres representam a maioria na cidade, porém, no ambiente rural, o número de homens é superior ao das mulheres. Esse panorama manifesta-se da seguinte forma: “Nas áreas rurais, a razão de sexo era de 107 homens para cada 100 mulheres, enquanto nas áreas urbanas, era de 75 homens para cada 100 mulheres” (IBGE, 2008). A

explicação reside no fato de as mulheres irem às cidades para morar com filhos, netos ou parentes, ao passo que os homens continuam engajados no trabalho da roça.

Aqui é pertinente refletir sobre as relações de gênero. Tal situação remete a considerações acerca dos papéis culturais de gênero, pois, se se arroga à mulher o papel do cuidado da casa, do cônjuge, dos velhos enfermos e das crianças, como os homens se organizam no desempenho desses papéis na ausência da mulher? (PEREIRA; SANTOS, 2007).

Saad (1999) chama atenção para o fato de a sociedade reestruturar-se por conta do rápido processo de envelhecimento, visto que as mulheres se inserem cada vez mais no mercado de trabalho e, assim, não dispõem de tempo para cuidar de seus velhos dependentes<sup>12</sup>. Contudo, embora realizando novos papéis sociais, as mulheres não se desvincularam dos afazeres tradicionais, isto é, em conformidade com a Pnad (IBGE, 2008), as trabalhadoras e, concomitantemente, responsáveis pelas tarefas da casa abarcavam 89,55%.

---

<sup>12</sup> Recupero aqui, algumas ideias da minha Dissertação de Mestrado – “Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos” (2004).

## **1.2 No interior a vida não é como aqui. Aqui tudo é mais fácil...**

*Em Fortaleza eu tô bem, não troco por lugar nenhum; só pro céu. Morar na cidade grande é bem melhor, porque tudo o que a gente procura, tem.*

D. Lenita, 95 anos

O primeiro *locus* da investigação foi a região metropolitana de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, composto por 184 municípios, cuja população é de 8.358.000 habitantes, o que representa 15,9% da população nordestina.

A população da região metropolitana de Fortaleza é formada por 13 municípios – **Fortaleza**, Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Eusébio, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante —, compreende 3.493.000 habitantes e é a terceira maior região metropolitana do Nordeste e a sétima do Brasil. Isoladamente, o município de Fortaleza atinge 2.431.415 habitantes (IBGE, 2008).

Ainda em consonância com o IBGE (2008), é pertinente lembrar que a expectativa de vida no Ceará, em 2000, era de 67,8 anos; e, em 2007, subiu para 69,6 anos. Considerando as disparidades regionais, entretanto, é mister questionar sobre de qual velho se fala, o que leva a compreender quão heterogêneo e desigual é o Brasil.

No Estado do Ceará, a população com mais de 60 anos já contabiliza 882 mil, 10,55% da população total. Foi um crescimento de 27,08% nos últimos seis anos. A Pnad/2007 aponta um aumento de 46% entre os septuagenários e os octogenários do Estado. Na Região Metropolitana de Fortaleza, 213 mil é o número de velhos. Tais dados reproduzem a tendência nacional e mundial de aumento desse segmento (IBGE, 2008).

**TABELA 2 – POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DO CEARÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA E SEGMENTO IDOSO (IBGE, 2008)**

<b>LOCUS</b>	<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>A PARTIR DE 60 ANOS</b>	<b>%</b>
Estado do Ceará	8.358.000	882.000	10,55
Região Metropolitana de Fortaleza	3.493.000	213.000	6,1

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/2007 (IBGE, 2008).

Seguindo os Indicadores Sociais do IBGE (2008), o percentual de velhos aposentados do Estado do Ceará é de 64,8%, os pensionistas somam 7,6% e os que acumulam aposentadoria e pensão, 6,3%. Na Região Metropolitana de Fortaleza, esse índice é de 52,7% no grupo dos aposentados, 11,1% entre os pensionistas e 3,8% são os que recebem os dois benefícios.

**TABELA 3 – PESSOAS COM 60 ANOS DE IDADE OU MAIS, TOTAL E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS APOSENTADOS E/ OU PENSIONISTAS NO ESTADO DO CEARÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (IBGE, 2008)**

<b>LOCUS</b>	<b>APOSENTADOS</b>	<b>PENSIONISTAS</b>	<b>APOSENTADOS E PENSIONISTAS</b>
Estado do Ceará	64,8%,	7,6%	6,3%.
Região Metropolitana de Fortaleza	52,7%	11,1%	3,8%

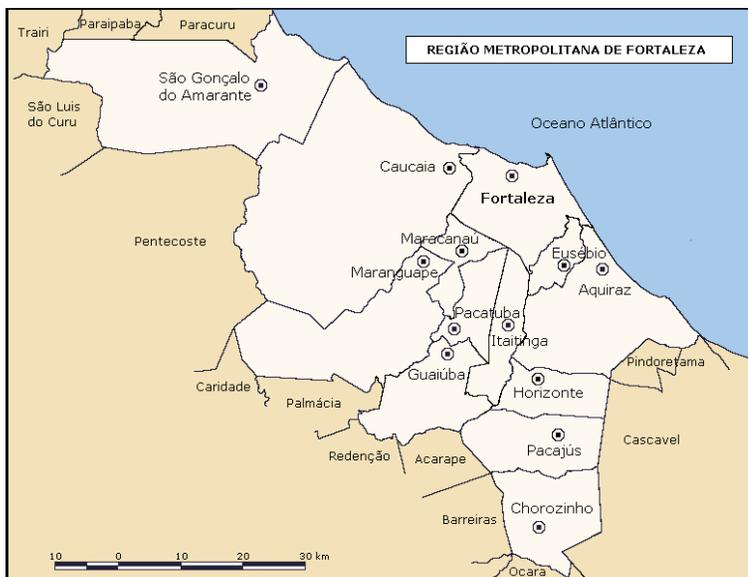
FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/2007 (IBGE, 2008).

É importante salientar que a proteção social não contributiva, que é o Benefício da Prestação Continuada, o BPC – programa de transferência de renda vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) —, instituído em 1988 pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) —, a qual substituiu a renda mensal vitalícia (Lei n.6179/74)<sup>13</sup>, assegura um salário

<sup>13</sup> Consistia no repasse de um salário mínimo aos maiores de 70 anos de idade e inválidos que não possuísem renda e que não fossem mantidos por pessoas de quem dependessem, ou na impossibilidade destas de garantirem o seu sustento. Os critérios para a concessão do benefício eram: filiação ao regime previdenciário urbano de no mínimo 12 meses, ter sido vinculado à atividade inscrita na Previdência Social por pelo menos 5 anos e ter efetivado

mínimo a pessoas com 60 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência, impossibilitadas de trabalhar. O beneficiário deve comprovar que possui renda mensal inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e não pode acumular com nenhum outro benefício da Previdência Social. No Estado do Ceará, 72,2 mil velhos estão sendo contemplados pelo BPC<sup>14</sup>.

#### MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA



FONTE: [webcarta.net/carta/mapa](http://webcarta.net/carta/mapa)

O trabalho de campo em Fortaleza iniciou-se em abril de 2007 e estendeu-se a agosto do mesmo ano. Como já explicitarei anteriormente neste texto, parte dos interlocutores da pesquisa foi delimitada a partir de conhecimentos pessoais – os pais de amigos, vizinhos e conhecidos de amigos. Além dessa rede de relações, também procurei em grupos de convivência – “Grupo de idosos do Sesc” e “Centro de Referência do Idoso” – CRI da Prefeitura.

---

filiação depois de inteirados 60 anos de idade. Essa lei vigorou até 31.12.1995, sendo substituída pela LOAS, que inseriu os benefícios continuados (COSTA, 2007).

<sup>14</sup> Atualização em dezembro de 2009 ([www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)).

Expliquei que o perfil dos informantes deveria contemplar homens e mulheres, de diferentes camadas sociais, níveis de escolaridade, pertencentes a “família de idoso” e “família com idoso”, sempre com idade superior a 60 anos, com preservação da memória, de maneira a relatar suas experiências de vida; suas unidades domésticas deveriam ser compostas de, no mínimo, três gerações.

A integração dos interlocutores à pesquisa começou a partir de seus consentimentos, depois da exposição dos objetivos, momento também de explicação dos procedimentos éticos, como autorização para gravar os depoimentos, permissão para fotografias e informe do uso de nomes fictícios. Com exceção dos analfabetos, todos os demais assinaram o termo de consentimento, sem nenhuma oposição. Tanto os termos como as transcrições estão salvos em arquivos.

O fato de parte dos participantes já pertencer a minha rede de relações possibilitou que os encontros fluíssem de forma agradável e sem obstáculos na condução da entrevista, facilitando a relação entre pesquisador e pesquisado, pois nosso vínculo já nos levava a ter conhecimento de certas questões do roteiro da entrevista.

Na primeira entrevista, o plano era uma entrevista piloto, porém, dada a percepção de pertencimento da informante e de seu interesse em participar da pesquisa, avaliei que seria incorreto excluí-la.

Acerca dessa sensação de pertencimento, Simson e Giglio (2001, p. 143) afirmam que os velhos beneficiam-se “psicológica e socialmente ao desempenhar o papel de informante”. Eles se sentem importantes ao divulgar para os outros sua participação em um trabalho acadêmico, o qual, provavelmente, resultará na publicação de um livro. Como as autoras complementam, as pessoas mais velhas e com memória preservada constituem informantes ideais para a história oral.

Ecléa Bosi (1994) mostra, no seu livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, depoimentos em que os participantes evocam fatos históricos, datas e, sobretudo, os acontecimentos pessoais, os quais remetem

à infância, às brincadeiras, às amizades e à vida familiar, expressados pelo cotidiano, cujos relatos descrevem os costumes, as festas (principalmente as de Natal), as regras de conduta, os relacionamentos, a imagem da casa, o trabalho... Enfim, vivências de uma grandeza que, ao serem recordadas, levam a momentos de saudade e revitalização, mas também de conflitos e frustrações. Contudo, isso oportuniza um novo olhar cujas perspectivas e formas de encarar a vida possam vir a ter outra dimensão. Nessa discussão, Bosi ainda contrapõe a evocação do passado pelo adulto àquela realizada pelo velho: o primeiro, sobrecarregado com as atividades do dia a dia, não relaciona as imagens passadas com a sua vida, porém o velho reflete toda a sua história, recompondo não só a sua biografia, mas a de um grupo.

O universo da pesquisa foi composto por 28 pessoas, 14 velhos, com idades entre 60 e 95 anos, e seus respectivos familiares, com idades entre 18 e 58 anos. Nove configuraram-se como “família de idosos” e 05, como “família com idosos”.

No grupo dos velhos, as mulheres perfizeram o total de 09 e os homens, 05. O grupo dos familiares foi composto por 12 mulheres e 02 homens. Estar com os familiares não foi tão fácil como entre os velhos, porque aqueles trabalhavam, e seu tempo disponível era à noite e, em algumas ocasiões, desmarcavam os encontros, dificultando assim, o cumprimento do roteiro por mim traçado.

Esses números, que demarcam os grupos de mulheres e homens, refletem a afirmação de Barros (1987) em sua tese de doutorado, na qual analisa a família a partir da perspectiva dos avós. A autora examina que o assunto “família” faz parte do universo feminino, haja vista a barreira para conseguir entrevistar homens que se mostrassem solícitos em participar da pesquisa.

Os encontros foram previamente agendados pelos interlocutores, que escolhiam o melhor dia, local e horário, de modo que a sua disponibilidade fosse priorizada. Embora tivesse sido prevista a duração de uma hora para cada sessão de entrevista, nem sempre esse plano se cumpriu, pois alguns, tanto os velhos como seus familiares, por opção, almejavam falar por mais

tempo; Na maioria, os primeiros eram os mais empolgados. As entrevistas ocorreram em suas residências, com exceção de duas senhoras que, por suporem que os netos pudessem interromper as sessões, preferiram: uma delas, a casa da pesquisadora; e a outra, o grupo de convivência do qual participa.

O propósito do primeiro encontro foi esclarecer o objetivo da pesquisa, bem como ter um momento de conversa informal, especialmente entre os que não eram da minha rede de relações, a fim de favorecer a interação e a confiança. A quantidade das visitas, uma média de quatro, dependeu do ritmo de cada um, pois deparei-me tanto com pessoas que gostavam de conversar quanto com pessoas que respondiam às minhas perguntas de maneira sucinta. Exemplo disso é o volume de páginas das transcrições, que varia de cinco a cinquenta, por entrevistado. Todavia, os interlocutores concisos responderam aos objetivos da pesquisa, enquanto os outros, algumas vezes, fugiam ao foco de interesse da pesquisa, e eu precisava intervir para retomar o assunto.

Ao encerrar a entrevista com os velhos, pedi para cada um apontar um familiar de outra geração com quem tivesse maior afinidade, com o objetivo de compreender as trocas intergeracionais, bem como confrontar as versões. Tal como Peixoto (2001), constatei que, embora exista coabitação da geração mais velha com algum filho, ela não se dá necessariamente com aquele filho com o qual o velho se relaciona melhor e mais frequentemente.

Exemplo disso foram as cinco indicações de filhos que não moravam com os pais, mas de presença fundamental em suas vidas, de maneira que os velhos podiam contar mais com os de fora para algum tipo ajuda, como para acompanhar ao supermercado, a uma consulta médico, conduzir ao grupo de convivência, enfim, o vínculo com esse familiar era mais intenso.

Dentre os 28 interlocutores, apenas uma filha resistiu a participar, no momento do comentário de sua mãe acerca da indicação para a entrevista, por ser a familiar com a qual tinha mais proximidade e, por isso, a pesquisadora iria procurá-la. Segundo a mãe, a resistência era porque a filha tinha vergonha de sua casa humilde e por sentir-se constrangida por não se considerar com

capacidade para responder à entrevista. No entanto, ao vê-la na casa da mãe, expliquei-lhe a pesquisa; ela aceitou o convite e combinamos um encontro.

[...] Interessante é que ficou muito à vontade, já estava me chamando de “mulher” e, no final, mostrou-me a casa por inteiro: os dois quartos, o banheiro, a cozinha e sua geladeira antiga que, segundo ela, consome muita energia. Disse-me que comprou a casa por seis mil reais. Mostrou-me álbuns de foto da filha e da família do marido. (Diário de campo, Fortaleza, 22/06/07).

A condução das entrevistas teve como guia um roteiro **aberto** voltado para as questões centrais, mas, na maioria das vezes, os interlocutores possibilitaram a formulação de outras perguntas, em função do desenvolvimento de seus relatos.

O passo seguinte era o registro dos detalhes do encontro no diário de campo, instrumento imprescindível para a análise, tanto quanto a transcrição das falas. Foram descritas as impressões, a situação da entrevista, enfim, observações de ordem geral. É um trabalho que requer atenção, pois a comunicação não verbal é fecunda em significados; no entanto, impõe ao pesquisador sensibilidade para incorporá-la à análise dos dados (ALCÂNTARA, 2004)<sup>15</sup>. Grande parte das reflexões e das considerações aqui trazidas emergiram das observações e de momentos de conversas informais.

O trabalho com as transcrições exigiu longo tempo e concentração, além da necessidade de intercalar algumas observações entre colchetes no lugar em que determinadas falas se tornaram incompreensíveis, como nas expressões regionais, nas manifestações não verbais ou nas explicações de alguns contextos.

Da mesma forma, como reflete Santos (2003), o contato com os interlocutores não se deu sem envolvimento. Firmou-se um relacionamento que excedeu os propósitos da pesquisa, levando a outros encontros e conversas, independentemente da coleta de dados: festa de aniversário de neto, almoço, orientações para preenchimento de formulários do Instituto Nacional de Seguro

---

<sup>15</sup> Na pesquisa de Mestrado, explorei o indizível e o silêncio, elementos repletos de sentidos, transmitidos pela linguagem não verbal, através de gestos e atitudes que se mostraram essenciais no momento da interpretação.

Social – INSS —, um *happy hour*. Ocorreram momentos de tristeza e de alegria diante das histórias, oportunidade em que frisei o valor destas e o meu agradecimento pela confiança em compartilhá-las comigo.

[...] Fiz questão de ressaltar que tudo o que ela relatou foi de importância para a pesquisa. Ao contrário do que a filha falou, que “era besteira”. Expliquei da maneira mais simples possível que a história dela era de valor para a pesquisa e, ao passar tudo para o papel, iria analisar essa história com base no que é visto, ou seja, no que estudamos na universidade. (Diário de campo, Fortaleza, 14/05/07).

Ainda em relação a minha aproximação com os interlocutores, algumas situações reportaram-me à pesquisa de doutorado de Sarti, realizada em 1994, intitulada *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. A autora comenta a expectativa das pessoas de que a presença do pesquisador possa trazer favorecimento a sua vida, diante de sua condição de saber, que implica, conseqüentemente, poder.

Num dos dias em que entrevistei D. Hildete, uma garota de 13 anos, filha de sua vizinha, estava sentada na entrada da casa de D. Hildete e ouviu a parte em que eu perguntava sobre as despesas. No outro encontro que tive com D. Hildete, esta veio me dizer que a vizinha também queria participar da pesquisa, pois a neta havia dito que uma moça iria distribuir cesta básica (Diário de campo, Fortaleza, 03/05/07).

Também lembro da proposta de D. Carmem para que eu desse aula de reforço para seu neto<sup>16</sup>. Já no segundo campo da pesquisa, a minha presença provocou outro tipo de reação que, a princípio, receei indicar que eu não seria bem aceita. Descreverei a expectativa dos interlocutores do espaço rural nas páginas subsequentes.

---

<sup>16</sup> Em *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*, Zaluar (1986, p.116) alerta sobre a dimensão política da pesquisa, no sentido de que requer do pesquisador o uso de estratégias e táticas com fins de garantir a sua aceitação no grupo; e, nesta dinâmica, o envolvimento entre entrevistador e entrevistado ultrapassa a relação formal da entrevista. Nesses termos, a autora afirma: “presentes, atenções pequenos favores, e, mais fortemente atitudes definidas em situações de impasse em que está em causa sua aliança com o grupo estudado ou com os seus ‘inimigos’, às vezes identificados com a classe ou a nação de que faz parte o pesquisador é que vão permitir a continuidade desta presença estranha”.

### **1.3 Na cidade é uma situação e aqui é outra...**

Prepare o seu coração  
Prás coisas que eu vou contar  
Eu venho lá do sertão...  
E posso não lhe agradecer...

GERALDO VANDRÉ

No intuito de selecionar um município do Estado para realizar a pesquisa com os velhos do espaço rural, recorri à Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDM-CE)<sup>17</sup>, a partir do mês de agosto, no sentido de receber orientação acerca de um lugar representativo do que o projeto contemplava. A APDM-CE desenvolve projetos em diversas cidades do Estado e, dentre eles, projetos específicos para a velhice. Por isso, pensei ser importante apresentar à equipe o objetivo da pesquisa e ouvir sua opinião.

No momento, a entidade está à frente do Projeto “O idoso e a construção do envelhecimento saudável”, juntamente com a Associação Cearense Pró-Idoso – Acepi<sup>18</sup>. O objetivo é capacitar os gestores municipais, os profissionais, os dirigentes de grupos de convivência, a trabalhar com as igrejas e com os próprios velhos na dimensão do envelhecimento como um processo que se dá ao longo dos anos, na perspectiva de que essa pode ser uma fase de construção e aprendizado. Essa capacitação compreende um conteúdo programático, cujos temas são: aspectos sociais da velhice,

---

<sup>17</sup> Foi fundada em 1987, e seu objetivo é promover treinamentos, encontros e uma diversidade de eventos para que as primeiras-damas, bem como os assessores, os funcionários da administração municipal e os participantes das organizações não governamentais se inteirem do cotidiano político, de modo a inserir-se em projetos voltados para a cidadania e a qualidade de vida da população cearense ([www.apdmce.com.br](http://www.apdmce.com.br)).

<sup>18</sup> A Acepi foi criada em 1977 por Maria José Barroso, mais conhecida nacionalmente como Mariazinha. Primeira associação brasileira voltada ao segmento idoso, surgiu da preocupação com a emergência de providências em favor da velhice no Nordeste e com a reivindicação de direitos, através da realização de ciclos e debates, encontros nacionais, fóruns e encontro de dirigentes de instituições que trabalhavam com essa população.

educação gerontológica, aspectos psicológicos, saúde do idoso e avanço em Gerontologia e Geriatria.

O Projeto “Eu sou cidadão”, cujo lançamento foi na 5ª Bienal Internacional do Livro em 2002, com a coordenação da APDM-CE, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha – FDR, abrange mais de 1.500 crianças e adolescentes, dos 10 aos 14 anos de idade, da rede de ensino público. Semestralmente, publicam livros paradidáticos com ênfase em problemáticas sociais, como alcoolismo, gravidez na adolescência, trabalho infantil, dentre outras. Na sua quinta edição, em 2004, a temática foi o relacionamento intergeracional, sob o título *Vó tem cada uma*<sup>19</sup>, de minha autoria.

A partir dessas leituras, existe todo um trabalho de discussão dessas temáticas não só no espaço da escola, mas nas praças, nos hospitais, nas rádios, nas igrejas, bem como dramatizações e, para isso, a associação promove capacitações com os coordenadores municipais do projeto, a fim de chamar a atenção da comunidade para essas questões.

A Presidente da Associação sugeriu-me a escolha de Horizonte, região metropolitana de Fortaleza, com distância de 42 km da capital. Pensei, porém, que, por conta da proximidade e da facilidade de acesso a Fortaleza, o local talvez não se configurasse segundo as características típicas do ambiente rural, como, por exemplo, o rendimento da população proveniente da agricultura, as particularidades ambientais, enfim, um contexto que não descreveria uma singularidade do rural.

A segunda opção foi o município de Sobral. Persistiu o argumento sobre a questão social da velhice no local, que já alcançou visibilidade, e o fato de o poder público já realizar ali ações voltadas para esse segmento da população, o que facilitaria meu trabalho, uma vez que me permitiriam contato com mediadores, para facilitar a entrada no campo. Assim, indicaram-me a Secretaria de Saúde e Ação Social – Fundação da Ação Social —, Secretaria responsável por essas ações.

---

<sup>19</sup> ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. *Vó tem cada uma*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2004.

Dentre as políticas ali implantadas, destaca-se o Programa “Envelhecimento saudável” que, desde 1998, propõe a formação de grupos de convivência nos diferentes bairros e distritos, com vistas à promoção da autoestima e à participação na comunidade por meio de atividades socioculturais. A equipe do Programa Saúde da Família – PSF — assumiu e ampliou as atividades.

Ainda se destaca, no município de Sobral, o serviço *Disque Idoso*, cuja origem é de 2002, numa parceria entre a Prefeitura Municipal, o Ministério da Justiça, a Diocese, a Universidade Vale do Acaraú – UVA — e a Associação Cearense Pró-idosos – Acepi.

Compete ao *Disque Idoso* acolher denúncias de maus tratos e violência contra idosos, como também informar sobre os procedimentos de emergências – para onde e como transportar, quais os hospitais mais próximos — e, ainda, tornar pública a existência de grupos de convivência (BARROSO, 2005).

A par das acusações e das reivindicações, o serviço realiza visitas e faz os devidos encaminhamentos à rede de apoio social do idoso (PSF, Ministério Público, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, INSS, Guarda Municipal, Centro de Apoio Psicossocial e Conselho Municipal do Idoso), nos casos de violência e desrespeito aos direitos da pessoa idosa.

O município de Sobral localiza-se na zona Norte do Sertão Centro-Oeste do Estado do Ceará, a 238 km de Fortaleza. Sua população total é de 176.895 habitantes e a de velhos compreende 6,84%, ou seja, 12.101 habitantes (IBGE, 2007).

**TABELA 3 – POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE E SEGMENTO IDOSO (IBGE, 2008)**

POPULAÇÃO DE SOBRAL	
TOTAL	60 ANOS E MAIS
176.895	12.101

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/2007 (IBGE, 2008).

De acordo com o Censo do IBGE/2000, entre os habitantes com 60 anos ou mais a proporção de aposentados é de 74% e de 10%, a de pensionistas.

Em *Descobrimo e construindo e Sobral*, Saboya e Caracristi (2002) narram a história de Sobral sob os aspectos socioeconômico e cultural. A palavra Sobral provém de “sobreiral”; deriva de “sobreiro” que, por sua vez, vem de “sobro”. Sobreiral refere-se à plantação de sobreiro, árvore característica de Portugal, de onde se colhe a cortiça, utilizada para diversos fins, como, por exemplo, isolamentos térmicos e acústicos, revestimento de solos, calçados e indústria automobilística. Para alguns historiadores, a nomeação “Sobral” seria uma homenagem ao ouvidor-mor João da Costa Carneiro e Sá, nascido numa localidade de nome Sobral, distrito de Viseu, ao norte de Portugal. Ao chegar ao local em 1770, o ouvidor elevou a povoação de Caiçara a vila.

Cidade de médio porte, Sobral é considerada a mais importante da Zona Norte cearense e a segunda do Estado, devido tanto ao aspecto econômico quanto aos serviços de saúde e culturais. Daí a designação “Princesa do Norte”.

Em consonância com as autoras ora citadas, na década de 1990 destacou-se a instalação de indústrias vindas de Fortaleza e de outros locais, como o Rio Grande do Sul, cuja empresa do ramo de calçado, a *Grendene*, é a maior empregadora privada do Estado do Ceará. Ressaltam-se a Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA — e a Santa Casa de Misericórdia, instituições que atendem não apenas a Sobral, mas também a toda a região Norte do Estado. Sobressaem, ainda, o potencial turístico e o patrimônio histórico, representado por museus, sobrados, teatro, casas de cultura, monumentos, praças e igrejas.

O município é composto por 12 distritos: Sobral (distrito-sede), Arazível, Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Carcará, Jaibaras, **Jordão**, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto e Taparuaba. De acordo com os dados do IBGE (2000), em Sobral, apesar de haver mais espaço rural do que urbano, a maioria das pessoas mora na cidade, ou seja, neste último censo chegou-se ao

resultado de que 122.252 moravam na sede do município e 32.868 nos distritos.

O Distrito de Jordão, a 14 km de Sobral foi o lugar escolhido para a segunda parte da pesquisa. As razões para essa escolha estão esmiuçadas logo em seguida. A população de Jordão é de 5.126 habitantes, sendo a população idosa composta por 356 habitantes, dos quais 174 são homens e 182 são mulheres (Secretaria Municipal de Saúde/Sobral). As principais atividades rurais são as plantações de caju, manga e mandioca.

**TABELA 4 - POPULAÇÃO DE JORDÃO E SEGMENTO IDOSO**

POPULAÇÃO DE JORDÃO	
TOTAL	60 ANOS E MAIS
5.126	356

FONTE: Secretaria Municipal de Saúde de Sobral – CE (2008)

A infraestrutura é precária – o transporte é limitado; os carros que transportam as pessoas até Sobral são caminhonetes particulares, funcionando até as 18 horas, e o preço é elevado para o lugar - R\$ 2,50, lembrando que a distância até Sobral são vinte minutos. A passagem em Fortaleza custa R\$ 1,60, e existe o esquema de terminais, o que permite ao passageiro apanhar outro ônibus e passar por toda a cidade.

Serviços como banco, cartório, internet, correios, lojas, hospitais, farmácias, livrarias são inexistentes; há somente botecos e pequenas lanchonetes, além de uma escola de ensino fundamental e médio da rede pública. O local sofre quanto ao abastecimento de água, por conta da estiagem. No período do trabalho de campo, a comunidade só dispunha de acesso à água em dias alternados e pelo período de uma hora, depois cessava. No âmbito da saúde, merece destaque o atendimento do Programa Saúde da Família – PSF —, que atua desde 1996 na comunidade do Distrito de Jordão.

Essa descrição de Jordão faz lembrar a definição que Fossa e França (2008) apresentam do rural, cujos habitantes não contam com transporte público nem com supermercados. A densidade populacional é baixa, e os maiores prédios do local são a escola, a prefeitura e o hospital. Com

referência ao lazer, o festejo mobilizador do lugar traduz-se no aniversário do (a) padroeiro (a). No geral, de acordo com as autoras, tal estrutura revela um modo de vida caracteristicamente rural.

Quanto ao processo migratório, chamou-me a atenção o fato de a maioria das famílias jordanienses possuírem um ente morando em Brasília, pois os filhos não dão continuidade ao trabalho da agricultura desenvolvido pelos pais: migram para Brasília e assumem com frequência a profissão de garçom, no caso dos homens, e de empregadas domésticas, as mulheres. Do total de velhos entrevistados, apenas uma senhora não possuía filho em Brasília. A geração dos pais também viveu essa experiência, haja vista o período da seca, sobretudo a de 1958, época da construção de Brasília, quando deixaram as esposas com os filhos, mediante a promessa do retorno:

*Fiquei com oito filhos, o meu marido, como era novo, saía pra Brasília porque a maioria dos homens não tinham ganho, aí iam trabalhar na Brasília, pro Rio de Janeiro e no inverno, eles vinham pra plantar algum roçado. Depois, iam de novo e eu ficava com um arruma de criança tudo pequeno, trabalhando, passando fome, lavava roupa. As coisas eram difícil, não tinha aposento, não tinha nada, a gente tinha aquela maior dificuldade de criar os filhos; eu trabalhava e passava o dia lavando roupa pro povo (D. Tércia, 64 anos).*

Para os que não migram e nem trabalham na agricultura, resta Sobral, onde a indústria de calçado já mencionada absorve essas pessoas e onde, também, muitas mulheres empregam-se como domésticas. Estas contam com um ônibus da prefeitura que as busca e as leva de volta ao distrito no final do dia. Com relação aos empregados na *Grendene*, cada um paga mensalmente R\$ 60,00 ao dono de uma caminhonete, tipo pau-de-arara<sup>20</sup>, para o trajeto da ida e da volta e, dessa forma, é possível cumprir com o horário da empresa.

---

<sup>20</sup> Originariamente emprega-se o termo “pau-de-arara” numa alusão ao transporte destinado a vender aves, as quais são amarradas e penduradas. A partir daí, por analogia, o termo abarca outras duas concepções mais conhecidas – a) instrumento de tortura, muito comum na ditadura brasileira; e b) meio de transporte típico do Nordeste brasileiro, geralmente coberto por uma lona, com o fim de conduzir os nordestinos, os chamados retirantes para o Sul/Sudeste do País. Estes se sentam em tábuas que servem de bancos improvisados. Daí, a semelhança com um poleiro, visto a dificuldade de as pessoas de manterem-se devidamente apoiadas no incômodo transporte.

O cotidiano local é alicerçado no trabalho do roçado. Nas casas de farinha, mulheres e homens, com as crianças ao redor, passam o dia transformando a mandioca, em processo árduo<sup>21</sup>: inicialmente, arrancam a raiz, depois separam<sup>22</sup>, prensam, quebram, peneiram e torram. Trabalho voltado para o próprio sustento, conseguir o “*de comer*”, como eles falam. O plantio, a espera da colheita, o período da seca e, como pude presenciar na safra do caju, além da insatisfação em relação às expectativas nessa época, por conta da quantidade reduzida da fruta – todos esses fatores são importantes na vida dessa gente.

Os encontros dominicais na igreja católica são um ritual certo para a maioria, embora existam duas igrejas evangélicas. As missas são realizadas no terceiro domingo de cada mês. O padre não mora em Jordão, mas, independentemente da missa, os grupos se reúnem: por exemplo, os participantes da renovação carismática, a turma dos cânticos e o “Grupo Mãe Rainha”, responsável pela reza diária do terço na casa de uma família.

---

<sup>21</sup> Em *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*, Heredia (1979, p. 63-63) descreve pormenorizadamente as etapas do processo de trabalho realizado nas casas de farinha, o que vale transcrever: “Em primeiro lugar raspa-se a mandioca, tarefa feita com facas pequenas destinadas quase que exclusivamente para esse fim. A seguir, a mandioca é moída, operação efetuada com a ajuda de uma trituradora acionada manualmente ou por um motor. Quando é feita manualmente, requer esforço físico muito maior e, por consequência, também será maior o número de pessoas dedicadas a essa tarefa. Desta forma, mobiliza-se uma ou mais pessoas (dependendo das circunstâncias) para fazer girar a roda, e outra pra colocar a mandioca na trituradora, operação que se denomina ‘cevar’. Uma vez moída, a mandioca é colocada numa ‘prensa’. A prensa é uma estrutura de madeira (de paus grossos), bastante rudimentar, onde se coloca a massa envolta por folhas de palmeira com um peso grande em cima para facilitar a saída da ‘manipuera’, substância da mandioca que é venenosa. Depois de espremida, a massa passa por uma peneira de palha, sendo amassada para dissolver os grânulos; essa farinha já peneirada cai sobre uma bandeja de madeira, operação chamada de ‘peneirar’ e que é realizada apenas por uma pessoa. Por último, a massa é colocada no forno construído com ladrilhos, onde é cozida. Esse cozimento desse ser feito lentamente, porque embora a qualidade da farinha dependa do cuidado com que se realiza cada uma das operações mencionadas anteriormente, o bom cozimento tem uma importância ainda menor. Nesse sentido, é necessário mexer a farinha (mexer no forno) constantemente, e manter a uma temperatura constante para não acelerar o cozimento. Não agir dessa forma pode determinar que a farinha saia mais torrada ou mais branca do que o que é considerado um ponto ótimo e isso influenciará no preço em que pode ser vendida. A espessura (que é obtida no peneirado) também acarreta diferentes tipos de farinha, que variam de acordo com o gosto individual”.

<sup>22</sup> Assim registra o dicionário Houaiss, versão eletrônica: “sevar: Regionalismo: Brasil: pôr as raízes da mandioca no caititu a fim de reduzi-las à massa com que se faz a farinha”.

É pertinente mencionar o Projeto “Cabra Nossa de Cada Dia”, vinculado à igreja católica e explicado por D. Tércia (65 anos), coordenadora local, liderança também do “Grupo Mãe Rainha” e participante desta pesquisa:

*É assim, ele [padre] dá às famílias carentes. Se você é mãe e não tem condição de dar o leite dos seus filhos, ele [padre] tem um projeto, é um projeto e ele tem ajuda dos alemães. Ele dá uma cabra. Por exemplo, eu crio desde quando... Eu crio a minha menininha [neta] com leite de cabra, leite gostoso. Eu agora tô dando pro neto mais novo. Ele dá a cabra, por exemplo, eu tenho uma criança pequena, aí eu não tenho condição de comprar o leite, aí a gente vai, faz a inscrição, preenche uma ficha, quantas crianças têm em casa, quantas crianças têm de menor, aí ele dá aquela cabrinha pra gente. Agora, é bom, porque assim, eles dão a cabra, se a cabra der cria, ele só quer duas cabras fêmeas pra repassar pras outras famílias e se for macho vai ficando pra pessoa e aí, se eu quiser comer eu como, se eu quiser vender pra outra pessoa eu vendo. Quando eu entregar as duas crias fêmeas, a cabra mãe já é minha e aí a gente vai futurando [faturando]. Ele não importa que a pessoa... Ele quer que as famílias criem os filhos com o leite da cabra. É muito bom isso, em todo canto tem esse projeto. Esse padre é muito caridoso, ave-maria; o pessoal adora esse padre. Ele já foi vigário daqui, mas ele já saiu, passou pouco tempo, mas toda região aqui tem esse projeto, no Baracho, no Santo Antônio, no Desterro, em todo canto tem isso, famílias com as cabras que a gente chama cabra nossa do Padre João, mas o nome é cabra nossa de cada dia. Eu agora só tô com cinco cabeças, mas eu já tive mais. Eu agora tô com duas cabras velhas e com quatro cabritinhos e eu tô dando leite pro meu neto, a gente dá pro pessoal carente porque a minha menina [neta] já tá grande, mas a cabra já é minha, mas eu faço isso porque eu sou coordenadora e dou vacina nas cabras. Vou à reunião em Sobral, dou vacina por causa das vermes, a gente dá de seis em seis meses, eles dão medicamentos, mas é muito difícil as famílias porque tem que ter um dizimozinho de R\$ 1,00 por mês. Você pensa que me dão? É pra ajudar nos medicamentos dos animais. Eles querem esse dizimozinho que é pra manter os medicamentos das cabras. É na hora do parto quando a cabra não tem o parto normal. É tão difícil de dar. Cada família tem um carnezinho, aí eles vão me dando e eu vou levando aquele trocozinho pra lá, levo e entrego o nome da pessoa porque eles têm uma pessoa que toma de conta. É difícil, mas é um projeto muito bom mesmo. Tem gente aí que tem é rebanho de cabra, tem gente que tem é queijo de leite de cabra... Mas muita gente desistiu porque não tem espaço pra criar as cabras<sup>23</sup>.*

---

<sup>23</sup> Dentre os interlocutores, somente D. Tércia participa do Projeto “Cabra Nossa de Cada Dia”. Este foi criado em 1993, pelo Padre João Batista da Frota, da igreja do Patrocínio, em Sobral. Devido ao tempo de seca e ao elevado índice de mortalidade infantil, a ideia do Padre diante

A festa da padroeira, Nossa Senhora da Saúde, na primeira quinzena de agosto, é um ritual muito esperado, especialmente pelas famílias com parentes em Brasília, uma vez que, apesar da distância, o evento continua a ter prestígio para os migrantes, a ponto de planejarem suas férias para esse mês; segundo os depoentes, nessa época vem ônibus de Brasília lotado de pessoas do Jordão. Moura (1986) alerta para não confundir distância com rompimento, pois a separação geográfica da família não equivale à separação social. Nesse sentido, os vínculos mantiveram-se, tanto em termos afetivos como em situação de ajuda financeira. D. Tércia, por exemplo, conta, com os olhos marejados, o dia em que seu neto, de 24 anos, residente em Brasília, encomendou uma homenagem surpresa no seu aniversário, através de um carro de som. Segundo ela, o neto sempre envia dinheiro para os pais e está entre eles anualmente, ou seja, no mês de agosto.

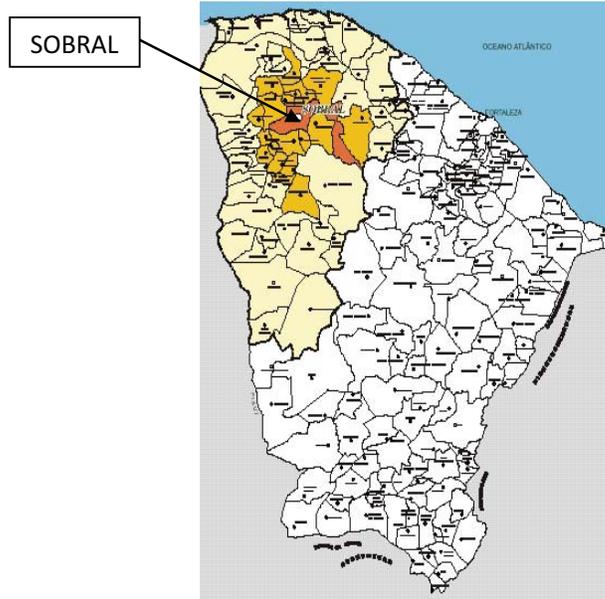
A respeito das comemorações religiosas no meio rural, Moura analisa a importância da festa do padroeiro como um acontecimento de considerável peso na cultura simbólica camponesa; muito mais significativo, por exemplo, do que o dia da Independência ou o da Proclamação da República. Estes não alteram o dia do camponês, diferentemente do dia do santo, quando cessa até o trabalho, independentemente de a data estar ou não incluída no calendário nacional.

---

da situação de fome e desnutrição, foi ceder às famílias mais pobres, nas comunidades rurais, uma cabra prenhe ou parida e, depois de três anos, cada família devolveria duas cabritas ao projeto, as quais seriam doadas a outras famílias. Na implantação do projeto, 25 famílias foram beneficiadas com um grupo de trabalho composto por voluntários, pessoas vinculadas à paróquia do Patrocínio, entidades filantrópicas e instituições competentes para selecionar os participantes, assentar as cabras nos locais sob o cuidado de uma família, prestar assistência técnica e acompanhamento. Desde o começo, a paróquia conta com a assessoria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa / Caprinos, por meio dos seus pesquisadores e técnicos e, atualmente, recebe ajuda em dinheiro de famílias suíças e alemãs. Vale ressaltar que, em 1998, o projeto foi premiado pelo Programa Comunidade Solidária e, em março de 1999, pelo Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela vida – Coep, na categoria de projeto de promoção humana (Duarte, 2004). De acordo com o portal da Embrapa, em fevereiro de 2009 o projeto estava presente em 18 comunidades, atendendo a 515 crianças de 0 a 10 anos, pertencentes a 305 famílias e com um total de 1.025 animais inscritos (<http://hotsites.sct.embrapa.br/prosarural/programacao/2009/geracao-de-renda-com-a-criacao-de-rebanhos-de-cabra>).

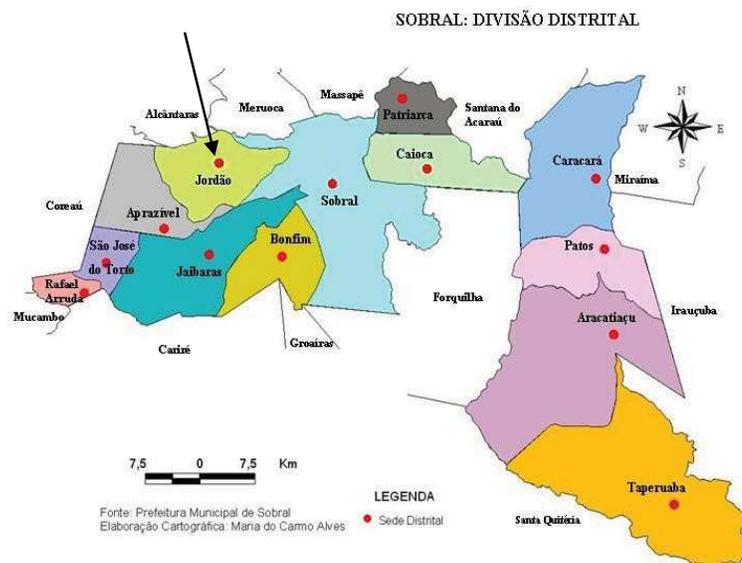
Feita a apresentação do segundo campo da pesquisa, passo a delinear como se deu o contato com os interlocutores.

### MAPA DO CEARÁ

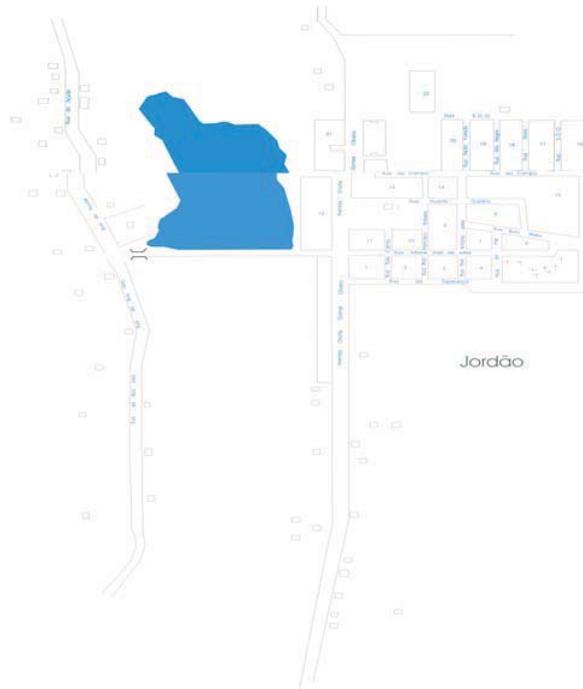


FONTE: [www.sobral.ce.gov.br/.../inv\\_mapa\\_ceara.jpg](http://www.sobral.ce.gov.br/.../inv_mapa_ceara.jpg)

### MAPA DE SOBRAL



## DISTRITO DE JORDÃO



Quanto à escolha do Distrito de Jordão como o segundo *locus* da pesquisa, a sugestão da Fundação da Ação Social, na pessoa de sua presidente, foi essencial. De acordo com a presidente, Jordão representaria muito bem o cotidiano dos idosos e de seus familiares. Foi-me oferecido transporte para o distrito, “mas ‘no fundo’, sabia que seria um grande erro ficar em Sobral e longe dos interlocutores”. (Diário de campo, Sobral, 18/09/07).

Como lembra Malinowski (1976, p. 25), há grande diferença entre um relacionamento esporádico com os nativos e a convivência cotidiana com eles; e, ainda, a independência em relação a informantes pagos ou entediados — a quem o autor chama de “outros brancos” — é uma condição adequada à pesquisa etnográfica. O pesquisador deve evitar a presença destes, priorizar a companhia dos próprios nativos e estabelecer um “relacionamento natural” rumo à familiarização com seus costumes e crenças. Estar em contato, para o etnógrafo, denota que sua “vida na aldeia, no começo uma estranha aventura por vezes desagradável, por vezes interessantíssima, logo assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia”.

Graças à oferta de um servidor da Secretaria, cuja esposa possuía um sítio<sup>24</sup> no Jordão, onde o casal aparecia regularmente nos finais de semana, tive um lugar para acomodar-me no decorrer da pesquisa. O servidor ficou receoso de que talvez eu pudesse recusar, devido à simplicidade do local, além da solidão, porém, garantiu que era tranquilo – o Distrito sequer contava com uma pousada. Em resumo, julguei correta a decisão, pois, a despeito da argumentação de Malinowski, seria difícil familiarizar-me com os interlocutores sem “morar” lá. No distrito-sede, em Sobral, dispunha do convite de um casal de amigos para permanecer em sua residência durante o período da pesquisa; nesse local estive, quando dos primeiros contatos com a Fundação da Ação Social.

#### **1.4 Lugares e sentidos: sertão, interior, roçado e sítio**

A permanência em Jordão e o contato com os interlocutores impuseram a necessidade de conceituar determinadas categorias que estão postas ora no nível analítico, ora no prático. Considero conveniente respaldar esse esclarecimento porque, amiúde, as palavras são empregadas num contexto ao qual não se adéquam; ou então se julga serem sinônimos, quando o sentido fica distante do que se pretende atribuir.

À proporção que me utilizo, neste trabalho, de categorias geográficas, como “sertão” / “interior”, “roçado” / “roça”, “sítio”, vale perpassar pelas explanações de especialistas e estudiosos da área. O termo “sertão”, por exemplo, é anterior à chegada dos portugueses no Brasil, com o sentido de indicar as terras interiores impossibilitadas de comunicação. Na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal o significado de “sertão” faz alusão a um lugar rude e distante do litoral (ANTÔNIO FILHO, 1999).

---

<sup>24</sup> Conforme Cândido (1964, p. 59) conceitua, o dono da terra ou fazendeiro é conhecido como sitiante, porém, em algumas regiões brasileiras, como no caso desta pesquisa, é comum a denominação *sítio* a qualquer propriedade rural, grande ou pequena.

Amado (1995, p. 08) complementa que, no início do século XIX, o termo “sertão”, em Portugal, esgotou-se dos sentidos que teve para os portugueses (espaços amplos, desconhecidos, longínquos), passando a significar “interior”: “Sertão, s.m. O interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa”.

De acordo com a divisão político-administrativa institucionalizada pelo IBGE, o Nordeste compreende as seguintes sub-regiões – Meio-Norte, Sertão, Agreste, e Zona da Mata. O Sertão é a maior sub-região nordestina, abarcando territórios de todos os Estados, com exclusão do Maranhão, compreendendo, ainda, o norte de Minas Gerais. O Polígono das Secas é típico dessa região, onde as chuvas são escassas e irregulares (MELO, 2008)<sup>25</sup>.

Antônio Filho (1999) alerta que, ao aludir-se à palavra “sertão”, o geógrafo deve indicar a qual “sertão” se refere. Acrescento que, para o antropólogo, o importante é apreender as representações dos agentes sobre a realidade que os cerca, numa aproximação à “categoria realizada”, no entendimento de Bourdieu (1993).

Para além de categoria espacial, como bem lembra Amado (1995), incansavelmente, construída nos mais diversos campos, entre sociólogos (Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro, Maurício Vinhas de Queiroz), historiadores (Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda), na literatura (José de Alencar, Bernardo Guimarães Euclides da Cunha, João Guimarães Rosa, Ariano Suassuna), em outras artes (pintura, teatro, música) e por alguns poucos antropólogos (Neide Esterci, Otávio Velho). Pietrafesa de Godoi (1999) também chama atenção para a quase inexistência da produção antropológica no Sertão, espaço que abrange cerca de 90% do território nordestino e, conforme a autora, os temas predominantes são o compadrio, as relações de vizinhança e de família.

Para Heredia (1979), em seu estudo sobre a organização interna de unidades de produção camponesas na Zona da Mata Pernambucana, o

---

<sup>25</sup> <<http://oguiageografico.wordpress.com/2008/09/30/o-nordeste-do-brasil>>.

“roçado”, espaço caracteristicamente de domínio masculino, é o local de trabalho, onde se realiza a produção de bens de consumo familiar; a casa, porém, é o espaço por excelência da mulher que, além de executar as tarefas domésticas, organiza a distribuição desses bens do roçado.

A autora constatou que tais atribuições não são tidas como trabalho, pois, pela lógica dos agricultores, estas só se efetivam em decorrência por conta do trabalho no roçado, ou seja, o consumo depende da produção. Desse modo, roçado e casa, espaços referenciais no interior do grupo doméstico camponês, opõem-se em função da divisão sexual do trabalho. Isso não quer dizer que as mulheres não se ocupem das atividades produtivas, reconhecidas como próprias do grupo masculino, porém, mesmo no desempenho destas, seu trabalho é considerado como “ajuda”.

Os relatos das mulheres de Jordão mostram que, indistintamente, elas executavam o mesmo trabalho dos homens, desde a infância e, hoje, na velhice, percebem o descompasso entre as limitações do corpo e o desejo de continuarem no roçado, assunto este discutido mais adiante. A fala de D. Berenice, 62 anos, ilustra bem a situação:

*Eu plantava, tirava o capim pra vaca, botava na cabeça. É por isso que eu tô arreada [doente]. Capinava, brocava [preparar o terreno para fazer o roçado], quebrava milho, arrancava mandioca; era tudo, tudo. Tudo isso nós era, nós era nove muié e só um homem. Isso desde que eu tava com meus pais. Quando fui pro roçado nós tinha bem dez anos porque o pai era só e nós o magotão [grande número] de filho, tudo com a enxadinha pra capinar... O meu sonho que eu queria realizar era de ser mais nova [risos] que era pra mim ajudar ele [esposo] no roçado.*

Com relação à palavra “sítio”, amparo-me nas explicações de Woortmann (1995, p. 247-248) que dissecou sobre seus vários significados. Inicialmente, a autora reporta-se à oposição entre “sitiante” e “grande proprietário”. Nesse sentido, a categoria “sítio” indica a condição de “fraco”, ao passo que “propriedade” determina a condição de “forte”. Em seguida, apesar de compreender outros sentidos, o enfoque volta-se para as designações próximas a unidades de parentesco, as quais remetem, fundamentalmente, a três significados, intrinsecamente físicos e sociais.

Assim, nesta multiplicidade de conceitos, “sítio”, em seu sentido mais restrito, equivale ao conjunto “casa-quintal” e, por excelência, “o espaço *da mãe da família*; portanto, um espaço feminino”. Porém, se o sitiante possui mais de um terreno, distante de sua casa, esta será identificada como “chão de morada”. “Sítio, então, designa o espaço da família elementar, pois a residência é neolocal, no que corresponde à casa” (ibidem).

Numa segunda acepção, verifica-se um sentido menos restrito, em comparação à primeira definição. O espaço do “pai de família”, em oposição à casa, corresponde ao roçado, ao mato, pasto, etc., além de abarcar o “ciclo evolutivo da família”, articulado a outro padrão residencial, a exemplo do casamento:

Quando um filho se casa, ele recebe de seu pai o *chão de morada*, onde irá construir sua casa em separado. Mas, com o casamento, a mulher sai do sítio de seu pai e vai para o do pai de seu marido, onde se localiza aquele chão de morada. Deste ponto de vista, a residência é, portanto, patrilocal (WOORTMANN, 1995, p. 249).

Quer dizer, o sítio, numa certa fase do ciclo evolutivo, correlaciona-se a uma família elementar e, em outra, a uma família extensa. Existem as atividades privadas no âmbito do “chão de morada”, como o preparo da comida; cada mulher em sua cozinha e as atividades comuns, no espaço do “pai de família” – criação de animais, plantação, farinhada.

O terceiro e último significado do termo “sítio”, analisado e de maior interesse por Woortmann, é escrito com S maiúsculo para aludir “Sítio” a bairro rural ou, mais precisamente, a um *território de parentesco* – como verifiquei em Jordão, pelas casas onde estive, a intensa relação de parentesco entre os moradores, de modo a ouvir, constantemente, “*aqui, tudo é parente*”. Por isso, foi comum, na pesquisa, os interlocutores serem da mesma família, seja pelo sangue seja pelo casamento. No dizer de D. Cláudia – “*Tem dia que eu dou bem 150 benção. Aqui tudo é parente e eles fazem questão de tomar a benção*”.

A autora bem lembra a representação do “Sítio” como “território da reciprocidade”, haja vista a relação de parentesco; portanto, constitui-se um

lugar de troca, conjuntura esta apreendida por um de seus informantes, ao explicar que “*com parente não se neguceia, porque no negócio sempre um sai ganhando e outro sai perdendo*”.

Em síntese, nestes três conceitos, a categoria “sítio” articula-se às relações de parentesco, da menor à maior abrangência: família elementar, extensa e descendência.

### **1.5 Aproximação dos interlocutores**

Penso ser pertinente relatar a trajetória da minha estadia em Jordão, a começar da chegada ao sítio que, para mim, de início, representou um grande desafio. Não por morar só em um local desconhecido no meio do mato, mas, principalmente, por ter que enfrentar o meu grande medo de cachorros, pois, como se sabe, nos sítios, eles são os vigias do local. Assim, não foi raro encontrá-los nas casas por onde passei e, no lugar em que fiquei, havia três dos tais “defensores”. O morador<sup>26</sup> (67 anos) residia do lado da casa, como se diz – “parede com parede” ou “parede e meia”. Para minha surpresa e contentamento, sua família era extensa: moravam com ele duas filhas, de 37 e 26 anos; a primeira passava o dia no sítio e voltava para sua casa no final da tarde, onde morava com o companheiro. A outra filha, separada por conta dos sucessivos episódios de violência doméstica, voltara a morar com os pais. Na época, sua mãe ainda era viva. Moravam, ainda, o filho, de 23 anos, e mais oito netos, quatro de cada filha, com idades entre 02 e 22 anos.

No dia em que fui apresentada a essa família que tão bem me acolheu, o pai encontrava-se no quintal, as crianças assistiam à televisão com as mulheres que, na sala, estavam confeccionando “sacos de palha” como elas mesmas chamam. São capas para garrafas de cachaça, atividade essa comum nas casas por onde andei, à qual se acrescenta, ainda, a construção de chapéu de palha e vassouras; e, como pude verificar, a realização desta última

---

<sup>26</sup> “Morador”, aqui, é posto como sinônimo de “agregado” (WOORTMANN, 1990) e, valendo-me da definição de Antônio Cândido (1964, p.59) este tipo “distingue-se do posseiro porque tem permissão do proprietário para morar e lavrar a terra, sem qualquer paga, salvo alguma prestação eventual de serviço”. O morador em questão reside no sítio há três gerações, sendo a atual herdeira neta dos primeiros proprietários.

era tarefa também dos velhos (homens). Cada unidade de saco de palha era comprada por um valor de R\$ 0,25 por uma revendedora que repassava para uma empresa de grande porte do ramo de cachaça. E assim, nas horas vagas, especialmente no final da tarde e à noite, esta era a cena corriqueira: as mulheres nas calçadas ou nas salas de suas casas no preparo das palhas.

Estava na sala a neta mais velha, de 22 anos, do morador, jovem desembaraçada com quem comecei a dialogar; tanto perguntei como respondi. Não era tímida como a mãe e a tia, que também estavam por perto, cabisbaixas. Falou-me como era a vida em Jordão, que gostava de lá, embora já tivesse morado na casa de um dos tios em Brasília. Retornou de lá por conta da morte da avó, a qual foi acometida por câncer no pulmão. Responsabilizou o médico do PSF, um estagiário que diagnosticou pneumonia, mas não era. Com isso, o tempo foi passando e, quando se chegou a uma conclusão mais precisa, o tumor já estava em estágio avançado.

Nesse mesmo dia, propus ao morador fazer as refeições com eles, de modo que contribuiria com as compras do supermercado, as quais eu levaria ao voltar de Fortaleza. Quando a filha mais velha, a escolhida do pai para fazer os serviços da casa, via que eu chegava das entrevistas, mandava uma das crianças deixar o meu almoço no prato; e assim aconteceu até o final, pois não queria mudar o ritmo da casa nem deixá-los constrangidos com a minha presença.

Interessante notar que, logo na primeira noite, as meninas, de 6 e 7 anos, começaram a fazer-me companhia – levavam o meu prato e, logo em seguida, chegavam com seus pratos e sentavam-se comigo à mesa. Ao terminar, observavam que eu continuava na mesa, escrevendo; passaram, então, a levar os apontamentos da escola e fazer as tarefas ao meu lado. O mesmo aconteceu durante o almoço – até o meu último dia no sítio tive minhas companhias nas refeições e, com uma semana no local, dormia todas as noites com a criança de 6 anos, da qual fiquei muito próxima: ao acordarmos, ela ia para a escola, sem nenhuma resistência ou reclamação por acordar cedo, pois como a própria dizia, não poderia faltar senão não receberia mais o “Bolsa Escola”, e eu ia encontrar-me com meus interlocutores.

Passei a conversar mais com a neta mais velha e fui conhecendo a história daquela família. Era ela quem todo mês ia com o avô receber a aposentadoria, fazer supermercado, resolver algo na cidade (Sobral), como fazer pagamentos; enfim, era ela a quem o morador recorria e, segundo ela mesma, o fato de a mãe ser responsável pelas tarefas domésticas e ela resolver as coisas para o avô provocava ciúme nos tios que moravam lá, situação que desencadeava um ambiente de intrigas, somadas aos desentendimentos das irmãs por causa das brigas entre os sobrinhos.

Apesar de toda timidez do pai e das filhas, com o passar dos dias, eles foram acostumando-se mais comigo, a ponto de não se esconderem quando me avistavam. Percebi, então, que não seria tarefa fácil conseguir o consentimento do grupo doméstico para participação na pesquisa; de fato, não tive êxito, situação que me deixou frustrada. Contudo, mesmo tendo gravado profícua entrevista com a neta, por ela ser mais próxima do avô e por tratar-se de um grupo doméstico interessante para a análise, mais importante do que caçar sujeitos, era respeitar o silêncio de quem não queria participar. Por mais curioso que possa parecer, a única negação veio do meu “vizinho”, o morador, a pessoa que eu via todos os dias, com quem eu me sentava na sombra, depois do almoço e conseguia tirar-lhe algumas palavras, conversas sobre plantações, colheitas, o lugar, mas sempre com o cuidado de não ser uma “vizinha” inconveniente. Como a própria neta observou, o avô gostava de mim, ficava preocupado quando eu não chegava no horário de costume, acenava e gritava quando me via sair: “*Já vai, amiga?*”

Esse tempo que estou aqui, avalio que houve progresso, uma vez que, a própria neta diz que ele é calado até em casa. Ele conversou, posou para ser fotografado, nem se esconde mais e já me cumprimenta por iniciativa própria (Diário de campo, Jordão, 01/10/07).

Mas não entendia o porquê de tanto silêncio, pois já havia “quebrado o gelo”. Haveria alguma razão para que o assunto sobre relações familiares o incomodasse? Como expressa Orlandi (2002, p. 14), o silêncio não fala, ele significa; há um sentido no silêncio:

Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que

aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante.

A autora compreende que a relação silêncio / linguagem é complexa, e o silêncio não se caracteriza como mero complemento da linguagem, pois ele tem significância própria. Daí, poder considerá-lo como fundador, posto seu caráter necessário e próprio, aquele que está contido nas palavras, significando o indizível. Da mesma forma que as palavras são múltiplas, os silêncios também os são. Todavia, ele “não está disponível à visibilidade, não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas.” (ORLANDI, 2002, p. 34).

Na visão de Pollack (1989, 1992), o longo silêncio sobre o passado, longe de ser um lapso de memória, traduz-se numa resistência, evitando-se trazer à tona lembranças dolorosas e conflitantes. Assim, o silêncio tem razões profundamente complexas e, para poder relatar sua história, a pessoa necessita, primeiramente, de uma escuta; e, depois, de creditar certa confiança nesta para que se sinta à vontade a ponto de narrar acontecimentos íntimos, comprometedores ou traumatizantes.

Há de se convir que é uma situação delicada estimular as pessoas a falar de experiências que remetem a tristezas e a lembranças dolorosas. São abafos repletos de significados e, é mais do que compreensível, devem ser respeitados (ALCÂNTARA, 2004)<sup>27</sup>.

Não demorou muito para que eu compreendesse o silêncio do meu suposto interlocutor que, como já mencionei não se tornou participante da pesquisa. Por outro lado, deparei-me com o fenômeno inverso ao do silêncio, ou seja, a fofoca, “com os seus vários outros nomes, tanto neste campo empírico como em demais regiões do Brasil: mexerico, bisbilhotice, disse-que-disse, boato, falatório, falação.” (SILVA, 2005, p. 135).

---

<sup>27</sup> Recupero, na íntegra, a discussão em que trato do silêncio na Dissertação de Mestrado – *Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos* (2003).

Bastou que eu iniciasse as visitas nas residências para que as pessoas descortinassem o segredo daquela família. Segredo esse que, para mim, até então, revelava-se como indizível, porém, somente no âmbito do sítio. O primeiro comentário aconteceu na minha ida à casa de D. Tércia, conforme combinado no dia em que a conheci no trabalho da farinha no sítio onde eu estava morando. Ao chegar, ela conduziu-me para o quintal coberto e ventilado, e lá estavam o seu marido e um compadre; cada qual em uma rede; mais tarde, apareceu o genro do casal. A princípio, discorri sobre a minha pesquisa e, assim, os homens apontavam quem se enquadrava no estudo, lembrando que a única velha que morava com a família, isto é, dependente, havia se mudado para outro interior.

Ao saberem onde eu estava alojada, o teor da conversa voltou-se para a família do morador. A começar pelo próprio: *“ele é tão brabo que só sai do sítio pra se embriagar, tem uma irmã que é tão braba que anda com a mão na cara, são bichos do mato.”* (Genro de D. Tércia – Diário de campo, Jordão, 24/09/07). Depois das observações sobre o comportamento daquelas pessoas, passei a ouvir com um apuro de detalhes a história que eu escutaria em tantas outras casas – cada homem contando uma parte. A emissão do acontecido soava ao que Norbert Elias (2000, p. 123) interpretou em Winston Parva acerca da fofoca: “Quando se ouvia alguém contar a história de uma peça ou um filme a um conhecido que não tivesse podido vê-los, era exatamente como ouvi-lo contar uma história sobre vizinhos da ‘aldeia’ ou pessoas do loteamento”. Transcrevo, assim, o registro das informações daqueles homens, “história de interesse pessoal”, nos termos de Elias:

Sr. Carlito [morador] tem um filho presidiário, o mais velho, “loiro, bonito e alvo”. Ele e outro esquartejaram um homem em Jordão. A comunidade não pôde fazer nada, pois eles estavam como uns “leões, umas onças.” Estavam bêbados e deixaram o homem todo cortado, “feito peixe”, cortaram os ossos, nariz, “deixaram o homem em pedaço.” Os dois homens fugiram para Brasília e depois de dez anos o filho do Sr. Carlito entregou-se à polícia. Conseguiu a prisão condicional e ficou na roça com o pai, mas como “vivia em confusão, perdeu a condicional.” Segundo D. Tércia, a mulher de Sr. Carlito morreu de câncer por causa de “tanto desgosto.” Só ela o visitava na cadeia, em Sobral. “Ele já tentou matar o pai, a irmã. Era exigente, o melhor pedaço do frango tinha que ser pra ele.” A irmã o

denunciou e ele está preso novamente. O compadre da D. Tércia pensa que, se ele for contemplado novamente com uma condicional, vai acontecer outra tragédia, pois os três filhos da vítima moram em Jordão, além dele saber ainda, que foi a irmã que o entregou. Falaram ainda que o Sr. Carlito não teve sorte com as filhas. A mais nova era violentada pelo marido, “voltava para a casa do pai, fazia as pazes, construía um filho e depois apanhava” [era agredida] (Diário de campo, Jordão, 24/09/07).

Tal como SILVA (2005, p.135), observei que a fofoca não era só “coisa de mulheres”. Porém, diferentemente da constatação de que, no seu campo de pesquisa, tal fenômeno quase sempre se realizava sob o aspecto da vingança e da intriga, em Jordão configurava-se como entretenimento, no sentido da interpretação de Nobert Elias (2000, p. 122) do qual empresto as palavras para explicar o valor das fofocas: “Se um dia parassem os moinhos da boataria na “aldeia”, a vida perderia muito de seu tempero. O aspecto essencial delas não era simplesmente o interesse que se tinha pelas pessoas, mas o fato de se tratar de um interesse coletivo”.

Devo acrescentar ainda o uso da fofoca em Jordão como um instrumento de regulação social e, desse modo, “uma das principais intenções seria o vigiar e o punir em prol dos bons costumes camponeses” (ROGERS, 2006), pautados numa ordem moral. Lembro-me de um senhor de 93 anos e de uma memória incomum, pai de um dos agentes de saúde, que fez questão que eu o conhecesse. Este velho mencionou que em Jordão a maioria das mulheres “é *quenga, tudo é amancebada*”, isto é, casam-se sem efetivar os procedimentos legais ou religiosos. A despeito dessa regra moral, Sarti (2005) analisa que o *status* de casado impõe maior respeito, ao passo que a condição de *amigado*, embora aceita na prática, é passível de preconceitos e estereótipos.

Portanto, retomando o significado do silêncio do Sr. Carlito, agi como se não soubesse daquele dissabor, porque percebi que constrangia não só a ele, mas aos outros membros do grupo doméstico, uma vez que, quando eu perguntava sobre o número de filhos, seus filhos e os netos reduziam a existência de mais uma pessoa do grupo, e o Sr. Carlito respondia a

quantidade exata – eram seis filhos – três que estavam com ele na roça, os dois de Brasília e “*mais um que anda solto pelo mundo*”<sup>28</sup>.

A aproximação com os interlocutores de Jordão deu-se de maneira diferente em relação a Fortaleza, visto ser o meu primeiro contato no local. Por isso, a figura do informante-chave foi fundamental para chegar aos atores da pesquisa. A equipe do PSF abriu-me as portas para a comunidade – eles justificaram a presença da estranha (pesquisadora). A equipe e, especialmente, os agentes de saúde do PSF foram os mais apropriados mediadores, pois conheciam os moradores do lugar, além de frequentarem suas casas por ocasião da execução de suas funções profissionais; e, mais ainda, pelo fato de morarem lá, possuíam relação de parentesco com as possíveis pessoas que vieram a participar da pesquisa: dentre elas, seis interlocutores eram avô, mãe e sogra dos profissionais.

Assim, numa reunião com a enfermeira chefe do PSF e com os agentes de saúde, fui apresentada a cinco destes e a três auxiliares de enfermagem e, quando todos se inteiraram dos propósitos da investigação, a enfermeira chefe pediu para cada agente identificar as famílias que se enquadrassem na pesquisa; de imediato, combinamos de ir às casas, na área de cobertura de cada agente, a começar do dia seguinte.

Antes de começar a reunião, a enfermeira-chefe perguntou se eu estava sozinha no sítio e todos ficaram surpresos pela coragem em ficar num lugar sem conhecer ninguém. Uma auxiliar de enfermagem comentou que lá no sítio havia almas e que eu estava perto do “Cobrão”. Quis logo saber quem era o tal do “Cobrão” e ela respondeu que era um *rapaz véi* [solteirão], mas tranquilizou-me, dizendo que era gente boa (Diário de campo, Jordão, 19/09/07).

Essa dinâmica estendeu-se até a apresentação do último velho e, a partir do momento em que as curiosidades e as desconfianças se dissiparam, aquela pessoa de fora, aos poucos, já se inseriu no cotidiano e foi, então,

---

<sup>28</sup> Depois que finalizei a pesquisa de campo, de vez em quando, comunico-me por meio de ligações telefônicas com a enfermeira-chefe do PSF de Jordão e, numa destas ligações, ela contou-me que o filho do Sr. Carlito teve direito novamente à prisão condicional, retornou para o sítio e espancou o pai, que foi atendido na Santa Casa de Misericórdia de Sobral. Tal situação teria levado o grupo doméstico a mudar-se do sítio para a sede do Distrito, por ser um local mais movimentado.

aceita, embora, não esquecesse a orientação de Valladares (2007, p.154): “o pesquisador é um observador que está sendo todo o tempo observado”.

À medida que caminhava com os agentes de saúde com destino aos domicílios, eles já me davam as referências daquelas pessoas, como eram, o que faziam. Penso que esse conhecimento prévio, de certa forma, já exercia influência no meu prejulgamento, quando do meu primeiro contato com os interlocutores. Um exemplo que ilustra bem essa contaminação refere-se às informações que duas agentes me deram a respeito de uma interlocutora a qual explorava os avós:

A agente de saúde comentou que a neta é *cheia de enrolada* e que, inclusive, o Conselho Tutelar já fez uma visita na casa dos avós, querendo levar o seu bebê, pois esta o deixa sozinho com o casal. Acrescentou que é mentirosa e quem não a conhece *acredita na lábia dela*, porém, toda a vizinhança sabe que ela mente. Ainda disse que maltratava o avô, machucava o ferimento de sua perna amputada. As informações continuam: já usurpou o cartão da aposentadoria do avô. Uma outra agente, ouvindo a conversa, ratifica toda a história e avalia que Carla deve ter alguma doença pra mentir daquele jeito (Diário de campo, Jordão, 03/10/07).

Lembro que, da primeira vez, quando estive na casa do Sr. João, avô da Carla, ela não estava lá e, segundo ele, havia saído para Sobral. Sr. João encontrava-se com o bebê no colo e sua esposa estava na cozinha. Numa outra visita, conheci Carla e, a princípio, percebi sua maneira desconfiada de olhar-me. Depois que expliquei o motivo de estar por uns tempos em Jordão, ficou menos arisca e demonstrou-se muito conversadeira. Aproveitou para oferecer-me as bijuterias que ela mesma fabricava e vendia, contou-me do sonho de montar uma loja nesse ramo para trabalhar como autônoma, disse-me que era consultora de vendas de uma clínica odontológica e que ganhava atualmente, R\$ 600,00, informação esta que Sr. João não confirmou.

Ao contar sobre como o avô havia amputado a perna, chorou excessivamente e, depois, mencionou sobre a denúncia feita ao Conselho Tutelar, negando tudo. Disse-se indignada por não saber quem a delatou e avalia que no Jordão muitas pessoas desgostam dela.

Outra observação constante na minha caminhada com os agentes de saúde e nas casas por onde passei foi em relação à parentela, ou seja, *todo mundo aqui é parente*, fenômeno cunhado por Antônio Cândido (1964, p. 204) de “blocos familiares”:

[...] A vizinhança imediata de membros da mesma família, formando, dentro do grupo, um subgrupo coeso e mais disposto à solidariedade vicinal. É claro que isto sempre existiu e vimos, mesmo, que os bairros se originavam muitas vezes da multiplicação de uma família nuclear.

A esse respeito, Almeida (1986, p. 78) alude que a endogamia pode significar “endogamia territorial (casar num limitado raio matrimonial, usando a linguagem dos geneticistas de população), e pode ser endogamia de parentela (casar num isolado matrimonial, na mesma terminologia)”.

Nessa mesma direção, Heredia (1979, p. 47) verificou em seu campo de pesquisa que uma família sempre está relacionada a outra, nem que seja por um parente comum, ousando afirmar que “quase todas as famílias são aparentadas entre si”. Tive essa mesma impressão em Jordão, ao andar com os informantes na rua, haja vista suas sucessivas paradas a fim de pedir a benção ou abençoar. Num outro momento, ao visitar determinadas famílias, os velhos sondavam se eu havia entrevistado fulano ou sicrano e, para a minha surpresa, uns eram irmãos, primos, cunhados, tios entre eles.

Visitei todas as famílias que os agentes de saúde me apresentaram, além de conhecer outras não incluídas na pesquisa, mas também importantes na contextualização das observações. Selecionei 17 velhos, seguidos dos seus respectivos familiares; portanto, um total de 34 sujeitos – no grupo dos velhos, 06 homens e 11 mulheres, com idades entre e 62 e 86 anos; e, no dos familiares, 05 homens e 12 mulheres, com idades entre 19 e 63 anos. Na *família de idosos*, 12 e na *família com idosos*, 05.

Em Jordão, tal como aconteceu em Fortaleza, senti dificuldade em encontrar “família com idosos”: “Coloquei para a equipe do PSF a importância deles indicarem não chefes de família. Disseram que todos têm suas casas e aposentadorias e quando vão para a casa dos filhos é por motivo de doença.” (Diário de campo, Jordão, 19/09/07).

Jordão passou pelos mesmos procedimentos éticos adotados quando da realização da pesquisa em Fortaleza. Mas, no concernente às transcrições das entrevistas, estas se acumularam em função da prioridade às constantes visitas. Desse modo, só foi possível retomar textualmente as falas no retorno a Fortaleza.

A princípio, pensei que teria dificuldade na conquista dos sujeitos, haja vista suas suspeitas de que as aposentadorias e o benefício do Programa “Bolsa Família”<sup>29</sup> seriam suspensos, pois a pesquisadora poderia ser fiscal do governo<sup>30</sup>. Tal desconfiança, em nenhum momento, ocorreu entre os interlocutores de Fortaleza. Acredito que houve certa preocupação no início, em Jordão, porque coincidiu com o período de cortes no Programa “Bolsa Família”, devido a informações errôneas no sistema cadastral, isto é, havia famílias que não tinham direito a essa proteção assistencial e estavam recebendo o benefício, indevidamente.

Então, percebia claramente a reação de cisma das pessoas em suas casas, e elas mesmas verbalizavam sobre a relação da minha presença com o corte do benefício. Tanto a aposentadoria dos velhos como o “Bolsa Família”,

---

<sup>29</sup> O “Bolsa Família” é oriundo do “Bolsa Escola”, Programa Educacional criado pelo Senador Cristóvam Buarque, quando então governador do Distrito Federal, em 1995. A finalidade era o pagamento de bolsas às famílias compostas por crianças e jovens (até 17 anos de idade) de baixa renda para que estas se motivassem a frequentar assiduamente a escola e, ainda, submeter-se aos cuidados básicos em saúde, como realização das vacinas para crianças entre 0 e 6 anos, cumprimento do pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. Em 2003 o “Bolsa Escola” foi incluído no Programa “Bolsa Família” durante o governo Lula. Este programa abarca três modalidades:

“**Benefício Básico, de R\$ 62,00** (sessenta e dois reais), é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens).

O **Benefício Variável, de R\$ 20,00** (vinte reais), é pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais).

O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00** (trinta reais), é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais)”. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/criterios-de-inclusao](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao)>.

Estes critérios estão de acordo com o período da realização pesquisa de campo, ou seja, o ano de 2007.

<sup>30</sup> Em seu estudo, *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*, Heredia (1979) comenta sobre as suspeitas das pessoas da comunidade pesquisada de que ela poderia ser do Censo.

rendas predominantes dos moradores do local, constituem-se como relativamente seguras para o sustento da família, porém, a possibilidade da perda iminente de uma delas causa apreensão, pois a necessidade mais básica, que é a alimentação, fica comprometida. O depoimento de uma filha é bem emblemático desta situação:

*Eu tenho do “Bolsa Escola” que eu tiro R\$ 95,00 dos três meninos. Não pode perder aula, não pode ter vacina atrasada. Às vezes corta, às vezes, vêm essas pessoas fazer entrevista com as mães... Eu tiro o meu dinheirinho, compro também pra casa. Querem saber da renda da casa... Eu falo assim: “Mãe, o seu dinheiro é seu, você tem que falar isso aí.” Eu tenho muito medo. De primeiro, eu só tirava de dois [filhos]. O aumento mesmo tá bem com dois anos. Isso me ajuda muito, graças a Deus. O meu marido, dando comida, ele tá satisfeito e a gente só não veve de comida. O menino precisa de um Danone, de outras coisas. A gente vai viver só de feijão? Os outros falam que a gente veve é bem, porque tem o aposento da mãe, o Bolsa Escola. Adriana, eu digo a minha realidade, não adianta mentir. Aqui tem uma mulher que foi dar uma entrevista, ela mentiu, mentiu, mentiu e aí ela foi cortada. Ela tinha um bar, uma bodega, o filho dela era aposentado. Ela ficou morta de raiva da mulher. Você sabe como é cidade pequena. Todo mundo conhece, todo mundo tem inveja da gente, olho grande, é assim, a vida da gente (Bianca, 33 anos, filha de D. Marilac, 63 anos – Jordão).*

Outro caso que me chamou atenção foi de um familiar inválido em virtude de acidente de trabalho, em que perdeu uma vista e estava dependendo do “Bolsa Família” – três filhos em idade escolar (4, 6 e 8 anos de idade) — e da aposentadoria do seu avô. Sua esposa, uma das interlocutoras mais desconfiadas com a minha visita, a ponto de me inquirir a todo instante se eu realmente não era fiscal, só atenuou a sua maneira de comportar-se ao presenciar a entrevista com o avô do seu marido. Mais uma vez, percebi a importância dos dois benefícios na sobrevivência do grupo doméstico:

*Aí, eu tô sobrevivendo mais essa mulher que recebe o Bolsa Escola e ele [avô] aí também que eu não vou mentir, ele dá uma ajuda. Se não fosse... Nós morava no Umirim, ela recebia R\$ 73,00 do “Bolsa Escola” e nós chegemos aqui ela recebeu R\$ 30,00. Aí, ela foi lá na Casa do Cidadão em Sobral disseram que ia aumentar, mas não era agora não. Aí, ela continuou a receber os R\$ 30,00 e quando foi com três meses ou quatro, eu fui receber e recebi R\$ 95,00. Quando foi agora, depois desse aumento, quem recebia R\$ 95,00 tá recebendo*

R\$ 112,00. Todo mês ela recebe R\$ 112,00 (Ananias, 29 anos, neto do Sr. Timóteo, 82 anos – Jordão).

Felizmente, a impressão de que eu fosse fiscal do governo foi logo desfeita e, em pouco tempo, estava nas cozinhas das casas, nos almoços e também nos irrecusáveis cafés – é melhor aceitar porque a recusa pode ser vista como uma ofensa. Conheci o árduo processo de elaboração da farinha, a farinhada, na casa do Sr. Carlito, onde, junto com ele, estavam presentes suas duas filhas e seu filho, os netos mais novos, um rapaz que morava próximo e algumas mulheres, dentre elas, minha futura interlocutora, D. Tércia, mãe de uma agente de saúde do PSF. Todos os membros desenvolvem uma tarefa específica desse trabalho exaustivamente artesanal; no caso das mulheres, observei-as raspando, sevando, peneirando; as crianças também raspavam e repassavam para as mulheres triturarem; já os homens colhiam bem cedo, conduziam de jumento à casa de farinha, prensavam e cozinhavam. No final, o grupo dividiu para consumo próprio.

E assim, dia a dia, a convivência estabeleceu-se de uma forma intensa e muito propícia. Os moradores do Jordão mostraram-se receptivos e, sobretudo, espontâneos. A conversa fluiu espontaneamente. “Tenho a sensação de que nos conhecemos há tempos. Isso não tem sido só com esta senhora, mas com todos os velhos que conheci em Jordão”. (Diário de campo, Jordão, 24/09/07).

Participar das refeições, e não exclusivamente aos domingos, tomar café em cada casa por onde passava, frequentar e ajudar na preparação da festa do Dia do Idoso<sup>31</sup>, conversar nas calçadas, colher caju com as crianças,

---

<sup>31</sup> A celebração do Dia do Idoso foi organizada pela equipe do PSF que, como pude perceber, é atenta às datas comemorativas – como aniversário dos funcionários ou o dia de alguma profissão, a exemplo do Dia do Médico – a médica de lá foi surpreendida com um farto café da manhã. Quanto ao festejo Dia do Idoso, fazia aproximadamente uns quinze dias que eu estava em Jordão, e a enfermeira-chefe quis saber se eu ficaria por lá no final de semana, a fim de contar com meu comparecimento. Embora, em 2007, o dia 27 de setembro, designado como Dia Nacional do Idoso, fosse numa quinta-feira, a equipe resolveu que a festa aconteceria no dia 29, portanto, no sábado, à noite. Prontamente, aceitei o convite e me dispus a ajudar na preparação. O local foi no anexo da escola pública de ensino fundamental e, a partir das 14 horas do dia do evento, reuni-me com a enfermeira-chefe e os agentes de saúde, começando por organizar as mesas com as cadeiras. Feito isto, prosseguimos na arrumação dos pratos de bolos com salgados e embrulho de canecas, o *souvenir*. Em meio aos preparos, íamos conversando; e assim, cada vez mais, eu me inteirava a respeito do cotidiano de Jordão, bem como de sua gente. Vale registrar que o evento foi patrocinado por um vereador de Sobral, o

ser cumprimentada por transeuntes desconhecidos, ganhar farinha, feijão, rapadura e castanha de caju, receber homenagem como um jantar surpresa ao sair do campo... tudo isso me fez perceber a importância de ir além do estabelecimento do contato com os interlocutores e ser aceita por eles.

Além desse aspecto positivo da familiaridade, destaco ainda o ritmo da realização das entrevistas – de domingo a domingo, manhã, tarde e noite. Aqui, a previsão de uma hora para cada sessão de entrevista não se cumpriu, porque os velhos eram muito conversadores, embora a maioria preferisse o turno da tarde. No período da manhã eles se ocupavam com as tarefas domésticas, além do trabalho na roça, no caso dos homens. Por outro lado, senti falta dessa prolixidade ao conversar com alguns filhos:

Fui entrevistar a Maroca, filha da D. Maria. Muito tímida, falava o tempo todo sem me olhar nos olhos. Aliás, a Valquíria, filha da D. Tércia é mais tímida ainda. Tentei prolongar a conversa, mas foi impossível. Os familiares têm falado pouco e o nível de instrução é muito baixo, o que já modifica em relação a Fortaleza, pois já se verifica uma ascensão dos filhos em termos de escolaridade. (Diário de campo, Jordão, 02/10/07).

Depois, fui tentar me aproximar da sua filha Jussara, mas esta despistou e se escondeu de mim. As conversas com a geração dos filhos têm rendido pouco; nem olham para mim. (Diário de campo, Jordão, 03/10/07).

Estava com seu Vitório e passou o neto com quem ele mais conversa. Daí, disse que queria falar com ele. Quando o avô foi chamá-lo, já havia saído. Tive certa dificuldade em conversar com a geração mais nova porque são mais calados e tímidos, diferentes dos velhos. (Diário de campo, Jordão, 26/10/07).

---

qual possui uma casa em Jordão, seu melhor reduto eleitoral. A festa começou às 19 horas, orquestrada por uma banda, cujo repertório musical foi marcado por ritmos da jovem guarda e forró. A participação foi exitosa e confirmei o que a equipe comentou – os velhos, homens e mulheres prestigiam. Como eu já conhecia alguns deles, conversava e também era apresentada aos amigos e familiares. Os agentes de saúde acrescentavam as informações – mostravam a paquera de um senhor entrevistado por mim, além de me apresentarem a outras pessoas do lugar, curiosas por saber quem era *“aquela moça que passava o dia todo, pra lá e pra cá”*. Fotografei-os; conheci um senhor, pai de uma técnica de enfermagem do PSF, o qual se identificou como pertencente de “família de idoso”, após a explicação da pesquisa. Sugeriu logo que eu fosse até a sua casa, conhecer sua esposa, *“muito conversadeira”*. Na verdade, algum tempo depois, confirmei seu comentário – D. Heloísa foi a interlocutora que mais se estendeu nas entrevistas. Houve, ainda, sorteio de brindes, como toalhas, sabonetes e, depois de a banda ir embora, ligaram um som com músicas de pagode, cuja receptividade não foi a mesma que para a banda. Assim, as pessoas partiram para suas casas por volta das 23 horas. Nesse dia percebi que, em sua maioria, os velhos de Jordão possuem apelido, sendo muitas vezes, mais conhecidos por este do que seus próprios nomes.

Por fim, resolvi encerrar a fase das entrevistas e, apesar de a pesquisa qualitativa possibilitar questões outras não vislumbradas, existia um cronograma a ser seguido. Então, era necessário começar a trabalhar com os resultados, com vistas a responder aos objetivos da investigação.

## CAPÍTULO 2

### FAMÍLIA E VELHICE: DA FICÇÃO AO INACABADO

“O que é familiar não é por isso conhecido”.

HEGEL

Nos termos de Lévi-Strauss (1980, p. 07) “a palavra família é de uso tão comum e refere-se a um tipo de realidade tão ligado à experiência cotidiana” que pode ser visto como um estudo simples, familiar, ou quem sabe, saturado. Nas últimas décadas, a literatura socioantropológica desenvolve produção relativamente grande acerca das transformações nas famílias brasileiras, e esses estudos ganham interesse quando se pensa a instituição família como um processo e não como uma estrutura fixa no tempo (COUTO, 2006).

Na visão de Fonseca (2005, p. 53), uma consideração inicial a ser feita ao tratar da variedade dos conceitos de família é distinguir “unidade doméstica” de “família”. Ela alerta para a escolha pelo IBGE do termo “unidade doméstica”, no sentido de referir-se à vida familiar a partir da moradia. Segundo a mesma autora, é uma compreensão limitada, por não abarcar “a parte mais dinâmica das relações familiares – e que em geral extrapola em muito a ‘casa’”.

Desse modo, a antropologia descarta a ideia de família como restrita ao grupo residente no mesmo domicílio, entendendo que a separação espacial não implica, necessariamente, a ausência dos vínculos familiares, os quais se impõem para além da coabitação, conforme demonstro nesta pesquisa. Logo, seguindo o raciocínio de Fonseca (2005, p. 54):

Procurando uma definição operacional da vida familiar que dê conta desse vasto leque de possibilidades, preferimos falar de dinâmicas e relações familiares, antes do que de um modelo ou unidade familiar. Assim, definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradora entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos.

Destarte, os vínculos afetivos podem estabelecer-se entre marido e esposa e seus filhos, entre uma mulher e sua enteada ou em qualquer outro arranjo, lembrando que “duradouro” não supõe eternidade, e os sentimentos

pertencentes a uma relação podem dissipar-se, posto o caráter dinâmico e transitório dos relacionamentos – “são construídos, negociados e repensados continuamente” (BILAC, 1995, p. 48).

A instituição família comporta uma diversidade de práticas, maneiras de organizar valores e visões de mundo diante das mudanças socioeconômicas e políticas, e não ponderar essa multiplicidade de expressões é incorporar tão somente o modelo hegemônico da “família pensada”, imposto por um discurso oficial — seja o das instituições, o da mídia ou o de profissionais; tal discurso reforça a imagem da família nuclear burguesa – isto é, monogâmica, composta de mãe, pais e filhos – como um valor.

Este ideal de ordenação da vida doméstica apresenta como características principais a existência de uma estrutura hierarquizada, em que esposa e filhos devem obediência ao marido / pai; a divisão sexual do trabalho, conferindo atribuições específicas para homens e mulheres; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual (ROMANELLI, 1995, p. 75).

A casa é o *locus* feminino e o mundo da rua, o espaço destinado “naturalmente” ao homem, numa relação que se rege pelo princípio da hierarquia; enfim, um jeito adequado de viver em família, em oposição ao modelo de “família desestruturada” ou “incompleta”; portanto, os transgressores da norma são considerados diferentes, inferiores (SZYMANSKI, 1995).

Retomando Fonseca (2005, p. 57), é interessante a relação que faz de “família desestruturada” com um contexto peculiar ao universo dos pobres. Neste sentido, observa o emprego de termos distintos entre pobres e ricos para classificar condutas parecidas, uma espécie de “filtro classista”:

Ricos “escolhem” suas famílias.	Pobres “ submetem-se” à biologia.
Maternidade assistida.	Controle de natalidade.
Produção independente.	Mãe solteira.
Família recomposta (divórcio e recasamento).	Família desestruturada.

A postura de Szymanski (1995), ao contestar o padrão do tipo ideal de família, é optar pelo afastamento de modelos rígidos e preestabelecidos, numa análise que respalde as particularidades, isto é, a autora chama a atenção para a importância de entender o cotidiano familiar com suas regras e códigos próprios, um modelo construído historicamente – a “família vivida”.

Essa família reflete uma trajetória específica e não homogênea, os arranjos são variáveis, e é a essa especificidade que se refere uma das máximas metodológicas de Malinowski, citada por Woortmann (2002) – a necessidade de observar o que os indivíduos fazem e não se limitar ao que as regras pronunciam.

Ainda com base nas considerações de Fonseca acerca da proeminência de uma visão jurídica da realidade, a autora constata a dificuldade que têm os profissionais e pesquisadores do estudo da família em afastar-se do repertório jurídico, de modo a não pensar em outros arranjos para além do ideal normativo, impedindo de vislumbrar a atitude criativa dos atores por meio de suas práticas cotidianas.

Os estudos antropológicos advogam o reconhecimento das relações familiares como um constante processo de grande complexidade social, no qual se constrói uma pluralidade, na qual gênero, geração e sexo operam como categorias fundamentais para o estudo da família. Tomar tal fenômeno sob a perspectiva de normas estabelecidas impossibilita a apreensão de um universo tão heterogêneo e dinâmico.

Tomando como referência Poster, Bruschini (1981, p.100) apoia esta opinião: “a história da família é descontínua, não-linear e não homogênea: consiste, isto sim, em padrões familiares distintos, cada uma com sua própria história e suas próprias explicações”. Bilac (1995) complementa o argumento, ao entender que a nuance histórica da instituição família confronta qualquer definição geral de tal instituição.

Como aponta Bourdieu (1996, p.126), a tendência a julgar um modelo como “natural” é porque ele se mostra com feições de ter sido o tempo todo assim:

Pode-se dizer sem contradição que as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que a construção social e que, ao mesmo tempo, existem realmente, coletivamente, reconhecidas. Em todos os usos de conceitos classificatórios, como o de família, fazemos ao mesmo tempo uma descrição e uma prescrição que não aparece como tal porque é (quase) universalmente aceita, e admitida como dada: admitimos tacitamente que a realidade à qual atribuímos o nome família, e que colocamos na categoria de *famílias de verdade*, é uma família *real*.

Bourdieu define o “espírito de família” como o estado de integração mútua entre os membros da família, no qual se estabelece em um cotidiano de trocas, ajuda mútua, festas comemorativas registradas nos álbuns fotográficos, produto de um consistente trabalho simbólico e prático. Nesse sentido, um verdadeiro trabalho de coesão, quer dizer, o de perpetuação do “sentimento familiar”, um exercício de manutenção desempenhado principalmente pelas mulheres.

O grande responsável pela “construção de categorias oficiais” nas sociedades modernas, segundo Bourdieu, é o Estado, uma vez que é ele que legitima certa forma de organização familiar por meio de uma codificação representativa da ideia oficial de família, ou seja, “uma ficção bem fundamentada”.

A idealização da família e do casamento está presente na fala dos sujeitos com quem conversei, tanto no espaço rural como no urbano. A tendência é atribuir a ela um valor divino ou reclamar de que os jovens já não atribuem a essas relações o valor merecido

Existe todo um aparato ideológico de orientação hegemônica, no qual gênero e idade constituem categorias imprescindíveis para a atribuição de papéis aos membros na unidade doméstica. Ao internalizar essa referência culturalmente instituída, observa-se uma ordem simbólica na direção de valores com tendência a naturalizar as relações sociais. Como exemplo, cabe citar algumas expressões que refletem a incorporação do discurso oficial, especialmente no Nordeste brasileiro: *moça direita* ou *de família*, *fulana não é mais de nada* ou *já deu o que tinha de dar*, *não é mulher séria*, *prenda sua cabrita que o meu bode tá solto*, *homem que é homem não chora...* O dito popular revela ideologias dominantes em um contexto histórico-social e as pessoas utilizam este recurso linguístico para expressar suas visões de mundo.

No instigante artigo de Sarti (2004), “A família como ordem simbólica”, a autora compreende o conceito de família sob a perspectiva das diferentes referências socioculturais, com destaque para o significado que os indivíduos atribuem às experiências na família. Assim, Sarti trabalha a noção de família como uma “categoria nativa”, ou seja, privilegia as representações de quem a vive nos variados momentos e lugares.

Woortmann (2002, p. 11), em consonância com Fortes (1964), ao analisar o estudo de Malinowski sobre a família e a influência da psicanálise, também privilegia o ponto de vista do nativo, o qual conduz ao contraste entre o ideal e o real, “entre teoria nativa e comportamento concreto”. Mais do que modelos ideais, relevante é considerar a realidade da vida social e, como tão bem explana Sarti (2004, p. 04):

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que nos permita pensar como a família constrói, ela mesma, sua noção de si, supondo evidentemente que isso se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos e entre marido e mulher). Sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente.

No entanto, nessa incessante busca pela compreensão do sentido que o outro imprime à sua própria existência, Sarti pondera que não há firmeza acerca de que a nossa interpretação do outro reflita fielmente o seu ponto de vista.

Outra questão com que me defrontei nesta pesquisa diz respeito à dificuldade do tema, pois, ao olhar para o outro, tomamos como referência nossos próprios horizontes e, no caso, podemos confundir família com a “nossa família”, dada a identificação da ideia de família com o que nós somos. Para não incorrer em posições etnocêntricas, faz-se necessário o árduo exercício do estranhamento, o qual é discutido por Da Matta (1978).

Sarti (2004, p. 5), por sua vez, emprega a argumentação desse autor para explicar a necessidade de pôr em prática dois movimentos essenciais na pesquisa etnográfica: “o de transformar o exótico em familiar e o de transformar o familiar em exótico.” Ao contrapor nossa visão de mundo a outros pontos de vista, reconhecemos que nossas referências culturais são mais um conjunto, dentre tantos.

Portanto, a pluralidade histórica da instituição família “põe em xeque” qualquer proposta que pretenda formular um conceito geral de família, uma vez que esta não é mais concebida “como organizada por normas ‘dadas’, mas,

sim, fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos” (BILAC, 1995, p. 37).

De todo modo, é preciso considerar que a maior parte dos arranjos é do tipo nuclear, representando aproximadamente 67,6% (IBGE, 2007). Para Scott (2006, p. 229), embora os novos arranjos contradigam uma suposta homogeneização por parte da ideologia da família nuclear, a valorização desta é inegável. Além da preponderância numérica, concorre a dimensão simbólica da qual foi investida, transformando-a em um modelo para considerável parte da população.

Apesar de uma padronização de ordenação da vida doméstica, a flexibilidade faz-se presente, pois, na dinâmica familiar, nem sempre existe uma adaptação completa aos atributos desse modelo. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho e as relações familiares fundamentadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência são determinadas conforme o padrão cultural hegemônico ou revistas no curso da vivência doméstica (ROMANELLI, 1995).

Do ponto de vista dessa ideologia, o tipo de “família normal” corresponde aos imperativos biológicos, além de assumir papéis indispensáveis com relação à sobrevivência da espécie humana “como a regulação da sexualidade, a reprodução, a socialização das crianças, a divisão do trabalho e a cooperação entre os sexos.” (DEBERT; SIMÕES, 2006, p. 1367). É para esse viés ideológico que pesquisas socioantropológicas acerca da família, numa estreita ligação com as teorias feministas, dedicam-se a reinterpretar, revendo os modelos estabelecidos e fortemente arraigados no pensamento social.

Ainda em conformidade com os autores, é relevante ressaltar a contribuição das teorias feministas no aprofundamento da crítica à idealização da imagem de família nuclear. De forma contundente, essas teorias demonstraram que a noção de família como esfera do cuidado, com ênfase na solidariedade do grupo familiar, encobre as práticas de dominação e de reprodução das desigualdades de gênero, no cotidiano familiar. Ao despojarem-se da ideologia da família, as teorias de gênero evidenciam o

caráter político e manipulador que orienta formas moralmente adequadas para a condução da vida, bem como as maneiras corretas de estabelecer trocas, cuidados, dentre outros, na relação entre os seres humanos.

A discussão sobre as relações entre homens e mulheres presentes nas diversas correntes do movimento feminista tornou legítima a luta pela igualdade entre os gêneros e possibilitou outras representações sobre a presença da mulher na família e na sociedade (ROMANELLI, 1995).

Giddens, em sua obra de 1993, *A transformação da intimidade: sexualidade amor e erotismo nas sociedades modernas*, também analisa as transformações no convívio familiar e as repercussões destas nas relações entre marido e mulher, pais e filhos. O autor caracteriza a modernidade através da ideia de projeto reflexivo do eu, através do qual o indivíduo faz suas opções, confronta os papéis predeterminados; quer dizer, diferentemente da tradição, a vida das pessoas não é mais pautada em função desses papéis, e descortinam-se, então, outras alternativas de estilo de vida diante da autonomia e da identidade de cada um.

Retomando a argumentação de Romanelli, as relações entre homens e mulheres tornaram-se mais equilibradas; contudo, a despeito das significativas mudanças no contexto familiar, não romperam plenamente com a autoridade masculina. É importante destacar que esses novos papéis na esfera da família não se consolidaram de maneira uniforme nas diversas camadas sociais. Houve uma propensão maior nas camadas médias, com mais acesso à escolarização, que também se revelaram mais flexíveis a inovações culturais.

Para Sarti (1995, p. 44), mesmo com as frequentes negociações em torno da divisão sexual das funções e da variedade de projetos ideológicos voltados à valorização da dimensão individualizada da identidade social presente na contemporaneidade, “vivemos num tempo que nunca foi tão repleto de alternativas e, ao mesmo tempo, tão normativo; simultaneamente emancipador e constrangedor”.

A autora examina essa contradição a partir do universo cultural dos pobres, pois, apesar do princípio de igualdade jurídica da sociedade moderna, coexiste uma intensa desigualdade na base econômica e, dessa forma, essa

população não dispõe de recursos simbólicos para efetivar seu projeto individual, que “pressupõe condições específicas de educação, valores sociais, alheios a seu universo de referências culturais” (p. 47).

Em oposição à família inspirada em modelos normativos, conduzirei as análises da presente pesquisa no plano da “família vivida”, cujo universo familiar se configura numa diversidade de formas de organização, com costumes, modos de vida, crenças. Não ponderar essa multiplicidade é submeter-se a um jeito “certo” de ser família (SZYMANSKI, 1995).

## **2.1 Os velhos e as suas famílias: gerações em foco**

*[...] Ela cria esse horror de menino dentro de casa... E é tudo nas costas dela.*

Suzana, 40 anos

A tendência de boa parte da literatura é considerar que a instituição *família* é e sempre foi a garantia certa no amparo aos membros mais velhos, independentemente dos contextos sociais e dos períodos históricos. Dessa perspectiva, essa instituição é compreendida como natural, universal e imutável. Entender por esse viés é desconsiderar as novas configurações ou o contexto multidimensional que “coloca em xeque” a família nuclear.

É improvável abordar a questão do envelhecimento no contexto brasileiro, hoje, sem contemplar a família. Assim, pensar a velhice, tomando a família como perspectiva, é adentrar no âmbito das relações, de maneira a conhecer os modos pelos quais os indivíduos lidam com as peculiaridades de cada geração, além dos papéis que cada um desempenha no grupo, apesar de o fator idade não ser mais tão determinante para definir as competências no grupo familiar.

Prepondera a ideia de que a família deve satisfazer as diversas necessidades do seu velho, sejam de ordem física, psíquica ou social e, principalmente, quando existe comprometimento com relação à autonomia e também à dependência (MORAGAS, 1997).

Entretanto, o discurso tradicional de que o amparo à velhice deve ser uma responsabilidade da família é hoje incerto, haja vista o contexto socioeconômico do País, sobretudo entre as gerações mais novas, em razão do enfrentamento das dificuldades na conquista de sua estabilidade, um dos motivos pelos quais o velho assume o orçamento familiar, não obstante as poucas aposentadorias.

É fundamental, assim, evitar qualquer postura generalizante acerca do conceito de velho e de como este vive, pois, no caso brasileiro, tanto é expressivo um grupo detentor de independência, no que concerne ao aspecto físico e econômico, quanto é real, também, a existência de uma parcela desprovida de rendimento próprio e incapaz de lidar com as atividades diárias. Camarano (2006) observa que, em 2003, 3,5% dos velhos brasileiros eram incapazes de desempenhar as atividades básicas, como ir ao banheiro, andar e comer, 11% não dispunham de renda e 12% residiam com filhos e outros parentes.

Como argumenta Cabral (2002, p. 107), inexistente um quadro nítido da configuração da família, quando se discutem arranjos familiares sob o foco da velhice – “não há unanimidade sobre o destino da família na sociedade futura”. A autora também aponta a valorização dessa instituição por parte do segmento idoso, os quais frequentemente se remetem à sua importância em suas falas. Assim, considera pertinente elucidar como se estruturam as famílias com a presença de velhos e a posição ocupada por estes na hierarquia familiar.

Na óptica de Wilmoth (2002), a qual se ampara no contexto norte-americano acerca do arranjo de vida de seus velhos, o local onde estes vivem e com quem coabitam são fundamentais para uma velhice bem-sucedida, visto a influência dessas condições no ambiente físico e social.

No Brasil, conforme aponta Alves (2007, p. 127), com base na pesquisa do Sesc e da Fundação Perseu Abramo – *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, a composição domiciliar dos velhos retrata um nítido recorte de gênero:

Entre os homens é comum a co-residência com a esposa (71%) e, pelo menos, um filho ou filha (51%); já entre as mulheres, a moradia tende a ser compartilhada com filhos e/ ou

filhas (57%). As esposas são apontadas como aquelas que mais dão atenção aos seus maridos idosos (58%) e os filhos e filhas aqueles que mais cuidam de suas mães idosas (36%).

Este arranjo evidencia a importância do laço conjugal para os homens, enquanto que, para as mulheres, a presença dos filhos revelou-se como um considerável suporte. Os dados ainda permitem afirmar que casamento e filhos consistem numa segurança, quando se pensa na assistência aos velhos. Dessa forma, como alerta Alves (2007, p. 127), “o peso diferencial da conjugalidade e dos filhos é o primeiro ponto que se destaca ao falarmos da família com idosos no Brasil”. É pertinente enfatizar que, nesta geração dos velhos brasileiros, o casamento e a reprodução foram fatos comuns, de modo que apenas 6% deles são solteiros e também 6% não constituíram prole.

Seguindo o raciocínio da autora, a diminuição da quantidade de filhos e a inconstância nos relacionamentos conjugais verificadas na atualidade entre as gerações mais jovens apontam um esboço em que a centralidade do suporte pela família nuclear deva passar por uma revisão, tanto para os homens como para as mulheres. Isso porque o número de velhos sem ajuda ou com apoio de parentes e não corresidentes tende a elevar-se. Esta projeção sinaliza para a necessidade de que a sociedade se previna em relação a outras formas de relacionamento que não o vínculo conjugal ou a parentalidade para os futuros velhos que já nasceram.

Outro resultado relevante quanto à situação de moradia, de acordo com a pesquisa ora referida, remete à proporção do segmento idoso que vive só, isto é, 15%; dentre estes, predominam as mulheres, principalmente quando mais velhas. Quatorze por cento das mulheres com 80 anos e mais disseram não contar com quaisquer pessoas em termos de cuidado, ao passo que, dos homens, nessa mesma faixa etária, 4% afirmaram encontrar-se em tal situação. Contudo, Alves ressalta que morar só não possui uma relação direta com a situação de abandono ou ausência de companhia.

O livro de Margaret Mead, *Culture and commitment: a study of the generational – Cultura e vinculação: um estudo do fosso entre gerações* (1970), publicado em francês no ano de 1971, com o título *Le fossé des*

*générations*, no qual a autora analisa a relação entre cultura e educação a partir de três modelos sociológicos de relação entre gerações – posfigurativa, cofigurativa e pré-figurativa —, é emblemático na discussão acerca da convivência entre os indivíduos com foco no repasse de saberes, costumes e práticas.

No primeiro modelo, típico das sociedades primitivas, onde predominam a tradição e o poder dos velhos, as gerações mais novas aprendem com estes. É um tipo de cultura cujas mudanças demoram a acontecer e, de acordo com Mead (1971, p. 27-28), “os avós, segurando os seus netos recém-nascidos no colo, não são capazes de imaginar para eles um futuro diferente do que foi o seu próprio passado. Nesta cultura, o passado dos adultos é o futuro de cada nova geração”. Quer dizer, o ciclo de vida é invariável para todos, aspecto este, segundo a autora, imprescindível na regulação da ordem social.

Inversamente, na cultura cofigurativa, o prestígio não é dos mais velhos, e, sim, nas palavras de Mead, dos “pares”, ou seja, o aprendizado se desenvolve num mesmo segmento ou numa mesma faixa etária, crianças ou adultos. Porém, não significa uma ruptura definitiva do modelo posfigurativo. Conforme analisa Alves (2007, p.134), em algumas situações, a aprovação de uma nova conduta ou ideia por parte dos jovens passa pela apreciação da geração dos mais velhos. “No entanto, o processo de surgimento do novo torna-se consciente, o que é distinto do modelo pós-figurativo”. A cofiguração associa-se à cultura juvenil e dá lugar à representação da juventude como rebelde. Na avaliação de Mead, o surgimento da família nuclear, concomitante à redução dos avós, possibilitou uma maior autonomia entre os mais novos, abrindo espaço às mudanças:

Basta os avós desaparecerem fisicamente do mundo onde se cria a criança que a forma como a criança experimenta seu futuro se abrevia em uma geração e seus vínculos com o passado se debilitam. Desaparece o traço essencial da cultura pós-figurativa: a inversão da relação do indivíduo com seu filho ou com seus próprios pais (Mead, 2002, p. 76, apud Alves, 2007, p. 135).

O terceiro conceito, cultura pré-figurativa, é definido como um contexto em que a memória e a experiência dos velhos não são valorizadas. É

pertinente observar o pessimismo de Mead quanto à interação entre velhos e jovens nesse estágio, no qual o aprendizado se dá linearmente, isto é, os adultos aprendem com os mais jovens:

[...] Os adultos de hoje devem tratar o seu próprio passado como algo incomunicável e ensinar aos seus filhos a não se interessarem por ele, uma vez que eles não iriam entendê-lo. [...] Nesse sentido, é preciso reconhecer que nós não temos descendentes, e que os nossos filhos não têm pais (124-125).

Hoje, não se encontra em nenhum lugar do mundo pessoas mais velhas que sabem o que as crianças sabem, por mais distantes e simples que sejam as sociedades onde vivem essas crianças. No passado, sempre havia adultos que sabiam muito mais coisas do que qualquer criança, pelo fato de terem crescido no interior de um sistema cultural. Hoje não existe mais nenhum. Não só porque os pais deixaram de ser guias, mas também porque não existem mais guias, por mais que se procure por eles no seu próprio país ou no exterior. Nenhum adulto de hoje sabe do nosso mundo o que dele sabem as crianças nascidas no decorrer dos últimos vinte anos (123-124).

A esta nova configuração atribui-se a rapidez das mudanças, algo sem precedentes. São transformações vistas no âmbito da tecnociência, das instituições, no sistema produtivo que permeia as esferas públicas e privadas da sociedade, de modo a afetar profundamente as nossas experiências cotidianas, a maneira como vemos a nós mesmos e a forma como conduzimos nossos relacionamentos, o que leva a uma redefinição de papéis.

Os três tipos de cultura descritos coexistem nas sociedades contemporâneas, possivelmente, com maior influência da cultura pré-figurativa, mas não de maneira uniforme, quando se consideram os lugares, suas realidades e seus costumes. Penso ser interessante explicar o arcabouço teórico de Margareth Mead para fins de reflexão; contudo, a cultura pré-figurativa não se estabelece tão integralmente a ponto de ofuscar a interação entre as gerações, como demonstram as pesquisas qualitativas acerca de um envolvimento de pessoas com faixas etárias e modos de vida diferentes e, particularmente, da análise deste trabalho. Sendo assim, mais na frente, revelarei aspectos positivos e expressivos no processo de coeducação entre gerações e rever, tal como observa Alves (2007), o suposto cenário de isolamento geracional enfocado por Margaret Mead, no final da década de 1960, como uma propensão na contemporaneidade.

Como discutem Debert e Simões (2006), existe uma certa convenção ao analisar a velhice nas sociedades industrializadas, desde que os processos de modernização, industrialização e urbanização, concomitantes à nuclearização da família, provocaram o rompimento das relações plurigeracionais nas sociedades tradicionais. Neste novo contexto, os velhos tornaram-se um peso para a família e para o Estado, em contraste com uma época durante a qual tinham respeito na comunidade, eram portadores da memória e legitimados como experientes e sábios. Por conseguinte, teriam uma vida insignificante nas sociedades modernas.

A esse respeito, Debert (1999) comenta o conceito de Moddy – “curso de vida pós-moderno” –, segundo o qual as transformações definidoras do cenário contemporâneo relativizam comportamentos apropriados para cada fase do ciclo de vida e, assim, sinalizam a emergência de uma sociedade cuja idade não é essencial. Contudo, não se pode negar as idades como fator importante na organização social, bem como na definição do *status* de uma pessoa.

Vislumbra-se um “*ethos* pós-moderno”, de ruptura com determinismos biológicos, físicos, psicológicos e sociais. Logo, o curso de vida pós-moderno “coloca em xeque” a teoria da psicologia do desenvolvimento, a qual estabelece uma continuidade evolutiva unilinear, onde os períodos da vida são compreendidos universalmente, embora existam contextos socioculturais específicos.

Hareven (1999) reporta-se às “descontinuidades no curso de vida” num tempo em que as pessoas experienciam uma infinidade de transformações socioeconômicas e culturais, refletidas no mundo do trabalho e da família, numa sociedade marcada pela informatização e pela cultura globalizada que a mídia divulga e que contribui para uma multiplicidade de modos de vida (CAMARANO, 2004).

Enfim, a Antropologia tem contribuído enfaticamente no sentido de mostrar que as etapas da vida não possuem caráter universal e, no caso da velhice, observa-se um discurso que focaliza o velho como vítima privilegiada do abandono, da pobreza, isto é, de todos os desmandos. É frequente a afirmação de que a postura individualista, própria da modernidade,

determinaria no cotidiano dos velhos a perda de papéis tradicionais na família, que hoje se define por arranjos inovadores, provocando, assim, solidão, depressão e espera pela morte. Presume-se ainda que esse público não se adaptaria a um contexto de constantes mudanças.

Em confronto com esta imagem passiva e inerte, a cotidianidade mostra realidades bem distintas. As pesquisas voltadas a expor um panorama da população idosa têm demonstrado um quadro mais otimista da velhice, enfatizando ser essa uma experiência heterogênea; e, com o avanço tecnológico, são vistas expressivas alterações nas relações sociais e de trabalho, contribuindo para a formação de uma sociedade mais exigente e concretizando aspirações impensáveis em outros tempos.

Portanto, os “novos velhos” reagem positivamente ao conjunto de mudanças sociais que redefinem a experiência do envelhecimento. Cabe aqui a afirmação de Cohen (1989, p. 113) – “uma gerontologia crítica não precisa se reduzir a uma lamentação”. A generalização do que é ser velho constrói uma única forma, homogênea, e, assim, o velho é sempre visto como um doente ou um derrotado. Esta postura tem levado a um tratamento preconceituoso, reforçando a exclusão do segmento.

Tal imagem é uma narrativa predominante, formando-se um movimento histórico singular e, com isso, desconsideram-se todas as diferenças, como, por exemplo, classe e gênero, que redimensionam tantas outras realidades permeadas de heterogeneidade. Assim sendo, não existe uma maneira única de ser velho.

Por outro lado, percebe-se que não vigora um consenso entre as estudiosas (DEBERT, 1999; CAMARANO, 2004; MOTTA, 2004; PEIXOTO, 2004; BARROS, 2006.) quando tratam da inserção dos velhos na contemporaneidade. As autoras, em suas pesquisas socioantropológicas analisam que estes atores se integram em diversas atividades, mostrando que continuam a participar, seja na militância política, na inserção do mercado de trabalho e também nas práticas de sociabilidade. Apreende-se que ser velho não se restringe à situação de dependência ou isolamento, uma vez que “não se deixam influenciar pela diminuição das possibilidades de participação /

integração. Ao contrário, eles vivem um eterno processo de adaptação e de reconversão.” (PEIXOTO, 2004, p.12).

Motta (2004, p. 110) complementa, fazendo uma reflexão acerca das novas formas de sociabilidade que surgiram nos últimos decênios na vida dos indivíduos mais velhos, o que vai permitir uma redefinição da imagem destes. Junto com as formas de encontro geracional na família, vem crescendo a sociabilidade extrafamiliar apontada pela autora. O aspecto gênero é determinante na participação das atividades – “homens em conversas nas praças públicas e mulheres em ‘trabalhos’ ou apoios a rituais da Igreja Católica”<sup>32</sup>.

No estudo sobre as imagens de mulheres e velhos na publicidade, Debert (2003) comenta que a literatura, sobretudo na Inglaterra e na América do Norte, demonstra mudanças na representação da velhice pós-anos 1970, pois, até essa década, as imagens são preconceituosas: associam as pessoas velhas a portadores de características depreciativas, como, por exemplo, comicidade e teimosia – um quadro estanque, estereotipado, no qual predomina a decadência física.

Entretanto, nos anos 1980 esse quadro tende a mudar, passando o velho a simbolizar poder, riqueza e prestígio social. Concluindo, a autora, em conformidade com Bell, Featherstone e Hepworth, reforça que “uma imagem mais positiva do envelhecimento está sendo projetada, uma imagem em sintonia com a geração que ocupa atualmente um papel central na produção cultural, como é a geração dos baby boomers.” (DEBERT, 2003, p. 03).

Cortella (1999) expõe a necessidade da discussão sobre as relações intergeracionais, haja vista que aconteceram muitas mudanças nos últimos 50 anos, porém, subsiste a dificuldade em lidar com essas mudanças ou, mais especificamente, não é sempre que sabemos conviver com as outras gerações. A sociedade modificou-se, mas o imaginário social não acompanhou tantas transformações.

---

<sup>32</sup> A respeito da sociabilidade deste segmento com foco na dimensão de gênero, os estudos de Alda Britto da Motta constituem referência importante e, com relação, especificamente, à sociabilidade masculina, recomendo a Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva de Mauro Brigeiro – *Rir ou chorar? Envelhecimento, sexualidade e sociabilidade masculina*. 2000.

Considerando essa diversidade e a nova imagem do velho que está redefinindo e ocupando novos espaços para envelhecer, é mister refletir sobre que papel o velho está desempenhando e como o compartilha para uma construção de identidade na dinâmica da história, pois, como bem coloca Bosi (1994), os velhos têm o poder de ser perpetuados na família através de algum traço, “o poder da revivência”, seja no sorriso, no andar e — ousou complementar a autora – por que não no modo de ser?

### CAPÍTULO 3

## VIVER E ENVELHECER NA CIDADE

*Não dá certo no interior... Na seca de [19]42, a minha mãe passava oito dias sem botar comida na boca e só dava água pros meninos que começavam a vomitar. Ia pra janela, olhava pra gente com fome, chorava. Chorava e dizia: "Isso é o diabo que nem aparece cobra pra comer".*

D. Hildete, 64 anos

As relações familiares em uma sociedade cuja expectativa de vida se expandiu criam situações inovadoras. São diversas experiências que há meio século seriam inconcebíveis – como imaginar, na velhice, o retorno à escola ou ao trabalho? O divórcio? O recasamento? A vinda de um filho, quando já se passou da idade para ser avô? Enfim, hoje, os velhos assumiram papéis jamais previsíveis em outros tempos. A convivência entre os velhos e seus familiares permite repensar as trocas, as interações e a forma como são engendradas no espaço doméstico.

Como uma das intenções da pesquisa era compreender o caráter das trocas intergeracionais nos grupos domésticos, foi essencial ouvir os parentes com os quais os velhos possuíam um vínculo mais próximo e, como já observado, a aproximação não se dava necessariamente com aqueles que moravam sob o mesmo teto. Ao serem indagados sobre com quem conversavam mais e a quem recorriam, quando precisavam de alguma ajuda, dos 14 interlocutores, 05 selecionaram as filhas que não residiam com eles, o que mostra que a coresidência não é garantia de apoio e de trocas intensas entre gerações na família.

As entrevistas com as onze filhas, um filho, uma neta e um neto foram direcionadas com o objetivo de explorar as trocas afetivas e instrumentais entre as gerações da família, de modo a perceber como os mais jovens lidam com seus velhos e como se organizam para lhes prestar cuidado.

Quais as repercussões dessa convivência? Em que a coresidência alterou a vida das distintas gerações? Para apreender as questões, vale destacar as narrativas dos pais e dos filhos em torno do sentido que eles dão ao morar junto novamente. E, para além de conviver sob o mesmo teto, é pertinente, ainda, ouvir também aqueles entre os quais não se dá a coabitação, cuja intensidade do vínculo leva a entender o porquê da indicação destes pelos velhos, nesta pesquisa.

A fim de que fique claro para o leitor o perfil dos interlocutores, bem como a caracterização das gerações, convém inicialmente apresentar os participantes em cada lugar da pesquisa. E, a partir deste capítulo, começo a apurar como se expressam as trocas geracionais em Fortaleza, levando em consideração aspectos como condição de chefia, gênero, idade e camada social.

### ***3.1 Os atores da cidade***

Como já dito, o universo em Fortaleza foi composto por 28 pessoas: 14 velhos, com idades entre 60 e 95 anos, e seus respectivos familiares, com idades entre 18 e 58 anos. Nove configuraram-se como “família de idosos” e 05, como “família com idosos”. No grupo dos velhos, as mulheres perfizeram o total de 09 e os homens, 05. O grupo dos familiares foi formado por 12 mulheres e 02 homens.

Passarei a explicitar, então, a dinâmica cotidiana dessas relações, com base nas observações e nas entrevistas com os velhos e com cada familiar indicado; mas sem repetir constantemente dados, como a idade, a composição dos membros ou a relação de um com outro, uma vez que tal caracterização está presente nos apêndices da tese, a fim de facilitar o entendimento do leitor acerca de quem são os interlocutores.

### 3. 2 Dependência: de uma geração a outra

*Às vezes, eu tô aqui, estressado falando alto e ela [filha] diz assim: “Pai, vai embora.” “Eu não sou teu inquilino, não, ora!” [risos]. Mas, não é mesmo?*

Sr. Valter, 65 anos

Exponho, no **Quadro 1**, um perfil resumido dos velhos pertencentes às “famílias de idosos”, tomando como base a definição do IBGE, que foi de grande proveito para este estudo. O crédito e a profundidade de suas pesquisas censitárias são inegáveis, porém, aponto alguns casos os quais não se adequaram plenamente às formulações classificatórias do significado de “chefe de família”.

Analiso, portanto, a experiência de ser “chefe de família”. Qual é o caráter e o significado que essa participação ganha em diferentes contextos e em famílias de tipos distintos? Qual o poder do velho nas relações familiares? Como e quando são priorizadas suas necessidades na esfera doméstica? Suas percepções acerca do que é essencial ou supérfluo exercem influências na tomada de decisões dos filhos, dos netos e dos outros parentes?

Como mostra o **Quadro 1**, dentre os entrevistados de Fortaleza, nove compreenderam “família de idosos”— seis são mulheres, com idades entre 60 e 74 anos, e três são homens, entre 64 e 78 anos. Cabe mencionar que, com exceção de D. Amélia<sup>33</sup>, todos são proprietários dos imóveis onde moram. Aqui será visto que, além da renda, a posse do imóvel é um significado relevante na configuração de chefia.

Entre as mulheres, o estado civil é o seguinte: três são separadas; duas, casadas; e uma, viúva. Com relação à escolaridade: quatro têm ensino fundamental incompleto, uma tem ensino fundamental completo; e uma tem nível superior (Filosofia e Teologia). O grupo doméstico delas tem de quatro a

---

<sup>33</sup> D. Amélia mora há dez anos numa casa — cedida pelo seu ex-patrão — de dois quartos, uma sala grande e um banheiro, localizada em frente à fábrica de peças íntimas onde trabalhava. O proprietário receava que seu terreno, bastante espaçoso, fosse invadido; e, assim, propôs que sua funcionária morasse lá, o que ela aceitou de imediato. “Foi bom porque eu não pago aluguel, só pago água e luz e fico pastorando [vigilando] o terreno dele”.

oito pessoas, e a renda variou, de um grupo para outro, de menos de um salário mínimo a 15 salários mínimos<sup>34</sup>.

No grupo masculino, o estado civil assim se apresentou: dois casados e um viúvo. Quanto à escolaridade, um é analfabeto; um, alfabetizado; e um tem ensino fundamental incompleto. A composição do grupo doméstico varia de quatro a sete pessoas e a renda, de dois a sete salários mínimos e meio.

Em linhas gerais, o perfil é este, mas, para além de tais caracterizações, é necessário contextualizar como se expressa essa condição de chefia nos grupos domésticos e examinar de que forma é empregada a renda do grupo familiar, considerando as relações de poder, escolaridade, idade e gênero.

---

<sup>34</sup> O valor do salário mínimo na época da pesquisa era R\$ 380,00

QUADRO 1 – FAMÍLIA DE IDOSOS / FORTALEZA-CE

	NOME	NATALIDADE	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA*	GRUPO DOMÉSTICO / CORRESIDÊNCIA
01	Alice	Redenção – CE	64	Separada	Ensino fundamental incompleto**	Do lar	-1 (FAMÍLIAR)	1 casal de filhos, 1 neta e 1 bisneto / RECOABITAÇÃO
02	Amélia	Fortaleza – CE	68	Separada	Ensino fundamental incompleto	Serviços Gerais (Aposentada)	4 (FAMÍLIAR)	1 casal de filhos e 5 netos (3 mulheres e 2 homens) / PERMANENTE
03	Carmem	Paracuru – CE	60	Casada	Ensino fundamental completo	Telefonista (Aposentada)	10 (FAMÍLIAR)	Esposo, 2 filhas, 1 filho e 1 neto / PERMANENTE
04	Edson	Russas – CE	78	Viúvo	Alfabetizado	Aposentado (Pensionista)	2 (INDIVIDUAL)	1 filha, genro 3 netos (1 homem e 2 mulheres) e 1 bisneto / PERMANENTE
05	Geraldo	Aracoiaba – CE	77	Casado	Analfabeto	Mecânico (Aposentado)	4 (INDIVIDUAL)	Esposa, 1 filha, genro e 2 netas / RECOABITAÇÃO
06	Guta	Fortaleza – CE	74	Separada	Superior	Professora (Aposentada)	8,5 (FAMÍLIAR)	1 filha e 3 netos / RECOABITAÇÃO
07	Hildete	Crateús – CE	64	Casada	Ensino fundamental incompleto	Revendedora	-1 (FAMÍLIAR) + BF*** (R\$ 65,00)	Esposo, 1 filho e 1neto / RECOABITAÇÃO
08	Josefina	Fortaleza – CE	74	Viúva	Ensino fundamental incompleto	Do lar (Pensionista)	15 (FAMÍLIAR)	1 filha e 4 netos (2 homens e 2 mulheres / RECOABITAÇÃO
09	Valter	Baturité – CE	64	Casado	Ensino fundamental incompleto	Militar (Aposentado)	7,5 (INDIVIDUAL)	Esposa, 1 filha e 1 neto / RECOABITAÇÃO

\* Renda (familiar ou individual) em salário mínimo

\*\* À época da entrevista, estava cursando a 8ª. série do ensino médio (antigo 1º. grau)

\*\*\* BF= Bolsa Família

As rendas são provenientes das aposentadorias, das pensões, dos “bicos”, do trabalho (Sr. Valter, 64 anos, depois de três anos aposentado, voltou à ativa como sargento da polícia militar) e, mais ainda, da contribuição dos filhos, os quais trabalham e possibilitam um acréscimo na renda familiar. Contudo, vale destacar que a participação dos filhos não representa um peso maior nas despesas da casa, visto que o dinheiro deles é utilizado, sobremaneira, em benefício de seus filhos e de seus gastos pessoais. Os mais velhos assumem suas despesas próprias, principalmente as necessidades de alimentação, sem depender de maneira absoluta dos outros membros da família.

Nessa mesma direção, Sr. Geraldo, com 77 anos, aposentado por invalidez e recebendo um salário mínimo, e Sr. Edson, de 78 anos, aposentado e pensionista, recebendo dois salários mínimos, relataram que, apesar de os genros contribuírem nas despesas, no momento em que estes se encontraram na impossibilidade de pagar algo dentro de casa, suas aposentadorias é que asseguraram o sustento do grupo, como de costume.

O primeiro falou-me do choque que o genro sofreu, ficando sem trabalhar alguns meses; e o segundo mencionou a ausência de vínculo empregatício do seu genro, o qual trabalha esporadicamente como motorista de caminhão e *“assim vai levando”*. Este também foi vítima de um acidente, *“quebrou a cabeça, passou três meses hospitalizado, aí ficou afastado do serviço”*.

À época da entrevista com Sr. Edson, cheguei a ver, no fundo do seu quintal, a casa em fase de acabamento que estava construindo para a neta de 20 anos morar com seu marido e a filha de oito meses. Ele comentou que havia feito um empréstimo para comprar material de construção e, no momento, havia parado o serviço até quitar o empréstimo, mas, mesmo assim, a casa estava em condições de morar, faltando apenas cimentar e pôr o piso.

Para reforçar a afirmação de que a renda desses velhos é a principal fonte de sua sobrevivência, independentemente da ajuda sistemática de outro membro da família, cabe ainda trazer outros exemplos, como são os casos de

D. Josefina, de 74 anos, que recebe quatro salários mínimos, e de D. Guta, também com 74 anos que recebe três salários mínimos e meio.

D. Josefina, hipertensa e já submetida a uma cirurgia cardiovascular, explica que a prioridade na aplicação do seu dinheiro é com sua alimentação diferenciada, pois, segundo ela, não come todo tipo de coisa e usa medicamentos, com os quais seu gasto mensal é em torno de R\$ 200,00. Salaria que a filha contribui com o gás, a água, o pão, porém, *“tem os filhos dela, ainda tem gente pequena, uma filha de nove anos”*.

D. Guta fala que tanto ela como a filha têm liberdade para gastar suas rendas à sua maneira, mas, quando esta se separou e foi morar com a mãe, levando os três filhos, ainda crianças, a combinação foi que D. Guta continuaria pagando o condomínio e a filha assumiria a fatura da energia e a alimentação, mas, na falta, D. Guta reforçaria o estoque. Com relação ao telefone, cada uma tem sua conta, porque, como a mãe esclarece: *“ela pagava e, quando eu queria rachar, ela não aceitava, daí eu achava chato quando queria ligar”*.

Como mãe e filha são acometidas por doenças que exigem uma alimentação mais equilibrada, as duas têm afinidade pelo mesmo tipo e comida. D. Guta é hipertensa, a taxa do seu colesterol é alta e, somado a esses comprometimentos, sofre de artrite. A sua filha submeteu-se a uma cirurgia de tireóide; assim, optaram por uma dieta de baixa gordura. *“Nós temos o mesmo gosto por alimento... Ela não come gorduroso, aí pronto, na minha casa é tudo light”*.

Outro gasto de sua responsabilidade é com os medicamentos, dos quais ela reclama dos preços excessivos:

*O colírio custa R\$ 60,00, mas às vezes, eu consigo amostra. Eu falo pra esse meu médico: “Vem cá doutor, o senhor pensa que eu sou rica?” Eu digo pra minha filha que as minhas colegas recebem remédio de graça nos postos. Aí, ela: “Não mamãe, a senhora se dá bem com este que a senhora toma pro seu problema de coração.” E eu não tenho pena de dar dinheiro em remédio<sup>35</sup>.*

---

<sup>35</sup> O trecho aponta para a imagem do Sistema Único de Saúde – SUS — como um direito discriminado, quando na sua constituição, entretanto, existe o princípio da universalidade, isto

Embora a renda de D. Guta seja a fonte principal de seu sustento, como enfatiza na sua fala: “*o dinheiro que eu ganho tá maravilhoso, eu não preciso mais de nada*”, é necessário acrescentar que seu caso apresentou-se como inusitado no aspecto da ajuda dos filhos; porém, não me refiro à ajuda da filha que mora com ela. Trata-se de um filho que mora em São Paulo e, conforme expressa, providenciou uma poupança para ela; paga a assistência médica e o remédio da hipertensão. Sempre telefona para saber se está lhe faltando algo e, quando a mãe vai para sua casa, ele paga as passagens de ida e volta. Chegando, não permite que ela contribua com despesa alguma.

D. Guta ainda ressalta que todos os seis filhos a ajudam, mas a frequência dessa ajuda depende de suas condições financeiras. “*Agora, por exemplo, três são de baixa renda, antes eles ajudavam mais*”.

Neste grupo, com exceção de um homem, todos possuem o controle do seu dinheiro, de modo a gastá-lo como lhes convém. Sr. Valter, aposentado há dezesseis anos, o mais novo dentre os homens, 64 anos, ao receber sua aposentadoria e seu salário, os quais somam um valor em torno sete salários mínimos e meio, repassa quase que na íntegra para a sua esposa. Ele deixa consigo, aproximadamente, R\$ 200,00 para manter seus passarinhos, cuja criação é o seu maior passatempo dentro de casa, além de ser o maior gasto individual:

*O meu esporte é criar passarinho, desde menino. [...] Eu comprei um campina há uns quatro anos, foi R\$ 150,00. A minha mulher disse assim: “Quanto é um passarinho desse, é pelo menos 20?” “Foi 15” [risos]. Mas ela sabe que eu gasto dinheiro com passarinho, ela sabe (Sr. Valter, 64 anos).*

Sua justificativa para que a esposa controle a renda e faça uso desta como bem entender perpassa por razões de ordem práticas. “*Se ficar comigo eu tô é ferrado. Eu não sei quanto é um quilo de feijão, sei nada e nem quero saber*”.

---

é, o acesso aos medicamentos independe da camada social do indivíduo, mas muitas vezes é visto como algo direcionado somente às pessoas desfavorecidas economicamente. Um exemplo que bem ilustra essa observação é fala do Sr. Álvaro (“família com idosos”), ao relatar que, quando recebeu medicamento no posto conveniado ao SUS, próximo às medições do *Alphaville*, condomínio onde mora, percebeu a reação de admiração das pessoas, como se ele não tivesse o direito de ter a concessão pelo fato de morar num lugar elitizado.

Tarefas de mulher. A função de fazer as compras com frequência no supermercado não lhe compete; portanto, é mais prático, para Sr. Valter, dispor de seu dinheiro e isentar-se dessa obrigação bem desempenhada por sua mulher, que faz pesquisa de preço, não compra o supérfluo, paga em dia as contas de água, luz, telefone e sua assistência médica, paga o dízimo e, acima de tudo, abriu uma conta na poupança, onde mensalmente, credita um montante. Além de suprir as necessidades básicas do grupo doméstico com a renda do marido, repetidas vezes, ajuda o filho mais dependente, bem como a filha que mora com o neto em sua casa; e empresta às outras duas filhas que, porventura, se encontrem em dificuldade financeira, mas que depois, reembolsam a mãe.

O episódio retrata a análise de Sarti (2005, p. 63) sobre a divisão complementar entre os papéis masculino e feminino. Como tão bem explica a autora, “o fato do homem ser identificado com a figura da autoridade, não significa que a mulher seja privada de autoridade”. Portanto, o controle do dinheiro pela mulher “é uma atribuição de seu papel de dona-de-casa”, ou seja, é seu papel sexual e, nessa dinâmica na organização do grupo doméstico, “casa” e “família” representam um universo simbólico, onde aquela é associada à mulher e esta ao homem, conferindo, assim, posições hierárquicas.

A autoridade exercida pela esposa de Sr. Valter não sugere sua “centralidade” no grupo doméstico, mas, antes de tudo, ela está reiterando as diferenciações sexuais; verifica-se que ela cumpre seu papel de mãe de família / dona de casa, isto é, o de mantenedora da unidade familiar, “é a ‘patroa’, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho” (ibidem).

Ao falar de sua vida econômica em relação ao passado, afirma que hoje vive bem melhor: “*Hoje, eu não vivo tão atribulado, preocupado com a sobrevivência porque, graças a Deus tem o básico e eu sou feliz*”. Conta as dificuldades que enfrentou no início do casamento, com sua esposa grávida que também contribuía, vendendo confecções. Lembra ainda da situação constrangedora pela qual esta passou, quando do corte na concessão de cesta básica: “*Quando ela foi receber, disseram que ela não podia mais receber,*

*porque o marido tinha uma bicicleta. Eles achavam que pra ter cesta básica, a pessoa não podia ter uma bicicleta”.*

Mesmo tendo se aposentado aos 48 anos com a aspiração de utilizar seu dinheiro para viajar, pescar, não pôde assim fazer, visto que todos os filhos estavam dentro de casa, estudando sob sua dependência; priorizou aplicar sua renda no sustento da prole. Hoje, tem os quatro filhos casados, com exceção de uma filha separada, a que mora com ele; portanto, Sr. Valter encontra-se menos responsável no sentido de provisão; por isso, diz-se menos atribulado e, de vez em quando, viaja com a esposa para o interior do Estado para visitar os amigos e os parentes.

Também atribui o fato de estar melhor atualmente, em termos econômicos, à gratificação que foi incorporada à sua aposentadoria, que é em torno de R\$ 1.000,00. Como era lotado no estacionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, conhecia todos os deputados; e foi por meio de um deles que, na época, era Presidente da Câmara Federal, conseguiu sua remuneração e, como afirma, *“direito adquirido; melhorou só tudo”.*

D. Hildete, com 64 anos, a mais pobre, cuja renda do grupo doméstico (esposo, 1 filho - 39 anos e 1 neto -18 anos) não atinge sequer um salário mínimo, conta que sua comissão da *Avon* e o dinheiro que, às vezes, o marido ganha, vendendo, na rua, chinelos e tábua de passar roupa é que garantem a comida da casa. Mas conta ainda com a parca contribuição do filho, que trabalha esporadicamente como servente. Menciona sua grande preocupação com a *Avon* e seu desejo de desligar-se, por ser um problema, *“uma dor de cabeça”* na sua vida, uma vez que o marido pede o dinheiro emprestado e, quando vence o dia do pagamento, ele não tem como pagar. *“Ele gosta de comer carne, eu compro, depois pede R\$ 5,00 e assim vai. Ele acha que, como bota as coisas dentro de casa, eu também devo botar, pois vendo Avon”.* Suas roupas são compradas pela filha que mora na mesma vila e também ajuda com o supermercado, quando pode.

A perspectiva de que sua vida melhore em termos de situação econômica é animada pelo sonho de que, em agosto do corrente ano, ela seja

contemplada com o Benefício da Prestação Continuada (BPC)<sup>36</sup>, estando já informada dos procedimentos para pleitear essa proteção social. Falou que a primeira providência ao receber a assistência é construir sua cozinha no fundo do quintal. “Ao reclamar da altura do degrau na entrada de sua casa, almejou também fazer alguma mudança; sugeri uma rampa e ela empolgou-se com a ideia” (Diário de campo, Fortaleza, 14/05/07).

Das casas dos entrevistados, a de Hildete é a menor e mais pobre:

Uma sala, em seguida, o quarto que também faz de cozinha e, no quintal, o banheiro. Admiro o seu jeito resignado para com as adversidades da sua vida de pobreza. Em nenhum momento reclama e sempre tem um sorriso para oferecer (Diário de campo, Fortaleza, 26/04/07).

Ainda no que diz respeito à prioridade da renda, a narrativa de D. Carmem, de 60 anos, destoou das demais: emprega todo seu dinheiro (cerca de um salário mínimo e meio) com o neto de 10 anos. Antes de tudo, é preciso ponderar que, das mulheres desse grupo de “família de idosos”, com exceção de D. Hildete (mas, como exposto, seu esposo possui baixa remuneração), D. Carmem é a única que conta com a participação do marido, microempresário no ramo de *lingerie*. Ele possui uma renda de aproximadamente nove salários mínimos. Portanto, D. Carmem, contando com o sustento do marido, mas não sem conflitos, o que detalharei em seguida, utiliza, sistematicamente, sua aposentadoria em função dos cuidados e da educação do neto que mora em sua casa desde que nasceu.

D. Carmem é aposentada como telefonista há 11 anos, ganha R\$ 500,00 e provê sua família juntamente com o marido, de 59 anos,

---

<sup>36</sup> Pelo BPC é concedido o valor de um salário mínimo às pessoas com 65 (sessenta e cinco) ou mais e aos portadores de deficiências. Para o primeiro segmento fazer jus a tal direito, é necessário que a renda mensal familiar seja inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário e, com relação ao segundo, além deste mesmo critério da renda *per capita*, a outra exigência é que a deficiência incapacite ao trabalho ou para a vida independente. Este benefício está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei n. 8.742 de 07/12/1993) e estabelecido no Estatuto do Idoso – art. 34 da Lei 10.741 de 01/10/2003, cuja operacionalização é da responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). É importante ainda mencionar que, de acordo com a pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, 37% dos velhos dizem conhecer o auxílio (CORTES NERI, 2007).

microempresário no ramo de *lingerie*, cuja renda varia em torno de R\$ 4.000,00. O grupo doméstico é composto por duas filhas, de 30 e 32 anos; um filho de 31 anos; e o neto de 10 anos, filho de sua filha mais velha, mãe solteira, a qual não recebe nenhuma ajuda do pai da criança. Essa filha nunca trabalhou; a outra é formada em Pedagogia, dá aula particular de reforço escolar; e seu filho, com nível médio completo, trabalhava com o pai, mas, devido a um desentendimento, afastou-se.

Feitas as considerações, passo a relatar as narrativas da D. Carmem com relação ao emprego do seu dinheiro. O assunto preponderante na sua fala foi a decadência econômica na sua casa, a partir do momento em que o marido se envolveu com uma amante e desse relacionamento nasceu um filho que, hoje, está com 6 anos. Antes, o dinheiro dela era apenas para uso pessoal: *“nunca comprava para dentro de casa e ele toda vida supria todas as nossas necessidades”*, visto que era bem empregado, ocupava a posição de diretor financeiro numa empresa de tecidos. Porém, foi demitido pelo envolvimento com a mencionada amante, sua secretária.

A partir da demissão, o padrão de vida de seu grupo doméstico decaiu avassaladoramente, posto que seu marido, mesmo refazendo-se por conta própria, passou a ganhar menos e com duas famílias para sustentar.

D. Carmem conta que o marido nunca teve carro de *“segunda mão”*, como atualmente; é um *Gol*; eram todos bem equipados e o último, *“uma Paraty do ano, ele foi obrigado a vender pra pagar umas dívidas, pra pagar um bocado de coisa, pra abrir a empresa. Aí, comprou esse carro aí. Hoje, o que ele ganha não dá pra quase nada”*.

Diante a situação, começou por cancelar a assistência médica privada dos seus filhos e do neto. D. Carmem era funcionária pública estadual, trabalhava como telefonista e seu plano de saúde é de valor reduzido, haja vista esse vínculo. A partir de então, usa seu dinheiro para pagar a sua assistência médica e a do neto, o qual sofre de asma, e para suprir os gastos com os *tickets* do lanche escolar do garoto.

Apesar dos problemas financeiros, como expõe D. Carmem, seu marido paga “aos trancos e aos barrancos, mas reclama”. São despesas elevadas e fixas – contas como da água e da luz estavam atrasadas na incidência de serem interceptadas. Em vista disso, D. Carmem viu-se obrigada a fazer um empréstimo:

*Eu vi a hora da gente passar fome, eu me vi obrigada. Aí, fiz o empréstimo no Bradesco e dei pra ele. Eu não queria fazer. Ele disse que ia pagar o meu plano de saúde. O meu plano tá atrasado. De lá pra cá, desde dezembro eu tô sofrendo. Ele não paga no dia, ele paga atrasado: 15 dias, 20 dias. Só paga atrasado.*

Uma despesa elevada que não dispensa é com a educação do neto; apesar de toda a dificuldade e das reclamações do avô, que continua a pagar, manteve-o numa das mais tradicionais escolas de Fortaleza. Lamenta por não poder subsidiar mais a educação, em termos de esporte e, secundariamente, cita suas aspirações:

*O colégio custa R\$ 280,00 e é porque tem 20% de desconto. O outro colégio que ele estudava era mais caro. Esse colégio é um mundo, é colégio de primeiro mundo. Se sobrasse dinheiro, eu aplicava na educação dele, um esporte pra ele. Ele dá o maior valor a basquete e judô. Eu não tô podendo pagar. Dá R\$ 50,00 cada um. E depois, pra mim, pra passear. Quero passear, quero viajar, quero poder me cuidar melhor.*

A partir da queda do padrão de vida do seu grupo doméstico, somada à infidelidade conjugal do marido – período em que estava começando sua menopausa, a qual gerou algumas implicações como hemorragia, anemia, crescimento do útero, osteoporose, gastrite emocional, cansaço no corpo —, e ainda à doença de sua mãe, de quem passou a cuidar, D. Carmem avalia que tudo mudou na sua vida, principalmente no convívio entre os filhos:

*É briga é zoada, eu mando eles se calarem e eles não se calam. Ninguém me obedece, tá todo mundo de maior, o que é que eu vou fazer? Eu não criei os meus filhos brigando e agora se formou essa situação por causa do pai deles. Agora, quem tá pensando mais sou eu por causa das coisas. Eu não aguento mais, eu tô cansada disso, se eu não me cuidar, eu não vou aguentar!*

Embora o filho não se manifeste, as filhas indispõem-se com o pai, julgam-no por suas atitudes, desencadeando um ambiente tenso, e D. Carmem constrange-se por ele:

*Às vezes a minha filha pega cada briga com ele que eu tenho é pena; chama ele de nome: “Se dê ao respeito, tenha vergonha.” Eu já pedi pelo amor de Deus pra não dizer nome com ele. “O senhor é um miserável. Tão bem que o senhor vivia e agora, como é que vive? O senhor perdeu a vergonha, perdeu o caráter. Mas é isso mesmo, o senhor se misturou com porco e agora tá se rolando na lama. Aquela mulher não vale nada.” A outra também diz malcriação com ele. Ela diz: “Quem tem culpa da gente tá desse jeito é o senhor.” É muito difícil ele responder, ele sabe que tá errado, né?*

A época em que a família era unida é lembrada; é quando vê no marido um outro homem – diferente daquele que era convertido à igreja evangélica, que influenciou a ela e aos filhos a se converterem também; liderava o ministério do grupo de casais, e hoje não se importa se tem comida dentro de casa ou se há alguém doente. Nos finais de semana “*ele se manda e só vem domingo. Se for um feriado, dorme lá*”.

O fato de eu já possuir vínculo com esta interlocutora, anteriormente à pesquisa, facilitou que eu lhe perguntasse se ela já havia cogitado da separação, ao que ela respondeu que, se ela fosse só, até gostaria, mas não pode, principalmente por conta desta filha, que parece não ter condição de trabalhar, e do neto. “*Todo mundo diz que, se ele sair de casa, ele não vai dar mais nada. Esse ano, ele já chamou bem umas duas vezes [ao cartório, a fim de efetivar o divórcio]*”.

A dependência econômica apresenta-se como um conflito para a separação, como também seus princípios religiosos, pois estes não aprovam a revogação do matrimônio. Diz ela que não sente mais falta dele, mas é ruim porque conhece os preceitos divinos:

*Se eu pudesse, eu me separava dele, ia embora, ia viver a minha vida. Eu não sinto saudade, não sinto falta [...]. Sabe, eu sou evangélica, eu sei que Deus não quer ir isso pra minha vida, porque a palavra de Deus quer restituir a família, porque a palavra de Deus... Deus é família. Família é ideia de Deus, foi Deus quem fez a família.*

Por várias vezes, D. Carmem sinaliza que não vai controlar por muito tempo essa situação estressante que se instaurou em sua casa, dando ênfase ao cuidado com o neto, que, segundo afirma, participa de tudo em sua vida: “*não mudou nada, foi outro filho que eu tive*”. Supre economicamente em assistência médica, alimentação, vestuário, educação, além de encarregar-se com os cuidados diários – leva e traz do colégio, prepara suas refeições, lava e passa suas roupas, leva a passeios, enquanto a mãe não assume uma tarefa sequer: “*O menino fica com fome e ela não tem coragem de ir ao supermercado [ao lado da casa]. Ela não sai de casa, só fica no portão, olhando o menino brincando na rua, às vezes*”. Na sua opinião, a filha deve ter algum problema depressivo, e até mesmo já a chamou para fazer uma consulta, porém, ela resiste a ir. A situação tem provocado discussões constantes no dia a dia da família, uma vez que os outros filhos reclamam do procedimento da irmã, que acaba por sobrecarregar a mãe.

Diferentemente de D. Carmem, que conta com marido para manter a família, D. Amélia, 68 anos, aposentada há sete anos em serviços gerais, provê fundamentalmente sozinha o seu grupo doméstico com uma renda de um salário mínimo, que se torna mais irrisória diante da composição do seu grupo doméstico. Moram com ela: um casal de filhos — a filha, de 38 anos, empregada doméstica, ganha R\$ 200,00; o filho, com 32 anos, está desempregado —; os quatro filhos dessa que é empregada doméstica — dois casais, com 9, 12, 18 e 20 anos.

Deste último casal de netos, a moça trabalha como empregada doméstica e o rapaz realiza a função de *office-boy*. Ela também ganha R\$ 200,00 e ele, um salário mínimo. Por fim, ainda mora uma filha, de 4 anos, do rapaz que está desempregado. Ou seja, D. Amélia mora com dois filhos e cinco netos. Como os outros filhos moram próximo à mãe, sua casa sempre está movimentada por outros netos e também por bisnetos. Resumindo, a renda familiar é de quatro salários mínimos, mas o emprego do dinheiro por parte da filha e dos netos é essencialmente para eles, como disse – são para gastos pessoais e para gastos com os filhos ainda crianças; e aqui, no caso, os netos de D. Amélia.

Desse modo, a matriarca em questão explica como se dá essa dinâmica:

*A minha filha contribui, mas ela compra merenda pros filhos dela. Ela podendo, também, ela também coopera. O meu neto também ajuda. A minha neta... Sabe que moça gosta de luxar, mas às vezes também, ela coopera e aí, a gente vai levando. O mais necessário é a comida, o neto tem um negócio de um vale-refeição que ele recebe e ajuda também.*

*É o seguinte, o meu é numa data, o da minha filha é na outra, o da minha neta é na outra, o do neto... No dia que recebe, coopera. A água, luz e gás, isso aí, o certo sou eu, a outra é o tempero, a outra, uma coisa que tá faltando, um café, um açúcar, é assim. Mas aqui, a barra é pesada, é muita gente. É osso [difícil], aqui. Agora veio melhorar mais porque tá todo mundo trabalhando.*

Contudo, igualmente a D. Carmem, mas com ressalva em relação à diferença no padrão de vida, D. Amélia também assume todos os cuidados de sua neta de 4 anos, pois, quando ela nasceu, sua mãe foi embora da casa da sogra e pediu a D. Amélia que cuidasse da menina; prometeu visitá-la, mas demora de dois a três meses. Assim, D. Amélia arca com a responsabilidade de criar a neta. *“Tudo aqui quem dá a ela sou eu, sem poder, mas vai levando. Eu levo pro posto, faz consulta, trago remédio. Ela vai estudar para o ano, lá na creche onde as minhas duas netas tá. É bom que ela vai de dia e só vem à tarde”.*

Penso que a satisfação em poder contar com a ajuda da creche para que a neta permaneça por lá nos dois turnos esteja associada ao cansaço do cuidado com a casa, paralelo à responsabilidade de tomar conta da criança, como já apontado por D. Carmem. Aqui, é pertinente perceber que, geralmente, o assunto “velhice” remete à questão do cuidado, haja vista ser um segmento frágil e que, portanto, inspira toda uma atenção e apoio por parte do Estado e dos membros da família na realização de suas atividades no dia a dia (MAGALHÃES, 1987). Entretanto, os velhos deste estudo demonstraram uma situação inversa, ou seja, são eles que prestam a tarefa do cuidado, da casa e dos netos.

Ao serem questionados sobre a prioridade para o uso de seu dinheiro, em primeiro lugar veio a alimentação. Os que dispõem de melhor

condição financeira usufruem de uma dieta mais saudável, sob orientação dos preceitos médicos – frutas e verduras, carnes brancas. Em seguida, o maior gasto é com contas fixas mensais (água, luz e telefone); e, por último, os remédios.

Lebrão e Duarte (2007) analisam, em consonância com a pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, que, apesar de o SUS fornecer, sem nenhum custo, parte considerável dos medicamentos de uso contínuo, 76% desta população costuma pagar.

D. Josefina, D. Guta e D. Carmem compram mensalmente sem recorrerem ao SUS, mas seu Valter, além de fazer uso do SUS, onde recebe seu remédio da hipertensão, também compra a medicação da esposa, indicada para diabetes. Os menos favorecidos, D. Amélia, D. Hildete, D. Alice, Sr. Edson e Sr. Geraldo, beneficiam-se do SUS.

O cartão de crédito passou a ser um recurso importante na utilização do supermercado. D. Josefina, D. Carmem, Sr. Geraldo e Sr. Edson mencionaram que, ao receberem o dinheiro, a primeira providência é quitar a fatura vigente, a fim de fazer o supermercado do mês.

Mediante a exposição de como os interlocutores deste tipo de família fazem uso de suas rendas, é possível atentar para a flexibilidade das unidades domésticas, no que diz respeito ao número de moradores, posto que os filhos vão morar em outras unidades e depois voltam para a casa dos pais. Mesmo morando em outras unidades domésticas, podem passar grande parte do dia na unidade chefiada pelo parente mais velho. A renda familiar é altamente instável. Porém, o dinheiro da aposentadoria é uma garantia na hora do desemprego ou da doença das gerações mais jovens da família, tanto no caso da moradia conjunta, como quando os membros da família moram em outras unidades próximas ou distantes.

Passo agora a vislumbrar se existe uma relação direta entre chefia e autoridade. Sendo os velhos responsáveis economicamente por seu grupo doméstico, nos termos do IBGE, eles exercem autoridade no sentido de que suas opiniões e decisões sejam acatadas?

Inicialmente, é preciso levar em consideração quando é o velho que arca sozinho com as despesas da casa e, numa outra situação, examinar a existência de rateio entre os membros do grupo doméstico. Outro aspecto não menos relevante é atentar para o aspecto da idade, categoria que não só condiciona, mas que leva a esperar determinado tipo de comportamento; por exemplo, a desobediência por parte de uma criança e de um adulto é tomada de maneiras distintas.

A fim de alcançar as respostas, comecei por indagar acerca das tarefas desenvolvidas em casa por cada um dos membros. Dessa forma, examino a partir dos que assumem todo o trabalho, sem dispor da colaboração das outras pessoas da família.

D. Carmem começa explicando a sua rotina, a partir do momento em que acorda, às seis da manhã: a prioridade é preparar o café, chamar o neto para levá-lo à escola, pois a sua filha, mãe da criança não assume o cuidado com o filho, alegando ser doente:

*Ela diz que tá doente porque ela tem um sopro no coração. Ela tem um sopro, mas ela teve o Maurício, eu levei ela pro cardiologista, ele fez os exames tudinho. Ele disse que ela é uma pessoa normal e podia fazer tudo. É a cabeça. Só vive dizendo que tá doente, que tá se sentindo mal, que não sei o quê. Eu pergunto: “Por que é que tu só vive dizendo que tá doente e tem uma boca desse tamanho, uma força nessa na língua e não pode fazer nada?” Eu digo porque é verdade. Eu digo: “Pessoal, olha pra minha idade, eu comecei a trabalhar jovem. Aí, por causa dessas coisas, gera briga.*

Diante da impossibilidade financeira de contratar uma empregada doméstica, D. Carmem vê-se na responsabilidade de assumir os cuidados com o neto, além das obrigações domésticas. Pela manhã, vai com seu filho, de carro, levar o neto para a escola e, ao voltarem, o marido sai com o carro. Chegando em casa, vai cuidar do almoço e, por volta das onze horas, sai de ônibus para buscar o neto.

Tal sobrecarga a tem levado a um estado estressante e D. Carmem desabafa: “*Eu acho que um dia eu vou ficar louca!*” Ao mesmo tempo que reclama do comportamento da filha, justifica e tenta resolver. “*Teve um tempo que eu fiquei assim, na gravidez da Priscila, não tinha quem fizesse eu sair; eu*

*tinha pavor de tudo*”. Avalia que, depois do nascimento de Maurício é que Gláucia ficou depressiva; ou cogita que ela seja portadora de um *tipo de pânico*. Já procurou persuadi-la a consultar-se com um amigo, médico psiquiatra, que é também conselheiro na mesma igreja que frequenta e está a par dos seus problemas. Porém, a filha recusa-se e *“por causa disso tem surgido atrito, eu me desequilibro”*.

O fato de Gláucia não trabalhar, de não assumir os cuidados com seu filho nem ajudar nas tarefas domésticas provoca discussão entre os irmãos, que cobram dela essa responsabilidade; e sua reação é alegar que, como ela, os irmãos também não trabalham e, assim, deveriam também fazer algo em casa. A mãe sai em defesa do casal de filhos. A Priscila (31 anos) faz *“um bocado de coisa, estuda”* e a outra não faz nada, nem sequer pretende fazer curso. Já o filho de 30 anos, Eugênio, *“não é ruim”*. Há um mês trabalhava com o pai, mas, devido à arrogância, à prepotência e ao egoísmo deste, decidiu procurar outro emprego, mas ajuda dentro de casa: *“Ele varre a casa, lava banheiro, o quarto dele, faz os mandados, passa o pano na casa”*. Quanto a Gláucia, reforça que esta quer boa vida porque não foi acostumada a fazer nada.

Por fim, admite que seus filhos nunca trabalharam e não foram habituados a fazer serviço doméstico, porque, desde quando eram crianças, era dela esse compromisso:

*Eu bem dizer, criei os meus filhos sem pai. O meu marido viajava muito, só vinha em casa de quinze em quinze dias. Ele nunca foi em colégio buscar meus filhos, nunca fez matrícula. Toda vez quem foi deixar e buscar fui eu; de ônibus, todos os três pequeninhos, debaixo de chuva e de sol, até eles aprenderem a andar. E eu trabalhava desde solteira, comecei a trabalhar com 17 anos.*

Compromisso este que se prolongou na sua velhice, agora, na criação do neto: *“Eu participo de tudo na vida do Maurício, não mudou nada, foi outro filho que eu tive. Tudo o que ele quer, ele diz: - “Bobita me dá isso, bobita, me dá aquilo”*. D. Carmem exerce mais poder sobre ele do que a própria mãe, em termos de obediência. Comenta que, como a mãe *“não tem pulso”* com a criança, toma a frente e, quando precisa valer sua autoridade,

grita, pega o cinturão e dá umas palmadas em Maurício, apesar de todo o bem que quer a ele. Ao comparar a maneira como criou seus três filhos com a forma como vem educando o neto, diz que se arrepende por nunca ter batido em nenhum deles. Hoje, eles a chamam de “*general*”.

Quando quis saber das suas tarefas dentro de casa, Sr. Valter, outro interlocutor responsável pela manutenção do seu grupo doméstico, falou das atribuições de cada mulher da casa: a esposa faz a comida, a nora ajuda na cozinha e a filha fica com a faxina; e, quanto a ele, responde: “*Dormir é tarefa?*” [risos]. Depois afirmou que, quando está de bom humor, varre a calçada mais bem varrida do que a filha e, quando termina, mostra a diferença a ela. Assume, ainda, o dever que não gosta de fazer – levar a mulher aos consultórios médicos, por conta da sua insatisfação em dirigir. Contudo, mesmo reclamando, não deixa de conduzi-la. Isto é motivo de discussão entre ele e Cleópatra, a filha que participou da pesquisa e que não reside com eles:

*Eu defendo a minha mãe com unhas e dentes e aí a gente tem brigas homéricas por conta disso porque a minha mãe é dona de casa, faz todas as tarefas domésticas, cuida dele como se fosse uma criança, separa até a roupa dele. Aí, quando ela quer ir uma vezinha pro médico, ele não quer levar, né? Eu acho um absurdo e aí, eu rodo a baiana mesmo, não tem jeito. Ele se desgasta, eu também, minha mãe também, mas depois ele cai na realidade, ele vê que tá errado e aí ele dá o braço a torcer e vai. É como ele diz, ele diz desse jeito: - “Eu posso achar ruim, mas vou.”*

Percebe-se na indignação de Cleópatra a ausência de um “contradom” por parte do pai, quer dizer, Sr. Valter não reconhece a dádiva no tratamento que a esposa lhe dispensa. Revela ser uma situação constrangedora para a mãe que se doa, mas no momento em que precisa, não encontra retorno. Nas afirmações de Mauss (2003, p. 263):

*Se as coisas são dadas e retribuídas é porque se dão e se retribuem “respeitos” – podemos dizer igualmente “cortesias”. Mas é porque as pessoas se dão ao dar, se as pessoas se dão, é porque se devem – ela e seus bens – aos outros.*

Cleópatra julga contraditória essa insatisfação do pai em dirigir, uma vez que ele visita os amigos, realiza as saídas relacionadas ao movimento da criação dos passarinhos, viaja ainda para o interior do Estado a passeio.

Assim, questiona sua queixa e, mais uma vez, cobra a obrigação da reciprocidade: “[...] *Ele não gosta, mas ele dirige. Então, se ele dirige pra outros cantos, por que, mesmo ele não gostando, ele não leva a minha mãe com todo amor e carinho, mesmo não gostando de dirigir?*”.

Retomo como a dinâmica do grupo doméstico de Sr. Valter é definida, a fim de perceber o controle da autoridade por parte dele. Numa alusão ao tempo em que o filho era solteiro — atualmente, mora na casa que construiu sobre a do pai —, relata que este pediu à mãe o consentimento para a noiva morar junto com eles até que a construção da sua casa fosse finalizada. A mãe orientou que pedisse ao pai, o qual aceitou com uma ressalva: *“Eu não quero ver aquela coisa de quem namora. Eu nunca vi nada demais. Ela é muito educada. Eles ficavam vendo televisão e quando ela ia dormir, dava um beijinho nele... Mas dentro de casa mesmo...”*

Embora sua formação religiosa e profissional seja vinculada a pessoas de posturas rígidas, — Sr. Valter é pertencente Assembleia de Deus e sargento da polícia militar, além de ser considerado machista por Cleópatra —, sua convivência com os familiares não aponta sempre para uma relação em que suas vontades são impostas em detrimento das demais, como mostra seu relato:

*Às vezes, a gente tava vendo televisão e ela [esposa] ficava com o controle, aí eu perguntava: - “Tu vai para o centro, amanhã?” As meninas começavam a rir porque sabiam que eu queria que ela comprasse uma televisão pra mim... Principalmente, a Nina [neta – 6 anos]. Ela assiste Sítio do Picapau e eu fico só ali por perto. Quando é no intervalo, eu pego o controle e mudo, mas depois ela pega.*

Vale enfatizar, entretanto, que seu desejo foi alcançado. Hoje, o casal conta com aparelho de TV no seu quarto. Mais uma vez, observam-se, aqui, as razões práticas do controle de seus vencimentos pela esposa.

Nesse primeiro momento, com ênfase na condição de chefia, sigo a análise do grupo pesquisado no amparo dos conceitos de “família de idosos” e “família com idosos”, mas não sem ressalvas, pois é preciso salientar que não são modelos estáticos, ou seja, há uma flexibilidade dessas categorias ao longo do tempo.

O que quero dizer é bem ilustrado por Fonseca (1999, p. 56), quando de sua crítica de que a realidade não se enquadra nos tipos ideais ou o que a autora chama de “tipologias massificantes” e “teorias sumamente abstratas”. Desse modo, vê no método etnográfico como uma possibilidade de preencher a lacuna entre a teoria e a realidade, reforçando o ponto de partida – a interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo. Na sua análise:

Ao nos atirmos para a “lógica informal da vida cotidiana”, estamos também adentrando numa zona mal definida, mapeando maneiras de ver e pensar o mundo que não são nem homogêneas, nem estanques. Em outras palavras, nossos modelos sempre vão ser uma simplificação grosseira da realidade (FONSECA, 1999, p. 76).

Objetivo, portanto, apresentar o texto de uma forma mais didática, percorrendo, nas próximas páginas, pelo segundo tipo de família, o que não significa, contudo, que as analiso isoladamente ou deixo de estabelecer relações de confronto entre um tipo e outro; ao contrário. Ao argumentar minhas refutações, recorro às configurações observadas na família classificada “de idosos”. Assim, dou a conhecer os velhos que moram com as filhas, o que não determina, necessariamente, a condição de dependência financeira ou para a realização de outras atividades cotidianas ou esporádicas.

## QUADRO 2 – FAMÍLIA COM IDOSOS / FORTALEZA-CE

	NOME	NATURALIDADE	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA*	GRUPO DOMÉSTICO / CORRESIDÊNCIA
01	Álvaro	Pacatuba – CE	75	Casado	Ensino médio incompleto	Vendedor (Aposentado)	15 (FAMILIAR)	Filha, genro e 1 casal de netos / RECOABITAÇÃO
02	Iara	Icó – CE	67	Separada	Ensino fundamental incompleto	Do lar	10 (INDIVIDUAL)	Filha, genro e 1 casal de neto / RECOABITAÇÃO
03	Lenita	Canindé– CE	95	Separada	Analfabeta	Do lar (Pensionista)	10 (FAMILIAR)	Filha, genro e 1 casal de neto / RECOABITAÇÃO
04	Marcelino	Sobral – CE	80	Viúvo	Alfabetizado	Agricultor/ (Aposentado)	8 (FAMILIAR)	Filha , genro e 2 netos / RECOABITAÇÃO
05	Rogéria	Baturité – CE	74	Viúva	Ensino fundamental incompleto	Do lar (Pensionista)	2 (FAMILIAR) + BF**	Filha, genro e 2 casais de netos / RECOABITAÇÃO

\* Renda (familiar ou individual) em salário mínimo.

\*\* BF= Bolsa Família

A leitura do **Quadro 2** sinaliza para aspectos imprescindíveis na análise da configuração dos grupos domésticos. A começar pela faixa etária de cada tipo de família, onde se observa que há um acréscimo de idade na “família com idosos”, em relação tanto às mulheres (67-95) quanto aos homens (77-80), em comparação à “família de idosos”, que apresenta as idades de 60-74 e 64-78, respectivamente.

Tal observação é pertinente, dada a ligação entre dependência e o fator idade, sem deixar de considerar, sobretudo, que o grupo ora em análise é proveniente da região mais pobre do País. Portanto, está predisposto ao envelhecimento precoce, o que não quero dizer que seja regra, haja vista a vitalidade dos muitos velhos em idade avançada na presente pesquisa<sup>37</sup>.

Todavia, cabe mencionar a relação direta entre pobreza e esperança de vida. Michael Marmot, então presidente da Comissão de Determinantes Sociais da Saúde da Organização Mundial de Saúde – OMS —, realizou um estudo que trata da distância na esperança de vida entre os países ricos e pobres, ao comparar o intervalo de 2000-2005 com o de 1970-1975; sua conclusão é de que a esperança de vida nos países centrais, como a Inglaterra, ampliou-se em sete anos, ao passo que a dos países da África subsaariana se elevou somente quatro meses. Esta pesquisa focalizou o

---

<sup>37</sup> A pesquisa *Tábuas Completas de Mortalidade - 2007* divulgada pelo IBGE em 2008, utilizada pelo Ministério da Previdência Social para fins de cálculos das aposentadorias, o qual considera o tempo de contribuição e a expectativa de vida, indica que, no Brasil, as estimativas de vida melhoraram, pois a média da esperança de vida é de 72,57 anos, porém, as desigualdades regionais persistem. Todos os Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste atingiram taxas superiores da média nacional, na medida em que as regiões Norte e Nordeste permaneceram abaixo dela. Há diferença, por exemplo, em torno de nove anos, como é o caso do Distrito Federal em relação ao Estado de Alagoas, ou seja, 75 e 66 anos, respectivamente.

estatuto social das populações, considerando uma causa das causas da pobreza e que influencia a variação da esperança de vida em todo o mundo”<sup>38</sup>.

Camarano, em entrevista a *Revista Previ*<sup>39</sup>, afirma que os detentores de maior nível de renda usufruem de alimentação melhor e de mais acesso à saúde, fatores esses cruciais ao alcance de uma vida mais longa. Acrescento, ainda, o investimento em infraestrutura.

A mesma autora (2004) alerta que, de um modo geral, os velhos começam a precisar de ajuda dos filhos por volta dos 75 anos. Conforme argumenta, a lógica é que os velhos com estabilidade econômica e mais saudáveis compõem, na sua maioria, as “famílias de idosos”, enquanto os velhos dependentes se encontram em “família com idosos”.

Por outro lado, em consonância com Camarano, são possíveis arranjos em que o velho possui renda, todavia, falta-lhe autonomia para lidar com as atividades do dia a dia. Pude verificar estas duas situações dentre os velhos das “famílias com idosos” aqui pesquisados.

Dentre as três mulheres, percebo que é a mais nova quem depende de ajuda econômica e instrumental. D. Iara, com 67 anos, é dependente dos filhos em termos financeiros, bem como para fazer os acompanhamentos médicos; apresenta comprometimentos na saúde, como depressão, osteoporose, hipertensão, crises nervosas; e nunca sai sozinha.

De acordo com meu estudo, paralelamente à posse de renda, como já sustentado na parte introdutória, ser proprietário da casa não significa também condição de chefia, nos termos do IBGE, pois encontrei interlocutoras que eram as donas dos imóveis, todavia, quem arcava com as despesas eram

---

<sup>38</sup> <[http://www.esquerda.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3939&Itemid=28](http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=3939&Itemid=28)>.

<sup>39</sup> <[http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista\\_200608\\_117/entrevista\\_ana.htm](http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista_200608_117/entrevista_ana.htm)>.

filhos e genro; ou, de modo inverso, os velhos não detinham a posse da casa, mas responsabilizavam-se pelas despesas.

Nesse sentido, confrontando as definições de “família de idosos” e “família com idosos”, mostro os casos de duas senhoras, cada uma pertencente a um tipo de família, donas de suas casas, mas isentas de renda. D. Iara, a quem acabo de referir – separada, mãe de seis filhos com idades entre 32 e 43 anos, é proprietária de uma casa muito bem equipada em termos de estrutura e infraestrutura, onde mora sua filha, de 43 anos, o genro e um casal de netos, com 18 e 20 anos. Recebe ajuda dos filhos para todas as suas necessidades, da assistência médica ao alimento, e mostra sua falta de preocupação com relação às suas necessidades: “[...] *Nem sei o que é o almoço; a minha roupa, eu não quero nem saber quem lavou, quem não lavou; se tem sabão, se não tem; se tem sol, se não tem; eu não sei se é peixe ou se é carne...*”. Aqui se verifica a possibilidade do amparo pela prole, valendo lembrar que a ajuda não se dá de maneira igual, pois, conforme afirma D. Iara, o casal de filhos com situação financeira melhor, uma comerciante e o outro contador, ajuda-a sistematicamente, enquanto os demais colaboram uma vez ou outra, mas sem o compromisso de assumir efetivamente algum cuidado com ela.

É importante destacar em Fortaleza a ascensão dos filhos em termos de estudo, condição esta diferente para a maioria dos pais entrevistados, visto que apenas uma velha possuía nível superior. Entrevistei pais, geralmente com ensino fundamental incompleto, cujos filhos são formados em medicina, direito, economia, serviço social, nutrição, filosofia, contabilidade, pedagogia, o que lhes proporciona melhores condições profissionais. Importa notar que tal mobilidade não possibilita concluir que os velhos são dependentes desses filhos. Contudo, não se pode negar que, em alguns casos, como o de D. Iara, há pouco citado, a situação econômica do filho é fundamental no auxílio aos seus pais.

O caso do Sr. Álvaro, 77 anos, é outro exemplo. Vivendo de um salário mínimo e dos aluguéis de suas três casas, que divide com a esposa, chegando a um valor em torno de quinhentos reais, de acordo com seus

cálculos, mora no *Alphaville*, residencial de elevado padrão, com uma das filhas, professora universitária.

D. Alice, mãe de seis filhos com idades entre 23 e 47 anos, das quais as duas mais novas são adotadas, e dona de uma casa de infraestrutura precária, com quatro cômodos, onde moram três filhos, dois homens e uma mulher, com 33, 37 e 47 anos de idade, respectivamente; um neto de 15 anos; uma neta de 18 anos; e o bebê desta, de sete meses. Tal como D. Iara, é desprovida de renda, entretanto, possui um padrão de vida aquém desta. Seus filhos não obtiveram sucesso nos estudos, um está desempregado e os outros exercem trabalhos de baixa remuneração, como lavador de carro e empregada doméstica, e suas rendas não atingem nem o salário mínimo. Diante da situação de pobreza, D. Alice utiliza-se de algumas estratégias para complementar a renda familiar, como declara Carolina, sua neta:

*Se não tiver o pão da manhã, ela faz qualquer coisa pra comprar, assim, ela inventa de vender cloro, kiboa, desinfetante, ela faz. Agora ela não tá fazendo não, mas ela faz, quando ela pega em dinheiro, ela faz, ela inventa, aí vende, ela bota rifa por semana...*

Embora não possua renda, a condição de ser dona do imóvel proporciona a D. Alice determinado poder, de modo a estabelecer regras no convívio familiar. Num desentendimento entre a sua neta e a filha, deixou claro que a casa era do seu filho por ser o mais velho; portanto, as duas não teriam direito de reclamar.

Apesar de D. Iara e D. Alice terem, apenas aparentemente, condições semelhantes no que condiz ao número de filhos e à situação de renda; de ambas não dispõem de proteção assistencial nem previdenciária; e de, contudo, serem as proprietárias de suas casas, a forma de inserção destas no grupo doméstico diferencia, a meu ver, a condição de chefia de família, a despeito de dependência financeira, autoridade e participação.

A primeira não se utiliza de qualquer estratégia para obter alguma renda: encontra-se à mercê dos filhos, financeiramente e em apoio instrumental, como, por exemplo, precisa da companhia deles para sair e, ainda, não dirige sua casa: como ela própria relata, não faz parte da sua rotina

a preocupação com alimentação, com os afazeres da casa; enfim, não impõe sua opinião onde mora.

Por outro lado, D. Alice, desprovida de uma contribuição entre os membros da família, reelabora o cotidiano à sua maneira – cria os bicos e consegue comprar o pão, prepara as refeições, possui completa independência nas atividades diárias, de modo a dispensar ajuda nesse sentido. Ademais, algo que lhe dá o *status* de “chefe de família” é o seu poder sobre a casa; sua opinião é apresentada e suas decisões, obedecidas.

As formas de enfrentamento de D. Alice fazem lembrar Certeau (1996, p. 31) que, ao cercar-se das ideias de Leulliot (1977), vislumbra os elementos intensamente imbricados no dia a dia de cada um, na compreensão do cotidiano:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, aquilo pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

As experiências destas duas senhoras, embora não representativas para o conjunto da população brasileira no que remete à dinâmica dos arranjos familiares com foco na situação de chefia, sinalizam para a revisão de como se instituem o que é e o que não é “chefe de família”. Como a condição de chefia pode articular relacionamentos muito diferentes com os familiares?

D. Rogéria, 74 anos, pensionista, com um salário mínimo, independente financeira e funcionalmente, vangloria-se de sua saúde, diz que só agora foi acometida de pressão alta; não sente nada, vai para todo lugar sem precisar de companhia e, por ela, passaria a noite inteira dançando. Aqui, no universo da “família com idosos”, é a que mais contribui no seu grupo doméstico, pois o genro é autônomo, trabalha esporadicamente com montagem de palanques e sua filha faz bicos com costura, além de contar com o “Bolsa Família” (R\$ 112,00).

D. Rogéria paga a metade do aluguel (R\$ 100,00) e ainda ajuda nas contas fixas – água, luz e alimentação. Outro pagamento fundamental ininterrupto há dez anos, de que, como afirma, só vai desvencilhar-se quando morrer, é o plano funerário: *“Quando eu morrer se eles quiserem pagar que pague, eu tô pagando, né? Quando eu comecei era dez, quando sobe o salário, sobe um real. Já tá sabe quanto? Vinte e dois”*.

O que sobra, guarda para as emergências, como um remédio, e para os passeios do grupo de convivência do qual participa; e também, mensalmente, envia algum dinheiro para uma filha que mora em São Paulo. Mãe de treze filhos, oito homens e cinco mulheres com idades entre 32 e 52 anos, pergunto se algum deles lhe ajuda: *“Eu não peço não, eu não peço nada a ninguém porque se quiser me dar me dá sem eu pedir. Nenhum!”* Comentou que acontece é o contrário; muitos destes fazem pedir e citou um, que às vezes lhe dá roupa e calçado. Quando vendeu sua casa por R\$ 3.500,00, no interior, onde residia, dividiu o dinheiro entre os filhos e doou seus móveis e eletrodomésticos para um deles.

Com relação à filha com a qual mora, cuja preferência não disfarça, D. Rogéria comenta: *“Essa daqui é porque ela não tem muito, mas ela com dinheiro pouquim, ela tem que trazer uma coisa pra mim. Traz uma blusa ou traz um short ou traz um chinelo”*.

No tocante às suas tarefas domésticas, D. Rogéria expressa o seu prazer em cozinhar e, na casa da filha, possui liberdade, diferentemente do que ocorre na casa dos outros filhos. Acorda cedo, quando todos ainda estão dormindo, faz o café e às seis horas os quatro netos começam a aprontar-se com destino à escola. Depois, lava as vasilhas e vai ao grupo de convivência, próximo de onde mora. Ao chegar, por volta das dez horas, prepara o almoço, lava suas próprias roupas e afirma: *“Eu faço o que eu quero, varro casa, só o que eu quero. Quando ela [filha] chega dos cantos, tá o comer feito porque eu gosto de fazer o comer, eu não gosto de me sentar, Deus me livre!”*.

É importante ainda registrar que ela detém certa autoridade sobre os netos, sobre a filha e sobre o próprio genro, como bem demonstra a fala da filha com a qual mora:

*Eles não obedecem eu, obedecem a ela, até a de dezessete: “Pode se levantar e ir pra escola” [ordem da avó]. De manhã bem cedo, seis horas, a minha menina fica... “Se levanta e vai pro banheiro” [ordem da avó] Comigo, eles nem obedecem, eu sou uma boba. Ela bota moral na casa [sua mãe], bota moral, isso é verdade.*

*Ela toma de conta da casa, manda na cozinha, eu não sei de nada, pra comprar, é ela quem diz. Ela briga com meu marido e ele nem diz nada. Ela gosta do meu marido porque ele é calado, é uma pessoa descansada.*

Por que D. Rogéria seria classificada como pertencente à “família com idosos”? Sua contribuição nas despesas do grupo doméstico é a maior parte, não é dependente na realização das atividades da vida diária e ainda possui autoridade na dinâmica da casa, no que diz respeito às tarefas domésticas e ao cuidado / criação com os netos. É certo que a casa onde mora não é dela, mas também não é do casal (filha e genro); há uma divisão entre eles no aluguel.

Poderia ter classificado D. Rogéria como pertencente à “família de idosos”, mas, ao enquadrá-la na “família com idosos”, a intenção é chamar atenção, mais uma vez, para a imprecisão dos conceitos diante dos padrões de sociabilidade. Para melhor situar a reflexão, é preciso levar em conta a matriz normativa presente na realidade brasileira – a família mononuclear heterossexual e a figura do homem como o provedor / chefe da família – o protótipo da “família normal” fortemente arraigado no imaginário social.

Diante da influência desta matriz normativa, apesar de uma multiplicidade na diversidade dos arranjos familiares, assunto já discutido na introdução do presente trabalho, questiono: perante a abordagem do recenseador junto aos membros do domicílio de D. Rogéria, quem seria indicado como “responsável” ou “pessoa de referência”? Arrisco responder que o designado seria o *homem da casa*, no caso, o genro de D. Rogéria.

Nessa mesma direção, Sarti (2005, p. 67) aponta:

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a

identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera.

D. Lenita, de 95 anos, embora more na casa da filha, diz que arca com suas próprias despesas por meio de suas duas pensões, no total de dois salários mínimos, cujas procedências são de uma filha que morreu e do ex-marido. Seus principais gastos são direcionados ao plano de saúde, à compra dos remédios para hipertensão, labirintite e o colírio; também contribui, mensalmente, com o dízimo da igreja, gosta de presentear os familiares em seus aniversários e, quando pode, ajuda alguém que esteja precisando. A filha com a qual mora, sua procuradora e cuidadora, relata acerca do uso do dinheiro da mãe:

*Ela sabe o aniversário do pessoal da família todinha. Aí, quando tá perto do dia de algum deles, ela pergunta se dá pra eu comprar o presente com o meu cartão, pois, quando eu receber a pensão dela, ela paga. Se, por exemplo, chegar uma pessoa e dizer que tá precisando de alguma coisa, não precisa nem pedir pra ela, basta comentar. Ela diz: “Dá pra tu tirar esse dinheiro pra comprar isso?” Assim, uma coisa que a pessoa tá precisando, um óculos. É pra família, às vezes a gente conversando, né? Aí eu digo: “Dá, mãe, o dinheiro da senhora tem que dá pra tudo”. Às vezes, a gente tá até apertado, mas eu não digo que não posso pra não chatear, contrariar ela.*

D. Lenita conta com os cuidados da filha no acompanhamento ao médico e ao culto. Não se queixa da labirintite nem da hipertensão, doença meio que naturalizada entre todos os velhos desta pesquisa, como se a condição de ser velho já atestasse a prevalência de sua manifestação, pois como falam tanto em Fortaleza como em Jordão, “só tenho pressão alta”.

Com relação aos homens da “família com idosos”, Sr. Álvaro, 77 anos, fora a sua aposentadoria, suas outras fontes de renda são provenientes de três casas alugadas, herança deixada por sua avó. O aluguel mais caro é da casa onde morava – R\$ 330,00 —; ele o utiliza para o seu plano de saúde, mas o da esposa, uma filha paga. O valor do aluguel das outras duas casas é R\$ 250,00; e o da outra, como ele fala, “cento e tantos reais”, dinheiro este que fica com a esposa. Também mencionou o aluguel de um quarto por R\$ 170,00 e, segundo ele, fica de posse de um pouco mais de quinhentos reais.

O dinheiro da aposentadoria é empregado exclusivamente em remédio e atualmente, como a casa em que mora é mais distante, Sr. Álvaro encontra-se provisoriamente na casa de outra filha, para poder sair todos os dias, haja vista sua participação intensa nos grupos de convivência e em passeios pela cidade. Nos finais de semana retorna para casa. Na casa dessa filha onde está desde o ano passado, sua despesa é com frutas e pão; e também paga a empregada para lavar suas roupas, mas na casa de Eva, onde mora de fato, a filha mantém todas as despesas.

Ao falar como é sua rotina na casa desta filha, revela sua vontade de sair em breve, pois não se sente bem-vindo. Não tem chance de participação no grupo doméstico, formado pela filha que há 11 anos foi diagnosticada como portadora de esquizofrenia, por seu genro e pelo casal de netos — a moça com 21 anos e o rapaz com 17 anos, que, conforme Sr. Álvaro, muito mal lhe dão um bom dia. Sentindo-se isolado, evita conversar, vai jogar xadrez na praça, também joga buraco com o genro. Quanto à filha, sente-se usado por ela, ao beneficiar-se dele para não pegar fila nos bancos. Nas suas palavras, não se considerando uma pessoa da casa, sinaliza o porquê do seu sentimento diante as atitudes da filha:

*“Papai, eu quero ficar sozinha, vá pro seu quarto.” Ou: “Papai, eu não gosto que o senhor atenda o telefone ou a porta.” Tudo ela acha ruim. Eu comprei umas frutinhas: “Papai, pra que o senhor comprou? Não se meta nas coisas daqui de casa, não.”*

Descontente, Sr. Álvaro revela que sonha em voltar para a casa de Eva, definitivamente, faltando para isto, comprar um carro para poder realizar suas saídas, e um computador, porque não conta com o de Eva por receio de usar e danificar.

Sr. Marcelino, 80 anos, aposentado, recebendo um salário mínimo, mora na casa da filha de 56 anos e sua renda é voltada para assistência médica – R\$ 80,00 —, para o dízimo, para a mesada de R\$ 90,00 para o neto de 19 anos de idade. Antes, dividia entre os dois netos, mas, como o mais velho, de 26 anos, passou a estagiar, este falou que não era mais preciso. Ainda sobra dinheiro para presentear as mulheres: *“Eu dou sabonete pra uma, dou sabonete a outra, lá no ‘idoso’ [grupo de convivência]”*.

Seu cotidiano é muito ativo. Acorda às cinco horas e a sua primeira tarefa, às seis horas, é bater à porta do quarto da filha: *“Ele é o meu relógio... Eu já tô preocupada se um dia eu ficar sem ele, porque eu tô tão acostumada. Isso faz anos e anos... Eu acho bom porque eu sei que ele tá bem”* (Dalva, 56 anos, filha do Sr. Marcelino). Depois, já pronto para a caminhada, vai comprar o pão, entrega à filha e, já tendo comido uma fruta, faz seu percurso de meia hora, chega em casa, lancha e vai para o grupo de convivência. Ao terminar, já perto do almoço, faz alguma compra na mercearia, o que a filha diz ser uma grande ajuda, pois pela manhã só ficam os dois em casa. Também varre a área pela manhã e à tarde, mas, para Dalva, não é um serviço bem feito. No período da tarde, dorme depois do almoço, lê a revista bíblica, que como diz, é o que mais gosta de fazer, e assiste aos telejornais.

É preciso salientar que, apesar de estes velhos — com exceção de D. Iara, desprovida de qualquer recurso, e de D. Rogéria, que contribui com grande parte da sua pensão na casa da filha — possuírem renda e de a utilizarem em benefício próprio, eles não teriam o padrão de vida que usufruem, caso não morassem com as filhas e não possuíssem o apoio dos outros filhos. Estes, por disporem de melhores condições, arcam com despesas como: plano de saúde, remédios, uma boa moradia. D. Iara, por exemplo, mesmo sem renda, conta com uma vida bem melhor em termos de infraestrutura em comparação à D. Rogéria. Como se percebe, são arranjos complexos que desafiam as tentativas de homogeneizar a experiência da velhice no contexto familiar.

O que, no entanto, fica evidente é que não há uma relação estreita entre chefia da família ou montante da contribuição com a renda familiar e a percepção do velho de que ele desfruta de carinho e respeito dos familiares. Não há também uma relação estreita entre participação nas despesas familiares e autoridade e poder de decisão.

O outro aspecto que me chamou atenção em Fortaleza foi a quantidade de mulheres separadas, condição incomum para as mulheres dessa geração. Das nove, duas eram casadas; outras duas, viúvas; e cinco, separadas. Entre as casadas, só uma considerou-se satisfeita e a segunda

enfoca, sobremaneira, na sua narrativa, a lamentação pelo fato de o marido conviver com outra mulher e ter, com esta, um filho de 5 anos.

Entre as viúvas, D. Josefina diz que teve bom marido e D. Rogéria foi vítima de violência doméstica durante todo o casamento, o que ocasionou o aborto de seu primeiro filho. Convém transcrever um trecho no qual D. Rogéria, viúva há 25 anos, compara sua vida de casada com a época da viuvez:

*Eu sei que o meu marido véi foi ruim. O povo dizia: “muié, vá simhora, deixa esse homem.” “Eu não que ele me mata.” Eu morria de medo dele. Eu não fiquei revoltada porque o meu pensamento era só em Deus. [...] Com seis meses que ele morreu, eu fui pra primeira festa em Aracoiaba. As muié da minha idade: “Vamo, D. Rogéria.” “Vou nada, o meu cunhado me vê passando vai dizer que eu tô dançando em cima do marido – “ela vai botar um macho dentro de casa.” Nunca viram nenhum; morei foi perto dele, nunca viram. Aí eu fui pra festa, passei a noite todinha dançando. Quando ia pra festa mais as minhas amigas, começava a fumar naquele pagode, era bom que só... Minhas amigas quando se encontram comigo: “Muié, por que tu não fica veia, tu ficou foi mais nova, foi?” “É porque aquela morreu, essa daqui é outra que enviveceu. É mesmo. Eu tinha um retrato quando ele morreu, é porque eu não sei onde anda. Olha, não tinha que tirar uma alma, toda escurrupichada de seca, de não comer, os cabelos bem aqui feito rabo de burro que ele não deixava eu cortar. Assim que ele morreu eu cortei o cabelo, bem curtinho, vai crescendo a moita e eu corto de novo, o meu cabelo é muito, muié. Eu nasci de novo (D. Rogéria, 74 anos).*

No que condiz às separadas, apenas uma recebe pensão. O restante relatou que seus ex-maridos assumiram outras uniões e elas, separadas, mesmo com os filhos ainda crianças, não receberam qualquer proteção. A princípio, a primeira suposição é de que tais mulheres devessem guardar sentimentos de mágoa, angústia, rancor, enfim, que, compreensivelmente, reagissem de forma negativa em relação a esses homens que foram grosseiros, violentos e ausentes. Mas, para minha surpresa, prevalece o perdão em detrimento da raiva. D. Lenita, por exemplo, a mais velha do grupo, 95 anos, conta como foram os últimos dias com o ex-marido:

*Ele morreu e não deixou nem agulha pra mim. E, quando tava na UTI já tinha me deixado. Ele não morreu na UTI e eu fiquei uns cinco anos cuidando dele. Ficou paralítico, ficou abestado [desorientado], ficou cego. Tudo o que ele tinha ele gastou com mulher. Eu aceitei cuidar dele, ele tava com outra mulher. Ela já tinha sido minha vizinha. Quando ele foi pra UTI, eu disse*

*pro meu filho: “Traga pra eu fazer o enterro, traga pra eu cuidar dele”. Mas mulher, foi uma luta muito grande pra cuidar desse homem, foi uma luta muito grande mesmo: endoidou, tirava a roupa, andava dentro de casa nu, caía. Eu sei que nós botamos ele em cima de uma cama e os meninos botaram duas grades pra ele não sair. Até que chegou o dia de morrer. Eu mandei trazer porque eu sabia que ela só queria o dinheiro dele, não queria cuidar dele, não cuidava que nem eu e eu tinha pena dele; mandei trazer pra cuidar. Dava comida na boca dele até o fim. Eu não tinha raiva dele de jeito nenhum, nem quando andava com essas sujeitas por aí, fazendo festa, gastando o que tinha. Ele vendia uma coisa e nem me dizia que tinha vendido nada e nem que ia vender. Eu sabia pelos meninos mesmo, mas eu não tinha ódio a ele não, não tinha não. Se eu tivesse raiva dele, nem tinha cuidado dele. Mas eu queria que ele tivesse ficado bom pra saber quem era que tinha cuidado dele. Mas não, ele foi e eu fiquei descansada, eu lutei muito.*

Estranhamento maior provocou-me a história da D. Iara, de 67 anos, que narrou com detalhes do tempo do namoro ao desfecho do seu casamento. Penso ser pertinente esmiuçar o caso para refletir a construção das relações intergeracionais, assunto central deste trabalho e discutido adiante.

Com um jeito alegre e engraçado de conversar, verbalizou que tinha a certeza que era a mulher mais bonita do bairro no período em que namorou por 11 anos, uma vez que *“ele botava na minha cabeça que eu era muito bonita e eu era uma mulher muito convencida e eu não tinha ciúme dele com ninguém do mundo porque eu era muito bonita; nunca tive ciúme dele”*. Contudo, ao casar-se, passou a conhecer outra pessoa: *“um homem ruim, grosso e chato”*, mas, como dono de casa, não existia outro igual, um pai muito responsável. D. Iara menciona que tremia de medo dele: não a deixava sair, trancava-a e levava a chave. Lembra que nunca teve uma vida de divertimento com o marido, como realizar uma viagem, ir a um restaurante ou a uma praia. Assim, sua vida de casada restringiu-se aos trabalhos domésticos e à criação dos seis filhos, cujas idades hoje variam de 32 a 43 anos. Nessa retrospectiva, D. Iara comenta: *“Às vezes, eu passo assim as folhas do passado e: ‘O que foi aproveitado desse meu casamento?’ Ele dizia: ‘Você é casada, não tem que sair’”*.

Demarca com precisão a transição que ocasionou a derrocada do casamento:

*Quando ele completou cinquenta anos ele ficou doido, ficou doido pelas mulheres, pelo forró, enquanto ele não quebrou a cara... Ele começou em oitenta em seis [1986], ele saiu uma vez com o irmão dele: "Vai te aquietar, nós somos crentes." Ele chegava de madrugada e eu pelejando, pelejando. Esse quarto aqui tinha dois beliches, eu tenho quatro filhos homens, dormiam aqui os quatro meninos. Esse outro era das duas filhas e o lá de trás era o nosso. E esse homem chegava de madrugada, todo sujo de batom, o homem ficou assim tão atrevido, ele ficou tão atrevido que só vendo e eu pelejando, ia dar conselho a ele, agora, nessa época ele não me respeitava, o que tinha na boca vinha, mandava com gosto de gás.*

*Aí, quando foi com três meses... Começou no mês de julho, passou agosto, passou setembro, aí quando foi outubro: "Eu não lhe quero mais, eu vou sair do nosso quarto, no mesmo teto". Ele teve várias mulheres, a mãe da Melissa...*

Quando D. lara tinha 54 anos e seu marido 59, ele engravidou a amante e, quando sua mais nova filha estava com aproximadamente 2 anos de idade, ele pediu à esposa que criasse a menina, pois a mãe não tinha carinho, era seca e não cuidava bem. D. lara respondeu que não era babá e já havia criado os filhos dela; na época, só estava o caçula em casa e os outros se encontravam casados. Depois de pouco tempo, ele insistiu novamente e ela, querendo "salvar o casamento", tendo em vista que, o argumento para persuadi-la era reatar, acabou por ceder, apesar da oposição de todos os seus filhos. D. lara recorda a chegada da Melissa:

*Aí quando foi nesta noite ele chegou com uma sacola de plástico bem grande, não foi nem malinha de bebê, foi um saco. Eu tava até aqui com o meu filho. A bichinha magrinha, feia, as roupas parece que ela jogou dentro do saco. Ele morava aqui, mas era solto nos forrós, separado de mim, a gente dormia separado.*

A relação que foi construída entre a criança e ela, na iminência de sua velhice cronológica, despertou a incompreensão por parte dos familiares e amigos da D. lara, que passou por cima das objeções e, com o tempo, afeiçoou-se cada vez mais a Melissa, considerando-a como uma pessoa de sua família. Mais uma vez vale a pena transcrever suas palavras:

*Nos primeiros dias ela chorava muito, mas eu me apaixonei, a menina virou meu brinquedo, num instante a menina ficou doida por mim, aí eu cuidava dela, nunca na minha vida eu me senti babá da menina, eu nunca vi que aquela menina tinha uma mãe, se a mãe daquela menina era bem novinha, se fazia*

*farra com meu marido. Foi assim, um amor. Deus colocou no meu coração. Eu tinha um respeito por aquela menina, ela cresceu junto com meus netos... Nenhum, eu tenho certeza que nenhum dos meus netos fez mal pra ela, eu tenho certeza absoluta como ela era feliz aqui em casa! E eu, doida, doida por ela, é tanto que, no final de semana a menina não queria ir pra lá, ela chorava pra não ir. Ela me chama de vó.*

D. Iara não faz distinção de como criou Melissa e suas filhas. Fala de seu contentamento por educá-la da melhor forma que pode; foi ela quem a ensinou a orar, também a ler, a escrever e orgulha-se pela “neta” não falar nenhuma pornografia. *“Ela pode dizer: ‘Eu aprendi a caminhar com a minha vó.’”*

Quando a menina estava com 9 anos, o pai a levou definitivamente para a casa da mãe: *“Era ela agarrada na minha cintura pra não ir, chorava ela, chorava eu... Eu pensei que eu ia morrer quando ela foi”*. D. Iara lamenta não ter impedido que Melissa fosse embora, pois o carinho que sente por ela era maior do que o dedicado a alguns de seus netos. Revela o seu sonho e pensa ser irrealizável – comprar um apartamento pequeno e morar com Melissa. Porém, seus filhos não deixariam, dada a sua idade para responsabilizar-se por uma adolescente.

Declara não sentir ódio pelo ex-marido. *“Se nesse mundo existisse uma pessoa na face da terra pra ter muita raiva dele seria eu”*. Almeja que ele estivesse mais estabilizado financeiramente, com saúde e bem tratado pela sua companheira e assim, seria mais feliz. Hoje, ele a visita com frequência, conversam longamente, mantendo-se informada de tudo o que acontece com ele, além de dar conselhos:

*“Deus te abençoe, Deus te dê vergonha na cara, abra teus olhos pra vê que tu tá errado.” Eu vou deixar ele lá no portão, agora, dizer assim, “Meu filho, eu te amo, meu filho, saudade...” Eu digo é assim: “Rapaz, tu tá velho, tá bom de criar vergonha na cara.”*

### 3. 3 Relações intergeracionais: entre trocas e tensões

*Tem toda essa coisa do toma lá da cá; não existe a gratuidade, de fazer as coisas por prazer. Como é que nós seremos tratados na nossa velhice?*

Eulália, 50 anos

É importante perceber como se configura em cada grupo doméstico o tipo de coresidência, “permanente” ou “recoabitação” (**Quadro 1**). Por sua vez, o **Quadro 2** concerne à “família com idosos”, e, portanto, dado o conceito desta, a modalidade de coresidência constitui-se como recoabitação.

No primeiro grupo (“família de idosos”), D. Amélia, D. Carmem e Sr. Edson incluem-se em coresidência permanente, isto é, os filhos nunca saíram de casa, sendo o grupo doméstico ampliado com o surgimento de netos e até bisnetos.

Vale notar que, nestes três casos, as filhas são mães solteiras, cujos pais não assumiram a pensão alimentícia ou qualquer outra ajuda e, assim, a responsabilidade dos cuidados diários e do sustento ficou por conta das avós. Tal figura desfaz a imagem dos avós que “estragam” a educação dada pelos pais, por conta dos papéricos e das concessões sem limites, já que o tempo reservado a eles era para as brincadeiras.

Ao discorrer sobre os papéis dos avós na atualidade, Lopes; Neri Park; (2005, p. 1) apontam para as mudanças nos arranjos familiares, tendo em vista as transformações do perfil demográfico, como também a diversidade desses arranjos e a forma decisiva como esse cenário repercutiu na dinâmica familiar. “[...] Aqueles que antes desempenhavam os papéis de bonachões ou permissíveis, passam a ter atribuições de pais, devendo agora impor limites e regras”.

Peixoto e Luz (2007) complementam a análise com a observação da existência de poucos serviços formais, como creches e escolas maternas, além do funcionamento de só meio período do ensino fundamental oferecidos pelo Estado. Assim, sem outras alternativas, é recorrente no Brasil,

especialmente nas camadas populares, os filhos dependerem de seus velhos pais para o cuidado das crianças.

Com respeito aos demais velhos, a recoabitação, ou seja, o retorno dos membros é justificado pela impossibilidade de pagar o aluguel, como é o caso de Nazaré, filha do Sr. Geraldo. Os outros motivos estão relacionados ao divórcio das filhas, o que confirma as conclusões das pesquisas de Camarano (2004) e Peixoto e Luz (2007). Do ponto de vista econômico, a situação dessas filhas não é favorável, pois voltam à casa dos pais com sua prole e, na maioria das vezes, sem contribuição dos cônjuges, passam a depender dos pais.

D. Amélia conta da chegada dos quatro netos que moram com ela. *“A minha filha é mãe solteira, não tem marido não. Tem quatro filhos, dois de um pai e dois de outro; nunca deram nada e nem ela fica adulando [pedindo servilmente]”*. Quando veio o primeiro neto, lembra que advertiu a filha que parasse ali; já no quarto, a filha associava os enjoos à gastrite. Ajudou a criar os quatro netos e, conformada, atribui o seu estorvo a algum castigo que tenha merecido. *“Eu dizia: ‘Meu Deus, eu não sei o que eu fiz no mundo que eu tô pagando’. Mas é isso mesmo, hoje tão tudo grande aí”*.

Entretanto, há outros netos, além destes, na vida da D. Amélia. À época da entrevista, havia três meses que assassinaram seu neto de 22 anos, o qual criava desde criança porque *“a mãe não quis mais, aí veio pra cá”*. Conforme relata, era envolvido com drogas, foi preso, mas, depois de solto, continuou sendo alvo de suas preocupações. *“Ele passava a noite fora, eu passava a noite acordada... Quando eu via os cachorros latir eu já corria pra porta, mas não era ele”*. D. Amélia reforça que, apesar de todos os conselhos, ele não atendeu a família. Foi morto com três tiros na cabeça, mas ela não quis ver e nem sequer foi ao enterro; as netas lhe contaram como ele ficou. Deixou-lhe três bisnetos:

*Ele tinha três filhos, duas meninas e um menino. São duas mães, duas com as duas e a outra com um. O menino é lindo, eu quero que a senhora veja, tão gordo, tão bonito, parece com ele! Esse mais novim tem sete meses. As outras duas da outra mãe, é uma com nove meses e a outra vai fazer três anos. Eu dizia: “Menino, pelo amor de Deus, pra que tu quer esse horror de filho?” “Elas andam atrás.” “Andam atrás, mas não é obrigado a fazer menino, não.”*

Quando entrevistei sua filha, Suzana confirmou a sobrecarga da mãe por conta desse sobrinho. *“Ela não dormia, passava esperando ele chegar, ia pra fora sozinha pra ver se ele vinha... Passava a noite na porta sentada, esperando ele chegar”*. Diz que os dois se gostavam muito e que ela fazia todos os gostos dele, daí a mãe está sofrendo e chorando tanto. Conta ainda que ele impunha autoridade sobre os primos: *“Quem responder a vó aqui, vai apanhar”*. Queixa-se do seu irmão mais velho, pai desse jovem que foi morto, por imputar à sua mãe o desfecho que teve a vida do seu filho, uma vez que D. Amélia foi uma avó permissiva. *“Por isso que ele não queria trabalhar, não queria nada na vida”*.

A respeito da convivência, D. Amélia diz que se impõe, explica que, se eles estão morando em sua casa, terão que obedecer a ela; deixa claro quem manda na casa. *“Eu tô dando canto pra eles morar e ainda não querer me respeitar, não. Devagar e quem não quiser, procure um canto”*. Contudo, ao falar do neto de 12 anos, que ela considera um *“suplício”*, afirma que sua paciência está esgotada, uma vez que o menino é muito difícil e, mesmo açoitando-o e repreendendo-o, não consegue contê-lo, porque ele não deixa de responder. Esta situação tem gerado discussões entre ela e a filha que passa o dia trabalhando. *“Eu digo pra mãe dele: ‘você tem que dar moral’. ‘Não, é porque não gostam dele’. ‘Não é por isso não, é porque ele é muito malcriado’”*.

O relato de Suzana, a filha indicada para a entrevista, não converge com o discurso da mãe a respeito do controle da casa. Em relação, por exemplo, à prioridade do canal da televisão escolhido: *“Ela, às vezes, diz: ‘Eu quero assistir uma coisa, não posso assistir’”*. Também reclama por não poder fazer suas orações, devido ao barulho da casa. E, com relação aos netos, diz que a mãe tenta de todas as maneiras não bater, mas é difícil, porque eles respondem, não obedecem. *“[...] Teimam, parece que a mãe tá falando é nada”*. Diante disso, a sua irmã reclama, mas Suzana chama atenção e diz que quem cuida é D. Amélia.

Suzana orienta a mãe a fazer-se respeitada, a estabelecer regras dentro de casa para mostrar quem realmente exerce autoridade, como, no

caso da prioridade à televisão, dizer que é ela quem vai assistir. D. Amélia, por sua vez, retruca: “*Eu falo, falo, mas eles não me respeitam*”. A filha avalia que a “*mãe já se acostumou com essa vida*”.

Apesar de Suzana não morar lá, por tratar-se de sua mãe, diz que se sente no dever de tomar parte e de dar suas opiniões perante o grupo doméstico de D. Amélia:

*Assim, porque ela cria esse horror de menino dentro de casa... Passam o dia aí, tudinho e é tudo nas costas dela. Eu valorizo muito a minha mãe e eles não respeitam ela como é pra ser. Na idade dela era pra ela ter sossego, não era pra ela tá fazendo tudo o que ela faz. Às vezes eu chego, eu vejo a dificuldade que ela passa pra fazer comida, lavar roupa, pra tudo e esse monte de gente só brincando, as netas não ajudam nada! É tudo deitada e ela fazendo comida.*

*Semana passada ela tava sem gás e tava com os pés inchados que ela tinha levado uma queda, fazendo fogo no carvão e, tudo ali conversando. Eu falo, reclamo. Acham ruim, acham que a gente deve se incomodar com o filho da gente e não com os dos outros, mas por ser da família, eu acho que eu deveria interferir e porque também ela é minha mãe. Eu tenho que punir por ela que ela é minha mãe e ela já tá na idade de ter sossego e tudo.*

Ao indicar Suzana para que eu entrevistasse, D. Amélia justificou a escolha de uma filha em detrimento da outra pelo fato de Suzana ser mais próxima afetivamente e mais atenciosa. Embora tenha uma filha que more com ela, esta não conversa com a mãe e, tendo uma relação contrária com Suzana, acaba por comparar:

*Ela é assim, ela tá no canto dela, eu tô no meu, se for preciso perguntar uma coisa ela pergunta ou eu pergunto a ela. Às vezes, a gente discute, fica mais afastada, eu também me afasto, eu não quero problema. A Suzana trabalha de segunda a sábado e dia de sexta ela trabalha até quatro horas, aí vem pra cá, ela vem sempre aqui. Quando é dia de sábado, ela trabalha até duas horas, quatro horas, aí vem pra cá de novo. Domingo eu nem tava aqui, ela veio aqui. Ela entende muito das coisas, ela sabe conversar.*

Passo agora a contextualizar como foi a vinda do único neto na vida de D. Carmem, de acordo com seus relatos. Ao saber que sua filha mais velha estava grávida, na época, com 23 anos, disse que sua reação foi de um grande desgosto, sobretudo, porque nunca aprovou o seu namoro, que já durava sete

anos. Atribui ao ex-namorado o fato da filha ter se tornado uma pessoa alheia ao mundo. “*Ela fez uma redoma, entendeu?*” Não trabalha, não estuda e nem cuida do filho, pois como diz, ela era “*excelente*”, mas, a partir do namoro, abandonou os estudos e passou a viver somente em função desse relacionamento. Culpa o rapaz porque ele é homem e, portanto, mais vivido; e sua filha, ingênua.

O julgamento de Carmem vai ao encontro da pesquisa de Sarti (2005, p. 75), quando de sua análise sobre a mãe solteira. “Ela é, em primeiro lugar, vítima de um safado, que não assume as conseqüências de seus atos, um homem que não é digno de respeito [...]”.

Ainda na gravidez da filha, D. Carmem estava prestes a mudar-se de casa e mostrou-lhe as alternativas:

*Nós já vamos pra outra casa, se você quiser casar com ele, case, mas tem uma coisa: pode esquecer que você tem mãe, porque eu não vou na sua casa de jeito nenhum. Você sabia que eu não queria que você se casasse com ele. Esqueça que você tem mãe; pode casar, pode viver sua vida com ele, eu vou embora. Agora, eu digo o seguinte, se você quiser ir comigo (que eu tinha muita pena dela, mãe é mãe) eu lhe ajudo a criar seu filho. Você escolha.*

D. Carmem julga que a filha tomou a decisão acertada, porque a garota sabia que o namorado não tinha responsabilidade nem possuía condição para tomar de conta de uma casa e, ficando com os pais, teria todo apoio material e emocional. Presume que, se a filha insistisse no relacionamento, iria sofrer, passar necessidade, além de trazer problemas para sua casa. Reforçando suas razões, salienta que, depois da mudança, a filha recebeu uma visita durante a gravidez e outra na maternidade:

*Nunca ligou pro menino pra dizer “hoje é o dia do seu aniversário” ou “eu vou aí” ou “se você tá precisando de alguma coisa?”. Nada, ele não pergunta nada. Casou, já teve filho com outra mulher. Eu já soube que já deixou porque ele não é boa coisa.*

Assim sendo, D. Carmem acompanhou toda a gravidez de Gláucia, cuidou rigorosamente de sua alimentação, conduzindo-a mensalmente ao pré-natal. “*Fui cuidar dela como se cuida de um bebê*”. Quando o neto nasceu, a

mãe-avó constata: *“Foi outro filho que tive”*. Atualmente, ressentente-se pelo fato de a filha não reconhecer seus préstimos:

*Hoje ela disse que eu sou ruim. “Você é ruim, você é uma mãe ruim.” “Sou, minha, filha, eu sou uma mãe ruim. Seu filho estudou três anos no Ágape e eu ia buscar todo dia ele. Estudou três anos no Kerigma [você sabe que, de carro é bem pertinho, mas vai pro terminal da Parangaba!], debaixo de chuva ou de sol, doente ou boa.” Abri mão de tudo na minha vida.*

Segundo D. Carmem, além de a filha não ter o devido reconhecimento por tudo que a mãe tem feito pelo seu filho, percebe que ela acaba inculcando na criança uma valorização a roupas caras, consideradas de marca, uma vez que *“foi acostumada a ter tudo do bom e do melhor”*. Reclama por ela não orientar o filho a agradecer os presentes que recebe da tia. *“Aqui e acolá, ela dá uma roupinha pra irmã, mas ela não gosta de dar porque diz que ela é muito mal-agradecida, que nada que ela faz pro filho dela, ela não agradece”*.

Eugênio, filho de D. Carmem, diz que sua mãe não tem mais tempo para si, privou-se das coisas que gostava de fazer, como, por exemplo, a hidroginástica, tendo em vista a prioridade dos cuidados com o neto. Por conta da sobrecarga da mãe, conta que já se indispôs várias vezes com a irmã, mas que desistiu, pois tanta discussão só atrapalharia. Sem contar com esses problemas, julga que a convivência é boa.

Ademais, outra dificuldade apontada por Eugênio são os pontos de vista divergentes, além do seu excesso com a bebida. Diz que a mãe briga demais, porém, ultimamente está evitando preocupá-la com suas saídas, desde o dia em que só chegou em casa com a ajuda dos amigos, *“Já pensou você não chegar em casa com os próprios pés? Aí, eu prometi que não ia fazer mais isso”*. Ao mesmo tempo que aponta suas falhas, como ainda não ter se dedicado aos estudos, Eugênio considera-se um bom filho. *“Não dou trabalho a ela, ajudo a ela, brinco com ela, abraço; ela gosta, sorri”*.

A respeito de sua relação com Eugênio, D. Carmem comenta que sua filha caçula reclama da tolerância da mãe para com o irmão, além de protegê-lo. *“Ela tem raiva porque acha que eu puno pelo Eugênio. Eu não puno*

*por ele, o Eugênio não é ruim pra mim, não me maltrata. Ele bota a mão no meu ombro, ele me balança, ele faz brincadeira comigo, me beija...*”. Confirma a sua insatisfação com a bebida do filho, mas prefere evitar discórdia, explicando que não pode resolver os conflitos do grupo doméstico quando todos já passaram pela infância; e, assim sendo, foge ao seu controle:

*A Priscila tem um gênio muito forte, ela gosta muito de impor as coisas. Ela tem o gênio do pai, ela me cobra atitudes. Ela quer que eu brigue com a Gláucia, com o Eugênio. Olha, eu não posso. “Assim como eu não posso ter autoridade com a Gláucia, com o Eugênio e você... Eu não posso!” Já tão tudo de maior, já tão velhos. Eu não aguento mais! Eu falo, eu peço.*

O controle que lhe resta é voltado para seu neto Maurício, a única criança do grupo doméstico sobre quem D. Carmem exerce domínio, fazendo valer sua autoridade; e ainda tenta defendê-lo de certas atitudes de sua mãe, as quais considera prejudiciais à educação dele, como, por exemplo, as vezes em que bate no filho só para extravasar sua raiva. Lamenta a insegurança passada para o neto. *“A mãe dele passa e eu tenho horror a isso. Ele é muito inseguro. Ela passa aquela moleza dela pro menino. Ele mesmo chama ela de lesada [pouco enérgica, passiva]”*.

É interessante a observação que D. Carmem faz na dinâmica das relações cotidianas entre ela, a filha e o neto: algo que aponta para a premissa de que a história se repete, ou seja, na sua percepção, certas posturas de Maurício, consideradas como malcriação, refletem o comportamento de Gláucia com a mãe. E, aqui, vale reproduzir a fala de D. Carmem, ao direcionar-se para a filha:

*Eu digo assim: “Você não pode exigir dele, uma coisa que você não tá fazendo. Ele tá vendo você dar mau exemplo, então, ele tá achando que também pode fazer. Como é que não tá a cabecinha dele? Tu tá dando bom exemplo pro teu filho?”*

Uma forma encontrada para contornar a situação e romper as influências criticadas por D. Carmem é o amparo da sua igreja, aonde pretende levar Maurício mais vezes. Comenta o seu desejo em estimulá-lo a fazer algum esporte e também de pagar um professor particular para ensinar os seus deveres, haja vista a falta de paciência da *“mãe que só ensina gritando com ele”*.

Ainda no que se refere às mães solteiras que nunca saíram da casa dos pais, no grupo doméstico do Sr. Edson incluem-se filha e neta. Vera, sua filha, fala que a reação dele foi de não se envolver, ao passo que a mãe queria expulsá-la de casa. *“Naquela época tinha essa história de botar as filhas pra fora quando ficavam grávidas, aquela coisa”*. Nesta comparação, sinaliza para o bom relacionamento que teve com Sr. Edson, um pai-amigo, diferente da mãe. *“A minha mãe era ali no cabresto [freio, controle], mais severa, ela corria atrás de mim até me bater”*.

Cobre o pai de elogios, ao mencionar sobre a relação dele com os netos, os quais são seu *“bem querer”*, sem diferença de tratamento; avalia que a convivência é de brincadeira, conversa e também de briga, principalmente pelo fato de o pai não lhe dizer para onde sai.

Quando pergunto da sua reação com a notícia de que seria avó, pois Vera, aos 35 anos, já é avó de dois bebês, uma de cinco meses e um neto com oito meses, responde que ficou mais feliz com a gravidez da filha de 20 anos, visto que até esperava, mas, com relação à filha de 18 anos, afirma ter sido pega de surpresa; além disso, julga-a mais imatura.

Convém insistir que os conceitos aqui empregados não são considerados em si mesmos e por si mesmos, porém, são relacionais e, nas palavras de Bourdieu (1996, p. 17), chamo atenção ao “modo de pensar substancialista”, o qual leva:

[...] a tratar as atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de essência biológica ou – o que não é melhor – cultural, leva aos mesmos erros de comparação – não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos da mesma sociedade.

Portanto, em algumas circunstâncias, refuto os modelos aqui propostos, como, por exemplo, o caso de Nazaré, cujo grupo doméstico, num primeiro momento, constituía-se em coresidência “permanente”, transformando-se depois em “recoabitação”. Naquela situação, o contexto era o seguinte: aos 16 anos, Nazaré deu luz à sua primeira filha, cujo pai não assumiu; assim, ela permaneceu na casa dos pais, que arcaram com a

responsabilidade. A alteração para a recoabitação aconteceu quando Nazaré se casou, passou um período morando de aluguel, mas, devido às dificuldades financeiras, retornou à casa dos pais, já com a segunda filha, esta do esposo atual.

A notícia de sua primeira gravidez foi recebida com decepção pelos seus pais, pois, de acordo com Nazaré, havia a idealização de que ela se casasse virgem, valor moral de fundamental importância não só comentado pela filha, mas também verbalizado por Sr. Geraldo:

*O povo dizia que eu era namorado. Graças a Deus que honra de moça eu não devo de jeito nenhum. Eu tive o maior respeito do mundo com moça. Se a moça soubesse o valor de uma honra... Pode ser uma pretinha, é o mesmo valor de uma princesa...*

Para Nazaré, seu pai “*nunca vai mudar*”. Um valor como este está arraigado na sua visão de mundo e, desse modo, Sr. Geraldo atribuiu o fracasso da realização do padrão ideal à falta do cuidado de sua esposa, pois seria seu papel zelar pela filha que, não sendo mais “*moça*” tornar-se-ia “*mal falada*”.

Ressaltando os valores do pai, Nazaré expõe a dificuldade de sua experiência como mãe solteira, especialmente em relação ao tratamento dispensado por Sr. Geraldo à sua filha, de maneira a compará-la ao pai: “*Qualquer erro que ela fizesse: ‘Ah, também filha de quem é’. Isso machucava muito ela. Aí, eu dizia: ‘Não pai, o senhor tem que parar com isso porque senão vai fazer mal a ela’*”.

Nazaré avalia que, depois de casar-se, seu pai amenizou, de modo a rejeitar menos a neta. Quando perguntei ao Sr. Geraldo o que ele mais gostava de fazer, disse-me que estar com as netas era o seu maior divertimento, pessoas com as quais ele mais conversa dentro de casa. “*A de 6 anos pede pra eu contar historinha, manda eu cantar. Eu conto cada história que ela acha graça, conto muita história do sertão*”.

Hoje, o problema em morar com os pais volta-se à ausência de privacidade, como, por exemplo, na sua relação com o marido:

*Como a gente mora junto, a minha mãe quer interferir no meu relacionamento, aí, isso dificulta porque meu esposo não gosta. Se ela vê a gente pelo menos discutindo, ela já quer se meter. Por exemplo, nos finais de semana, eu gosto muito de receber na minha casa o meu cunhado, a mulher dele; a gente bebe umas cervejinhas, fica naquela brincadeira. Aí, ela quer achar ruim, mesmo no cantinho dela, ela quer reclamar. Eu acho melhor assim porque pior seria se eu fosse irresponsável, saísse mais o marido dia de sábado, fosse pras farras [festas], chegasse de madrugada.*

Outro empecilho visto por Nazaré diz respeito à educação das crianças, pois seu pai cobra a mesma orientação recebida por Nazaré, com a qual ela não concorda. *“Ele não sabe chegar e conversar, já vai logo pra ignorância. Às vezes, ela [sua filha] responde”.*

Tais interferências, presentes no espaço doméstico, são apresentadas por Peixoto e Luz (2007) como desencadeadoras de tensões entre os membros, podendo ocasionar maus tratos e violência física, problema este não existente no caso ora referido.

Tendo em vista o problema de reumatismo de Sr. Geraldo, Nazaré explica que seu cotidiano é muito sedentário, pois ele depende dela ou da mãe para sair; assim, seu passatempo é ficar com ela na praça, em frente à sua casa, onde trabalha com o popular “jogo do bicho” ou o conhecido “Paratodos.” Inclusive, ao falar sobre a rotina do pai, num dos momentos da entrevista, estava surpresa por ele ainda não ter chegado por lá e, então, supôs que estivesse rezando o *“terço da misericórdia”*, uma de suas práticas diárias.

Por falar em entretenimento, Nazaré lembra-se do desejo de querer presentear Sr. Geraldo com um rádio, em função do seu aparelho não sintonizar a estação de sua preferência, cuja transmissão é voltada a programas de forrós antigos, como os de Luiz Gonzaga. Na praça, Nazaré conta que o pai gosta de conversar sobre seu passado, sendo muito preciso nas datas. É interessante ressaltar sua compreensão e sensibilidade acerca da repetição das histórias:

*Ele fala a mesma coisa dez vezes. Às vezes, até a pessoa se aborrece: “Já vai dizer isso de novo!”, né? Mas o meu pensamento é que aquilo ali faz bem contar. Pra ele é como se ele tivesse... Pelo menos é como se estivesse falando uma coisa que viveu, que gostou e não vai mais viver.*

Percebo que Nazaré associando a insistência às evocações a uma característica da velhice; estende com as lembranças da mãe:

*A minha mãe viveu a vida inteira dela aqui nesse bairro. Os 67 anos dela foi aqui. Então, ela vê as transformações, as praças, asfalto, coisa que não existiam, era mato aqui e ela fala. Pra ela, aquele tempo era bom. Pela maneira que ela fala, é como se ela gostasse mais do que hoje porque não tinha violência, apesar da escuridão, de não ter energia.*

Como bem mostrou Bosi (1994, p. 82-83), é uma preciosidade para os velhos unir o começo ao fim, recuperando um tempo o qual remete à unidade de uma vida, que, no momento presente, defrontam-se com um contexto do “já não existe mais” ou “no meu tempo não era assim”. São frases ditas com certa nostalgia e saudosismo, pois, ao recordarem, lamentam a ausência de elementos relevantes que não voltam mais – a estrutura das casas e das ruas, as praças, os alimentos que não se consomem mais, as festas, as serenatas, as músicas, as brincadeiras, as pessoas que marcaram suas vidas...

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual (ibidem).

Retomando a reação dos velhos à gravidez fora dos marcos do casamento tradicional, o grupo doméstico de D. Alice constitui-se de mães solteiras; a começar por ela, suas filhas e, por último, a neta. D. Alice, quando se casou, já era mãe de três filhos, mas, como afirma, melhor seria se continuasse solteira, haja vista os relacionamentos extraconjugais do ex-marido, associados ao vício da bebida. Assim, o casamento vingou por dois anos e resultou na vinda da quarta filha<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Sobre a liberdade da maternidade isenta de uma ordem moral, ver Adairllon e Caldeira (1984).

D. Alice fala que as suas duas filhas adotivas não quiseram casar, embora tenham seus companheiros. Uma delas já era mãe de uma menina que hoje está com 8 anos, fruto de um outro relacionamento. A filha legítima que mora com ela é mãe de um casal, filhos de pais diferentes, mas nunca saiu de casa nem se casou. D. Alice não obrigou nenhuma a oficializar o casamento por meio dos procedimentos legais e morais para que, mais tarde, caso não desse certo, nenhuma lhe atribuísse seu envolvimento.

A família ideal persiste como modelo adequado e fortemente reproduzido pelos diversos espaços de socialização e/ou aparelhos ideológicos, como escola e igreja; e, desse modo, estabelece-se uma coerção para a manutenção desse padrão. Apesar de, hoje, o casamento deixar de ser o principal fator que constituiria a família, direta ou indiretamente, exige-se o “casamento de papel passado”, “casamento de branco na igreja” e filhos, “os frutos do casamento” (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994).

Ilustro por meio de outra entrevista esta discussão em torno do preceito legal do casamento, o qual é mencionado quando Eulália, filha de D. Josefina, advogada, reporta-se à convivência das gerações diante as mudanças de valores e de comportamento. Ela exemplifica com o caso de sua sobrinha, que engravidou e decidiu “morar junto”, procedimento este reprovado não só por D. Josefina, mas também por ela, conhecedora da lei:

*Porque no final, pela minha experiência com mais de 25 anos de direito de família... “Ah, mas não é um papel que vai determinar a nossa felicidade.” “E nem a infelicidade. Se não faz diferença por que não casa?” Se a benção de Deus não faz diferença, então casa. Não é dizer o não pelo não. Hoje, eu vejo que isso faz uma diferença muito grande pela experiência e eu digo isso, não baseada em valores, qualquer coisa não; eu digo isso baseada numa realidade.*

Retomando o grupo doméstico de D. Alice, com relação à neta, ela não disfarça sua tristeza e decepção ao saber da gravidez, mas, ao mesmo tempo, revelou-se conformada: aceitou sem maiores objeções. Carolina reforça a postura da avó, contando de sua afeição pelo bisneto. “Ela é louca por ele... Antes dela ir pros idosos [grupo de convivência], ela vem aqui, ela vem deixar o café dele; ela diz que é bom”.

*“Parabéns, mãezinha, você vai fazer quatro meses”.* Foi assim que o médico noticiou a gravidez de Carolina, quando esta foi realizar exame de sangue. Carolina suspeitava de que a avó a expulsasse de casa porque *“a família já tava grande”*; ou a obrigaria a abortar, alternativa a qual descartava. Inicialmente, contou à mãe e, no outro dia, conversou com D. Alice, que disse já estar desconfiada, alertando-a que teria uma grande responsabilidade, além de recomendar *“não querer choro de menino”*.

Como não incomodar a avó com *“choro de menino”*, numa casa de apenas um quarto? Qual a solução de Carolina para atender a advertência da chefe da casa /de família? O fundo do quintal. Carolina providenciou um quarto de tijolo sem cimentar, local onde realizamos a entrevista. *“O local é muito quente e repleto de moscas”* (Diário de campo, Fortaleza, 14/09/2007).

O receio de Carolina em aceitar a proposta do namorado em morar com ele é de que, não dando certo a união, ela voltaria para a casa da avó. Ademais, não pretende deixá-la sem companhia, visto ser ela a pessoa mais ligada a D. Alice e, nas suas palavras, *“nós somos unha e carne”*.

A tônica na fala de Carolina foi seu relacionamento com a avó, o qual julga muito bom, apesar de ponderar os conflitos na adolescência:

*Eu fui morar com a minha tia porque a gente não tava se dando muito bem porque assim, por ela ser mais idosa, assim... Por ela ter muito cuidado comigo, porque eu já tava botando um corpinho de moça e mocinha, aí ela não queria me ver assim, andando com as meninas, não queria me ver de roupinha muito curta, aí eu dizia: “Eu sou nova, eu tenho que sair, que brincar com minhas amigas.” A gente começava a discutir dentro de casa, ela batia em mim, eu dizia que ela não tinha direito de bater em mim porque eu era nova, eu tinha que sair, eu tinha que brincar, eu tinha que curtir, eu tinha que fazer o que a minha mãe não fez. Aí ela dizia que não e a gente passou uns tempos assim, brigando, ela me deixava de castigo.*

Aos quinze anos, voltou para a casa da avó por conta de seus desentendimentos com o companheiro da sua tia, pois não aceitava que ele repreendesse nem açoitasse sua sobrinha. *“Por mais que ele criasse ela, ele não era o pai”*. A partir de seu retorno, as discussões com a avó dissiparam-se, predominando a doação, principalmente quando seu filho nasceu: *“O que eu*

*peço a ela, ela faz por mim, se eu pedir pra ela ficar com ele [seu bebê] pra mim ir ali, sair... Me empresta cinco reais pra eu comprar o leite do dele até o pai dele chegar. Ela me dá, ela não empresta”.*

Por outro lado, evidencia-se o reconhecimento da dádiva e, conseqüentemente, a manifestação da retribuição:

*Eu faço merenda pro meu filho, aí sobra e eu dou pra ela. Às vezes, eu quero beber, mas eu dou pra ela porque ela não gosta de pão; ela praticamente, não merenda de manhã. Porque do mesmo jeito seria ela, se eu não gostasse e ela tivesse comendo outra coisa, ela ia repartir comigo e eu sou do mesmo jeito com ela.*

Atualmente, o motivo das discussões entre Carolina e a avó deve-se ao tio, de 47 anos, desempregado, que mora lá desde sua separação, há três anos. Evita sua presença e não lhe dirige a palavra. Conta que só sai de seu quarto depois que ele se retira para a rua.

A justificativa de sua insatisfação é o fato de ele se alcoolizar e tratar a mãe de forma grosseira, além de deixá-la preocupada com seus sumiços, sem avisar por onde anda, sobretudo, depois de ter sofrido um assalto, ficando gravemente ferido. Apesar desse acontecimento, o tio ainda continua ignorando a mãe; não a previne da ausência dele, o que a leva a tomar *Diazepan*, remédio indicado para controlar a tensão nervosa; só assim, segundo Carolina, sua avó consegue dormir.

Chamo atenção para o uso de medicamento por D. Alice. Nos nossos encontros, em nenhum momento, ela revelou sua dependência por algum remédio. Mencionou apenas o problema da labirintite, cuja necessidade de medicação é esporádica.

Diante da narrativa da neta, deduzo que o silêncio da avó a absteria de adentrar no assunto do filho, como ainda das discussões referidas por Carolina. Percebi também suas poucas palavras a despeito desse filho, informando-me, sem maiores detalhes, que era separado e que era sua obrigação de mãe ampará-lo. “*A galinha não cobre os pintos tudinho? Assim é uma mãe, né? O que uma mãe faz com um filho tem que fazer com os outros, não vai deixar desprezado no meio da rua não*”. Peixoto e Luz (2007) tecem

comentários que se aplicam à percepção de D. Alice a respeito do sentimento dos pais pela “obrigação” do amparo aos filhos, sob quaisquer circunstâncias.

Carolina demonstra ressentimento, quando se lembra da época em que o tio vivia em melhores condições e as desprezava:

*Ele começou a se fazer na vida e não ligava pra gente, não tinha ela como mãe. Aí quando a mulher se separou dele, que levou tudo dele, aí num instante ele soube olhar pra trás, ver atrás e ver a mãe. Aí a minha raiva é essa dele com ela, eu não me dou com ele, mas meu relacionamento com ela é bom só que tem hora que a gente briga por causa dele.*

Indignada, a neta fala da predileção de D. Alice por “*ele que não dá um carinho de filho, como ela dá o carinho de mãe*”. Carolina faz a afirmação em razão da diferença de tratamento em comparação aos outros filhos, a despeito, por exemplo, do cuidado exclusivo das roupas de Messias. Quanto ao Marcelo, de 33 anos, mesmo ganhando uma parca quantia proveniente do seu trabalho como lavador de carro, a mãe o pressiona a contribuir com as despesas. “*O Marcelo, ela obriga a trazer as coisas pra dentro de casa, manda o Marcelo trazer o sabão, manda o Marcelo trazer o açúcar, manda o Marcelo trazer o café, mas o outro não*”. Diante da desigualdade no acolhimento dos membros do grupo doméstico por D. Alice, os demais passaram a chamar Messias de “*príncipe*”.

Conforme Carolina, o incondicional amor de mãe é o argumento de sua avó, o qual reproduz: “*Tu vai ver o que é a dor de uma mãe, o teu filho pode fazer seja lá o que for contigo, ele pode te esculhambar [ridicularizar, desmoralizar] no meio da rua, mas tu como mãe, tu vai perdoar ele, mas os teus outros filhos não vão entender*”.

Contudo, Carolina percebe um desencontro entre o amor de mãe e o sentimento do dever de compensação por parte dos filhos homens de D. Alice, o que se consolida nas palavras de Singly (2007) a respeito da figura do “doador exclusivo”, ou seja, apenas uma parte oferece seus préstimos. Isso fica claro quando Carolina supõe a saída das mulheres da casa e reflete o sofrimento pelo qual passaria a avó, uma vez que, sem contar com a ajuda

deles, fazia tudo sozinha. Mas é interessante notar sua contradição à medida que também inclui as mulheres na falta de colaboração:

*Se ela não tiver o dia todo em casa é só merenda, só rola pão e leite. Ninguém tem coragem de ir pra beira do fogão e fazer a comida; tem que ser ela. Ela diz assim: “Eu quero saber quando eu morrer, vocês vão pensar.” [...] Ela diz que, sem ela a gente não como nada.*

Para D. Guta, que morava sozinha, a vinda de sua filha com os 3 netos para sua casa exigiu novas adaptações durante estes 14 anos. Na época da separação, D. Guta lembra que Jean, o neto mais velho, o qual foi indicado para que eu o entrevistasse, estava com 6 anos de idade. Apesar de avaliar que morar só é bom, tendo em vista a liberdade, D. Guta revela não gostar de ficar só e, ao mesmo tempo, fala dos inconvenientes da coresidência:

*Esse meu temperamento... Eu me preocupo muito com os outros, pode ser família e não família. Então, eu penso que fulano vai pra aula, aí tenho que me levantar cedo pra fazer café. Muito embora, eles digam que não precisa, que se viram. Mas eu não tenho esse temperamento, eu gosto de fazer, arrumar a mesa. Aí, sozinha não, eu levanto na hora que eu quero, tomo café na hora que quero, aí fica mais light o negócio.*

Jean, ao narrar seu relacionamento com a avó, confirma o jeito preocupado sinalizado por ela, fundamentalmente no que diz respeito aos problemas dos filhos, de modo a envolver-se, querendo solucionar. Diz que D. Guta sofre muito com isso. “*Ela se preocupa mais do que com os nossos [problemas] de casa*”. Afirma que, do grupo doméstico, é ele quem mais conversa com a avó. “*Eu tenho muita paciência. O outro é ignorante, o meu irmão*”.

*A minha relação com ela é muito tranquila, a gente conversa muito porque a minha vó fez filosofia e teologia e ela gosta de conversar, aí, tipo... Também discute, por exemplo, tem uma matéria na televisão que eu tenho uma visão e ela tem outra, que a minha vó é católica, católica das rédeas curtas, bem ao pé da letra mesmo e eu sou mais maleável. No geral, a nossa relação é mais amigável, sem conflito, mas de vez em quando, a gente tem divergência de ideias, principalmente em coisas atuais.*

Vale lembrar que, dentre os familiares, este foi o único neto indicado. Quando solicitei a D. Guta que apontasse um membro da família com quem era mais ligada, sem titubear, como o fizeram alguns que se diziam próximos de todos os filhos, sem diferença, D. Guta indicou Jean e comentou como era o nível de liberdade que existia entre eles, exemplificando com uma pergunta feita por ele. O neto quis saber se a avó havia se casado virgem. O questionamento provocou em D. Guta grande satisfação. *“Achei a coisa mais linda do mundo. Isso é pra você ter uma ideia de como ele é conversador.”* Já em relação à filha, mãe de Jean, o relacionamento é diferente: *“A minha filha não tem tempo pra gente conversar e nós divergimos e assim, eu não tenho abertura pra chegar pra ela”*.

Diria que a maior mudança ocorrida na vida de D. Guta com a recoabitação foi a sua responsabilidade com o neto de 19 anos, embora em nenhum momento isso seja verbalizado por ela. Contudo, quando dá a conhecer o seu dia a dia com Romário, é possível refletir acerca das suas limitações físicas nessa tarefa diária. Este neto é portador da *Síndrome de Moebius*, anomalia congênita que pode ocasionar retardo mental e também compromete a expressão facial. A doença requer um acompanhamento multiprofissional. Romário dispõe de tratamento fonoaudiológico, neurológico e psicológico. Sua mãe trabalha durante todo o dia e, assim, a avó é a cuidadora principal de Romário, haja vista seus dois irmãos estarem envolvidos nos estudos: um está se preparando para o vestibular e outro é universitário; realiza estágio, tendo, assim, seu tempo todo preenchido.

Portanto, como não existe outra pessoa para ficar com Romário e tendo em vista a vida social intensa de sua avó – todos os dias saem os dois, seja para o Grupo de convivência do Sesc ou para as reuniões regulares do grupo da igreja católica. Isso no período da manhã, pois ele estuda à tarde. Na sua fala, a avó expressa a situação estressante do cuidado: *“Eu fico louca quando ele pede as coisas que eu não posso fazer, eu fico louca. Dá vontade de sair correndo... Ele pergunta demais, ele repete. Pergunta que enlouquece, ele pergunta tudo e eu me afobo”* (D. Guta).

Como observei, as mulheres contribuem consideravelmente na criação dos netos, mas não é uma assistência que ocorre sem conflitos, tendo em vista as circunstâncias geradoras dessa responsabilidade. A imposição se sobrepõe à possibilidade da escolha e as avós reclamam da sobrecarga, do corpo cansado e dolorido. Neste sentido, vale lembrar o relato de D. Carmem: *“Quer dizer que eu, com problema de coluna, cansada das lutas e fazendo tudo dentro de casa, eu tenho que sair todo dia correndo, debaixo de chuva ou de sol pra ir buscar o menino no colégio e ela não diz ‘mãe, eu vou’”* (D. Carmem).

Por outro lado, os familiares reconhecem os seus préstimos, apontam para as vantagens da convivência, capazes de proporcionar um relacionamento de trocas na vida cotidiana. Eugênio, filho de D. Carmem, embora desempregado, avalia que, instrumentalmente, colabora nas atividades cotidianas da casa como, por exemplo, vai com a sua mãe deixar o sobrinho no colégio, varre a casa, com exceção do quarto da irmã que nada faz em casa, lava banheiro, cuida das plantas, faz os mandados da mãe.

Jean ressalta o aspecto positivo de sua mãe, ele e os irmãos estarem morando com a vó, pois, como os outros filhos de D. Guta residem longe, eles são a sua companhia. Porém, não encobre a sobrecarga da avó. *“O que é complicado é que a minha mãe passa o dia fora trabalhando e ela [avó] fica aqui aguentando o Romário”*. A fim de isentá-la dessa responsabilidade, dispôs-se a morar com o pai em Rondônia e levaria Romário, mas não que a ideia lhe soasse agradável; seria, no entanto, uma forma de solucionar o problema. Sua proposta foi rejeitada tanto pela mãe como pela avó.

Com relação a este assunto, isto é, acerca do respeito à privacidade dos mais velhos, Eulália, filha de D. Josefina, contrária ao cuidado dos netos pelos avós, é contundente ao dizer que *Deus não fez filho pra velho*. Embora tenha uma filha de 9 anos, não a deixa sozinha com sua mãe, preferindo levá-la consigo ao trabalho; nem tampouco permite que D. Josefina cuide de qualquer outro neto. *“Ela já fez a parte dela, criou oito filhos sem ter direito a nada, não saía porque era um filho atrás do outro, então, a época dela aproveitar a vida é agora”*.

Eulália lembra que, certa vez, uma neta adolescente estava passando uns dias na casa da avó e, numa noite, surpreendeu-se com D. Josefina esperando a neta no portão. Sua atitude foi pedir para que a mãe entrasse, porque ela nunca ficou no portão à espera de nenhum dos filhos, portanto, não seria agora que isso iria acontecer, haja vista a neta em questão ter pais jovens para cuidar dela.

Ainda a respeito desse assunto e satisfeita, comenta que, recentemente, numa reunião com o grupo da igreja, onde, enfatiza, D. Josefina é a mais nova dentre os membros, com 74 anos, ouviu uma senhora justificar sua ausência para cuidar dos netos, no que sua mãe retrucou de imediato. *“Não tem isso não, a sua obrigação já passou, você já fez a sua parte. Ela [filha] que resolva os problemas delas com os filhos”*.

Outra questão que Eulália reforça para os filhos é que a casa não é deles, mas de D. Josefina. *“Os intrusos dessa casa somos nós, a casa é dela”*. Com isso, mostra que tudo dentro de casa se articula a favor da mãe, como por exemplo, quando querem alugar um filme, como D. Josefina não vê legendado, Eulália não permite que a mãe seja excluída por conta desta limitação. Assim, só podem assistir quando ela não está presente, como nos períodos da manhã, em que não vê televisão.

No que remete à convivência com os netos, D. Josefina diz que não interfere na educação deles. *“A mãe é que conversa muito com eles, sabe se expressar, tem o dom da palavra”*. Mostrou ser “avó de açúcar”, na expressão de Marangoni (2007), isto é, seu tempo para os netos é o do divertimento, principalmente com a neta de 9 anos, que às vezes traz tarefas da escola voltadas a inquirir sobre a infância da avó. *“Tem dia que eu começo a falar com ela, aí tem um monte de neto perto, aí eu começo a contar minhas estripulias [traquinagem]”*. De vez em quando, a avó leva a neta aos passeios, como olhar as vitrinas das lojas no centro da cidade, mas prefere ir só, pois a criança quer levar tudo o que vê.

Quando Eulália alude ao relacionamento de sua mãe com os netos, aponta que D. Josefina tenta impor um determinado padrão de comportamento, sobretudo no que se refere à neta caçula ora mencionada, e a imagem da “avó

de açúcar” é meio que diluída. *“A minha mãe com a mais nova se pegam muito, elas brigam muito. Por exemplo, a minha mãe ainda não aceita que criança não deve se meter em conversa de adulto”.*

Nas suas observações, Eulália compreende que *“não tem como seguir um modelo porque existem realidades diferentes... Você vê um programa desse da Globo, Malhação; são valores inculcados desde pequenininho, não tem como!”*. Mas, ao examinar os dois lados, o “novo” versus o “velho” – a filha querendo dar sua opinião e a sua mãe descartando, porque criança não deve se meter em conversa de adulto, sua mediação no conflito é buscar por quem está no processo de lapidação, no sentido de educar e aperfeiçoar, ao passo que os valores do outro lado já estão arraigados: *“Quando você conversa com uma criança é instantâneo. Eu converso com a minha filha, ela acata, ela assume aquela postura de imediato, porque eu tô plantando. No idoso não, eu tenho que arrancar uma coisa que tá enraizada”*.

Porém, os outros dois filhos jovens também não estão imunes ao controle de Eulália no que diz respeito às atitudes e ao tratamento com D. Josefina:

*Uma vez, eu chamei os três [filhos]. Foi só uma que tinha falado uma grosseria com ela porque aqui, nunca ninguém falou grosso com a nossa mãe. Foi a mais velha, mas eu chamei logo os três: “Ela não pode ser nada pra vocês; ela é só avó, mas ela é a minha mãe e entre ela e um de vocês, eu vou ficar com ela porque eu sei que ela fica comigo até o fim e com vocês eu não sei; eu não tenho nenhuma garantia agora e com ela eu tenho”. [Eles entenderam, choraram, baixaram a cabeça]. Eu preservo muito, conheço a fragilidade, trabalho nessa área de família e vejo o grande sofrimento do idoso. São frágeis e a gente tem mesmo é que ajudar porque a criança você olha e sabe que ela vai crescer e eles não. Eles vão ficando cada vez mais frágeis.*

O constante movimento de filhos e netos na casa de D. Josefina, fez Eulália chamar “a casa da vovó.” Assegura que, apesar de o grupo doméstico ser composto por cinco membros, diariamente, a comida é feita para dez pessoas, porque aparecem filhos e netos na hora do almoço; e, assim, a mãe acostumou-se a preparar as refeições como se todos ainda permanecessem

em casa. Tal rotina tem levado ao considerável aumento das despesas que, de acordo com Eulália, é tudo rateado:

*Ficou tão misturado que ficou difícil de saber o que é teu, o que é meu. O telefone eu assumo porque eu uso muito, nós só temos um telefone. Ela não dá um telefonema, é muito difícil, a parte do supermercado a gente vai rachando... Tem que ter uma reserva da emergência, eu deixo no banco, é um taxi, os medicamentos que é uma coisa certa no final do mês.*

Eulália, dentre os oitos filhos de D. Josefina, foi quem sempre ajudou a resolver as coisas para a mãe, mesmo antes de voltar a morar com ela. Quando o seu pai morreu e Eulália ainda era casada, continuou a dar toda a assistência, como ir a banco, pagar as contas, acompanhar ao médico. A época da cirurgia de D. Josefina, a qual se submeteu a três pontes de safena, coincidiu com sua separação e, como estava todos os dias na casa da mãe, decidiu voltar definitivamente, há cinco anos.

*Não foi um pedido dela, foi mais uma necessidade física e até os meus irmãos já tinham se reunido com essa possibilidade de eu ter que vir pra cá e ficar realmente nessa perspectiva de eu ficar com o imóvel que eles abriam mão pra eu ficar aqui. Então a intenção deles era que eu construísse em cima e ficasse perto dela e aí eu fui ficando.*

Verifica-se um acordo claro entre Eulália e seus sete irmãos a partir do momento em que ela assumiu o cuidado com a mãe, ou seja, nas suas palavras, esse compromisso levou-os a abdicar do direito da herança e, no caso, por retribuição, ela mereceria a posse do imóvel. Cabe aqui, a interpretação de Bourdieu (1996, p. 170, grifo do autor): “O reconhecimento da dívida torna-se reconhecimento, *sentimento* duradouro em relação ao autor do ato generoso, que pode chegar à afeição, ao amor, como vemos com particular clareza nas relações entre gerações”.

Na sua fala, de modo geral, percebe-se o respeito que Eulália possui pela mãe e, mais uma vez, é válido narrar uma das demonstrações dessa reverência no que concerne aos hábitos da mãe, hábitos esses, cristalizados usualmente, como “coisas de velhos”; por exemplo, o costume de juntar saquinhos, vidros, enfim, objetos considerados descartáveis:

*[...] Existem coisas que vão se acentuando no envelhecimento... E não tem como você, de repente, frear isso*

*aí. Não há atrito, eu entendo perfeitamente isso. Converso mais assim, vai mais na orientação: “Mamãe, não guarde saco de açúcar, de arroz porque junta barata.” E aí eu começo: “Barata traz doença, remédio é muito caro”. A gente vai por aí, mas conseguir eliminar isso não se consegue porque isso já é um processo cultural, eu diria dela e são valores que são acentuados no envelhecimento, de guardar coisinhas.*

Mesmo não concordando com esta prática da mãe, Eulália não desfaz o que ela vê como manias de D. Josefina; a persuasão se dá por meio da conversa e, segundo a filha, sem atritos, embora não atinja o convencimento por inteiro. *“Ela aceita e aceita bem, mas só que ela não muda, continua guardando”.* Teme feri-la, pois compreende que seria invasivo alterar essa forma de D. Josefina organizar suas coisas na sua própria casa e colocasse no lugar dela. *“É a mesma coisa que alguém chegasse aqui pra mim e dissesse: ‘Por que tu não se livra dessas pastas?’ ‘Deixa as minhas coisas, deixa.’ Então, eu tenho esse respeito também.”* E se a casa fosse de Eulália, será que ela agiria do mesmo modo como age, morando na casa da mãe?

Bosi (1994), numa referência a Morin<sup>41</sup>, disserta sobre a importância de o velho controlar suas posses, fator imprescindível na manutenção da integridade do seu eu. Como explica, os objetos mais do que funcionais possibilitam uma identificação com seu dono. Na concepção de Morin, seriam “objetos biográficos”, pois envelhecem com seu dono e incorporam-se à sua vida; cada um revela uma experiência. Nesse sentido, não é raridade ouvir dos velhos seu descontentamento quando os filhos de desfazem de seus pertences por julgarem desnecessário guardar “cacarecos” ou “coisas velhas”. Contudo, mesmo considerados sem utilidade, é fundamental preservar a individualidade do velho de forma a não sobrepor valores do novo em detrimento do antigo (ALCÂNTARA, 2004).

No tocante à falta de um tempo maior para conversar com a mãe, Eulália encontrou na empregada doméstica uma substituta, haja vista não poder conciliar trabalho e o tempo que gostaria de ter com D. Josefina:

*Só que eu preciso dessa pessoa pra ficar conversando com ela porque a cultura é a mesma. Eu não tenho tempo de*

---

<sup>41</sup> MORIN, Edgard. *L’objet*. Communications 13, 1969.

*conversar. Então, esse é o problema da velhice, do idoso dentro de casa, não tem quem converse com ele. A questão do tempo! A parte financeira dessa casa é muito pesada e eu tenho que trabalhar. E quem é que conversa com ela? Essa moça que trabalha aqui. Ela fica mais aqui, eu ainda mantenho porque ela conversa com a minha mãe. Horas e horas conversando besteiras: novelas, não sei quem bateu na mulher, que bebeu cachaça, não sei o quê. Essa coisa que faz parte da cultura, não é fofoca, é uma questão cultural. A minha mãe é semi-alfabetizada. Como é que eu vou falar de determinados assuntos que não tá no universo dela?*

Embora insatisfeita com o serviço da empregada devido às suas constantes faltas, Eulália diz que não pode dispensá-la e deixa passar os inconvenientes. Ela trabalha lá desde a cirurgia de sua mãe, há sete anos, e a mãe já está acostumada e gosta dela. Conta que, pela sua filha de 23 anos, já teria demitido, ao que replica: “*Tu conversa com a mamãe?*” Desse modo, esta é mais uma estratégia de atenção a D. Josefina: “*Ela [empregada] faz as unhas dela [D. Josefina] e o nível de conversa é o mesmo; ela precisa disso, precisa conversar, falar dessas coisas delas e tudo*”.

Passo a comentar as revelações de Cleópatra, filha do Sr. Valter, num momento em que ela traz elementos interessantes na sua fala que se opõem ao entendimento de Eulália sobre os valores enraizados característicos das pessoas mais velhas, o que provocaria conflitos entre as gerações.

No contexto em que Cleópatra foi criada, predominavam normas rígidas, influenciadas, sobretudo, por preceitos religiosos que, segundo ela mesma, contribuíram para que a relação entre ela e seu pai não fosse tão flexível. A preocupação com o que os outros iriam falar era mais forte do que seu interesse em saber como os filhos pensavam ou sentiam:

*Então, por conta disso foi muito difícil e assim, principalmente na adolescência. Foi quando eu comecei a namorar e aí, ele tinha um ciúme louco da gente, de mim, das minhas irmãs. E assim, sair, viajar, os eventos da igreja, ele não liberava a gente. Essas coisas... Foi muito difícil na época. Lógico que eu compreendi que o cuidado, o amor existia, mas era aquela coisa muito seca, né?*

Contudo, hoje, percebe mudanças consideravelmente positivas no convívio com seu pai. “[...] *Eu vejo que era o contexto religioso que ele vivia na época e que hoje a igreja mudou e ele também mudou com isso*”. Desse modo,

julga que o pai se tornou mais tolerante e cita como exemplo a sua reação quando sua irmã saiu de casa para morar com o namorado, retornando com um filho. Afirma que ele deu todo apoio à filha desde o começo, sinalizando que poderia sempre contar com ele, caso o relacionamento não se firmasse. *“Não teve condição, mas ela sempre soube que se a coisa não desse mais pra frente, ele ia acolher dentro de casa como agora tá acolhendo e sem problema”*.

No seu ponto de vista, a irmã não passou por nenhum tipo de constrangimento e, tanto o pai como a mãe, lhe dão condições para ela refazer-se, seja incentivando a retomar os estudos ou a fazer cursos profissionalizantes, como o de costura, recentemente realizado.

A esse respeito, Sr. Valter lembra que, quando a filha decidiu pela separação, disse-lhe para pensar bem, pois não aceitaria retorno, mas, apesar da advertência, aconteceu a tentativa de uma reconciliação, a qual durou pouco tempo; e, assim, Letícia e seu filho passaram a morar com os pais. Sr. Valter conta que o genro o considerava um pai, dado o constante apoio material e conclui: *“Eu fiz tudo o que um pai pode fazer por um filho, mas nem quero que vá lá em casa”*.

Cleópatra avalia também que percebeu a mudança do pai quando os filhos ficaram adultos, casaram-se e ficaram independentes; notou-o mais relaxado e relaciona essa postura ao fato de ele se eximir da responsabilidade da prole, pois cada um estava controlando sua própria vida. Assim, Sr. Valter aproximou-se, fazendo surgir mais oportunidades de conversas entre eles, situação inexistente na adolescência dos filhos:

*Ele era muito na dele, ele não tinha uma relação próxima com os filhos, ele nunca foi carinhoso. O objetivo dele, a forma dele cuidar que eu entendo... Pra ele, o que era amor? O que era cuidar? Era nunca deixar nada faltar em casa, era assumir realmente aquele papel de provedor, mas aquela coisa da relação de conversa, de carinho, tá entendendo?...*

No entanto, Cleópatra enfatiza o caráter recíproco na construção das mudanças, posto que, hoje, ela se vê mais madura e, portanto, uma outra pessoa; capaz de compreender seu pai e *“dar os descontos”* em prol de um

relacionamento mais afetuosos. Conforme expõe, diferente de sua mãe, nunca existiu trocas de abraços e beijos entre ela e Sr. Valter; porém, tenta romper com certa rigidez, algo presente, nas palavras de Eulália, como se a lapidação tivesse atingido o ápice do aperfeiçoamento. Assim, Cleópatra continua a cultivar, na confiança de que o pai possa ultrapassar suas limitações. Nesse sentido, conta de seu procedimento no “Dia dos pais”:

*Agora, no dia dos pais, eu entreguei o presente [xícara com a foto dos dois e a frase “eu te amo”]. Dei um abraço nele, ele todo duro. Ele não sabe nem abraçar a gente, todo duro. Aí, eu disse: “Pai, aprende a abraçar”. Ele fica só com a gracinha, né? E eu ajeitando o braço dele. É a falta de costume. Ele não teve esse costume, a gente não construiu isso. Aí, eu dei um abraço nele e dei um beijo. Aí, eu disse: “Na medida do possível você foi o melhor pai do mundo”.*

Apesar da falta de um relacionamento mais carinhoso, Cleópatra não deixa de reconhecer o cuidado sempre presente do pai pela família, de modo a ser protetor, além de enaltecer a união de todos; dela com seus pais e irmãos. Ao tratar desse assunto, comenta de sua tranquilidade pelo fato de o irmão ter construído sua casa sobre a do pai<sup>42</sup>, somada à gratidão pela cunhada. “*Em determinadas situações é muito mais presente, assiste mais as necessidades deles [de seus pais] do que mesmo os filhos. É uma pessoa maravilhosa e eu acho que valeu a pena eles irem lá pra cima*”.

Sr. Valter, ao reportar-se sobre a nora, tece vários elogios a sua pessoa. “*Ela é muito educada... Ela adivinha o que a gente quer. Eu tava com uma vontade tomar uma Coca-cola, aí, ela sabia que eu gostava e chegou com uma*”. Afirma que o filho teve sorte de encontrá-la, mas também confere o êxito ao fato de ela estar com um homem bastante trabalhador e responsável.

Cleópatra aponta que uma das vantagens do irmão morar lá é saber que os pais têm a quem recorrer na ocasião de uma emergência, como uma dor, de madrugada, e contar com essa assistência lhe dá mais segurança. Acerca do irmão em questão, fala de seus momentos de mau humor devido ao

---

<sup>42</sup> No bairro em que Sr. Valter mora, observa-se cada vez mais a ampliação da construção de sobrados. Tal arranjo, como no caso de seu filho, é resultado dos casamentos de filhos impossibilitados de pagar aluguel ou de comprar a casa própria. Assim, essa vem a ser a solução mais oportuna, a exemplo ainda de uma filha do Sr. Valter que também mora no andar superior ao da casa da sogra.

excesso de seu trabalho como mecânico e acredita que esse empecilho interfira no convívio com os pais.

Sua outra irmã casada todos os dias almoça na casa dos pais, pois a escola onde leciona também fica próxima, mas Cleópatra dá a entender que não aprova, *“Eu acho que, depois que a gente se casa, a gente tem que dar conta da nossa vida... É bom ser independente”*.

Retomando o lado afetivo de Sr. Valter que, aos poucos, é descoberto, Cleópatra observa a diferença na relação com os netos, pois seria inimaginável, na sua infância e na de seus irmãos, vivenciar o que hoje ela presencia:

*É bagunça, ele brinca muito com eles. Eu noto que é uma relação completamente diferente do que com a nossa, totalmente diferente. É uma relação de carinho, de brincadeira. Ele beija, abraça, o que ele não fazia com os filhos. Ele conta história, os meninos vivem pedindo pra ele contar história. Eu acho que isso também faz bem pra ele. Tem calor humano, amor, carinho. Eu acho que isso só faz o bem pro ser humano. Quem é que não gosta de ser abraçado, de ser acarinhado? Por mais dificuldade emocional que você tenha pra se expressar, eu acho que o ser humano gosta disso. Ele mudou, é como eu já falei, ele tá mais flexível.*

Sem tantas dificuldades, Sr. Valter declara seu ciúme pelo neto que mora com ele em relação ao avô paterno. *“O menino é louco pelo outro avô; às vezes, eu fico com ciúme. Eu quero que você veja quando ele vem buscar o menino!”*.

Tal como D. Josefina, Sr. Valter também se restringe à interrupção das crianças nas conversas dos adultos. Num almoço em que estive na casa de Cleópatra, seus pais estavam presentes e, numa das conversas, sua mãe começou a criticar o comportamento da neta de 6 anos, a qual é muito precoce; disse discordar de suas intromissões e deu um exemplo: *“O pai dela chegou e pediu para que a mãe comprasse pão, já que ela havia feito sopa. A menina estava assistindo à TV e, “ligada”, questionou: - Por que o senhor não vai?”*

Cleópatra é da opinião de que os pais não se devem envolver, ao que a sua mãe respondeu que não fala nada, apenas observa. A filha continuou dizendo que, como a neta tinha sido criada naquela casa, na

presença de muitas mulheres, sempre ela ouviu discussões sobre homens e mulheres, sujeição, exploração; e, assim, foi crescendo muito independente e resolvida.

Outro comentário da esposa do Sr. Valter foi em relação à frieza da menina que, apesar de ter sido criada num ambiente de afeto, em que as tias abraçam, beijam e os avós ensinaram a pedir a benção, *“isto não entra de jeito nenhum na cabeça da menina”*. Nesse aspecto, Cleópatra concorda com a mãe e comentou que a sobrinha só se desperta para essas atitudes quando chamam sua atenção. Nesse instante, eles a comparam com o neto que é um ano mais novo. *“Ele é diferente, é amoroso e pede a benção sem que os outros recomendem e que, inclusive, chama tia Adriana”*. Lembro que ao se despedirem, o neto do Sr. Valter veio até a mim e pediu-me a benção.

O assunto predominante nesse dia do almoço encaminhou-se para a comparação dos valores antigos aos do tempo presente, e Sr. Valter atribui os constantes episódios de violência na contemporaneidade ao excesso de liberdade que os pais estão dando aos filhos. Sua esposa acrescenta que os pais não sabem mais educar. Criou os cinco filhos, impondo limites e açoitava quando era preciso; mandava-os comprar até a corda, o instrumento do castigo, mas só os homens apanharam, por serem mais travessos. Contou que, quando se reúnem e se lembram do passado, estes falam de traquinagens das quais ela nem sabia; por isso, ressalta que deveriam ter apanhado muito mais.

Marta é outra interlocutora que não mora com a mãe, mas como as demais nesta situação, possui participação efetiva no cotidiano dos pais. Suas palavras atestam – *É como se eu morasse lá. Tudo é comigo... É tudo, tudo, tudo. Tudo tem que ser eu. Eu até falo com ela: - Já pensou se não fosse eu? Ave-maria, as minhas costas tá pesada demais.*

D. Hildete ao indicar esta filha, sua amiga para assuntos confidenciais, comenta do apoio do qual dispõe – *A minha filha adivinha o que eu quero. Às vezes, eu tô aqui sem nada pro almoço e ela chega com um frango. Eu sou mais velha, mas ela sempre me dá uma ideia.*

Fica patente na fala de Marta a insatisfação pela sobrecarga em assumir solitariamente o cuidado com D. Hildete, uma vez que seus dois irmãos, tão próximos em termos geográficos quanto ela da mãe, não compartilham também essa responsabilidade.

Além da ausência, Marta queixa-se da falta de cooperação por parte do irmão e do sobrinho que moram com a mãe, ao contar, por exemplo, da ligação inadequada de fiação elétrica (conhecida popularmente como “gato”) de sua casa para a casa da mãe que, há quatro meses, teve sua energia cortada. Lamenta porque os dois passam o dia assistindo televisão; e, assim, reclama com a mãe por eles não terem consciência, por não se solidarizarem com esse tipo de apoio que ela nem está podendo ofertar. *“Eu já disse a ela [mãe] que esse mês, ela tinha que dá um jeito de me dar pelo menos R\$ 30,00 pra me ajudar porque fica muito pesado. Esse mês eu paguei R\$ 140,00 e ficou esse de R\$ 150,00”.*

Desse modo, acha desagradável e constrangedor o fato de o irmão ser alcoólatra e, desempregado há um ano, só conseguir eventualmente, alguns bicos. O sobrinho, aos 17 anos, também iniciou o primeiro “bico” na pintura de uma casa, mas reforça que é um dinheiro que só serve a ele.

D. Hildete cria esse neto desde que ela, Marta, tinha 3 anos, quando da separação de seu filho que o levou junto. A avó demonstra toda uma afeição por ele:

*Eu nunca passei uma dor de cabeça com ele. Eu nunca recebi uma reclamação dele. Ele não bebe. É um bom menino. Eu acho que quando ele tiver trabalhando, ele vai ser bom. No dia das mães, ele me deu uma jarra verde de plástico! Em toda a revista [Avon] eu tiro um perfume pro meu neto. Enquanto ele não conseguir um emprego, eu tenho que dar, né? Ele é de menor.*

É preciso registrar que, até o ano passado, D. Hildete também criou duas netas: a filha desse filho que mora com ela, hoje, com 15 anos; e outra, de 8 anos, de outro filho, o qual já separou repetidas vezes, mas acaba se reconciliando. Aquela, ainda bebê, aos dois meses, foi viver com a avó. Marta recorda de sua chegada. *“A mãe dela abandonou ela. Eu ainda dei de mamar a*

*ela. A minha filha tinha um aninho e pouco, já ia fazer dois quando a mãe da Kílvia abandonou ela, aí, eu dei de mamar a ela”.*

Kílvia engravidou e foi morar na casa dos pais do namorado. A avó conta que ela sempre foi uma pessoa difícil. *“Eu tava falando, ela dizia três. Eu metia o cabo de vassoura na cabeça dela”.* Na última briga, D. Hildete a açoitou sem saber que a neta estava grávida. Saiu e pediu para que lavasse os pratos; ao voltar, a pia estava do mesmo jeito. A avó foi saber o porquê e Kílvia lhe respondeu que não era sua empregada:

*Eu peguei essa menina pelos cabelos, mas ela me deu uma rodada que eu caí sentada. A minha filha deu tanto nela, deu de murro... Eu me arrependi, mas eu nem respondia a minha mãe! O meu filho fica dizendo que ela já tá uma mocinha. Quer dizer que eu vou deixar ela dar em mim?*

Marta fala que D. Hildete teve muita dificuldade para cuidar de Kílvia, em razão da sua grosseria e teimosia. Não compreende os modos da sobrinha, pois foi criada com a avó repreendendo quando necessário, mas *“a vida toda aquela menina foi trabalhosa... Eu acho que é da natureza dela mesmo”.*

Quando a tia se reporta ao namoro de Kílvia, lembra que todos deram conselhos, porém, o único que impunha autoridade sobre ela era o avô. *“Ela só tinha medo do pai [pai de Marta], nem do pai dela ela tinha medo”.* A notícia de sua gravidez deixou a avó triste, pois a neta tinha 14 anos e assim, pensava: *“uma criança com outra criança! O médico disse assim: - ‘Mãezinha, por que a senhora deixou essa menina tão nova, tão bonita, engravidar?’ Eu acho que eu fui até grosseira. Eu disse assim: - ‘Ah, doutor, eu não tenho cadeado pra isso não!’”.*

Marta conta que a reação do avô foi decidir pela expulsão:

*Ele não queria nem olhar pra cara dela, a raiva que era tão grande, sabe? Aí, mandou chamar a mãe dela e tudo. Ele disse que não queria, que ela podia até ficar no meio da rua, que, se a mãe dela quisesse ela, podia levar, mas lá em casa ele não queria não. A mãe dela ficou desesperada porque não podia ficar com ela por causa do homem com quem ela vive e ela já tem duas filhas com ele e mora num quartinho. Aí ela pediu pra eu falar com o meu pai.*

Mais uma vez, Marta demonstra que a mediação cabe a ela. “O abacaxi só sobra pra mim, nunca chega uma coisa boa”. Desse modo, mesmo sem querer envolver-se naquela situação, foi-lhe imposta a difícil tarefa de convencer o pai a voltar atrás de sua decisão. Sua argumentação foi conceber Kílvia como menor, além de ser um acontecimento corriqueiro, o qual poderia acontecer com a filha dela ou com qualquer outra, sendo desnecessária sua reação tão inflexível. O rumo da conversa não estava persuadindo o seu pai, que contestava: “Quando ela começou a namorar eu disse pra ela que prestasse atenção na vida. Não quis, pois agora ela vai suportar as consequências. Eu não quero mais saber de conversa”.

Por fim, apelou para outro recurso, que parece ter deixado o pai sem saída: “Pai, eu nunca lhe pedi nada na vida. Eu vou pedir uma coisa por mim. Faça isso por mim, não faça nem por ela não. Deixa ela ficar por uns dias. Bote a mão na consciência”. Quando termina de mostrar mais uma situação em que o grupo doméstico de sua mãe demanda por sua intervenção, Marta diz arrogar-se do direito de expor as suas discordâncias sempre que necessário, principalmente acerca do alcoolismo do irmão, um de seus aborrecimentos.

Assim sendo, D. Hildete acompanhou todo o pré-natal da neta, cujo parto foi precoce; aos sete meses, Kílvia deu à luz uma menina e, a partir de então, mudou-se para a casa dos pais do namorado. Mesmo depois do afastamento da escola, continua, mesmo inapropriadamente, recebendo o benefício do “Bolsa Família”. Conforme sua avó, como esta é responsável por Kílvia, recolhe mensalmente R\$ 65,00 e repassa R\$ 15,00 para a neta.

D. Hildete preocupa-se com a possibilidade de a irregularidade ser descoberta e relata que, recentemente, uma das agentes do posto, encarregada de pesar as crianças, desconfiada, perguntou se Kílvia havia se mudado. Uma vez por mês acontecem as visitas e, no dia marcado, Kílvia vai para a casa da avó.

Bárbara é a outra neta, de 8 anos, criada também por D. Hildete, visto que, quando ainda bebê, sua mãe, por ser deficiente visual, deu um remédio para a filha, pensando ser outro. A partir de então, D. Hildete passou a

tomar de conta da criança, que foi embora recentemente de sua casa, levada pela mãe, porém as duas não se falam.

Contudo, diz que nem teve como sentir saudade, pois moram na mesma vila; e, assim, a menina está sempre na casa da avó, cujo apego a ela é mencionado: *“la deixar e buscar no colégio. Até torta fiquei. Porque ela era pequena e eu tinha pena da bichinha e levava ela no braço todo dia. Toda noite agora, eu vou olhar as quadrilhas [festas juninas] com ela”*.

Bárbara é filha do filho de D. Hildete que, de vez em quando, retorna para a casa da mãe, devido às constantes brigas com a esposa. D. Hildete está acostumada com a situação e, por ser vizinha deles, acaba por saber do motivo das discussões, ressentindo-se pelo filho não dar um desfecho na sua relação, tendo em vista sua mulher ser adúltera.

Quando pedi para D. Hildete falar do seu dia a dia, da vida em família, ela começou dizendo que a responsabilidade da casa é só com ela; por exemplo, se aparecer um buraco no chão, é tarefa dela cimentar, pois o marido é acostumado com a sua maneira de resolver tudo, além de ter sua saúde comprometida. E assim, D. Hildete vai listando as suas assunções: *“Se tiver problema de luz, água, eu que resolvo. É no meu nome. Logo de manhã: varrer a casa e cuidar do almoço. A coisa que eu tenho mais raiva no mundo é passar o pano na casa, mas tem que passar. Às vezes, o neto ajuda”*.

Em sua opinião, as tarefas de lavar e passar roupa perpassam pelo gênero e faz questão de realizar essas funções, *“porque homem não sabe lavar roupa como mulher. Lava, mas não lava bem como mulher, esfrega, tira sujo”*. Ao mesmo tempo que emite sua percepção, é incoerente, ao afirmar que o neto lava as próprias roupas adequadamente, além de corrigi-la por deixar secar ao sol, procedimento esse que, segundo ele, danifica os tecidos. Embora o marido e o filho saibam cozinhar, D. Hildete também dá a entender que é um tipo de atividade que compete à mulher: *“O meu filho e o meu marido só fazem comida quando eu não tô em casa. Mas eu gosto de sair e já deixar feita porque sou eu que tenho que fazer”*.

Com relação à prioridade à televisão, D. Hildete diz que, para não haver discussão, vai para a casa da filha assistir às novelas e, assim, o marido vê os programas policiais. Nesse momento lhe vem à lembrança o tempo em que não possuía aparelho de TV:

*Quando aqui não tinha televisão, o meu neto assistia nos vizinhos, aí teve uma vez que ele chegou chorando porque machucaram o dedo dele na porta. Nessa época ele tinha 3 anos. Eu prometi a Deus que, nem que fosse de barro, eu ia possuir uma televisão. Ainda hoje é a mesma televisão. Ele já vai fazer 18 anos. Era até na época do Collor.*

Marta avalia ter uma ótima relação com a mãe, apesar de fazer suas afirmações sobre algumas questões já referidas, com as quais ela não concorda. Orienta D. Hildete, quando esta precisa tomar uma decisão ou fazer uma compra, como recentemente, quando aderiu a um plano funerário no valor de R\$ 19,00. Também reclama pelo grande prazer que D. Hildete lhe contou: *“Eu gosto mesmo é de bater perna pra vender Avon. Aí, eu conheço pessoas, converso, eu gosto é muito. O meu marido briga é muito. Ele diz que, tomara que eu deixe de vender Avon”.*

Marta diz que, se a mãe desligar-se da Avon, vai ser um grande sofrimento, apesar dos percalços por conta da inadimplência da clientela, como ainda dos empréstimos que D. Hildete faz ao marido, ao filho e, inclusive, a ela. Quando chega o dia do pagamento, a mãe desespera-se por não ter o dinheiro. A filha chama sua atenção por ir às casas fazer cobrança em horário inconveniente e também por não conciliar as tarefas da casa, a exemplo do preparo do almoço. Aqui, mais uma vez, o relato de Marta colide com o da mãe, a despeito da afirmação desta sobre sua obrigação de fazer a refeição. *“Às vezes, ela nem faz a comida, quem faz é o pai. O pai diz assim: ‘Você tá muito mal acostumada’ [risos]. Ela nem se preocupa, ela nem liga porque sabe que ele faz. Não tem quem faça ela ficar em casa de jeito nenhum”.*

Ainda em relação à reclamação da sobrecarga do cuidado, o caso de Nazaré é outro que se equipara ao de Marta. Aquela, por ser filha única, desabafa para a mãe do seu desejo de ter irmãos, porque tudo é ela quem resolve. Seu pai lhe responde que, se era para ter trabalho, só ela já era suficiente.

**QUADRO 3 – FAMILIARES INDICADOS (FAMÍLIA DE IDOSOS) / FORTALEZA-CE**

	<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>RELAÇÃO DE PARENTESCO</b>
<b>01</b>	Carolina	18	Solteira	Ensino médio incompleto	Do lar	Neta de D. Alice
<b>02</b>	<b>*Cleópatra</b>	35	Casada	Superior	Professora (Ensino Médio)	Filha de Sr. Valter
<b>03</b>	Eulália	50	Divorciada	Superior	Advogada	Filha de D. Josefina
<b>04</b>	Eugênio	31	Solteiro	Ensino médio completo	Desempregado	Filho de D. Carmem
<b>05</b>	Jean	21	Solteiro	Universitário	Estagiário	Neto de D. Guta
<b>06</b>	<b>*Marta</b>	32	Casada	Ensino médio completo	Doméstica	Filha de D. Hildete
<b>07</b>	Nazaré	30	Casada	Ensino médio incompleto	Cambista	Filha de Sr. Geraldo
<b>08</b>	<b>*Suzana</b>	44	Casada	Ensino fundamental incompleto	Costureira	Filha de D. Amélia
<b>07</b>	Vera	35	Casada	Ensino fundamental incompleto	Do lar	Filha de Sr. Edson

**\* Não moram com os pais**

Passarei, agora, a deslindar um contexto inverso ao do grupo anterior — a mudança dos velhos para a casa das filhas, com exceção de D. Lara, mas que se inclui neste grupo dado o elevado nível de dependência material, física e emocional. A explicação de sua inserção no seu grupo doméstico será esmiuçada no decorrer deste capítulo.

Penso ser importante reafirmar a necessidade da desconstrução da imagem da família como instituição natural de aconchego e cuidado, discurso este ratificado incessantemente pelas políticas públicas, apesar de os fatos mostrarem o contrário, como por exemplo, as denúncias sobre violência contra o velho, sobretudo agressões físicas e ameaças perpetradas por seus familiares (DEBERT, 2001).

Embora a temática da violência não seja a tônica do estudo aqui analisado, pois nem sequer verifiquei casos dessa especificidade entre os participantes, penso ser válido questionar a figura da família como espaço de carinho e proteção.

Nesse sentido, a entrevista com Dalva, filha de Sr. Marcelino, “põe em xeque” a representação de “porto seguro” da referida instituição, a qual exerce considerável influência no pensamento social. Quando solicitei para falar sobre seu relacionamento com Sr. Marcelino, ela introduziu sua fala, associando o pai a “*um carrasco... Nunca se dirigiu a mim com uma palavra de amor*”. Ainda lembra que não beijava sua mãe nem os filhos e só entrava em casa aos gritos, dizendo palavrões.

Dentre os cinco filhos, Dalva é a única mulher e ressentida-se da educação machista imposta por seu pai. “[...] *Era pra ser objeto. O papai dizia assim, que era pra servir o marido, lavar roupa, passar, fazer comida e cuidar da casa e nada de estudar*”. Quer dizer, a condição de sujeito lhe era negada; como ela própria percebe, inexistia horizonte para além da condição de objeto, devendo aceitar a generalidade de sua situação: ser mulher, mãe e esposa (ADAIRLLON; CALDEIRA, 1984).

Num outro momento de sua vida, agora casada, vivencia, na expressão das autoras ora citadas, a tensão entre a liberdade individual e a

maternidade/família. Trabalhava como costureira, ganhava quatro salários, além das horas extras, e, diante dos problemas de saúde do filho – *“Vivia mais no hospital do que em casa... Eu tive que escolher: ou o trabalho ou o meu filho. Escolhi o meu filho —*, mais uma vez foi impelida a individualizar-se, a romper com a condição de *“um outro”*. De volta ao lar, lamentou o limite de sua situação: *“Peguei uma depressão dentro de casa porque eu não suportava trabalho doméstico. Eu sofri muito... Eu fiquei lavando roupa, cozinhando, cuidando de casa, cuidando de menino”*.

Adairllon e Caldeira mencionam um aspecto importante na transcendência da mulher, ou seja, uma possibilidade da sua realização como indivíduo pleno seria por meio da atividade produtiva, tendo em vista sua independência econômica, à qual Dalva se refere:

*[...] Passei a viver com o salário do marido... Tinha dia que eu chorava tanto dentro do meu quarto sem meu marido ver porque ele não podia me dar com o que eu já tava acostumada, mas eu não podia chegar pra ele e falar, porque fui eu que escolhi cuidar do meu filho.*

As autoras ora referidas (1984, p. 4), numa alusão ao livro de Simone de Beauvoir, *O segundo sexo*, comentam da impossibilidade da ação pela mulher e do impedimento em individualizar-se, pois ela não pode “fazer, produzir, criar”, ao contrário do homem, cujo privilégio “de projetar sua liberdade no mundo” constitui-se na sua vocação de ser humano.

Dalva aponta a distinção entre sua criação e a de seus irmãos, pois o pai a levava para trabalhar com ele na roça, enquanto os filhos homens estudavam. É enfática em declarar o perdão ao pai, sobretudo por conta de seus princípios religiosos. Contudo, nas várias conversas que tive com ela, são transparentes as mágoas que até hoje a fazem emocionar-se, como pude presenciar pelos olhos lacrimejados quando relatou as agressões físicas que sofreu do pai e da mãe desde a infância.

Lamenta pelo fato de a mãe, comprometida pelo câncer, ter morrido cedo, aos 54 anos, pois não houve tempo para *“aceitar Jesus”*, diferentemente do pai que, com a viuvez, passou a morar com ela, que o influenciou a frequentar a igreja. Considera-o, hoje, uma outra pessoa. Porém, os irmãos

não perdoaram o pai. De acordo com Dalva, sua mãe era vítima de agressões físicas e, depois que os irmãos cresceram, perderam o contato com Sr. Marcelino.

Dalva guarda mágoas de seus pais desde a infância. Ela é a filha mais velha e de pele escura. Quando ela nasceu, os pais queriam um menino alvo. Estes só presenteavam os filhos homens e ela era tratada por apelido – “venta de facão”, porque o nariz era afilado. Mostrou-me marcas das agressões sofridas da mãe; uma cicatriz grossa na perna. Lembra que, correndo da mãe, cortou a perna, o sangue escorrendo e, o pai ainda pegou o cinto para bater nela por ter provocado o acidente. Outra cicatriz na mão: a mãe tentando enforcá-la porque ela bateu no irmão (Diário de campo, Fortaleza, 31/05/07).

Nas entrevistas que tive com Sr. Marcelino, apesar de ele ser muito conversador e por mais que eu insistisse, ele esquivou-se de entrar no assunto dos filhos e, diferentemente dos outros silêncios em que eu desconhecia as razões, eu já compreendia a sua postura, haja vista a minha relação de amizade com sua filha.

É possível perceber nas falas de Dalva que sua relação com o pai enveredou para outro rumo, porque, hoje, é ela a dona da situação; os papéis inverteram-se, e isso é evidenciado no dia a dia, principalmente pelo fato de o Sr. Marcelino viver na sua casa, situação frisada constantemente e aprovada pelo pastor de sua igreja, porque senão aconteceria o contrário – o pai “*iria se sentir o dono da situação*”. Para fundamentar o argumento, trago alguns exemplos.

O primeiro vem a ser a conversão do pai à igreja evangélica. Quando Dalva ia com marido aos cultos, convidava Sr. Marcelino, mas este sempre recusava; porém, ela passou a levar contra a sua vontade, sob a piedade do marido, que notava a raiva do sogro; seus lábios ficavam roxos e tremiam. Dalva mantinha firmeza na sua atitude. “*Deixa eu cuidar do papai, deixa eu cuidar da minha maneira... Oh, se ele disser que não vai fazer isso e, se você botar a mão na cabeça dele, ele não faz mais nada*”.

Avalia ter agido certo, porque, se tivesse cedido às suas recusas, hoje, o pai poderia até ser depressivo por viver dentro de casa, sem fazer

nada, distante de tudo e de todos. Assim, Sr. Marcelino também passou a participar dos passeios por prazer, não mais com raiva e, satisfeita pelo êxito, Dalva chama atenção do esposo:

*Tá vendo, se eu tivesse ficado com peninha! Mas era assim, quando ele entrava no carro o meu marido perguntava se ele tava com raiva. Ele respondia que não gostava de sair à força. Aí ele olhava pra mim: “O bichinho não quer ir não.” E eu fazia um olhar pra que ele não ficasse falando. Ele descia do carro e as pessoas ficavam conversando com ele e aquilo ali foi envolvendo e pronto.*

Da mesma forma aconteceu em relação à sua inserção no Grupo de convivência – *“Ele foi arrastado”*. Depois ela o incentivou a ir sozinho e bem arrumado. Quando desaprovava suas vestimentas, mandava trocar e, diante da negativa, impunha sua autoridade: *“Já chega, papai. Já sofri muito por causa do senhor. Um bora, calça os chinelos, veste essa calça, veste essa camisa”*. Diz que, atualmente, não há chuva nem outros obstáculos que o impeçam de ir diariamente ao grupo.

Nessa dinâmica das mudanças de papel, trata-o como um filho, como ela mesma diz: *“O papai pra mim é como se fosse um filho, eu cuido dele bem direitinho”*; interfere nas suas paqueras, orienta-o a escolher a mulher certa e, atualmente, reclama do seu interesse por uma colega, vinte anos mais nova, participante do grupo de convivência, o qual Sr. Marcelino frequenta. *“Tanta mulher que tem e o papai foi se interessar por uma que não pode!”*. Numa das minhas visitas à casa de Dalva, na frente do pai, ela deixou claro que não almeja nem conhecer a tal paquera, pois é divorciada, e ele é evangélico, e isso não pode. No seu ponto de vista, uma união entre eles iria até comprometer o marido de Dalva, por ser seminarista. Desse modo, aponta as exceções: *“Só poderia se ela fosse viúva ou se o ex fosse adúltero; e isto está na Bíblia”*.

Argumenta não ser contra o casamento do pai, desde que este recebesse o cuidado do qual dispõe na sua casa. *“Se eu chegasse na casa dele e visse que ele tava sendo mal tratado, ela ia apanhar, porque eu conheço a minha natureza. Tirar o meu pai da minha casa pra judiar com ele, ela ia pagar...”*.

Num dos encontros com Sr. Marcelino, consegui abertura para falar sobre suas paqueras sem dificuldade, graças ao jeito espontâneo dele; tanto que, até depois do encerramento das entrevistas, informalmente, nossas conversas recaem neste assunto. Mencionou não querer recasar-se aos 80 anos, e suas considerações se pautam em dois motivos: primeiro, por não aceitar ser “*dominado por mulher*”, pois, hoje, o comportamento delas não é mais o mesmo. “[...] *Elas querem saber onde eles [maridos] andam, dizem que o marido tava custando, demorou muito, o que ele tava fazendo. Tô cansado de ver. Antes, o homem chegava e a mulher não perguntava nada*”. Sua segunda razão é inabalável, o que o faz irredutível ante a perspectiva de um segundo casamento: “*Eu lá quero saber de mulher feia! Agora, eu vou passear de braço com mulher feia! Quero não! Eu quero é mulher bonita. Mulher feia, não tem vez, não! Eu prefiro ficar só*”.

Quando se reporta ao seu repúdio por mulher feia, dada a sua memória prodigiosa, lembra que teve 12 namoradas, citando o nome de cada uma e, dessa relação, só uma era feia.

É interessante perceber a representação de Sr. Marcelino em torno da feiúra, ou seja, da imagem da mulher velha associada, automaticamente à ausência da beleza. Essa percepção, como sugere Motta (1999, p. 213) é mais visível entre os homens por influência da “ideologia da velhice”. Nisto, a autora faz um contraponto em relação à propalada liberdade das mulheres na velhice e, na sua análise, apesar do lado positivo, verifica uma dimensão marginal sob o aspecto da “liberdade geracional e, sobretudo, existencial”, dada a ligação da figura do velho ao feio, gasto. Sendo assim, seria impossível provocar atração nos homens, inclusive nos de sua idade.

No tocante à suposta paquera rejeitada pela filha, seu argumento é o seguinte:

*Eu sei que você é uma menina novinha, mas agora me diga, se eu lhe der um presente, você vai achar que é falta de respeito? As veias ficam falando que eu dei presente pra Augusta [colega do grupo] Eu dei um perfume a ela da Natura. Ela tem 62 anos, é nova. Uma amiga dela chegou pra mim e disse que ela não servia pra mim porque era uma mulher nova, que eu respeitasse ela, que era uma mulher nova e tinha idade de ser a minha filha. 'E qual foi a falta de respeito que eu faltei com*

*ela?’. ‘Não, é porque você dá presente a ela e não dá aos outros’” Mas se eu for dar presente pra cada amiga eu vou levar um caminhão de presente. Eu nunca dei presente. Ela que chegou no Natal e me deu uma toalha de banho. Aí, eu recompensei ela, no Natal também. No outro dia cheguei e dei um vidro de perfume pra ela.*

Como entrevistei outros participantes do mesmo grupo de convivência do Sr. Marcelino, chegou até a mim o comentário de seu envolvimento com a colega Augusta:

Comentei com Alice que havia entrevistado o Sr. Marcelino, no que ela, de imediato, mencionou sobre sua paixão por Augusta, criticando-a, pois *se ela não quer nada com ele, não deveria receber os presentes, dando esperança para ele*. Suspeitou ainda que Sr. Marcelino poderia vir a ter *um troço, pois já tá velho e, ficar esclerosado* (Diário de campo, Fortaleza, 13/09/07).

Em outra ocasião, numa de minhas saídas, Dalva contou-me sobre um desentendimento com o pai, pois, como de costume, ela sempre me acompanhava ao portão e parávamos para alguma conversa. Nesse dia falou de sua reprovação quanto ao desejo de Sr. Marcelino em comprar um aparelho celular para Augusta, em razão do valor elevado. Ficou magoada porque era seu aniversário, e o pai nem sequer lhe disse *“meus parabéns”*; além disso, ela questionou o fato de que, mesmo sendo ela sua filha e sua cuidadora, nem assim ofertou-lhe nada, ao passo que intencionava presentear a paquera. Seu marido cobrou ao Sr. Marcelino os cumprimentos de felicitações. *“Ele disse ‘parabéns’ e eu falei que não precisava mais”*.

Sr. Marcelino não disfarçou sua preferência por Augusta, mas, meio que conformado, disse-me de uma conversa sua com o pastor acerca da impossibilidade de um relacionamento amoroso, em função das justificativas da filha.

A meu ver, a inversão de papéis não estabelece uma relação em que Dalva se aproveite do momento para um acerto de contas ou incite uma revanche. Apesar do desapego emocional na relação com os pais, sua capacidade de doação excede as mágoas e, numa reconstrução diária, ensaia gestos de carinho. *“Às vezes, pego na carequinha dele e chamo de meu bebê”*. Também não nega seu estranhamento, ao receber carinho quando nunca teve.

Em seu aniversário, no ano passado, contou-me do abraço dado pelo pai e de não ter se sentido à vontade com uma atitude nada espontânea entre eles.

Uma das questões discutidas na pesquisa de mestrado, realizada em um asilo, foi a construção do convívio do velho com sua família e, com base em Born (1996, 2000), é essencial contextualizar como foram vividas as fases anteriores. Toda uma história de vida está em jogo, e não ponderar essa trajetória pode levar à concepção do velho como vítima e a família como vilã.

Esta premissa é de importante reflexão, principalmente, tendo em vista a recorrente convenção da imagem do asilo como espaço de abandono. No estudo citado, também ouvi as versões dos velhos e dos filhos, e pareceu claro, num dos casos, a figura de um velho que no passado, de acordo com o relato da filha, havia sido um homem agressivo, alcoólatra, e um pai ausente; isso torna compreensível a ideia de Born de que a condição de estar velho não é determinante da prestação de um amor incondicional.

Mas, fazendo um paralelo com a relação de Dalva e Sr. Marcelino, caso não houvesse o perdão, possivelmente, o destino de sua velhice seria numa Instituição de Longa Permanência – ILP —, pois como a filha reforça, dos cinco filhos, só ela acolheu o pai. Faço esta comparação porque o estudo citado me remeteu às histórias dos ressentimentos de filhos que não superaram suas mágoas e decidiram afastar-se de seus velhos, os quais mereciam a vida na qual se encontravam – um “*castigo merecido*”, como ouvi de alguns, apoiados no dito popular “*aqui se faz aqui se paga*”.

Quando, numa outra fase de sua vida, já com os filhos adultos, surgiu a oportunidade de realizar-se novamente, Dalva viu-se diante de outro conflito, mas desta vez, “*nem marido e nem filho impediu, foi meu pai. Eu pensei: ‘Como é que eu vou trabalhar e vou deixar meu pai com quem?’*” Recebeu a tentadora proposta para trabalhar com modelagem, profissão com a qual se identifica, diferente de corte e costura, tarefa que já desempenhava em sua casa. Contudo, ponderou:

*Arranjar uma empregada e deixar sozinha com ele? Fazer comida aí de qualquer jeito? Aí o que vou ganhar, vai recompensar? Ganhar dinheiro lá fora, ganhar bem e chegar em casa e ver o papai doente? Ficar no hospital e eu correndo*

*pra lá e pra cá? O pouquinho que ganho, tô dentro de casa, tô administrando e eu tô vendo todo mundo com saúde, porque uma empregada, ela é boa pra ajudar, mas você estando dentro de casa. Só que sozinha... Principalmente com idoso... Elas não suportam gente velha.*

Esse relato de Dalva faz lembrar a consideração de Adairllon e Caldeira (1984, p. 4) a respeito da tentativa da mulher em ser única por meio do trabalho doméstico, “*mas ela é apenas um caso singular de uma situação genérica*”.

A filha de Sr. Marcelino buscou a opinião do marido e de seus filhos. Aquele expressou não querer determinar sua decisão, mas lembrou-lhe que ela tinha o pai; ou seja, o cuidado da casa, do marido, dos filhos e dos velhos é papel da mulher, função esta profundamente arraigada como obrigação moral; além disso, ela era a única mulher do grupo. O primeiro filho foi contra, pois a mãe não tinha mais idade para trabalhar, o que ela contestou de imediato. “*Tu tá me chamando de velha, é menino? Eu me sinto capacitada de assumir novamente o meu emprego.*” A sugestão do outro filho foi levar Sr. Marcelino para a casa do irmão de Dalva que mora em Sobral, e estas foram as palavras de Dalva:

*E tu acha que eu tenho coragem de dizer que ele vai pra casa do filho pra eu poder trabalhar? Ele vai sentir que eu estou abandonando ele. Depois ele vai dizer assim: “Você me trouxe pra sua casa, me deu todo apoio, me fez acostumar com você e depois vai me expulsar de casa?” E é como se eu tivesse expulsando ele. Ele era até capaz de morrer. Vou continuar costurando dentro de casa.*

Refiro-me a este episódio na insistência de mostrar que não percebi nenhum sentimento de vingança de Dalva pelo pai depois da mudança deste para sua casa; ao contrário, existe preocupação pelo seu bem-estar e ela está certa de que Sr. Marcelino se sente integrante de seu grupo doméstico. A despeito do seu pertencimento, Dalva contou-me que, certa vez, ele chegou aborrecido com as colegas do grupo de convivência por terem dito que ele não tinha família “*porque família é mulher e filho. Ele ficou doido de raiva: Tenho família, sim. Minha família é minha filha que cuida de mim, meu genro que é um filho pra mim e meus netos*”.

Dalva julga excelente o relacionamento de sua família, pois, na sua opinião, *“é muito difícil você ver sogro, genro e neto tudo unido, assim”*. Disse-me que eu precisava vê-los juntos. Porém, essa situação de harmonia não se processou naturalmente, conforme suas narrativas, principalmente, ao se tratar de Sr. Marcelino, ao longo destes vinte anos em sua casa. Foi preciso ela valer-se de certa autoridade para adaptá-lo ao cotidiano do grupo, bem como cobrar e corrigir determinadas posturas, verificando a diferença *“depois que aceitou Jesus”*.

Dalva revelou a distinção feita por Sr. Marcelino em relação aos dois netos: *“O papai é racista... O mais velho era moreninho... Mas hoje eles se dão bem, são dois amigos”*. Sr. Marcelino presenteava só o neto caçula. Dalva, no papel da mediação, chamava-o, reprovava a atitude do pai, avisando-o para não proceder daquela forma, pois acabaria irritando o marido dela e orientava-o a comprar presente para o outro neto, mesmo que fosse mais barato. *“Foi aprendendo e pronto. Quando chegava dizia: ‘Tá aqui pros meus netos’. Mas beijava só um. Eu chamava e dizia que ele tinha que beijar os dois”*.

Por outro lado, ela também cobra de seus filhos atitudes as quais julga importante cultivar no cotidiano familiar, como, por exemplo, o costume de pedir a benção ao avô, por saber de sua valorização por essa tradição.

Como discuti na pesquisa de mestrado, grande parte das pesquisas enfocam, abundantemente, os efeitos negativos provocados no cuidador; no entanto, conforme concluem Neri e Sommerhalder (2002), a experiência do cuidado é uma situação heterogênea, determinada por indicadores complexos, como fatores demográficos, culturais, psicológicos, história de relacionamento entre cuidador e velho; enfim, eventos impeditivos de qualquer generalização em função da sobrecarga ou prejuízo de bem-estar do cuidado, mesmo sem deixar de considerar os obstáculos dessa responsabilidade (ALCÂNTARA, 2004).

Assim, numa observação completamente diferente, Neri e Sommerhalder pesquisaram os aspectos positivos do cuidado, atentando para um olhar mais completo e multidimensional da questão, apesar da escassez de dados sobre o assunto no Brasil. No que se refere aos estudos internacionais,

em conformidade com as autoras, a avaliação positiva da experiência do cuidado volta-se para o aumento do sentimento de orgulho e da habilidade para encarar desafios; o crescimento pessoal; a melhoria no senso de realização e no relacionamento com o velho e com os outros; o aumento do senso de controle e do significado na vida; o prazer e a satisfação.

Nesse sentido, o cuidado prestado por Ruth à sua mãe, Iara, é ilustrativo do domínio das emoções positivas, cuja predisposição, a meu ver, deveu-se aos laços afetivos construídos no decorrer de suas vidas, ao contrário do que aconteceu entre Dalva e seu pai.

Ruth não mora com a mãe, mas, além de ser sua cuidadora principal, ela a tem como amiga de confidências. “A mamãe é minha amiga, ela tá no rol das minhas amigas, é! Eu tenho seis amigas, amigas íntimas e a mamãe tá assim, entre elas; ela é a sexta, mas ela é a primeira [risos]”. Ruth fala que, apesar de sua irmã, Débora, morar na casa da mãe, observa pouco entrosamento entre elas, ao passo que ela, Ruth, todos os dias pela manhã, depois do almoço e à noite telefona para D. Iara, além de, como ainda é de praxe, encontrá-la três vezes por semana.

Ruth é a terceira filha dos seis filhos de D. Iara e é apelidada pela mãe e pelos irmãos de “delegada” e “coronel”, por estar sempre à frente para tomar as decisões, embora apresente um grande senso de humor, contrastando com as figuras de autoridade que são lembradas.

Como exemplo do peso de sua influência na vida da mãe, vale destacar a autorização para a sua participação nesta pesquisa. Apesar do tom de brincadeira de Ruth, D. Iara levou a sério a sua contestação:

*Agora, a mamãe é assim, ela é muito espantada. Quando você falou com ela da entrevista e ela veio toda empolgada pra mim... Aí eu olhei pra ela: ‘Pode esquecer, que conversa é essa que vai expor sua vida ao público pra todo mundo ler a tua história de vida, os teus detalhes?... Negativo. Que conversa é essa?’ E ela ficou tão preocupada: ‘O que eu vou falar pra Adriana?’*

Ao perguntar se D. Iara, alguma vez, resiste ao seu controle, Ruth responde: “Às vezes ela resiste sim, ela põe o dedo na minha cara e diz: ‘Você

*não manda em mim, viu!'. Aí eu digo: 'larinha, hoje inverteram os papéis, eu sou sua mãe'".*

Ruth lamenta que, com a separação da mãe, esta tenha reduzido sua rede social. *"Isso aí pra ela foi um baque, aí ela se fechou, sabe? A mamãe não tem nenhuma amiga!"*. Desse modo, enfatiza ser ela a melhor amiga da mãe, juntamente com sua outra filha, a Débora, e uma nora, pessoas com as quais conversa e sai. Embora tenha se retraído, Ruth fala que a mãe continua bonita a ponto de despertar interesse, como, por exemplo, numa ida ao *shopping*, quando D. lara foi abordada por um homem que a elogiou, pedindo o telefone, ao que ela rebateu: *"Pra que eu vou lhe dar meu telefone? Eu sou uma senhora, eu já tenho é neto"*. A filha é a favor de que a mãe venha a ter um namorado, mas adianta que seus irmãos, Moacir e Guilherme, não aprovariam. *"Eu me lembro que, quando a gente falava, eles dois eram os dois do contra e eu dizia: 'Vocês vão morar com ela quando ela tiver velhinha? Vocês vão aguentar a solidão dela? Vocês vão tirar a solidão dela?'"*

De vez em quando, mais precisamente em períodos de maior movimentação, como no mês de dezembro, D. lara passa o dia na fábrica de roupas de Ruth, ajudando-a nos reparos finais, principalmente na retirada do excesso das linhas, o que as costureiras não fazem. Ruth acha excelente essa companhia da mãe, tendo em vista a vida sedentária de D. lara.

Ruth não descarta a possibilidade de sua mãe morar com ela, mas o impedimento é o seu marido, uma vez que, em seus 16 anos de casamento, D. lara esteve a par das sucessivas crises na sua relação com o marido, tendo em vista o nível de amizade das duas. Por isso, tomou antipatia pelo genro, situação que dificulta morar com eles<sup>42</sup>. Como a filha assinala: *"Ainda mais assim que eu sou a preferida dela [risos]"*. É relevante destacar a percepção de Ruth acerca do amor da mãe por ela, o qual é capaz de passar por cima de seus valores. A respeito de uma dessas crises com o marido, Ruth conta:

*Ela acompanha muito a minha vida. Eu passei por uma crise com o meu marido e fui pra São Paulo. Sabe o que a mamãe*

---

<sup>42</sup> Depois de um ano da realização desta entrevista, soube que Ruth se separou e concretizou o desejo de levar a mãe para morar com ela.

*fez? Ela ficou aqui com o meu filho [na época, com 8 anos de idade]. Eu fui pra Argentina, fui pro Paraguai, fui pra Foz do Iguaçu. Gente do céu, sozinha! Como ela sabe o que eu passo, ela vai até contra certas coisas dela, da família, da união, esse negócio todo, então, pelo meu bem e pela minha felicidade ela até esquece isso aí: “Vai fundo, vai em frente”.*

Tal situação fez-me lembrar as considerações de Lapassade (1975, p.16) sobre o inacabamento do sujeito, ou seja, o ser humano vive num contínuo processo de aprendizagem e, portanto, numa incessante construção. Nessa direção, Ferrigno (2003, p.157), em sua pesquisa *Co-educação entre gerações*, demonstra que o envolvimento entre jovens e velhos favorece a reelaboração de “valores morais mais flexíveis”. Porém, não quero afirmar que tais relações, necessariamente, conduzam ao rompimento de determinados comportamentos ou da visão de mundo dos mais velhos. Num outro caso e também diante da crise conjugal de sua filha, D. Hildete posiciona-se diferentemente de D. Iara: *“Quando a mulher é separada todo mundo quer enxugar as mãos nela. Eu dou muito conselho pra minha filha: ‘ruim com ele, pior sem ele’”.*

É pertinente, ainda, fazer referência a uma outra relação de amizade em meio ao cuidado, mas, agora, entre pai e filha. Trata-se do Sr. Álvaro e de Eva. Tal como no relacionamento anteriormente descrito, a inversão de papéis vem à tona: *“Eu digo que a Eva é a minha mãe, ela é tudo, ela é rigorosa. Ela tem medo que eu caia da escada: ‘Se o senhor subir, eu dou uma surra’ [risos]. Parece a minha mãe”.* Ele não concebe o tratamento da filha como autoritário e a tem como sua melhor amiga. Assim, não disfarça a preferência por ela entre as cinco filhas: *“Nenhuma chega aos pés da Eva”.*

Como já dito, atualmente, Sr. Álvaro mudou-se provisoriamente para a casa de outra filha cuja residência, segundo ele próprio, é de mais fácil acesso aos locais que ele frequenta, como os grupos de convivência, as praças, o centro da cidade. Entretanto, ao entrevistar Eva, tal justificativa é negada:

*A mamãe foi fazer o exame normal de todos os anos e aí apareceu no seio uma sombra... Acabou tirando o seio, acabou fazendo a cirurgia plástica. Ajeitamos e hoje faz o tratamento dela; já fez vinte e cinco radio e dez quimio. Não é fácil, né? A*

*químio acaba, deixa o outro morto. O papai não aguenta ver a mamãe, mas se você disser que saiu por causa disso, ele diz que é mentira, eu digo que foi e ele não. Ele diz que é porque queria aprender informática, mas pergunta se ele fez o curso, se ele terminou o curso. Não! Eu acho que é pra ele não sentir que tá abandonando... Dia vinte e três de maio a mamãe se operou e primeiro de junho ele foi embora.*

Quanto às queixas de Sr. Álvaro em relação à filha com a qual está morando, Eva afirma que não procedem: “*Ele fica o tempo todo: ‘A minha filha não bota o meu prato, a minha filha não sabe que horas cheguei...’*”. Em sua opinião, é impossível para a irmã prestar esse tipo de assistência, já que trabalha, e os horários são incompatíveis com os do pai, o qual é muito carente, tanto quanto a mãe:

*São de uma carência... Se eu tô tomando o café, o papai: “passa a garrafa pra mim.” Eu passo a garrafa e ele: “bota o meu café”. A garrafa tá aqui; a mesa roda, não sei se você viu. Eu coloco e a mamãe pede pra ela também, aí o meu café já esfriou porque vai pra um e vai pra outro.*

Por outro lado, Eva concorda que, na casa da irmã os filhos desta são secos com seu pai, não lhe dão atenção, num cotidiano em que cada um está absorvido em suas atividades; e, nessa incompatibilidade entre a tarefa do cuidado e a vida profissional, explica que não dispõe do tempo que os pais demandam:

*Nos grupos ele ia desde os 60 anos. Eu levava e trazia, só que, com a mamãe doente, eu passava a noite acordada. Como é que, seis horas da manhã eu podia tá levando o papai pra educação física? Deixar no Sesc? Eu não aguentava. Aí ele foi pra minha irmã, ela arrumou o quarto, levou a televisão, as coisas dele e ele gosta dessa história, vai e volta... A mamãe, por outro lado, também: “O meu vestido não ficou bom, ajeita o meu vestido.” Eu ajeito, aí ela quer fazer cem vestidos numa tarde. Eu tenho que ter tempo pra ler, eu tenho minhas coisas pra dar conta [risos].*

Apesar de assumir o papel de cuidadora principal e destacar a sobrecarga da responsabilidade para com os pais, de modo a conciliar com o seu tempo, Eva não manifesta descontentamento nem se diz estressada; ao contrário. Concebe a presença deles como uma troca, haja vista que eles passaram a morar com ela no momento de sua separação.

Contudo, vale notar, aqui, a frequência de um dos elementos críticos na tarefa do cuidado apontado pela literatura – o comprometimento de apenas um membro da família, geralmente, mulher, sem auxílio dos outros integrantes do grupo doméstico, mesmo que tenha vínculo empregatício. Caso rejeite esse papel, possivelmente será alvo de pressão, tendo em vista ser uma atribuição culturalmente feminina e, portanto, um dever moral (NERI; SOMMERHALDER, 2002).

De acordo com as autoras, de um modo geral, os filhos homens comprometem-se com ajuda material, com atividades alheias ao espaço doméstico, como aquelas relacionadas a interesses econômicos, bem como no transporte dos pais para outros lugares.

Eva expõe que as irmãs colaboram na assistência aos pais, todavia, não é um cuidado sistemático, em que determinada tarefa seja atribuição de cada uma; desse modo, elas respondem indiretamente: *“Existe a divisão das tarefas, mas assim a Ana não deixa as atividades de médica pra poder ir... mas eu, por exemplo, todo mundo acha que posso deixar as minhas coisas de lado”*.

Ao longo dos anos, no interior de cada unidade doméstica, os arranjos familiares vão se desenvolvendo de maneira que os papéis de cada um se estabelecem conforme as relações. Assim, explícita e implicitamente “é possível identificar o papel esperado para cada indivíduo em determinadas situações.” (NERI; SOMMERHALDER, 2002, p. 27).

Como bem lembram as autoras, paralelamente a aspectos geracionais, de gênero e parentesco, estar à frente do cuidado concorre com outros eventos, como, por exemplo, residir junto, usufruir de uma situação financeira estável e dispor de tempo, condições estas favoráveis na elegibilidade do cuidador. Não menos importante ainda é o apego emocional, a capacidade de doação e a história de relacionamento com o pai ou a mãe.

O relato de Eva acerca de sua convivência com o pai atesta a preferência deste por ela em comparação às outras filhas. Lembra que Sr. Álvaro só não proibia a ela de usar calças compridas; que ela, quando criança,

foi a única a ser cuidada por ele: “... *Mas das minhas irmãs, nunca. Ele nunca lavou uma fralda, nunca passou vestido nenhum*”. Na sua fala, dá ênfase à cumplicidade entre eles e, para ressaltar essa proximidade entre pai e filha, vale copiar textualmente, mais uma vez, a parte na qual ela se reporta ao período em que eles trabalharam juntos:

*Eu sempre viajei com o papai. Viajei o Brasil quase todo com ele, dirigindo com ele. Ele me tratou como uma pessoa igual. Ele nunca me tratou assim como uma pessoa que precisava da proteção dele, não. A gente tava ali trabalhando junto. Se eu tava dirigindo ali pra ele, eu era o motorista e ele também; eu era uma vendedora e ele também...*

É interessante observar a percepção de Eva sobre sua presença na vida do pai, ora compensando com papéis atribuídos ao filho homem que Sr. Álvaro sonhava, mas não teve, ora agindo como se espera de uma filha mulher:

*O papai nunca teve vergonha nem me proibiu de ler nada. Eu lia revistas ditas de homens e de mulher também, eu ia pros ambientes de prostituição sem nenhum problema com ele. Ele gostava de beber e a gente ia pro cabaré e eu ia tranquilamente, sem nenhum problema. Eu sempre tive esse lado masculino forte, e o papai sempre quis ter um filho homem e eu, de certa maneira, preencho esse imaginário do filho homem, mas ao mesmo tempo tem a filha mulher, que é amorosa com ele, faz os dengos dele, essas coisas que, talvez, um filho homem não fizesse. Tem aí um pouco dessa fantasia.*

**QUADRO 4 – FAMILIARES INDICADOS (FAMÍLIA COM IDOSOS) / FORTALEZA-CE**

	<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>RELAÇÃO DE PARENTESCO</b>
<b>01</b>	Dalva	56	Casada	Ensino fundamental incompleto	Costureira	Filho de Sr. Marcelino
<b>02</b>	Ema	40	Casada	Ensino fundamental incompleto	Costureira	Filha de D. Rogéria
<b>03</b>	Ester	58	Casada	Ensino fundamental incompleto	Do lar	Filha de D. Lenita
<b>04</b>	Eva	50	Divorciada	Superior	Professora universitária	Filha de Sr. Álvaro
<b>05</b>	Ruth*	41	Casada	Superior	Empresária	Filha de D. Iara

\* Não mora com a mãe

## CAPÍTULO 4

### VIVER E ENVELHECER NA ROÇA

*A velhice é muito boa, principalmente a velhice da roça; é melhor do que a velhice da praça...*

Sr. Vitório, 71 anos

#### **4.1 Os atores da roça**

Conduzo a análise acerca dos interlocutores de Jordão de igual modo como tratei no primeiro campo, amparando-me em questões pontuais, porém, com um roteiro aberto, como as relações intergeracionais (percepção acerca da família, relacionamento com os familiares, relações de amizade, atividades exercidas no cotidiano, situação financeira, momentos de lazer, cuidados com a saúde...).

Conforme já expus, escolhi 17 velhos – 11 mulheres e 06 homens, com idades entre e 62 e 86 anos, seguidos dos seus respectivos familiares –05 homens e 12 mulheres, com idades entre 19 e 63 anos. Portanto, um total de 34 interlocutores. Doze (12) configuraram-se como “família de idosos” e 05, “família com idosos”.

QUADRO 5 – FAMÍLIA DE IDOSOS – JORDÃO/SOBRAL-CE

	NOME	NATURALIDADE	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA*	GRUPO DOMÉSTICO / CORRESIDÊNCIA
01	Adelaide	Sobral – CE	72	Viúva	Analfabeta	Agricultora (Aposentada / Pensionista)	3 (FAMILIAR) + *BF (R\$ 18,00)	1 filha, 1 neta e o genro / RECOABITAÇÃO
02	Berenice	Sobral – CE	62	Casada	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	1 (INDIVIDUAL)+ *BF (R\$ 96,00)	Esposo, 1 casal de filho e 1 neto / PERMANENTE
03	Fernanda	Sobral – CE	70	Casada	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	3,5 (FAMILIAR) + **BF (R\$ 18,00)	Esposo, 1 casal de filho e 2 netos / PERMANENTE
04	Heloisa	Sobral – CE	70	Casada	Ensino médio completo	Professora (Aposentada)	3 (FAMILIAR)	Esposo, 1 filho e 1 neto / PERMANENTE
05	João	Sobral – CE	73	Casado	Analfabeto	Agricultor (Aposentado)	2 (FAMILIAR)	Esposa, 1 neta, o companheiro desta e 1 bisneto / RECOABITAÇÃO
06	Juvenal	Sobral – CE	82	Viúvo	Analfabeto	Agricultor (Aposentado)	2 (FAMILIAR)	1 filho, 1 neta e 1 bisneto / RECOABITAÇÃO
07	Mauro	Sobral – CE	67	Viúvo	Analfabeto	Agricultor (Aposentado por invalidez / Pensionista)	2 (FAMILIAR)	3 filhos (1 mulher e 2 homens) e 1 casal de netos / PERMANENTE
08	Mariana	Alcântaras – CE	79	Viúva	Analfabeta	Agricultora (Aposentada / Pensionista)	5 (FAMILIAR)	1 filha, 2 netas e 1 bisneto / RECOABITAÇÃO
09	Tércia	Sobral – CE	65	Casada	Ensino médio completo	Agricultora (Aposentada)	3 (FAMILIAR) + *BF (R\$ 96,00)	Esposo, 2 filhos, 1 nora e 1 casal de netos / PERMANENTE
10	Vitório	Sobral – CE	71	Viúvo	Analfabeto	Agricultor (Aposentado / Pensionista)	2 (INDIVIDUAL)	1 casal de filhos e 3 netos / RECOABITAÇÃO
11	Iêda	Sobral – CE	68	Viúva	Ensino fundamental incompleto	Agricultora (Aposentada) e comerciante	8 (FAMILIAR)	2 filhas e 2 netos / RECOABITAÇÃO
12	Zezé	Sobral – CE	68	Casada	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	3 (FAMILIAR)	Esposo, 1 filha, 1 neta e 1 amiga / RECOABITAÇÃO

\* Renda (familiar ou individual) em salário mínimo

\*\* BF= Bolsa Família

## 4.2 A vida vivida antes e depois do aposento

*Aqui, esse povo de Jordão é pior do que na cidade... Agora, com esse negócio do governo de aposentadoria, todo pobre é rico.*

D. Heloísa, 70 anos.

O **Quadro 5** sintetiza o perfil da “família de idosos” de Jordão e, como podemos observar, há, neste grupo, uma homogeneidade em termos de nível escolar, renda proveniente das aposentadorias rurais e, ainda, a inexistência da dissolução de casamentos, conjunto que já aponta contraste em relação ao grupo de Fortaleza.

No que remete à escolaridade, com exceção de duas mulheres, as quais concluíram o ensino médio (antigo 2º. grau), é predominante no grupo o analfabetismo. Com poucas exceções, é visível uma ascensão em termos de educação formal da segunda geração em Jordão, em que se verifica a preponderância do ensino fundamental incompleto.

Ao reportarem-se à ausência da vida escolar, as justificativas voltam-se para a dificuldade de acesso, como também para a não valorização do ensino por parte dos pais, os quais priorizavam o trabalho:

*[...] Naquela época, os pais queria era que trabalhasse de sol a sol. E hoje tem uma facilidade muito grande... A minha filha pra se formar em professora, ela sofreu; a que trabalha no hospital. Elas estudavam em Sobral. Aqui só tinha até a quarta série e pronto (D. Lêda, 68 anos).*

Era comum, na infância dos velhos entrevistados, o trabalho no roçado, e estes deram continuidade à criação de seus pais, como fala D. Adelaide, “*eu criei os meus filhos tudo trabalhando*”.

Com especial atenção ao aspecto da renda, descrevo, neste tópico, a experiência da velhice em Jordão, com foco para as trocas intergeracionais nas “famílias de idosos” e “famílias com idosos”, de forma a conduzir a investigação com base nas mesmas questões suscitadas entre os interlocutores de Fortaleza.

Retomando o perfil traçado no **Quadro 5**, todos possuem benefício previdenciário, situação esta que favorece o amparo ao grupo doméstico, conforme demonstram Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1999) em pesquisa com os *sitiantes* do Nordeste e os *colonos* do sul; no caso de Jordão, detalharei como a condição de autonomia financeira dos mais velhos reflete no cotidiano familiar.

A renda dos velhos pertencentes à “família de idosos”, com exceção de uma senhora, aposentada por tempo de serviço, e de um senhor, aposentado por invalidez, provém da aposentadoria rural e das pensões, o que garante, inexoravelmente, o sustento da família, independentemente de alguma contribuição dos filhos, de maneira muito mais notória do que em Fortaleza. Fora uma família, a qual sobrevive com um salário mínimo, as demais ganham a partir o dobro deste, em função da aposentadoria do casal de velhos ou aposentadoria mais pensão, nos casos de viuvez e da renda de alguns filhos.

O significado da conquista da aposentadoria consiste na segurança de que um tempo de grande privação não se repetirá e o alimento não lhes faltará. Atribuem o direito à graça divina, como diz D. Tércia, de 65 anos: “*Você vê só essa benção do aposento... Essa benção que Deus deu pros governos pra dar o aposento da gente!*” Nesse mesmo sentido, Sr. Vitório, com 71 anos, afirma: “*Com toda a dificuldade tem essa ajuda dada por Deus*”. E também, D. Zezé, de 68 anos: “*Deus primeiramente e, depois, o governo que deu esse ganho pra gente*”.

Assim, reforço, embora possa parecer um valor tão parco como já dito e, sem exagero, a aposentadoria lhes confere dignidade, uma vez que, de acordo com os interlocutores, estes foram privados de uma das necessidades básicas vitais, isto é, comer, como me contou Sr. Mauro, de 67 anos. Este lembra que, antes de se aposentar, ele e a sua esposa pediam esmola em Jordão, pois “*não tinha nada pra comer, né? Aí foi o tempo que eu me aposentei e tô levando até hoje*”.

Nesses mesmos termos, D. Tércia, de 65 anos, reconhece: “*Ave-maria, era muito diferente, muito diferente! Melhorou tudo por tudo...*”

*Antigamente todos os velhos pediam esmola nas casas. E hoje, qual é o velho que vai pedir esmola?”.*

É predominantemente presente nas falas o tempo da fome, haja vista a experiência de sucessivos períodos de seca, em especial, a de 1958, ocasionando a falta de trabalho. A experiência dessa situação reflete-se de forma muito constante no dia a dia. Os velhos contam para filhos e netos sobre suas vidas no passado e comparam com o presente, em que já não existe esse tipo de limitação, tão constante em outro tempo, visto que, hoje, contam com o seguro social e dispõem de recursos inacessíveis na época de sua mocidade.

Seus relatos referem-se a uma época árdua, de grandes dificuldades, principalmente no tocante à carência do básico – ter o que comer e como alcançar eram desafios do cotidiano. Quando discorrem sobre as agruras de outrora, reforçam as diferenças entre o ontem e o hoje; e, assim, reconstróem suas histórias em sintonia com o tempo presente.

D. Fernanda, com 70 anos, é um bom exemplo para ilustrar essa condição. Emocionada, relata sua vida desde a infância, quando sua mãe ficou viúva, com seis crianças para criar. Assim, começou a trabalhar cedo – capinava, plantava, apanhava feijão, ocupava-se na farinhada. Ao chegar a hora do almoço, se tivesse algo para comer, era uma alegria; se não, continuava a trabalhar e, à noite, ia fazer chapéu de palha, prática esta comum até hoje como estratégia de sobrevivência. Com o dinheiro da venda, comprava massa de milho, pois nem sequer dava para pensar em arroz. A vida de casada não foi diferente; a fome persistia, mas o agravante era não ter alimento para os seus nove filhos.

Nesse momento de recordação, compara o tempo dos seus descendentes àquela época. Critica a geração mais nova por não se dedicar à lida no roçado, além de enfatizar que estes, por nunca terem passado fome, selecionam comida, por exemplo, rejeitam comer feijão com ovos e arroz. Atualmente, recém-operada da catarata, lamenta a sua ausência na colheita por conta do não consentimento dos filhos, apesar de ter ido olhar as colegas e familiares colherem o feijão. No entanto, faz planos de voltar ao trabalho na

roça no próximo ano, bem como de dar continuidade à confecção das capas de palha para as garrafas de cachaça.

Ainda me chamou atenção o episódio que ela diz lembrar em todas as “*semanas santas*” pelas quais passa. Nessa tradição religiosa do Cristianismo que celebra a *Paixão*, a *Morte* e a *Ressurreição* de Jesus Cristo, precisamente, numa quarta-feira de treva, que antecede o dia da prisão de Jesus Cristo, D. Fernanda contou da falta de comida em sua casa – “*nenhum caroço de nada*” para os filhos, então crianças. Aflito, o marido lhe sugeriu que matasse o pinto doado pela vizinha, mesmo com receio de que fossem castigados por Deus, pois, como se sabe, a Igreja católica preceitua a abstinência de carne nesse período. Sem opções, o casal passou por cima de suas crenças e os filhos se saciaram com o pinto assado. Contudo, D. Fernanda fundamenta a atitude: “*Era mais fácil nós dar pros filhos e ficar com fome do que ver eles com fome sem dar jeito*”.

“*Eu sofri tanto!*” Sem dúvida alguma, esta foi a frase mais marcante entre os velhos da pesquisa no espaço rural – histórias distintas, mas reveladoras de um vivido social comum – a fome e a pobreza, cujos pormenores, ainda do tempo da infância, fazem-se tão presentes nos relatos destas pessoas que enfocam a criatividade dos pais nas estratégias de sobrevivência:

*Eu nunca me esqueço do que a mãe fazia com nós que, às vezes, ela pisava aquele feijão duro pra nós comer, né? A farinha era uma farinhazinha fina que ela botava no caldo de feijão, aí botava um bocadinho pra um, um bocadinho pra outro e nós ia vivendo; era tudo pequeno. Passei fome na época que meu pai não tinha nada! Eu já passei muita fome! Hoje eu digo... Porque elas [filhas] não querem comer toda coisa, né? Eu digo assim: “É, vocês não querem porque não passaram o que nós já passamos” (D. Berenice, 62 anos).*

*Eu, minha filha, passei tanta fome na minha vida! Não tinha um calçado que a minha mãe não podia dar, né? A roupa só era dois vestidim rasgado, precisava remendar pra poder sair. Eu não saía de casa porque não tinha, andava só com meu pé descalço (D. Fernanda, 70 anos).*

*Fome, nós passamos, foi no tempo que o meu pai trabalhava no 58 [ano de 1958] e nós esperando de madrugada, até meu pai chegar pra nós comer e, nós fazendo aqueles chapeuzinho*

*com a mamãe. Nós ficava tudo acordada; eu lembro como se fosse hoje. Tudo esperando ele chegar. Nós ficava muito alegre quando o papai chegava e trazia aquelas rapaduras. Repartia pra cada qual, um pedaço pra nós, porque nós tava pra dar uma agonia de fome... Éh minha filha, eu passei muita coisa na minha vida no tempo da seca! (D. Zezé, 68 anos).*

Possuir o “de comer” – como eles falam – revela-se uma difícil conquista e satisfação; gostam de exibir a fartura, e as visitas não saem sem comer. De todas as casas em que estive, não me ausentei sem provar algo. Sempre tinha café com pão, nata, rapadura, doce de caju, além dos constantes convites para almoço. Era uma honra ofertar um almoço para a “doutora”. Mais embaraçoso foi recusar tanto café, posto que, quando me deslocava de uma casa para outra, seria uma “desfeita” não aceitar aquele cafezinho; a contestação era certa: “*Você bebeu na casa de fulano, mas não bebeu aqui!*”.

O comentário de Sarti (2005, p. 62) aplica-se às reflexões deste trabalho:

*Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral, deste “repartir o pouco que se tem” e também da necessidade de exibição de um bem tão fundamental, cuja ameaça de falta paira sempre no ar.*

Provavelmente, num mecanismo de precaução diante de uma memória que não mais se apaga – o sofrimento da fome —, existe o costume do estoque da comida em grande quantidade, como numa casa, em que me chamou atenção o acúmulo de pacotes de sal. Ademais, tal prática relaciona-se à prevenção do tempo posterior à colheita, quando é preciso esperar por mais um ano a safra do alimento<sup>43</sup>. O depoimento de um filho, com 40 anos, expressa essa dinâmica:

*Aparentemente, aqui você não vê nada, mas aqui a gente guarda farinha de muito, feijão de muito. Então, você tem o controle de doze em doze meses. A gente tem que ter o*

---

<sup>43</sup> O hábito do armazenamento de um produto para consumo em um futuro próximo também foi constatado por Heredia (1979), que lembra ter Bourdieu (1963) denominado esse tipo de previsão de *prévoyance*.

*controle porque, digamos assim, em janeiro e fevereiro não tem mais nada pra comer. Tem que comprar, fica ruim a situação, aqui, né? Na cidade é uma, mas aqui é outra.*

Outra observação relativa à preocupação com a ausência de comida deu-se quando quis saber sobre o investimento que fariam caso sobrasse dinheiro. De modo geral, as respostas voltaram-se para a compra do alimento a fim de estocar e para a ajuda dos filhos na sua provisão; e, ainda, no sentido de fazer economia, antevendo as ocasiões de emergência:

*Se sobrasse dinheiro eu ia só comer... Se sobrasse dinheiro eu nem sabia o que fazia porque quando precisa é pra comprar um quilo de farinha. Eu quero é a comida, o principal é a comida (D. Berenice, 62 anos).*

*Se sobrasse um bocado de dinheiro, eu dava um bocadinho pro meu filho, dava pra outro. Pra nós, guardava, pra comprar coisa pra comer (D. Zezé, 68 anos).*

*Se sobrasse dinheiro eu faria muita coisa; primeiro era ajudar os filhos (Sr. Vítório, 71 anos).*

*Se sobrasse dinheiro eu guardava pra no dia que eu adoecesse, no dia que eu morresse. Eu não ia pensar em outra coisa não porque no dia que a gente adocece fica aperreada [afliita]. Como quando eu fui fazer o exame dessa vista; a mulher cobrou cem reais. Como é que eu ia dar esse cem reais no fim do mês? (D. Fernanda, 70 anos).*

O instigante artigo de Maciel (2001, p. 145), intitulado “Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?” aponta que o significado de comer ultrapassa a mera necessidade biológica, pois, “ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo”. Nesse sentido, a alimentação humana pressupõe um aspecto simbólico, isto é, envolve emoção, mobiliza a memória; outro emblema não menos importante consiste na demarcação da identidade.

Para usar as palavras de Garcia (2005, p. 277): “Nas práticas alimentares estão contidas a identidade cultural, a condição social, a memória familiar expressa nos procedimentos relacionados à escolha e à preparação do alimento e ao seu consumo propriamente dito [...]”.

Maciel (2001, p.152), apresenta uma importante observação sobre as diferenças alimentares numa mesma sociedade, ao reconhecer que o consumo de certos alimentos está restrito à renda das pessoas. Destarte, exemplifica com a seca nordestina, em que o quadro de pobreza e miséria é marcado “tanto pelo não-comer (a falta de comida) como por aquilo que comem”.

A constatação fez-me lembrar vários relatos dos velhos acerca do que comiam, pois, na ausência de outras opções, buscavam comidas no matagal, como *araçá*, *mucunã* [frutinhas do mato], rabudo e preá. Como Maciel enfatiza, não quer dizer que seja algo interdito, uma espécie de tabu, mas causa repulsa, a exemplo do que falam os interlocutores sobre a reação dos mais novos — que podem, hoje, ser seletivos — quanto a esse tipo de alimento... A recordação de Alessandra, de 42 anos, filha de D. Ieda, agora com 68 anos, a respeito do tempo da fome é bem representativa desta situação:

*Até hoje eu adoro comer uma coisa que, na época, a gente comia porque não tinha o que comer, mas hoje eu como... Farofa d'água com torresminho, eu adoro. Até hoje, eu digo: “Mãe aquela farofinha que, quando nós não tinha o que comer, a senhora fazia”. Ela pegava a farinha d'água e colocava uns torresminhos de porco. Eu adorava! E toda a família gosta. Os netos não gostam não: “Comer isso! Isso é do tempo da vaca magra, pode ficar com sua farinha d'água” [risos].*

Apesar de esta temática afastar-se do assunto central desta tese, penso ser relevante suscitar a reflexão, mesmo sem aprofundar, em virtude da recorrência das narrativas dos interlocutores em torno da privação da comida num determinado período, revelando, por meio das memórias individuais, o contexto sociocultural em que estavam inseridos, o que é fundamental nas suas representações acerca de suas condições de vida, ontem e hoje.

A aposentadoria apresenta-se como um marcador importante em suas vidas, indistintamente, entre homens e mulheres, os quais trazem em seus relatos um forte enfoque no trabalho. Assim, adianto que inexiste uma relação direta entre aposentadoria e interrupção do trabalho no roçado; percebo, a partir das falas dos interlocutores, a importância de continuarem

suas atividades na terra, condição preponderante para o favorecimento da manutenção de suas identidades.

Como experienciam o evento da aposentadoria, que está associada ao *deixar de trabalhar*? A percepção que constroem sobre o declínio do corpo, do vigor físico, coincide com a impossibilidade do trabalho. As narrativas apresentadas denotam uma situação de *despersonalização*, significando, pois, perda de autonomia, evento preocupante, uma vez que compromete a velhice existencial ou a condição fundamental de ser pessoa. Assim, continuar a trabalhar na velhice ultrapassa a necessidade do sustento ou de ter uma remuneração; além disso, o sentido maior é permanecer ator social, resistindo ao lugar da plateia<sup>44</sup>.

Embora aposentados, não encerraram a rotina de acordar cedo e caminhar para o roçado, algo que ultrapassa os fins econômicos, como atesta Sr. Juvenal, de 82 anos: *“Hoje, eu trabalho porque eu quero, eu não preciso mais trabalhar... Pra gente viver não precisa mais trabalhar não”*. A atividade lhes confere identidade e, conforme destaca Vânia Ramos (2001), a história de cada um é registrada no corpo, e não é à toa que a ausência do trabalho deixa uma lacuna quando os velhos afirmam que *“foram criados assim”*.

A história de vida é relatada por meio do corpo, o qual “só existe enquanto experiência”, nas palavras de Maluf (2002, p.147). Eles começaram a trabalhar na roça desde crianças na companhia dos pais, prática bastante comum, no que se refere tanto aos filhos quanto às filhas dessa geração, em particular no Nordeste rural (ALCÂNTARA, 2008).

Ao ouvir a expressão *“fui criado assim”*, foi inevitável recorrer às técnicas do corpo, examinadas por Mauss (2003, p. 405) sob o enfoque do predomínio da educação. “A criança, como o adulto, imita atos bem-sucedidos

---

<sup>44</sup> Essa minha constatação aproxima-se da análise do estudo de Viegas e Gomes (2007, p. 89), *A identidade na velhice*. A partir das teorias do interacionismo simbólico, mormente de Erving Goffman, as autoras explicam que a identidade do sujeito resulta da relação com o outro, sempre num contexto intersubjetivo e relacional e, no tocante, ao “deixar de trabalhar”, “a despersonalização remete para o perigo iminente da perda de autonomia e capacidade deliberativa que fazem da pessoa uma entidade moral.”

que ela viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela”. E assim, de acordo com o autor, somos levados a adquirir comportamentos em todas as situações, “o ato se impõe de fora, do alto, mesmo um ato exclusivamente biológico, relativo ao corpo”.

Por falar em corpo, a decadência física, *a priori*, marca característica da velhice, surge como o principal empecilho na confirmação do sentimento de pertença destes sujeitos, haja vista que a impossibilidade da permanência no trabalho ocasiona reações de tristeza, sensação de impotência e de inutilidade, verificadas, constantemente, nas narrativas, nas quais a relação da velhice com o corpo tendeu na mesma direção, ou seja, enfatizou a última fase da vida vinculada à doença:

*Hoje, eu tenho roçado, mas sinto dor no espinhaço, nem pra apanhar feijão eu presto mais. Quando eu vejo chover, um mato bom de capinar, ave-maria, chega me dá... Eu fico é doente. Eu tenho vontade de fazer, mas você sabe; a gente não aguenta, eu já tenho esse problema no joelho... (D. Adelaide, 72 anos).*

*Vontade de trabalhar... Chega me dá vontade de chorar!... Só não trabalho porque não posso. Hoje, eu tenho saudade de ver os outros trabalhar e não poder. Ave-maria, eu adorava. Quando eu vinha almoçar era cinco horas da tarde, quatro horas (Sr. João, 73 anos).*

Tais falas remetem à análise de Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1999, p. 139) a respeito do que é ser velho na região Nordeste. A velhice é relativa e relacional, quer dizer, “sua percepção depende das relações sociais ao longo da história de vida da pessoa”. Para os autores, no contexto do interior nordestino, o velho é aquele que não tem capacidade de trabalhar na agricultura, e foi visto que o que pode ser compreendido como “velho” para o Estado, pode não ser “velho” para o trabalho, a exemplo dos interlocutores que continuam na lida – o Sr. Juvenal, 82 anos, que mata boi sozinho, sem ajuda de ninguém, como, ainda, as senhoras participantes do intenso processo da farinhada, da colheita da mandioca à peneira.

Por outro lado, é inegável a justificativa da continuidade do trabalho como uma forma de melhorar o sustento do grupo doméstico; porém, atrelado a esse motivo, persiste o contentamento de estar inserido num movimento que

faz parte da vida e, portanto, só deve finalizar com o desfecho do ciclo vital. No dizer do Sr. Mauro, de 62 anos: *“Eu já tenho dito pra eles [filhos]... Pode me procurar lá nas roças que eu tô morto, mas satisfeito, quero morrer trabalhando... Se eu morrer no meu roçado, no meu trabalho, eu morro satisfeito”*.

As declarações dos interlocutores sugerem a afirmação de Barroso (1988, p. 16): “o nordestino com um desgaste vital acentuado, muitas vezes morre socialmente antes de sua finitude biológica, mesmo sem ter avançado na escala cronológica”. Em outras palavras, a impossibilidade de trabalhar rompe com o sentimento de integração, de inserção à sociedade e, na sua concepção de vida associada ao valor-trabalho, a ausência de uma prática que lhe conferiu o sentimento de pertencimento durante maior parte da vida, levaria ao desfecho desta, mesmo não coincidindo com a morte biológica, pois “parar é morrer”.

Quanto às principais despesas, destacam-se alimentação, luz e água, a ajuda aos filhos, esporadicamente, o pagamento de algum móvel ou eletrodoméstico e medicamentos que, como será visto mais na frente, quando da discussão com os cuidados com o corpo, não se constitui num gasto tão constante entre os velhos por mim entrevistados no espaço rural, haja vista a concessão pelo PSF.

Entretanto, verifiquei uma dívida muito mais fixa do que em relação ao dispêndio com medicamentos – o pagamento das mensalidades do plano funerário – R\$ 19,00. Em resumo, seus gastos certos direcionam a estes aspectos: comida, contas de água e luz, assistência aos filhos e plano funerário.

Percebi, ainda, o cuidado de não comprar fiado, embora, na falta do alimento ao aproximar-se o final do mês, tenham que recorrer às mercearias locais, comprometendo-se a pagar suas dívidas tão logo recebam suas aposentadorias:

*Se a minha filha faz uma comprinha, precisa de alguma coisa e eu não tô em casa, ela: “Pai, eu comprei na bodega acolá isso*

*e aquilo outro.” “Quando eu receber o dinheiro eu lhe dou pra você pagar.” (Sr. Vitório, 71 anos).*

*Quando chega o fim do mês, aí o meu marido fica: “secou o bujão? Vai na bodega do seu fulano”. É R\$ 37,00. Vende fiado, mas tudo eles aumentam um pouquinho. Quando nós recebe logo, a gente compra em Sobral... Quando chega o mês eu já sei quanto eu tô devendo, aí eu tiro, esse aqui é do mercantil [supermercado], a primeira coisa, né. Aí quando eu tiro o do mercantil, eu fico aqui nas bodeguinhas ao redor, compro uma coisinha, 1kg de sal, vai na bodega do fulano, tá faltando isso assim e assim. Quando chega no final do mês não sobra R\$10,00 pra botar no bolso. É o mês todinho (D. Tércia, 65 anos).*

O depoimento de D. Tércia é emblemático no que concerne às estratégias da provisão de supermercado entre os velhos de Jordão. Quer dizer, ao receberem suas pensões e aposentadorias, na cidade, já providenciam, no mesmo dia, a compra da feira do mês no comércio de Sobral, pois, como a interlocutora declara, nas mercearias de Jordão, os preços são abusivos; portanto, esta é prática comum e, no dia estabelecido para o pagamento dos benefícios, os transportes (caminhonetes, pequenos caminhões) que fazem o trajeto Jordão-Sobral-Jordão são lotados pelas pessoas mais velhas do local. No dizer de D. Heloísa (72 anos):

*O negócio de cereais parou muito porque os velhos movimentam pra Sobral; o pessoal não quer comprar no Distrito porque é caro demais, aí toda hora tem carro, eles tiram dinheiro em Sobral, o filho ou a mulher acompanha. Aqui [comércio de Jordão] é mais pro tempero [carne]; um porco, carne de vaca, peixe.*

Ainda no que diz respeito ao emprego do dinheiro, é importante observar os acordos entre esposo e esposa no rateio das despesas:

*Eu conto sabe quanto da minha feira? Cento e trinta do dinheiro, que a feira vem pra cá, a miudeza: sabonete, arroz frango... E o Lauro, cento e trinta na feira, é dividido... Se fosse só ele não dava não... O resto eu guardo, o que vai faltando, vai comprando, às vezes falta um pão. Tudo é combinado (D. Fernanda, 70 anos).*

*Quando eu tenho, gasto do meu, do dela, quando a mulher tem, gasta do dela (Sr. João, 73 anos).*

*Eu vou pra Sobral e compro lá. Ele [marido] tem a bodega que ele compra as coisas dele aqui e eu compro lá. Eu trago óleo, trago feijão, sabão, café, sabão em pó, uma lata de manteiga, arroz, açúcar, é o que eu trago de lá... Ele ajuda também,*

*compra R\$150,00 na bodega, só de tempero [carne], tempero e o gás. Quando ele pode me dar ele me dá R\$100,00, ele dá; quando não pode me dá R\$70,00 (D. Tércia, 65 anos).*

Assim, entre os casados beneficiados pela previdência social, em conformidade com seus relatos, de modo geral, existe uma articulação harmoniosa sobre a contribuição nas despesas de cada um em seus grupos domésticos.

Vale mencionar que os alimentos produzidos no roçado dispensam ser comprados, principalmente o feijão, o milho e a farinha e, concomitante a essa economia, uma outra forma de poupar e fazer bom uso dos bens de consumo é ensinada por D. Tércia:

*Você conhece o café que a gente torra em casa? É café em caroço, eu compro meio quilo. Aí, a gente torra com açúcar, mexe, mexe na panela. Quando tá pretinho a gente bota o açúcar aí mexe de novo, mexe, mexe até ficar bom o ponto. Quando fica no ponto, ele fica pretinho e aí a gente vai pisar no pilão, aí eu misturo com o que eu truxe de lá [supermercado] pra poder dar porque se for só o café de pacote, não rende não. Aí, eu misturo aquele café com o outro, encho duas vasilhas até terminar.*

Paralelamente às aposentadorias e pensões, os velhos de Jordão complementam seus recursos com o trabalho no roçado, cujo interesse é o consumo dos bens produzidos e não o lucro (PIETRAFESA DE GODOI, 1999). No dizer do Sr. Mauro, 67 anos, “no roçado a gente não apura [junta] nada, é só pro consumo”. Sr. Juvenal, 82 anos, esclarece bem essa relação de troca: “A gente recebe tudo na mão, é o feijão, é a farinha, o milho. Se a gente tira três alqueires, a gente dá um pra eles. A gente fica com o que é da gente e eles [donos das terras] ficam com o que é deles. Eles não pagam nada”.

Destacam-se também, os conhecidos “bicos” ou outros ganhos adicionais, especialmente, a confecção de chapéus e capas de garrafas, já descrita, somada à limpeza de sítios, plantações de horta, venda de animais, preparo da farinha e, mais ainda, no caso de duas senhoras, a manutenção de dois pequenos comércios e aluguel de casa. Vale trazer algumas de suas falas:

*Apura [junta], assim, quando nós apura mais, quando nós tamos mais animada [empolgada] no chapéu, apura trinta real, vinte e aí vai (Berenice, 62 anos).*

*O Lauro [esposo] agoa [água/molha] o sítio do vizinho; ele vem de oito em oito dias, dá vinte e dez à Érica [filha] porque ela alimpa [limpa/faxina] a casa. Era muito bonito aí; eu mesma fazia o plantio de cebola, coentro, pimentão... (D. Fernanda, 70 anos).*

*Ave-maria, se fosse sustentar essa família todinha só com isso não dava! A gente compra um porquinho e engorda, a gente vende e apura [junta] aquele dinheirinho e compra um feijão a mais, compra uma farinha a mais, que tudo é mercantil, feijão, farinha, tudo. Eu vou pro roçado com meu marido, minhas netas. Ele fica capinando mais meus filhos e quando é na época de colher, a gente também ajuda a trazer o feijão, a quebrar o milho. A vida continua, sabe? Aí, a gente cria uma cabrinha, quando a gente quer vender a gente vende (D. Tércia, 65 anos).*

*Bom, a farinha, a gente faz, eles [filhos] se juntam e faz (D. Adelaide, 72 anos).*

Quando mencionam sobre seus ganhos e o uso que fazem destes, demonstram o quão é preponderante sua contribuição no interior do grupo doméstico, sendo secundária a participação dos demais membros. Daí, a necessidade de buscarem outras estratégias na satisfação da subsistência, evidenciando-se a preocupação com os filhos:

*Eu ajudo... Eu mando a mulher dar um quilo de arroz, um quilo de açúcar do que nós compra. A outra chega aqui: "Mãe, eu não tenho açúcar." A mãe vai, dá um quilo de açúcar, um quilo de arroz. A gente tem dividir o que tem com quem não tem (Sr. João, 73 anos).*

*Eu vejo a situação da gente muito devagar e aí, tem um filho pr'acolá, tenho uma neta pr'acolá também que não tem nada e quando vem pra cá, a gente ajuda. Eu dou ajuda a um filho... A mãe dessa menina aí [neta que mora com ele], outro filho. Tem uma neta que se casou, arrumou um homem que não tem nada e aí a gente também ajuda. Eu só trabalho por isso, só pra ajudar porque se fosse só eu, mesmo com um, dois filhos, aí o ganho dava pra gente viver mais. (Sr. Mauro, 67 anos).*

*Os filhos, nós é que ajuda. Ajuda uma filha, ajuda um filho. Ainda ontem, o meu filho que mora lá pra baixo, veio. Dou um quilo de açúcar, dou um quilo de arroz, dou uma coisinha, dou fósforo, dou um trocadinho, dou mesmo. A gente matava de dois porcos, vendia e ia guardando aquele trocado. A gente deixava uma banda em casa, a outra banda eu dava pros meus filhos, tudinho (D. Zezé, 68 anos).*

De acordo com Saad (2004), a coresidência entre gerações, principalmente no Nordeste, vincula-se mais às necessidades dos filhos adultos

em relação aos seus pais já velhos. Vale destacar que, no Brasil, em 2007, 13 milhões destes chefiavam suas famílias e, dentre eles, 58,8% eram homens (IBGE, 2008). Logo, a renda do segmento, embora diminuta, torna-se o principal provento familiar. Os depoimentos dos meus interlocutores convergem para essas constatações.

D. Tércia, 65 anos, aposentada rural, conta que as despesas da casa são de sua responsabilidade, juntamente com o marido, também aposentado rural. Moram com eles um filho de 27 anos, auxiliar de serviços gerais da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, e sua esposa, gestante há três meses, que contribuem no pagamento da luz; um filho solteiro, 37 anos, ex-alcoólatra com comprometimento mental, e um casal de netos com 13 e 12 anos. Aqui e acolá, uma filha volta a morar com os pais por conta de desentendimento com o marido que faz uso do álcool, expulsa-a de casa; com cerca de quinze dias, ela retorna.

D. Tércia pondera que só com a renda das aposentadorias seria impossível sustentar a família; além do mais, comprometeram-se com um empréstimo bancário, e o prazo para finalizar o pagamento é de três anos; será quitado, portanto, somente em 2010. As aposentadorias do casal já vêm com a diferença, recebendo, cada um, R\$ 275,00. O dinheiro foi empregado na construção de dois quartos no fundo do quintal: um “para o filho que se juntou” e um para o casal. Segundo D. Tércia, é melhor, pois é mais privado. O complemento da renda provém do trabalho da roça; o marido capina com os filhos e, na época da colheita, leva as netas, que trazem o feijão e quebram o milho. Ainda faz doce de caju, participa do trabalho da farinhada, vende porco, galinha e cabra (*Programa Cabra Nossa de Cada Dia*, já explicado por D. Tércia), faz serviço de lavagem de roupa e confecciona chapéu de palha. Como os filhos moram próximos, algo muito comum em Jordão, sua casa está sempre movimentada. Só de uma filha, são seis netos, que passam o dia todo lá. Dessa forma, cozinha em abundância, manda deixar comida para os outros filhos e netos, e a justificativa é a lembrança do tempo de privação, quando não tinha o que comer.

Diferentemente dos pais, os filhos não se prendem ao trabalho no roçado, ficando, assim, em alguns casos, como serão vistos, à mercê do amparo material daqueles. Carneiro (2008) comenta que, cada vez mais, as pesquisas qualitativas demonstram a vontade dos agricultores familiares de ver seus filhos inserirem-se em outras ocupações que não a agrícola. Entretanto, os relatos dos velhos de Jordão desviam-se dessa perspectiva.

Foi interessante ouvir a profecia de D. Adelaide, de 72 anos, sobre a assistência dos velhos aos jovens. Em uma conversa informal, ela me disse que, um dia, chegará o tempo em que a fome vai predominar, quando os velhos morrerem, tendo em vista, o fato de os filhos “*não quererem trabalhar e viverem do aposento dos pais*”.

Nesta direção, são frequentes, as críticas em relação ao desinteresse dos filhos pelo trabalho:

*Hoje, os filhos não querem trabalhar com preguiça e tão ali fazendo uma coisinha, já tão maldizendo. Mas no nosso tempo nós trabalhava muito...* (D. Berenice, 62 anos).

*Esse filho [42 anos] vive aí encostado. É difícil aparecer serviço pra ele. Ele não gosta de trabalhar na roça não* (Sr. Juvenal, 82 anos).

*Agora, os novos não querem mais fazer nada depois que os velhos se aposentaram, né?* (D. Fernanda, 70 anos).

Inevitável, nesse momento de rememorar o tempo da infância e da juventude, não comparar o modo como foram criados em relação à educação prestada no presente. O trabalho era o centro, um modo de vida que, inexoravelmente, imprime identidade, pois estes velhos foram “*criados assim*”. Hoje, o rompimento do costume dos pais de levar os filhos para o trabalho do roçado não é bem visto:

*Eu tenho vontade de fazer é muita coisa, fazer o roçado, eu gosto, toda vida eu gostei. Nós fomos criados assim. E agora que o povo tem uma boa vida, né?* (D. Fernanda, 70 anos).

*Quem vê trabalhando hoje, minha senhora? Tudo vagabundando, andando aí, malandrando. Por que hoje a nação não presta? Por que nosso mundo veve do jeito que vive? Eu criei meus filhos tudo trabalhando* (D. Adelaide, 72 anos).

É válido ressaltar que a ajuda prestada pelos pais, geralmente em alimento e, em alguns casos, em dinheiro, não se destina somente aos filhos e aos netos corresidentes, mas também aos outros. D. Iêda, de 68 anos, por exemplo, de vez em quando, deposita alguma quantia na conta bancária de uma filha que mora em Brasília, além de ter doado uma casa para o filho, o qual está sempre lhe lembrando: *“Corre atrás de alguma coisa... Eu só tô dizendo porque quando eu fechar meu olho não é assim não”*.

Também é importante registrar que o caso de D. Iêda foi incomum no conjunto das histórias referentes à contribuição dos velhos no grupo doméstico. A família desta senhora apresentou-se como destaque em relação à estabilidade financeira no local: as três mulheres da casa trabalham, além de as duas filhas possuírem o nível superior. D. Iêda conta que todas as despesas da casa são assumidas com sua renda e a da filha de 42 anos, solteira, que recebe três salários mínimos como atendente de consultório da Santa Casa de Misericórdia de Sobral. Com o saldo, D. Iêda possui total liberdade para fazer o que quiser. Alessandra, por sua vez, confirma a história da mãe e ressalta que não compra suas próprias roupas; sua irmã ou D. Iêda se encarregam disto. *“[...] É todo na mão dela, ela administra tudo o que é meu, é bom que eu não tenho nada, né? Eu coloco todo na mão dela, não fico com um centavo no bolso. Ela administra muito bem, viu, a minha mãe”*. Esse desinteresse em relação aos bens materiais, possivelmente, está relacionado ao seu envolvimento de liderança na renovação carismática, movimento católico que tem como um de seus princípios o desapego pelas coisas terrenas.

Retomando a homogeneidade quanto à assistência dos velhos aos filhos, explano outros casos. D. Heloísa tem 70 anos e é mãe de cinco filhos; dentre estes, ajuda frequentemente três, os quais moram próximo a ela; já deu casa, abastece com supermercado, tendo que se desfazer de suas economias, pois, como afirma: *“Quando eu vejo um filho meu sem nada, eu dou R\$ 30,00, eu dou R\$ 40,00. Só do meu ganho eu dou”*. Por outro lado, arrepende-se por ter dito ao mais velho, de 41 anos, da existência de sua conta-poupança, uma vez que, este a *“perturba por dinheiro”*.

Ainda vale acrescentar que D. Heloísa sustenta integralmente o filho caçula, de 31 anos, portador de paralisia infantil, que mora com ela. Conforme seu relato, Régis recebia o BPC, porém, houve um corte e seu benefício foi suspenso. Diante da situação, ela o remunera, mensalmente, com R\$ 70,00, dinheiro proveniente do aluguel de duas de suas quatro casinhas, cuja soma totaliza R\$ 190,00.

Sr. Mauro (67 anos) também sustenta uma filha, de 35 anos, portadora de uma deficiência nos pés: *“Ela não tem condição de fazer nada, até pra andar é às quedas, não tem nem condição de andar não. Só faz porque não tem quem faça [preparar as refeições, varrer casa]”*. Como até então ela não foi contemplada com o BPC, o pai, aposentado e pensionista, explica a decisão por ele tomada:

*Ela recebe a pensão da minha esposa que era pra eu receber. Se eu recebesse, eu dava tudinho pros filhos. Ela ajuda, mas tem que comprar as coisas pra ela, pra essa menina aí [neta dele], dá uma coisa ao irmão, outra a outro, porque nenhum tem nada, tudo é pobre. Não tem nenhum com ganho.*

D. Fernanda, que tem 70 anos, fala do constrangimento por conta de uma filha a qual julga ter lhe dado mais trabalho, da juventude aos dias atuais. Teve que comprar quatro passagens para trazer Sofia (45 anos) e os três filhos desta, uma menina de 9 anos e dois garotos com 17 e 12 anos de idade, do Rio de Janeiro para Jordão, há dois anos. Na verdade, havia uma quarta neta, mas esta estava em trabalho de parto e prorrogou a mudança. Como D. Fernanda não dispunha de dinheiro suficiente, a solução foi contar com a solidariedade familiar e vicinal: *“Aí até que pelejei, eu pedi... Morrendo de vergonha que, nem quando eu passava fome, eu vivia andando nas casas, né?”*.

Passando a viver em Jordão, Sofia, desempregada, recebe supermercado dos pais, além de mandar os três filhos fazer as refeições, constantemente, na casa dos avós, o que tem causado aborrecimento, pois, na compreensão de D. Fernanda e de seu marido, eles poderiam retribuir, ajudando a aguar as plantas, varrer uma casa, a capinar, mas não. *“Eles ficam por ali, mas o outro mais velho tem a cara limpa e não tá nem aí. Chega, toma*

*café e bota manteiga no pão, come e vai simhora. Não faz é nada*". Em uma outra fala, sugere aos filhos e netos a necessidade de doar-se, quando se pretende recompensa, a exemplo de suas atitudes: "*A gente chega numa casa e se a pessoa tiver aperreada [com muitos afazeres], fazendo uma coisa, a gente ajuda e eu fiz isso muito e hoje, Deus é tão bom pra mim...*".

A argumentação de Sarti (2005, p. 86) vai ao encontro do sentido atribuído por D. Fernanda ao trinômio dar, receber e retribuir:

A pessoa ajuda quem *tem precisão*, na certeza de que será ajudada quando chegar a sua hora. Não se trata, portanto, de um dar e receber imediatos, mas de uma cadeia difusa de obrigações morais, em que se dá, na certeza de que de algum lugar virá a retribuição, tendo na crença em Deus a garantia de continuidade da cadeia: *Deus provê*. Em última instância, essa moralidade está ancorada, então, numa ordem sobrenatural.

D. Heloísa também reclama do neto de 20 anos que ela sustenta desde os 6 anos de idade: "*É igual ser meu, dou escola, roupa...*" e, segundo ela, "*não faz nada em casa*". Mesmo sem merecer, em razão da sua falta reconhecimento e de troca, disse-me que, há pouco tempo, Cícero ganhou uma camisa do avô no valor de R\$ 70,00. Nessa relação de ausência de reciprocidade, D. Heloísa ainda fala que, como cuidava de sua mãe doente, recentemente falecida, durante todo o dia, precisava de uma pessoa para cuidar dela no período da noite; assim, esse neto assumia o cuidado, mas mediante pagamento. Por outro lado, não deixa de reconhecer a ajuda que seu filho paraplético recebe de Cícero, seja para acompanhá-lo em suas saídas ou para dormir com ele.

Em relação à participação dos outros membros da família, inseridos no mercado de trabalho, vale dizer que seus recursos se direcionam prioritariamente aos seus filhos, em sua maioria, crianças. Desse modo, em casa, suas contribuições constituem-se no complemento do supermercado, na compra de um gás ou de um móvel, pagamento da conta da água ou da luz.

Em grande parte, seus rendimentos não ultrapassam um salário mínimo, provenientes de funções como serviços gerais, motorista, técnico de

enfermagem, auxiliar de produção, comerciante e, ainda, cuidadora, caso este que passarei a esmiuçar.

Trata-se de Érica, de 46 anos, filha de D. Fernanda. Há três anos, ela cuida de D. Maroca, senhora de 84 anos, sogra de seu tio materno, o qual era seu vizinho, morto recentemente. Com a morte do marido, Zélia, a filha de D. Maroca, não saiu de Jordão; mudou-se apenas para uma outra rua, um pouco mais distante, onde mora com a filha e uma neta recém-nascida. De acordo com Érica, ela não voltou para Recife, sua terra natal, por conta da mãe, mas, desde o dia das mães não a visita. À época da entrevista, estávamos em setembro.

D. Maroca morava em Recife e uma de suas noras, sorrateiramente, a deixou em Jordão há cinco anos, não a levou mais de volta. Continuando, Érica conta que os filhos venderam sua casa e perderam o contato com a mãe. Assim sendo, Érica passou a cuidar dela, pois Zélia diz não poder cuidar da mãe, tendo em vista complicações na sua saúde, como hérnia de disco e hipertireoidismo. Na percepção de Érica, tal atitude influenciou bruscamente na vida vegetativa que D. Maroca passou a ter:

*[...] Esqueceu de tudo, não fala mais nada. Acho que ela nunca pensou em terminar aqui, ela gostava muito de lá, falava muito de Recife... Ela quando veio tava andando, tava bem. Aí depois, ia tomar banho, não tomava, vestia a roupa errada. Aí passou, passou e ela começou a coisar as pernas [endureceu as pernas e deixou de andar].*

Érica aceitou alegremente a proposta de Zélia para assumir o cuidado de sua mãe por R\$ 250,00, apesar de reconhecer a grande responsabilidade que iria ter e, na sua fala:

*Eu disse que nem que não aguentar, eu cuido porque ou coisa ruim é você depender dos outros, precisar de dinheiro e não ter. Eles [pais] não podiam dar, davam comida né? Mas me dar um trocado assim de trinta reais? Eu fazia meu chapéu no final de semana.*

Contudo, é insatisfeita com a importância que ganha, pois pela sua lógica, se D. Maroca recebe dois salários mínimos, Zélia, sua procuradora, deveria repassar a metade para ela, Érica, e destinar a outra parte para os

gastos da mãe. Na verdade, ela desconfia sobre o real valor do benefício de D. Maroca, porque era de seu conhecimento que esta recolhia três benefícios: sua aposentadoria, a pensão de viuvez e outra, de um filho que mataram. Zélia lhe disse que, como a mãe não precisava, cortaram as pensões e, hoje, só recebe um salário mínimo, explicação que não convence Érica. *“Se fosse assim, um viúvo não recebia dois salários... Aí, eu acho estranho. A mentira tem perna curta, né? Se um dia eu descobrisse, ela ia me pagar mais”*.

Érica também comentou sobre uma outra filha de D. Maroca, que saiu escondida para morar nos Estados Unidos e, a partir daí, a mãe tornou-se depressiva. Lá, trabalha no *McDonald’s* e ainda como *“faxineira em casa de família”*. Na sua opinião, é esta quem manda o dinheiro que Zélia diz retirar da aposentadoria da mãe. Em mais um relato, verifica-se o ressentimento da ausência do “contradom”:

*Você acredita que, final de ano tem décimo terceiro, essas coisas, não tem? Se fosse outra, dizia: “Érica, t’aqui o seu e t’aqui mais.” Vinte reais, né? Nenhum presente de Natal. Nunca chegou: “T’aqui, Érica, pra você.” Não dá não, nem uma calcinha. Porque se fosse outra, né? Eu acho que ela imagina assim: “Ela já ganha o dinheiro dela, pra que dar?”*

Somado aos R\$ 250,00 e aos bicos dos chapéus de crochê, Érica recebe R\$ 18,00 proveniente do benefício do “Bolsa Família”. Ela é mãe solteira e seu filho tem 11 anos. O pai mora em Brasília e envia pouco dinheiro, tendo sido preciso, há um tempo, em seus termos, ameaçá-lo, de modo a recorrer à justiça. Recentemente, quando foi visitar o filho, na ocasião da festa da padroeira, prometeu uma casa para este, haja vista o seu grande desejo de ter um quarto, pois, na casa dos avós, dorme na cozinha<sup>45</sup>.

Acerca do desejo de Mário de ter sua casa, D. Fernanda já presente sua saudade por conta do vínculo entre eles, pois ele mora com os avós desde seu nascimento. Ao perguntar se ele iria embora e a deixaria, o neto lhe respondeu: *“Não vó, eu só vou dormir lá, mas de dia eu venho pra cá [risos]”*.

---

<sup>45</sup> Quando estava perto de concluir o trabalho de campo em Jordão, encontrei-me com Érica, muito satisfeita, dando a boa nova – o pai de seu filho a incumbira de procurar uma casa, comprometendo-se a comprá-la.

Na percepção de D. Fernanda, Érica, por ser mãe solteira, não lhe provocou estorvos, diferentemente da outra filha, Sofia, que deixou o filho com 2 anos de idade, indo embora e voltando só 20 anos depois, impelindo a criação aos pais-avós. *“Érica não dava motivo da gente brigar, toda vida cuidou do filho, eu nunca tive trabalho com ele, só dar de comer mesmo, mas trabalho, ela que cuidava de fralda e tudo”*.

Diante de toda a preponderância da contribuição dos velhos nas despesas da família, como se configuram o poder de chefia? Exercem eles autoridade em seu grupo doméstico? São eles que controlam seu dinheiro? Tal como procedi em Fortaleza, para obter essas respostas, inteirei-me sobre seus afazeres diários.

Quando perguntei às mulheres como era o dia a dia delas, de modo geral, as respostas voltaram à *“lida” da casa*, mas é curioso notar que, junto com essa tarefa, dedicam-se ao trabalho da plantação e da colheita, ou seja, continua o vínculo com a terra. Isso faz lembrar a observação de Klaas Woortmann (1990, p. 23) acerca das categorias nucleantes nas culturas camponesas – terra, família e trabalho —, porque estão diretamente associadas a princípios organizatórios centrais. *“Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.”*

Apesar das limitações físicas, como mencionei, o costume ou a vida vivida impede a rendição ao tempo do descanso e, no dizer de D. Adelaide (72 anos), *“quando o galo tá cantando demais é porque tá perto de amanhecer”*. Assim, por ser um *“costume antigo”*, a *“luta”* começa cedo, ainda no escuro, sendo o preparo do café a primeira tarefa. Esta é uma das principais reclamações dos filhos em relação ao que eles chamam de teimosia: *“você sabe como idoso é muito teimoso”*; veem como um esforço desnecessário e, como expressam, são velhos e *“não têm mais idade para isso”*.

Vânia Ramos (2001) faz uma reflexão interessante acerca da idade como fator de incapacidade corporal. Mesmo que, biologicamente haja um declínio físico, provocando limitações, o meio social exerce grande influência

no sentido de inibir os velhos, os quais acabam incorporando um sentimento de incompetência.

Nessa mesma direção, Monteiro (2001, p. 95) defende que o ideal cultural ajuda a configurar o ideal corporal e, por essa razão, é impossível pensar o corpo como uma entidade totalmente biológica, tendo em vista a complexidade biopsicossocial. As crenças sobre a velhice são geralmente de ordem negativa, e o corpo se amolda a elas, posto que é produto de toda uma convivência:

Frequentemente, alguns velhos aceitam os estereótipos corporais do que é ser “velho” na tentativa de ser aceito dentro de uma categoria, pois é melhor aceitar um corpo que justifique sua inclusão do que ser excluído recebendo outros rótulos como “ridículos”, “inadequados”, “inconvenientes” e assim por diante.

D. Adelaide, ao reconhecer sua velhice a partir dos sinais do corpo – as dores no joelho —, ao mesmo tempo, contesta a despeito do declínio físico, ser atributo de um grupo específico – *“não é só gente véi não, os novos também...”*. Justifica com o exemplo de sua filha de 44 anos, a qual reclama das mesmas dores. Contudo, mesmo afastadas de um trabalho prazeroso, haja vista a alegria e empolgação ao falarem da vida no roçado, não dão por encerrada esta vida, como me disse D. Fernanda (70 anos):

*No outro ano se eu for viva e fizer a operação do outro olho, aí, eu já vou é pros roçados, apanhar feijão. Eu acho muito bom, eu sou louca pra apanhar feijão. Eu fiquei ruim da vista e os meninos [filhos] não deixou eu ir não, mas eu ainda fui olhar.*

Portanto, as senhoras impossibilitadas de continuar o trabalho na terra restringem-se às atividades domésticas, e, com algumas exceções, como discorro adiante, são elas as principais responsáveis por esse serviço em suas casas.

Neste grupo, D. Tércia, com 65 anos, uma mulher intensamente dinâmica e engajada no cotidiano de Jordão, é a única que continua transitando entre a roça – espaço caracteristicamente masculino — e a casa, espaço tomado como natural ao universo feminino; nos termos do marido, *“parece uma formiguinha, não pára”*. Atualmente, durante a safra do caju,

acorda cedo para colher, paralelamente às tarefas da casa: “Ah, eu adoro lavar roupa, adoro varrer, adoro lavar vasilha, ave Maria, faço chapéu, tudo, tudo eu gosto de fazer”.

Convém, ainda, ressaltar a contribuição do marido de D. Tércia nos afazeres domésticos — a propósito, de uma excepcionalidade causadora de admiração por quem conhece o casal. Porém, reforça que nem sempre foi assim, tendo em vista o problema do alcoolismo e, por diversas vezes, apartava-o das brigas pelas ruas: “Eu me metia no meio com o barrigão. Eu sofri demais, mas ele não andava me batendo nem nada não”. Atribui a mudança do marido às suas orações e, assim, conta o quanto ele ajuda hoje, em casa:

*Ele se acorda de manhã, faz o café e eu, deitada, deixa o feijão no fogo, sai pras quebradas pra dar de comer a vaquinha que a gente tem... Ele ajuda muito, toda comida ele faz, mas só não gosta de dividir... Mas faz baião-de-dois [feijão com arroz], tudo ele faz... Ele diz que nem café eu sei mais fazer. Ele sabe o tanto da água, o tanto do café, o tanto do açúcar e eu não sei e aí ele diz pra eu botar o tanto de café na água.*

Quanto aos quatro homens deste grupo (“família de idosos”), à exceção de Sr. João (73 anos), que perdeu a perna, decorrente de um acidente de trabalho, os demais reservam um turno para trabalho no roçado; esse fazer é invariável, ao discorrerem sobre o cotidiano:

*Eu saio daqui seis horas, saio de lá dez e meia, tomo banho, pego o feijão, tomo um cafezinho. Eu tenho essa trabalhada, dou essa caminhada pra roça. Quando eu chego à tardinha, tomo banho, fico pela rua, o horário da minha janta é seis horas, volto pra rua, fico proseando mais e um mais outro, fico naquela brincadeira, chego em casa dez horas, dez e pouco, aí vou dormir (Sr. Vitório, 71 anos).*

*Eu planto feijão na terra do Zé Tadeu; onde tiver terra desocupada, a gente planta. Agora eu planto milho e feijão. Se eu for de manhã, quando é meio-dia eu já tô em casa. A parte da tarde é só comer, dormir e só. Pra que melhor? [risos]. Eu me deito, só faço me deitar, eu cochilo um pedacinho. À noite, quando tem filme bom eu vejo, novela, qualquer programa. Dou uma voltinha pela rua, converso um pouco e quando é dez horas eu volto pra casa. Aqui, a gente vai levando a vida até quando Deus quiser (Sr. Juvenal, 82 anos).*

Dentre eles, somente o Sr. João não é viúvo. Sr. Mauro e Sr. Vítório contam com a ajuda das filhas nas tarefas domésticas e Sr. Juvenal tem a colaboração de sua neta, Júlia, e de uma filha que trabalha próximo à sua casa, de modo a ir todos os dias para ajudar no preparo a comida. No entanto, a premissa de que a cozinha não é lugar de homem não se confirma no dia a dia deste senhor:

*A primeira coisa que faço quando acordo é o café (se quiser tomar café tem aí na garrafa). Eu me acordo às cinco horas porque eu me acostumei. Cinco horas da manhã eu já tô de olho levantado. Aí, eu vou fazer o café, o feijão, eu não boto todo dia no fogo. Hoje eu botei. A Júlia deixa a comida temperada, aí eu termino. Se sobrar, a gente come na janta, senão ela faz. Depois eu vou fazer o fogo pra fazer o tempero do feijão, vou botar comer pros porcos, pras galinhas, limpar o quintal. Até roupa eu bato [lavo].*

A viuvez masculina foi um aspecto que me chamou atenção, pois todos os homens lastimaram a ausência das esposas e, embora as mulheres — como D. Mariana, viúva há sete meses — também tenham se referido ao assunto com pesar, percebi nos homens um descontentamento maior, a exemplo do Sr. Mauro, que perdeu a esposa num acidente de carro, há dez anos. Desde o nosso primeiro encontro, impressionei-me com sua expressão de tristeza e, ao falar da viuvez, refere-se a uma vida de abandono:

*Quando eu chegava do roçado, às vezes do trabalho, tava tudo ajeitado, a comida. Quando eu chego o comer é frio, eu nem como; às vezes, vou comer é de noite, almoçar de noite. É por causa que deixa aí. Quando ela era viva, que eu chegava, botava um café, eu tomava, tomava um banho, chegava e já tava o almoço pronto, ia almoçar. Com os filhos não. Eu chego, tão [estão] sentados. Lá ficam, a comida fria e eu nem como. Nunca têm cuidado com a gente. Passo dois dias, três dias só. Ela [filha] vai lá pra cima, pra casa da irmã. Vai um pra um lado, outro pra outro e aí pronto, eu fico sozinho. Ela saiu sábado, chegou hoje [segunda-feira]. Saiu pro forró.*

Sr. Juvenal, por sua vez, apresentou-se sempre alegre e brincalhão, mas, ao falar dos últimos dois anos, alterou sua aparência e queixou-se da solidão pela qual passava, visto não ter mais a companheira para conversar ou “*pra pelo menos dormir perto dela pra pelo menos sentir o bafo dela [risos]*”. Como Sr. Mauro, sentia falta dos cuidados domésticos, elogiou a esposa por

ela ser uma exímia dona de casa e, segundo ele, mesmo sendo doente, assumia a lida na casa: *“Fazia a comida, batia a roupa [lavava], criava galinha. Ainda tem galinha que ela deixou. Pro roçado ela ia só quando era nova; quando ficou velha só ficou trabalhando dentro de casa, mesmo”*.

Melancólico, revela não encontrar sentido em viver, a não ser o gozo pela comida: *“A gente aproveita na vida só o comer, na idade que a gente tá”*. Em sua opinião, a pior experiência que lhe aconteceu depois de ficar velho foi a viuvez e, ao alcançar os 82 anos, resta-lhe esperar a morte chegar.

Júlia confirma o sofrimento do avô, posto que, quando sua avó faleceu, ela voltou a morar com Sr. Juvenal, e conta da dificuldade em dormir, pois ele não parava de conversar, tal como ficava com a esposa – *“dizia ele que era a noite todinha”*. Explica que, até hoje, dorme no mesmo quarto porque receava que ele viesse a ter depressão, portanto, acompanhou todo o seu processo de luto, principalmente, nas noites mal dormidas em que o ouvia chorar, inquieto com a *“dor da saudade”*. Todavia, reconhece sua superação, a partir do momento em que retomou suas atividades rotineiras.

Não diferente dos demais, Sr. Vitório, com 71 anos, viúvo há quatro anos, enfoca a qualidade da *“mulher trabalhadeira”*: *“Ficou na luta, dentro de casa, com essa filha, cuidando de mim e dos filhos. A minha companheira ia pra roça me ajudar a plantar”*. Comenta que a filha assumiu o serviço de casa, a contento, de maneira a ser bem cuidado por esta, mormente, na presteza das refeições. A par dessas histórias, refleti sobre a necessidade de estudos voltados às repercussões da viuvez no cotidiano familiar, seus rearranjos e formas de superação.

Diante das declarações destes homens sobre seus sentimentos de tristeza, solidão, abandono e saudade de suas *“mulheres trabalhadeiras”*, perguntei-lhes sobre a aspiração em recasar. Nenhum cogita tal possibilidade, apesar de suas idas aos forrós, onde paqueram. Sr. Juvenal diz que as mulheres são interesseiras, *“só querem ganhar as coisas”*, a exemplo de duas de suas paqueras, *“uma jovem de vinte e poucos anos e uma idosa”*. De igual modo, para Sr. Vitório, as mulheres são aventureiras e *“pensam que*

*aposentado é milionário*". Por último, Sr. Mauro, embora afirme estar "*no saldo da vida*", ao ir para as festas, diz não ficar "*no meio dos veí*", prefere dançar com as mocinhas.

Acredito que, no caso das mulheres, elas superaram a viuvez com menos dificuldade, visto que seu cotidiano doméstico não sofreu alteração qualquer, ao passo que os viúvos passaram a vivenciar uma nova situação – conciliar a vida de trabalho, da rua, seu mundo dito natural com as tarefas da casa, atribuição, a princípio, feminina. Tal premissa faz sentido, pois, não raramente, verifica-se na fala dos maridos a presteza de suas mulheres como donas de casa.

Assim, percebi que o significado da viuvez modifica, quando explicado por homens e mulheres. No grupo masculino, como já dito, ficou evidente uma razão prática, ou seja, a saudade da esposa perpassa pela falta do cuidado diário, do esmero e da prontidão das atividades domésticas – roupa lavada, comida e a certeza do velho café quente quando da chegada da roça, hoje, algo improvável. Com relação às viúvas, os maridos são lembrados por suas atitudes para com elas, como pais, pela bondade, pela companhia, mas também, pelos episódios de alcoolismo. Enfim, de um modo geral, homens e mulheres demonstraram suas tristezas mediante o evento da viuvez. Porém, reforço que notei uma resiliência maior por parte das mulheres.

D. Marilac, viúva há seis anos, falou-me da tristeza diante da ausência do marido: "*Tudo é difícil! Ninguém dorme, ninguém come, é um buraco grande*". Contudo, diferentemente dos viúvos com quem conversei, não reclama de solidão nem tampouco almeja morrer. Participa do grupo de convivência, gosta de dançar e, se não fosse o controle da filha, D. Marilac, possivelmente, estaria namorando. "*Ela tem paquera, um bicho véi enjoado. Eu falei que não queria ele aqui, não*" (Bianca, 33 anos – filha de D. Marilac).

Nessa mesma direção, D. Cláudia, há oito anos também viúva, receia namorar, por conta da objeção dos filhos e, somado a esse impedimento, ainda lamenta as complicações de sua cirurgia cardíaca: "*Se não fosse o coração, eu*

*já tinha era me casado*”. Seus namoros do passado e paqueras do presente foram assuntos constantes das conversas que tive com ela.

Um aspecto crucial na autonomia dos velhos, no sentido de necessitar da ajuda de terceiros, como por exemplo, delegar o recebimento das aposentadorias, é o estado de saúde; e, neste grupo, destaca-se uma considerável capacidade na tomada de decisões, a despeito do que foi dito sobre a continuidade do trabalho e da habilidade nas atividades diárias, com exceção de D. Mariana, com 79 anos e comprometida por sequelas de dois AVCs; de D. Berenice, de 62 anos, que se diz *“doente dos nervos e hipertensa”*; e do Sr. João, com 73 anos, que teve uma perna amputada.

D. Mariana depende de sua filha Filomena, que tem 57 anos, na *“luta da casa – Eu não faço nada; só comer e dormir [risos]”*. Justifica a impossibilidade de realizar as atividades domésticas com as complicações da sua saúde – diabetes, pouca acuidade visual, pressão e colesterol elevados.

O caso de D. Berenice é curioso. Incomodada com o barulho de carro, som e muito movimento em sua rua, teve a ideia de construir um *“quartinho”* em um pequeno terreno, afastado dessa agitação, comprado à custa da confecção de carvão pelo marido. Considera sua solução sensata, pois o barulho a *“deixa de miolo ruim. Aqui tem zoada de lado, de frente; aí, quando começa a tocar, me dá aquela coisa ruim no meu juízo, aí eu vou m’imbora”*. Assim, dorme, faz seus chapéus, volta à sua casa, mas, se o barulho persiste, retorna para o seu aconchego, onde inexistente *“zoada de nenhum pinto”*. Lembra ainda, que, ao pernoitar, o marido lhe faz companhia.

Ontem, fui até a casa de D. Berenice e seu marido disse-me que ela estava no *“quartinho”*, o que não entendi. Combinei de voltar no dia seguinte. Só hoje, ao conversar com ela, interessei-me da história. Ao chegar, estava na sala, animada, fazendo chapéu, e de batom. Notei que já estava me esperando (Diário de campo, Jordão, 26/10/07).

Quanto aos afazeres domésticos, repassou-os para a filha Catarina, de 25 anos, que resolve tudo para a mãe, e D. Berenice ocupa-se, durante o dia, apenas do trabalho dos chapéus. No seu dizer: *“Eu chego aqui, eu sou visita [risos]”*. Tal como D. Mariana, comenta da fragilidade de sua saúde e, de

acordo com ela, o médico prescreveu repouso total, inclusive a proibiu de fazer chapéu; ela resistiu de imediato à determinação, visto que, no seu entendimento, é uma atividade terapêutica, contra-argumentando: “*Não, doutor, eu tenho que fazer meu chapéu que eu fico me intertendo [distraindo]. Eu faço aqui, eu não fico pensando lá noutras coisas, eu fico só pensando coisa boa fazendo o meu chapéu.*” *Aí, eu fico lá [quartinho] escondida*”.

Verifiquei que, ao contar com a ajuda das filhas, D. Mariana perdeu o controle do seu dinheiro, mas D. Berenice mantêm o domínio, de modo a determinar o uso deste, como mostram suas falas:

*O dinheiro é pra comprar as coisas de casa. Se eu pedir, ela [filha] me dá, mas eu não gosto de pedir (D. Mariana, 79 anos).*

*Ela [filha] que vai comigo [ao supermercado]; às vezes, ela vai mais eu, às vezes, ela vai só. Ela resolve tudo, eu nem sei mais comprar nada. Eu fico com o dinheiro e dou aquele dinheiro pra mode dela fazer as compras. Aí eu digo a ela que ela me enrola [risos]. Eu digo assim: “Catarina, tu tá me enrolando?” “Não mãe, não t’ái a moeda” (D. Berenice, 62 anos).*

No tocante ao recebimento das aposentadorias, os dependentes ora citados incumbem as filhas e a esposa; os demais retiram, eles mesmos, no banco, mas, no caso das mulheres, elas preferem ir com uma companhia, geralmente, uma filha ou uma amiga que também recebe no mesmo dia; quando impedidas de sair, encarregam as filhas. D. Heloísa contou que, como o genro leva a sua filha de moto, mensalmente o remunera com “*uma migalha de R\$ 20,00*”, a fim de compensar a gasolina.

Os homens vão sós, mas não sem contestação dos familiares. Todos, entre homens e mulheres, fazem uso da fila destinada aos maiores de 60 anos de idade, por não saberem manusear o caixa automático.

Ao conhecer as limitações em termos de dependência na realização das Atividades Instrumentais da Vida Diária – AIVD — ou daquelas relativas ao auto-cuidado, uma observação que vale notar diz respeito à idade cronológica, isto é, ter mais idade não é determinante para certificar perda da autonomia ou da independência do indivíduo; e é um equívoco entender velhice como sinônimo de doença. Exemplo disso foram as constantes

afirmações dos velhos, em relação aos membros mais jovens da família, a respeito de sua saúde, bem como a execução de tarefas pelos velhos, seguida de reações — em sua maioria, de resistência — por parte dos jovens, que afirmam que “eles não têm mais idade para isso”.

*Remédio eu não tomo, não... Taí o adoçante véi dela [neta – 33 anos] que já tem diabete (Sr. Juvenal, 82 anos).*

*Eu tô nessa idade, mas eu sou mulher pra muito serviço, ainda. Eu capino terreiro, eu barro [varro] terreiro; quando não tem água, eu boto na cabeça, balde d'água da vizinha pra cá, graças a Deus. Às vezes, eu digo assim: “Minha filha, eu tô nessa idade, eu não troco por vocês que são novos.” Não é me gabando [vangloriando] não, mas eu não me troco não, minha filha. As novas: “Ai, meu Deus do céu, ai.” Menina, o que é isso? Pois eu botava água das quebradas, descendo (D. Zezé, 68 anos).*

Na imersão no passado, avaliam como tudo mudou para pior. Em suas falas, é unânime a percepção de que antes havia respeito, obediência, controle e a “*criação era diferente*”. Criticam também o modo de vestir-se, os namoros, visto que, “*naquele tempo*”, para segurar a mão da moça era preciso estar noivo; enfim, são costumes os quais se chocam constantemente no convívio entre os velhos e os mais jovens (ALCÂNTARA, 2008).

Todavia, vale destacar que tais críticas são feitas em relação ao outro, isto é, às outras famílias, pois, quando se referem aos seus filhos e netos, o discurso muda, de maneira a confirmar obediência e preservação dos valores por eles passados:

*Graças a Deus, aqui, eu ainda governo meus filhos; se eu disser que não vão pra tal parte, eles não vão mesmo não, tem que ficar em casa... Os meus filhos me obedece, ainda. Eu ainda governo. Hoje, os filhos não querem respeitar as mães, né? Os meus filhos não me dão desgosto não. Porque hoje, os meninos de 12 anos já tão com bebida na boca (D. Berenice, 62 ANOS).*

*[...] Aqui [Jordão] já tem droga! São os de fora que trazem e os daqui pegaram. Os meus netos é da igreja pra casa, é dos movimentos deles pra casa (D. Iêda, 68 ANOS).*

Interessante é a oposição entre a casa e a rua. Mais do que espaços geográficos, esses espaços sociais nas representações dos velhos rurais refletem a análise de Roberto Da Matta (1987) acerca de dois lugares diversos,

o privado e o público. O primeiro inspira ordem, estar sujeito a uma autoridade, enquanto no mundo da rua prepondera a transgressão às normas, aos valores éticos. Nesse sentido, estar na rua, algo negativo nas narrativas, sinaliza para uma situação da perda do controle, ou seja, na palavra de um senhor, tinha lei, hoje não tem mais não. Isso porque todos estão soltos e, como fala Sr. João (73 anos):

*A família do passado tinha uma filha ou um filho, até um filho homem, podia tá arrumadinho: “Pra onde você vai?” “Vou pra uma festa em tal parte.” “O quê? Vá dormir seu sono!” Tirava a roupinha todo destreinado, desconfiado. Aí, senhorita, tinha que obedecer.*

Assim, ao reportarem-se à convivência na família e aos conflitos existentes entre eles e seus descendentes, os velhos sustentam fazer valer suas opiniões, de modo a serem claros sobre a prioridade destas, sobretudo quando enfatizam quem manda na casa onde moram, como, por exemplo, contou D. Zezé, de 68 anos. Sua neta, de 14 anos, passou a morar lá há cerca de quatro anos, por não gostar do padrasto, e houve uma fase em que tratava a avó hostilmente. Esta lhe disse que, caso ela não a respeitasse, iria voltar para a casa da mãe. Diante da promessa do castigo, nas palavras de D. Zezé, *“ela ficou uma cordeira dentro de casa, ajeita as coisinhas dentro de casa, me ajuda e tudo; deixou de responder”*.

Outro caso pertinente para ilustrar a argumentação refere-se ao grupo doméstico do Sr. Juvenal, de 82 anos. Sua neta, Júlia, revelou-me que seu tio, ao separar-se, como ela, também passou a morar lá. Por ser alcoólatra, costumeiramente há brigas no cotidiano da casa e o Sr. Juvenal reage severamente às provocações e às desavenças do filho, alertando-o: *“Oh, se você tá na minha casa, você me respeite... Quem manda aqui sou eu. Você pensa que eu tô velho, eu não mando?”* Conforme a neta, há ocasiões em que o avô toma medidas mais severas:

*O painho [avô] bate de pau nas mãos dele. Ele tem uma pimba [pênis] de boi. Ele mata boi; ele tem força pra isso. Toda sexta-feira ele vai matar. Ele derruba o boi, tira o couro todinho. Aí, ele seca a pimba, bota no sol e na ponta coloca um ferro pra ficar bem dura e quando secar, ficar só o pau... Amarrou, um dia ele deu uma pausada nele e jogou no meio da rua: “lugar*

*de cururu é no meio da rua. Vem cururu de novo pra minha casa! Tu é igual cururu, quanto mais bota pra fora mais quer entrar!” E o painho diz que a casa não é dele.*

Como reza o dito popular, “quem come do meu pirão, experimenta do meu cinturão.” Portanto, estes velhos “chefes de família” impõem-se nas situações em que sua autoridade é contrariada e, amparando-me nas palavras de D. Fernanda, “*eles [ela e o marido] dizem o que querem*” e, ainda, nas de Sr. Vitória: “*se eu reclamar de alguma coisa, nenhum me responde mal, de jeito nenhum*”.

E, para reiterar esta constatação, D. Heloísa (70 anos) lembra da atitude de desrespeito de seu neto, Cícero, de 20 anos, no dia do falecimento da mãe dela. Ele estava com o som ligado e a avó o repreendeu. Irritado, pegou suas coisas e foi embora, o que não a comoveu; ao contrário. “[...] *Eu achei foi bom ele ir pra outra vó, mas ele vem pra cá todo dia, come, toma banho. Ele entra e sai, ele quer fazer zoada lá, quer fazer aqui. Ele quer me governar; eu não deixo, eu não deixo ele me pisar!*”.

Exposta a caracterização dos interlocutores pertencentes à “família de idoso” sob o enfoque da inserção dos velhos em seus grupos domésticos, a partir do amparo econômico, condição esta de considerável relevância e repercussões no cotidiano das relações intergeracionais, apresentarei agora, os velhos ditos de “família com idosos”. Serão eles “dependentes”, por não residirem em suas casas?

**QUADRO 6 – FAMÍLIA COM IDOSOS - JORDÃO/SOBRAL-CE**

	NOME	NATURALIDADE	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RENDA*	GRUPO DOMÉSTICO / CORRESIDÊNCIA
01	Cid	Sobral – CE	86	Casado	Ensino fundamental incompleto	Fiscal da prefeitura (Aposentado por tempo de serviço)	7 (FAMILIAR)	1 filha, genro, 2 netas e 1 bisneta / RECOABITAÇÃO
02	Cláudia	Sobral – CE	77	Viúva	Analfabeta	Do lar (Pensionista)	5 (FAMILIAR)	1 filha, genro e 1 neto / RECOABITAÇÃO
03	Lara	Sobral – CE	80	Viúva	Analfabeta	Agricultora (Aposentada)	1 (FAMILIAR) + BF** (R\$ 73,00)	1 filho, nora e 1 neta / RECOABITAÇÃO
04	Marilac	Sobral – CE	63	Viúva	Alfabetizada	Agricultora (Aposentada)	1 (INDIVIDUAL)+ BF (R\$ 95,00)	2 filhas, genro, 4 netos e 1 cunhada / RECOABITAÇÃO
05	Timóteo	Umirim – CE	82	Viúvo	Analfabeto	Agricultor (Aposentado e Pensionista)	2 (INDIVIDUAL) + BF (R\$ 112,00)	1 neto, esposa do neto e 3 bisnetos / RECOABITAÇÃO

\* Renda (familiar ou individual) em salário mínimo

\*\* BF= Bolsa Família

Inicialmente, o **Quadro 6** chama atenção para dois aspectos comuns à maior parte dos interlocutores – as idades elevadas e o estado de viuvez —, o que confirma as projeções acerca do perfil dos velhos integrantes da “família com idosos” (CAMARANO, 2004).

Contudo, insisto em reiterar a necessidade de refutar a ideia de que, pelo fato de os velhos morarem na casa de seus filhos, inevitavelmente, eles sejam dependentes material ou fisicamente destes. A relação não é tão direta como mostram os sujeitos aqui pesquisados. Tal realidade existe, mas coexistem outras dinâmicas no interior do grupo doméstico que passarei a discutir.

Fui em nove famílias e, para minha surpresa, havia uma casa que não era da senhora entrevistada, mas do genro desta. Acontece que devo revisar o que é “chefe de família” – É quem provê o sustento da casa ou é o dono da casa? Pois nesta em que fui, a senhora aposentada supre a família com o alimento. O genro é agricultor, não possui renda. (Diário de campo, Jordão, 18/10/07).

Disserto, com maiores detalhes, sobre o caso dessa senhora que cito no diário de campo, D. Marilac, mãe de quatro filhas, aposentada rural. Quando estava há um ano viúva, morando em um município vizinho ao da filha, seu genro a convidou para morar com eles, devido à dificuldade de acesso ao precisar de qualquer coisa, como, por exemplo, comprar alimento e ir ao posto de saúde. Assim, D. Marilac reforça: “*Você sabe como é sertão, né? A casa lá não era minha não. Era do dono da terra, mesmo*”. Quer dizer, ela e seu esposo eram os moradores.

Pelo seu relato, sua renda é fundamental no sustento da família, pois contribui com o pagamento da luz, com o supermercado, exceto o feijão, porque, como o genro é agricultor, não precisa comprar. Atualmente, está pagando umas cadeiras que comprou e é favor de sua colaboração: “*Eu ajudo que eu tô aqui, preciso comer também, aí tem que ajudar*”. D. Marilac diz-se satisfeita em morar na casa da filha, mas, quando pergunto o que faria se sobrasse dinheiro, responde que compraria uma casa e iria morar só. Quando é vez da filha ser entrevistada, ela retoma essa resposta da mãe, pois estava

próxima da sala e ouviu. Contesta, dizendo que o lugar da mãe é na sua casa, mesmo, porque D. Marilac vive passeando, viaja para Sobral, Brasília, Fortaleza, Canindé e já estava planejando um passeio para Parnaíba. “*Aí, a mãe vai deixar a casa dela só? O lugar dela é aqui mesmo e aí, vai dizer que, se sobrasse dinheiro, ia comprar uma casa pra ela. A mãe é assim. Tem mês que ela tá na minha irmã...*”. Como pensar a sobrevivência deste grupo sem a presença e a contribuição de D. Marilac?

Apresento mais um caso em que o senhor não é o dono da casa; todavia, é o provedor. O Sr. Timóteo, com 82 anos, aposentado rural e pensionista, é pai de duas filhas e mora na casa de um neto, desde que enviuvou, há três anos. Seu neto, Ananias, tem três filhos, de 8, 6 e 4 anos de idade. Quando seu filho mais velho estava com dois meses de vida, Ananias perdeu um olho, trabalhando como agricultor, e, até hoje, tenta a aposentadoria por invalidez, mas ainda não conseguiu. Assim, seu avô arca com as despesas fixas: alimento, água, luz e remédio.

Sr. Timóteo utiliza sua renda de dois salários mínimos com tais gastos, lembrando que, embora receba o remédio da hipertensão no posto, ainda é preciso comprar outro, no valor de R\$ 42,00, pois só assim a pressão diminui. Paralelamente às suas despesas mensais, envia dinheiro para as duas filhas: uma que mora num interior próximo e a outra, residente em Fortaleza:

*De dois em dois meses, essa de Fortaleza, manda buscar. A outra, eu ajudo pouco; ela tem uma pensão, ela é viúva. Ela não pede não, mas eu dou. Porque é filha, né? Mas a da cidade não é aposentada, é desempregada, e aí, manda buscar. Toda vez que ela manda buscar, eu dou. Não é todo mês não.*

O controle do seu dinheiro fica sob a responsabilidade do neto, mas Ananias diz seguir as orientações do Sr. Timóteo quanto ao emprego de sua renda: “*Quando ele quer as coisas, ele pede, e aí, a gente compra. Aqui, tudo o que ele pede, a gente compra. Se ele quiser comer um queijo, a gente compra, se ele quiser comer uma carne, a gente compra*”. A respeito da ajuda às filhas, sua avaliação é de que não deve se intrometer, obedecendo, portanto, a decisão do avô. “[...] *Se ele disser assim: ‘Eu não dou.’, aí, eu ligo pra ela que*

*ele não foi de acordo, que não vá botar culpa em mim. Toda vida ele manda e nós não diz nada, não, porque é filha dele, né?*". Por fim, esclarece que, mesmo o dinheiro sendo do avô, é de praxe o Sr. Timóteo querer saber sobre sua opinião. Sua posição é não recusar o pedido das tias, pois receia julgamentos errôneos, como, por exemplo, a suposição de influência sobre o avô, de modo a proibi-lo de ajudá-las.

Sr. Timóteo explica que, antes da viuvez, morava vizinho ao neto em um outro interior, e o jovem casal já ajudava nos serviços domésticos, pois os velhos eram doentes, de modo que estava acostumado com eles e com os bisnetos. Assim sendo, com a morte da sua mulher, Ananias o convidou a morar na sua casa. O avô aceitou, mas não sem resistência, depois de ter recusado a proposta de uma das filhas: *"A de Fortaleza queria que eu ficasse com ela e eu não quis de jeito nenhum, já tava acostumado, aí vim pra cá"*.

Há um ano e quatro meses mudaram para Jordão, pois a mãe da esposa de seu neto construiu uma casa ao lado da dela e doou para eles. Lá, seu cotidiano resume-se, no seu dizer, a *"comer e dormir"*. Dentre os velhos de Jordão, Sr. Timóteo foi o único a afirmar levantar já tarde, ou seja, às oito da manhã. Decerto, esse horário está fora do costume dos demais, os quais me disseram acordar ainda no escuro, por volta das quatro horas. *"Hoje, já eram pouco mais de oito horas quando fui à casa do Sr. Timóteo e, para minha surpresa, ele estava deitado. Falei para seu neto que poderia passar num outro horário, mas Ananias chamou o avô"* (Diário de campo, Jordão 24/10/07).

Não obstante o seu problema de reumatismo, consegue fazer suas caminhadas matinais, pára pelos botecos e conversa com os colegas. Ao voltar, lancha, almoça e dorme. À noite, assiste ao telejornal, senta no chão para brincar com os bisnetos. É assim que Sr. Timóteo conta como é o seu dia a dia, dizendo ser bom; e, em vista disto, não pretende sair da casa do neto.

Ainda no que diz respeito às contingências da posição dos velhos diante de uma suposta dependência destes na família, em função da posse da propriedade, é interessante explicar o contexto de residência de Sr. Cid e de D. Cláudia, o que leva a questionar: serão eles dependentes?

O Sr. Cid, embora seja casado, mora sem a esposa, na casa da filha Tânia, há 32 anos, e afirma: “*Eu não acho ruim não, eu me acostumei*”. Essa situação instaurou-se por conta da prioridade na educação formal dos filhos. Ele conta que os seus sete filhos; quatro mulheres e três homens, nunca foram para o roçado e, como no interior não havia escola, ele os enviava para as casas de conhecidos em outro município. Nos finais de semana, os meninos voltavam de jumento pela estrada, dominada por um matagal. Para recompensar essas pessoas que acolhiam seus filhos, doava feijão, farinha, carne, galinha, capote<sup>46</sup>. Com o passar dos tempos, alugou uma casa no distrito-sede (Sobral) para a mãe ficar junto deles e, assim, darem continuidade aos estudos; de modo que, até hoje, continuam lá, mas ele não quis se mudar, indo apenas visitá-los; ou, quando não, acontece o inverso, mulher e filhos vão à sua casa.

Ao ouvir, por diversas vezes, “*nasci e me criei aqui*”, compreendia a rejeição à cogitação de morar na cidade, uma vida inimaginável. A justificativa fundamenta-se no “*estar acostumado*”. É algo fortemente imbricado na conservação de padrões de sociabilidade que expressam uma trajetória cotidiana com base em práticas costumeiras, as quais legitimam a estrutura da vida destes interlocutores: “a obrigatoriedade do trabalho desde a infância, a obrigação de cuidar e ajudar parentes, a demonstração de respeito aos mais velhos, o compromisso com o trabalho, o respeito à autoridade.” (DELGADO, 2007, p. 155).

É pertinente notar que o valor-trabalho institui esse costume; a atividade na roça não é só desejada, mas realizada mesmo quando o corpo sinaliza as limitações. Assim sendo, Sr. Cid explica:

---

<sup>46</sup> Este episódio remete ao estudo de Claudia Fonseca (1999, p. 72) sobre a prática de pais biológicos que transferem seus filhos para morar em outro lugar, podendo ser uma função “prática”. De acordo com os informantes da autora, os motivos para esta decisão dão-se geralmente pelo fato de a mãe de criação morar perto da escola; por precisarem de ajuda, por conta de sua idade avançada; ou porque os genitores não possuem condição financeira para sustentar mais de um filho. Na sua compreensão, constroem-se redes em função da necessidade recíproca: “mas também a ajuda pode ser acionada – mesmo quando não existe necessidade imediata – para preservar ou reforçar redes já existentes... Crianças podem ser usadas como elemento de troca, para consolidar vínculos da rede extensa de parentesco”.

*Eu não posso ir pra lá porque tem essa bodega e uns terrenos meus, e precisa eu tá administrando; tem essa casa de farinha aí, trabalhando. Eu administro. Esse terreno aqui é meu [aponta ao lado] e, aqui o povo planta, tem a casa de farinha aí, faz a farinha e dá uma renda.*

Em abril deste ano, passou três meses em Sobral, na casa da esposa. Operou-se da próstata e, no período pós-operatório, foi consenso na família a sensatez de sua permanência na cidade, a fim de facilitar os retornos às avaliações médicas, o que o deixou inquieto – reclamou dos mosquitos e do incômodo do calor<sup>47</sup> e, principalmente, do sedentarismo.

Financeiramente, Sr. Cid diz-se independente, vive à custa de suas rendas, provenientes da aposentadoria de um salário mínimo, mais a importância de, aproximadamente, esse mesmo valor, derivado do aluguel de uma casa sua em Sobral e de sua mercearia, próxima a sua casa, onde vende cereais. Ao perguntar se existe rateio das dívidas entre ele e a esposa, assim respondeu: *“Não existe combinação, a combinação é só eu”*. Arca sozinho com suas despesas, inclusive, com a manutenção da mulher, que também é aposentada, em Sobral. *“Lá é tudo eu que compro. Da aposentadoria dela, ela não compra nem uma caixa de fósforo; eu digo logo a verdade”*. Acrescenta ainda sobre o seu compromisso de, semanalmente, enviar a carne, ou, quando não, o dinheiro. Quanto às contas da água e da luz, a esposa assume.

Para receber a aposentadoria, mesmo depois da cirurgia, Sr. Cid diz ir sozinho, embora Tânia e os demais filhos não concordem, determinando, ultimamente, ao genro que mora em Sobral, sacar o valor e lhe remeter, por seus familiares, nos finais de semana.

Na casa da filha, não se responsabiliza, sistematicamente, por gastos específicos, apenas de maneira esporádica, como ele mesmo diz; de vez em quando, compra carne ou frango. Tampouco concede ajuda material

---

<sup>47</sup> Sobral registra uma das mais altas temperaturas do Ceará, variando entre 37 a 42 graus Celsius. O clima é tipicamente tropical, quente e seco. Dado o intenso calor, é comum as pessoas utilizarem guarda-chuva pelas ruas da cidade para se protegerem dos raios solares. Este cenário já se tornou motivo de várias brincadeiras entre os cearenses, conhecidos pelo espírito humorista, a ponto de fazer anedotas de suas próprias adversidades. Quando se diz, por exemplo, que fulano é um “ventilador no 3 em Sobral”, o sentido da metáfora é atribuir ao indivíduo, a mais elevada estima.

aos filhos. “*Graças a Deus, nenhum precisa. Só dou farinha a eles [risos]*”. Vale também destacar que Sr. Cid possui uma casa próxima à filha, porém, só pernoita lá e, durante o dia, toma banho e realiza as refeições na casa desta.

D. Cláudia também é dona de uma casa, mas passou a morar com sua filha em virtude da cirurgia no coração, há um ano, porque, como estava só, sua filha Tatiana e o esposo a convidaram para morar com eles. Nesse mesmo período, D. Cláudia conta de sua apreensão, pois, com quatro dias de sua operação, Cássia, sua filha adotiva, de 20 anos, filha de uma sobrinha, assumiu sua homossexualidade e foi morar com a companheira. “*Eu só faltava morrer e, quando eu via aquela arrumação [falta de conveniência]; eu, operada do coração, eu chorava. Eu sofri muito! Ela agora tá no oco do mundo, eu nem sei onde ela tá agora*”.

Aceitou o convite de Tatiana e do genro, ressaltando a bondade deste e seu vício do álcool. De vez em quando, sente vontade de ir à sua casa cozinhar, fica um pouco por lá e volta. Convém lembrar que um dos seus filhos, Ezequiel, é seu vizinho e a mulher deste faz toda a faxina da casa de D. Cláudia, de maneira que não há necessidade de qualquer esforço desta com serviço doméstico. Contudo, prefere ocupar-se no dia a dia – dá continuidade ao preparo do almoço iniciado por Tatiana, providência principal desta, antes de ir ao trabalho. Desse modo, D. Cláudia apronta a carne, varre o quintal e ri, ao chamar atenção para o fato de que, na sua casa quem faz as coisas para ela é a nora. Além das tarefas domésticas, às vezes, ajuda o genro em sua mercearia que, segundo ela, é bem sortida: “*Lá vende arroz, é feijão, é coca, guaraná, essas coisas, cachaça, comida, galinha, carne de porco, toucinho, peixe*”.

Antes de seu comprometimento cardíaco, trabalhava com vendas de frutas, verduras e ervas, porém não em um lugar específico, sentada e parada; sua empolgação estava em comprar e revender pelas casas e pontos comerciais, até Sobral. Inclusive, refere-se ao tempo em que o marido se aborrecia com seu movimento incessante nessas suas saídas diárias. Ele possuía uma bodega, mas D. Cláudia, em momento algum, ficava presa no

comércio: “[...] *Eu não gostava de tá dentro de bodega. Eu gostava de comprar, de vender e sair*”.

D. Cláudia é pensionista e sua renda equivale a um salário mínimo. Somada à pensão, fala da ajuda frequente do filho de Brasília: “[...] *Manda é de R\$ 400,00, é de R\$ 300,00, é de R\$ 200,00. Quando eu caio doente, meus remédios ele é quem paga*”. Enaltece a nora por sua generosidade, pois grande parte de seus utensílios domésticos foram presenteados por esta.

Ainda comenta da resistência da filha e do genro em aceitarem dela um saco de arroz que seja. Portanto, na sua avaliação, seus gastos mensais não são grandes: responsabiliza-se mensalmente pelas contas de água, luz e pelo remédio genérico para o coração – R\$ 34,00. Dada a possibilidade de economizar sua pensão, planeja comprar uma “*casinha*” para Cássia, no valor de R\$ 1.300,00, por compadecer-se dela.

D. Cláudia reitera que Tatiana e a outra filha, Virgínia, empregada doméstica em Jordão, dispensam ajuda material e sempre a presenteiam com roupas. Ela as tem como as principais pessoas da família, com as quais pode contar numa emergência, especialmente Tatiana, sua companhia certa para as idas ao banco para receber a pensão. Esta, em conformidade com a explicação de sua mãe, pagava a uma professora substituta um dia de aula para acompanhar a mãe, mas hoje D. Cláudia, não acha mais necessário e vai só.

No entanto, o filho que é seu vizinho, nas suas palavras, “*é só pra levar. Às vezes, eu tô por aqui, aí ele chega: ‘Mãe, compra feijão.’ Eu digo: ‘Rapaz eu já comprei e te dei esses dias. Trouxe R\$ 100,00 de Sobral de coisa*””. Como Ezequiel está desempregado, D. Cláudia o sustenta, sobretudo com o supermercado mensal, e diz que, com sua ajuda, evita ver a nora chamá-lo “*vagabundo*”.

Logo, de acordo com seu relato, sua maior despesa é com este filho, o qual demonstra ciúme e contesta quando ela também beneficia Cássia, motivo desencadeador de conflito entre mãe, filho e nora. Em função dessa discórdia, D. Cláudia guarda segredo com as filhas acerca de sua pretensão em comprar a casa para a caçula.

### **4.3 A dor e a delícia de morar junto: a vida não foi feita só pra rosa; tem que ter os espinhozinhos...**

*A minha irmã diz que eu sou a dona do mundo, mas a gente se ama demais. Mas pense numa família que, se um chora, o outro já tá chorando também!*

Alessandra, 42 anos

Feita a caracterização do primeiro grupo de interlocutores, isto é, dos velhos, com base na interpretação de suas falas, como ainda de seus comportamentos, com foco na sua participação no interior do grupo doméstico, deter-me-ei, neste momento, a apresentar os familiares indicados. Concomitantemente, farei a análise das trocas afetivas e instrumentais estabelecidas nas gerações da família, dimensão de fundamental interesse desta pesquisa.

Dentre os 17 velhos, 03 senhoras indicaram-me, para a entrevista, filhos com os quais não conviviam na mesma residência – D. Tércia escolheu Valquíria, a filha mais velha, pois segundo ela, “*onde eu tô, ela tá comigo*”; D. Heloísa, única mulher do seu grupo doméstico, sugeriu Lúcia, a filha com a qual mais conta para resolver seus problemas; e, por último, D. Adelaide, ao ser interrogada sobre com quem tinha mais proximidade, respondeu-me não haver distinção, uma vez que os filhos são seus vizinhos, dizendo ter um bom entrosamento com todos. Acabou por apontar a filha com a qual mora, mas esta se mostrou tímida e escondeu-se, quando fui convidá-la para participar da pesquisa. Assim, D. Adelaide apresentou-me seu filho que, embora também constrangido, aceitou colaborar com a entrevista.

Reforço a relevância de destacar a formação dos grupos domésticos a começar pelo tipo de coresidência – “permanente” ou “recoabitação”. Nos grupos domésticos ditos permanentes (ver **Quadro 5**), num total de seis, a ampliação da família deu-se por conta do surgimento dos netos, cujas mães, solteiras, ainda permaneciam em casa. Por outro lado, conheci casos em que os filhos não moravam com os pais, mas mandaram as crianças morarem com

os avós; e, também, filhos que se casaram e levaram os cônjuges para a casa dos seus pais.

Na coresidência classificada como “recoabitação”, pesquisei 11 grupos domésticos, em que se destacou o divórcio, que determinou o retorno dos filhos para a casa dos pais, e a viuvez, que causou o movimento inverso, ou seja, a ida dos pais para a casa dos filhos (ver **Quadro 5** e **Quadro 6**).

Tal como procedi no capítulo anterior, conduzo a descrição a partir da “família de idoso” e, posteriormente, exponho o grupo pertencente à “família com idoso”, no esforço de apresentar o texto da maneira mais didática possível, longe de cristalizar os conceitos, como já dito.

Passo então a discorrer como se configura a convivência de pais, filhos e netos nos grupos domésticos, agora extensos, apontando a existência da solidariedade entre as gerações, mas não isenta de conflitos, a exemplo do que expressou uma das filhas, ao usar a imagem da rosa com espinho para explicar o caráter ambíguo dessas relações.

Uma observação digna de destaque na condição de autonomia dos velhos, concomitante à renda própria, é o fato de eles serem proprietários das casas onde moram. Ao que percebi, não de maneira plena, como comentarei adiante, mas consideravelmente, tal situação lhes confere o controle da organização diária: a determinação das regras domésticas, como o estabelecimento do horário para as refeições; a distribuição das tarefas dos membros; e a imposição de determinados costumes e comportamentos. A exemplo desse domínio, passo a contemplar o eco presente nos relatos dos familiares.

Érica reporta-se à falta de privacidade como empecilho para morar na casa dos pais, principalmente porque seu filho, de 11 anos, ao assistir televisão, faz barulho e ela se sente constrangida, posto o temperamento dos pais: *“Com qualquer coisa ela se estressa, fica brigando... Às vezes, é ela, às vezes, é ele”*.

Júlia, neta de Sr. Juvenal, é outra a sucumbir às suas vontades, em termos de organização doméstica, tendo em vista a prioridade dos hábitos e das decisões do seu avô. A dificuldade apontada por ela na convivência consiste nos modos de Sr. Juvenal, no que diz respeito à higiene e à insistência dele na preservação de certos costumes dos quais ela discorda, como cozinhar no fogão a lenha. Em sua opinião, seria dispensável aquele cheiro característico de fumaça que deixa a casa escura.

Júlia ainda diverge do apego do avô pelos três gatos que cria, sobretudo porque, ao almoçar, já é de praxe os bichanos o acompanharem. Sr. Juvenal retira a comida do seu prato e coloca no chão, para alimentá-los. Outro motivo para o incômodo na convivência percebido pela neta e, empiricamente, recorrente nas casas onde habitam os velhos, denominado usualmente pelos filhos como *“mania ou coisas de velho”*, é a prática da preservação de objetos que, para Júlia são desnecessários. Ela conta sobre um quartinho onde avô conserva esse tipo de coisas: *“Ele guarda tudo lá; mexa pra você ver! É saco pra milho, feijão, é garrafa velha, é saco de carvão que ele compra, é tudo no mundo”*.

Como não pode detê-lo, em razão da sua explícita autonomia e condição de “chefe”, Júlia utiliza-se de estratégias para manter a higiene da casa e amenizar os aborrecimentos, porém, algumas vezes, sem êxito. No caso da sujeira dos gatos, providenciou pratos para os bichos; todavia, Sr. Juvenal não faz uso. Ela também lava o chão constantemente, mesmo diante da contestação do avô – para ele, essa providência é descabida, por conta da falta de água. Em relação ao *“quarto de cacareco”*, aconselha-o, argumentando que se deve jogar o que não presta. Entretanto, recebe a réplica: *“A gente guarda o que presta e o que não presta, porque, um dia, a gente precisa”*.

No entendimento de Júlia, estes são embates mínimos, os quais refletem o estranhamento acerca do modo de ser e de agir do velho e do jovem, ao constatar que a mentalidade é outra. Contudo, esse conflito não é central na relação entre os dois. Como ela mesma justifica: *“Ele não é difícil, mas cada um tem a sua maneira de ser, e aí, no caso, como ele já tem*

*costume de alguma coisa e a gente quer mudar, ele acha ruim*". Por fim, Júlia naturaliza, por considerar a teimosia um atributo dos velhos: *"Você sabe que idoso é muito teimoso..."*.

Em se tratando dos impedimentos para uma convivência mais harmoniosa nos grupos domésticos, o que me pareceu mais evidente foi o problema do alcoolismo, como já contado, por exemplo, a respeito do filho do Sr. Juvenal. Em relação a essa situação crítica, a postura dos outros membros é desprezar. Júlia ignora o tio, mas, quando presencia discussões entre ele e o avô, a solução é interferir, com o cuidado de não aumentar a briga, uma vez que o tio se volta contra ela com palavrões e insultos e Sr. Juvenal reage. *"Ele diz: 'Oh, diga qualquer coisa lá na rua, mas aqui dentro de casa, não, principalmente com ela'"*. Ultimamente, para esquivar-se do encontro com o tio quando este se embriaga, o procedimento de Júlia é sair de casa. No entanto, não encobre sua raiva, sinalizando sua impotência, na condição de mulher, para resolver o problema da maneira que gostaria; *"Ah, eu detesto! Se eu fosse homem eu já tinha dado uma pisa tão grande neste homem!"*.

Para Júlia, este é o maior problema na convivência, sobretudo, porque seu filho de 12 anos presencia as discussões e ela se separou do marido por motivo de bebida, a fim de impedir o filho de vivenciar constrangimentos. A propósito, como já comentado acerca da proximidade parental entre os entrevistados, o ex-marido de Júlia é filho de D. Fernanda, minha interlocutora, que se pronunciou sobre o assunto.

De acordo com D. Fernanda, seu filho, de 46 anos, trabalha esporadicamente na roça e ajuda em casa, trazendo a lenha, enchendo os baldes d'água, quando está sóbrio. Ao contrário, ou seja, alcoolizado, pede dinheiro a ela e à irmã, Érica. Esta revelou que só continua em casa por conta dos pais. Expõe que as brigas se dão repetidas vezes, gerando um ambiente em que é impossível deixar pai e irmão sozinhos, posto o temperamento do pai; e, paralelamente a isso, o irmão a ofende verbalmente.

Pareceu-me condescendente a forma como D. Fernanda enfrenta a situação, e achei interessante a narração de uma parábola para justificar a benevolência para com o filho:

*Por que Deus ajuda os bêbos? Porque quando ele andava no mundo... Não têm os que jogam dinheiro no baralho? Deus desconjurou os que jogam. Aí pediu que ensinasse o caminho e eles nem ligaram e quando Ele chegou mais na frente e encontrou um bêbo: "Onde é o caminho e tal parte?" Aí o bêbo ensinou o caminho e Ele: "Deus te abençoe." Abençoou o bêbo e o jogador, Ele amaldiçoou.*

Na verdade, atentei que, muito mais que os pais, as mães afrontam complacentemente o alcoolismo dos filhos, ao passo que os homens reagem pelo uso da força, a exemplo de Sr. Juvenal, dos maridos de D. Fernanda e de D. Heloísa. Entretanto, em outras famílias, onde preexistia esse tipo de problema, também encontrei homens os quais, sem o uso da força, impunham-se pelo respeito, como explica Sr. Mauro, fazendo graça da situação em relação ao seu filho mais velho (40 anos), dependente alcoólatra: *"Ele só fica bom quando dorme e quando não chega da rua"*. O pai nega os importunos peculiares da convivência com um alcoólatra e afirma que, dentre os seus oito filhos, até este o respeita, apesar de salientar uma dificuldade: *"Só dá trabalho porque precisa a gente buscar na rua porque cai, aquele negócio todo, né? Eu mando o povo trazer, porque eu não tenho condição de trazer"*.

D. Tércia também é mãe de um alcoólatra que não mora com ela e de um outro filho que, embora hoje abstinente, segundo ela, é comprometido mentalmente, em razão da dependência alcoólica anterior. Em um almoço em sua casa, pude presenciar a paciência do pai com o filho que, embriagado, incomodava por falar incessantemente. No tocante ao segundo filho, percebi a proximidade com o pai, o que me fez lembrar o comentário de sua mãe, numa de nossas conversas: *"É agoniado, conta as coisas não sei quantas vezes, anda na rua, vai e vem, vai e vem, chega e conta uma história, depois conta a mesma história, mas trabalha, ajuda o pai dele, vai pro roçado, vai buscar água"*.

É pertinente destacar que são filhos financeiramente dependentes dos velhos. Conseqüentemente, o dinheiro para a compra da bebida é dado

por estes, mesmo contra a vontade dos outros membros da família. Poderia estender-me, relatando outras histórias envolvendo dependência da bebida por parte de algum filho, estremecendo os laços intergeracionais nos grupos domésticos por mim entrevistados. No entanto, penso que as cenas até aqui relatadas já são suficientes para ilustrar a situação.

Conhecer, ainda, tantas outras histórias no âmago das trocas fez-me perceber que, mesmo diante de uma doação maior e constante — sobretudo econômica — por parte dos velhos aos seus familiares, verifiquei também o caráter bilateral nas formas de apoio, embora a recompensa a eles se consolide, na maioria das vezes, em uma retribuição diferente e não tão imediata como a ajuda do sustento diário, o que passarei a esmiuçar.

Ao discutir o relacionamento familiar, com foco para o aspecto do afeto e das trocas, D. Heloísa expôs pormenorizadamente suas lamentações acerca de sua convivência com o marido, os filhos e os netos. Em vista disso, seus relatos foram vastos, e meus encontros com ela ultrapassaram em muito o tempo empregado com os demais interlocutores, o que não quer dizer ter sido importuno ou prejudicial ao encaminhamento do trabalho.

Retomei a conversa com D. Heloísa, que durou cerca de quatro horas. Ela tocou numa questão que eu não abordo na pesquisa, porém não a interrompi, pois percebi a sua vontade de contar. Disse-me que, sexualmente, sempre foi infeliz, comparando o marido a um “jumento”. Em seguida, falou dos inúmeros problemas familiares, o que me fez repensar as minhas primeiras impressões acerca daquela mulher – valente e autoritária, vista assim também pelos familiares e vizinhança. Mais do que isso, D. Heloísa é carente de carinho da família e do amor do marido. (Diário de campo, Jordão, 03/10/07).

No decorrer das entrevistas, cada vez mais, D. Heloísa comportava-se muito à vontade para falar da vida em família, principalmente de sua decepção com filho mais velho, de 41 anos. Disse-me que ele se embriaga com frequência e, nessas circunstâncias, é grosseiro e inconveniente; destrata-a na frente de terceiros. Recentemente, seu insulto voltou-se à profissão da mãe, ao proferir que “*professora de antigamente não sabe nem quanto é 2+3*”.

De acordo com D. Heloísa, Matias preocupa-a desde os seus 12 anos de idade. Ela conta que o filho foi criado pela avó paterna, uma vez que esta era só e precisava de companhia. Desse modo, atribui a ela a responsabilidade pela formação do caráter de Matias, tendo em vista os mimos excessivos, como, por exemplo, o costume de dar dinheiro ao neto. Ao saber que o filho roubava galinha, decidiu levá-lo de volta para casa<sup>48</sup>. Contudo, o filho continuou a furtar e, da última vez, segundo ela, roubou o relógio de um rapaz. Durante horas, deixou-o de joelhos em caroços de milho, além de o açoitar. Avalia que, com o castigo, corrigiu Matias; e afirma: “*pode ser bebo [bêbado], mas não é ladrão*”.

Recentemente, ouviu o comentário de que o filho é “*velhaco [inadimplente]*”, pois devia nos bares de Jordão. D. Heloísa, para evitar o falatório, saiu de bodega em bodega com o marido, a fim de quitar a dívida do filho e, para evitar que “*o nome dele ficasse sujo*”, desembolsou R\$ 300,00. Ela lembra que era o filho com quem mais conversava; só decidia algo caso escutasse a opinião dele, mas a bebida o fez mudar, de modo a massacrá-la:

*Quando tá bêbo ele fica: “Ei, veia, tu só quer ser importante...” Eu pego e aguento e, quando eu vejo que tá demais, fico olhando pra cara dele. “Olha aí a cara dela de importante. Só quer ser importante.” Aí ele começa: “Tá com raiva e mim?” Me abraça, me beija. “Não gosta de mim não, só gosta de fulano. Só quer ser rica!” Pega nos meus cabelos e machuca. Eu fico com muita raiva e me alisa, mas é um alisado grosseiro, sabe? Não é assim com carinho de filho. Ele pega nos meus braços e eu noto que ele faz isso só pra me magoar.*

Hoje, Matias presta serviço para a Prefeitura de Sobral como “*agente local*”, por intermédio da mãe. O trabalho do *agente local*, conhecido como “*prefeitinho*”, é registrar as reivindicações da comunidade, sendo uma ponte entre a população e a administração municipal. Entretanto, escutei de alguns jordanienses que Matias não cumpre com sua função.

---

<sup>48</sup> Cf. FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995. Nesta obra, a autora analisa a “circulação de crianças”, definindo-a como “toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro” (p.116); e, segundo a mesma autora, essa é uma prática predominantemente verificada em grupos populares.

Cícero, o neto que D. Heloísa cria, é filho de Matias. Este, ao separar-se, foi embora para Brasília com a nova companheira e, como conta D. Heloísa, deixou a ex-esposa com quatro crianças sem condições de sustentá-las. Assim, quem os ajudou foram os avós paternos e maternos e, diante da sobrecarga, a mãe foi embora de Jordão, a fim de trabalhar em Goiânia; e D. Heloísa mais o marido responsabilizaram-se definitivamente por Cícero, que se mudou para sua casa aos 6 anos de idade. *“Tudo era comigo pra resolver... Ele ficou aqui almoçando, jantando, dormindo, roupinha, escola... Eu ia deixar ele na escola, ele era danado... Ainda hoje...”*

Atualmente, D. Heloísa submeteu-se à cirurgia da catarata e convidou sua neta de 14 anos, também filha de Matias, para auxiliá-la na sua recuperação, especialmente para a aplicação do colírio e para a administração de sua alimentação nos horários adequados, além da ajuda nos serviços domésticos. Entretanto, está insatisfeita, posto a bagunça na qual se encontra a casa – *“os homens [marido, filho e neto] chegam e não tem janta”*. Embora ela oriente a neta a preparar as refeições, diz que a jovem não aprendeu; além disso, chega tarde e vai embora cedo, não assumindo as obrigações, embora a avó lhe pague R\$ 70,00. Mencionou que já procurou uma pessoa para substituir a neta, mas em Jordão é difícil. Diante desses empecilhos, nem cogita da possibilidade de operar o outro olho.

Vale também assinalar o caso do filho caçula, com 31 anos, o qual foi acometido por paralisia infantil. D. Heloísa fala da revolta e da acusação de Régis pela sua condição:

*Diz ele que fui eu que tomei injeção pra não ter filho. Quando eu tava gestante dele, eu tomei a maturan [erva]. Eu gestante de pouco dia e não sabia. A minha menstruação não vinha e a minha irmã mandou eu tomar. Eu quase morro de vomitar, vomitando sangue. Ele soube dessa história e diz que eu tomei injeção pra matar ele.*

A mãe lhe diz que não cometeu erro: *“Tu fez eu sofrer, eu fiquei aleijada, fiz tudo por ti e tu ainda tem revolta comigo. Eu não tenho culpa se tu ficou desse jeito.”* Conta da complicação do parto a fórceps, das fortes dores prolongadas e da impossibilidade de andar durante seis meses, internando-se,

sem poder amamentar o filho. *“Eu passei quase um mês no hospital. Tomei tanta injeção; furada, amarrada na cama, não bulia nem pé nem mão”.*

Por fim, D. Heloísa fala que Régis, por ser revoltado, pouco conversa, mas a paralisia não o impede de sair, principalmente no período das eleições, pois é cabo eleitoral, pronuncia-se frequentemente nos comícios. *“Botam ele no carro e vai pra todo canto no mundo. Se tu ver a voz dele, fala tão bem. É fora de série!”* Também gosta de ir às festas e assistir aos jogos de futebol.

D. Heloísa ressentia-se por não poder partilhar de suas dificuldades nem com o marido e nem com a filha, decidindo permanecer em silêncio diante das reações de grosseria e de intolerância. Nesse sentido, conta da última discussão que teve com sua filha Lúcia, a qual lhe dirigiu um tom de voz ríspido, ao que D. Heloísa repreendeu: *“Reza pra que essa flor [filho de 3 anos de idade] que tu carrega no colo, amanhã não seja um espinho, pois eu me matei de trabalhar pra dar o de comer, roupa pra vocês, pensando que fosse ter um jardim e, hoje, só tenho espinho”.*

Lúcia, ao responder-me sobre seu relacionamento com sua mãe, começa com a seguinte frase: *“A natureza da mamãe é difícil”*; e, para ilustrar a afirmação, refere-se à mesma discussão contada pela mãe, sem saber que eu estava ciente. Talvez, por ter o episódio acontecido recentemente, mãe e filha viram, na mesma situação, um exemplo que pudesse retratar o modo pelo qual uma percebe a outra.

Assim, Lúcia disse que, devido à insatisfação de D. Heloísa com a neta e a suas reclamações constantes, acabou-se impacientando com a mãe, mas, conforme ela, apenas expressou que a mãe teria que aceitar as pessoas como são, pois, se exigisse um trabalho de casa semelhante ao dela, não iria encontrar ninguém. *“Não tem uma pessoa que ela ache perfeita, assim do jeito dela”.*

Foram frequentes os comentários acerca do temperamento forte de D. Heloísa e de sua característica de conversadeira ao extremo. Sr. Juvenal, seu vizinho e meu interlocutor, disse-me que é preciso pedir licença a ela,

quando se quer falar. O agente de saúde alertou-me sobre essa sua característica também, e, quando eu chegava ao sítio no período da noite, horário fora de costume, o caseiro já sabia onde era a entrevista.

A descrição da filha Lúcia a respeito desses traços mais perceptíveis de D. Heloísa não foi diferente dos demais, porém ela pondera o porquê de a mãe ser vista como *“autoritária e faladeira”*. Lúcia lembra-se do jeito determinado da mãe que, logo ao casar, assumiu a casa e os filhos, uma vez que *“o pai nunca tomou uma posição; só sabia que era pai – Em tudo, da coisa boa a coisa ruim, tem que ser a mamãe. É a mamãe quem resolve, é mamãe que toma partido, se o filho tiver sofrendo é a mamãe quem resolve. A mãe sofre demais!”*.

Dentre os cinco filhos de D. Heloísa, Lúcia assevera ser a única da qual os pais esperam apoio, e fica com a sensação de que só os irmãos têm problemas e ela, não, pois, diferentemente deles, evita partilhar de seus momentos difíceis. Lamenta pelo fato dos irmãos procurarem a mãe apenas nas circunstâncias em que precisam de ajuda, a exemplo de sua irmã, a quem atribui as causas das doenças da mãe: *“A minha irmã, quando manda uma carta pra mamãe, ela não pergunta: “Mamãe, como você tá? Como vão as coisas?” Não. Ela só manda problema... Na hora boa ela não lembra não, mas na hora ruim...”*.

Quanto ao irmão Matias, ela diz que, como essa irmã, é protegido pela mãe – *“ela é louca por ele”*. Ressalta sua maneira grosseira de tratar os pais, os problemas causados pelo álcool, as despesas as quais a mãe contraiu, não apenas para a criação de neto, mas também para a ajuda à ex-nora, a compra de carro, o pagamento nas bodegas por onde ele compra fiado, além do constrangimento dos falatórios pelo Distrito. *“Ela defende ele com unhas e dentes. A gente sabe que não presta, mas não quer que diga, né?”*. Ultimamente, censurou-a por mostrar seu extrato bancário ao irmão. Lúcia, por decisão da mãe, haja vista ser a filha de sua confiança, é sua procuradora, e guarda consigo os documentos de D. Heloísa, inclusive o cartão da poupança.

Diante da atitude da mãe em querer resolver os problemas dos irmãos e de preocupar-se com o bem-estar deles, Lúcia afere: *“A única que não dá problema lá em casa sou eu”*. Ao contrário; é o suporte para os momentos difíceis. Todavia, queixa-se por ser lembrada, somente, nas situações de conflito na família e almeja, um dia, receber um convite que manifeste a importância de sua presença:

*Quando o meu sogro diz assim: “A D. Heloísa disse pra você ir lá.” Eu já sei: ou é doença ou é problema de cachaça. Eu já venho preparada, eu já venho armada. Já vou sabendo o que é. Não tem aquilo: “Minha filha, venha passar o dia mais eu, venha almoçar aqui, traga o menino”. Não, só tem problema de cachaça. Deixa eu pegar logo a bomba porque uma das duas coisas é.*

Entretanto, em meio a desentendimentos e divergências, Lúcia também confirma o outro lado da relação, sem controlar o choro: *“A mamãe é minha referência; tudo o que eu preciso, tudo o que eu recorro... Ave-maria!”*. Nesse instante, relata o acompanhamento de D. Heloísa durante o seu parto, de sua insistência em permanecer na maternidade com ela quando não era permitido. *“A mãe só não entrou no centro cirúrgico. Aí ela: ‘Deixa eu ficar aqui. Eu fico nem que seja pelo corredor. A minha filha não sabe de nada, é a primeira vez que ela tem menino’. Ela ficou a noite todinha”*.

No tocante ao convívio do filho de 3 anos com os seus pais, Lúcia fala de seu arrependimento por ser omissa em não ter favorecido uma aproximação maior da criança com eles, ao passo que, por ser vizinha dos sogros, seu filho é mais afeiçoado a estes, numa convivência cujas concessões se dão sem limites; ela reprova, desse modo, o comportamento do casal de sogros: *“Coisa que eu não queria, menino mal-educado, falando palavrão. Ele convive só com gente grande, o avô dele tem uma bodega que só tem cachaceiro”*. Reflete que, na próxima gravidez, a fim de não cometer o mesmo erro, deixará o filho na casa de sua mãe.

Apesar das mudanças que apontam para uma maior flexibilidade diante de determinadas posturas e modos de pensar nos tempos atuais, percebi em Jordão uma preservação de valores ditos tradicionais, fortemente

amparados por uma ordem moral; e, aqui, chamo atenção para o estigma da separação, a começar pela decisão de D. Heloísa em reatar uma relação, já que, segundo ela mesma, o marido “*não é nada, é morto*”. Entretanto, a idealização do casamento e da família também está presente na sua fala: “*Casal casava, se respeitavam muito; o casamento, achando bom ou ruim era cumprido. O casal teima às vezes, porque não é santo, mas tem que aguentar a responsabilidade de ficar com a família*”.

Observei que “aguentar” pode estar ligado a ignorar relações extraconjugais, conforme declara D. Mariana: “*Eu aguentei... Só não fiz ver com a vista pra não ver, porque eu me escondia pra não ver... Ele era namorado, tinha namorada...*”.

Este “aguentar” ainda significa conviver com um marido violento, a fim de “*salvar o casamento*”, como aconselhava D. Lêda a sua filha, de 37 anos, que saiu de casa três vezes, por ocasião dos episódios de agressões físicas. De acordo com ela, o ex-marido a espancava mesmo quando estava com o seu bebê nos braços; lembrava-se do dia em que ele quebrou um cabo de vassoura nas suas pernas. Em nossas conversas, D. Lêda reportou-se a esses fatos; disse-me que a filha somente se separou quando o pai morreu e enfatizou a concepção deste sobre a dissolução matrimonial: “*O meu esposo era dessas pessoas... Ele tinha muito preconceito assim com a separação. Ave-maria, pra ele era a morte*”.

Retomando a solidariedade entre pais e filhos ou, mais precisamente, entre pais e filhas, haja vista a predominância do suporte prestado pelas mulheres aos seus entes mais velhos, atento para o fato de que, com algumas exceções, os membros do grupo não compartilham responsabilidades no sentido de amenizar a sobrecarga da pessoa mais envolvida nas formas de apoio. Contudo, assinalo que, dentre a maior parte dos velhos pesquisados, como já mencionado, estes, de modo geral, apresentam bom estado de saúde, de maneira a exercerem sua autonomia e independência.

Por outro lado, chamou-me atenção o caso de D. Mariana (79 anos), comprometida por sequelas de Acidente Vascular Cerebral – AVC, dependente por completo dos cuidados de sua filha mais velha, de 57 anos. Fiquei pensando na proximidade da velhice de Filomena, pois segundo ela mesma, é fragilizada fisicamente; sofreu com o processo da menopausa, seguido de uma depressão. Como ser cuidadora única, sem o apoio dos membros da família? Quem vai cuidar dela? As duas filhas em idade produtiva, de 25 e 21 anos, são operárias e passam o dia fora. Somado ao cuidado da mãe, ainda toma de conta do neto de 7 anos.

Há quatro anos, Filomena deixou o trabalho de empregada doméstica em Sobral e passou a assumir o cuidado do pai, falecido recentemente, há sete meses, acometido por câncer na próstata; logo depois, a mãe sofreu dois AVCs. Diante da dependência dos pais, relata a sugestão de seu irmão caçula, o qual ela diz estimar como a um filho, hoje, residente em Brasília:

*Você sabe que na vida nós tem a perda e o ganho... Mas Deus vai lhe dar um ganho mais na frente quando você vai ganhar em dobro porque eu quero que você saia do seu trabalho e vá pra casa cuidar da minha mãe, aliás, dos dois, pois você sabe que gente novo não sabe cuidar e você que é a filha mais velha, então é você é quem tem o direito.*

Sem se opor, diz ter aceitado e, hoje, reflete que sua condição de solteira foi favorável à dedicação à velhice de seus pais. *“Já pensou se eu fosse casada e morasse em outro lugar, pra cuidar deles dois? Como é que o meu marido ia deixar?”* Vê no seu apoio uma missão divina e também uma obrigação, isto é, um sentimento de dívida:

*Como Deus já tinha essa missão pra mim, porque pra mim era uma missão, um dever de casa, que era cuidar dos meus pais. Eu, quando era mais nova, dei muito trabalho a eles também. Então, era eu que tinha que pagar aquilo que eu tava devendo, era cuidar deles, eu já sabia da minha missão. A minha missão de cuidar dele terminou, né?*

Embora se sinta no dever de amparar, não dissimula a árdua tarefa diária do cuidado de dois velhos doentes, assumindo seus momentos de intolerância e cansaço, e ainda reclama da ausência das irmãs para

solidarizarem-se com ela: “Quando o papai tava doente e eu tomava conta dos dois, elas [irmãs] vinham pra cá, mas eram como uma visita, elas chegavam meio-dia, de tarde ia simhora, no outro dia vinha de manhã, só e pronto”.

Portanto, solitariamente, Filomena responsabiliza-se pelos cuidados da mãe e da casa. Com relação ao sobrinho, diz-se menos envolvida pelo fato de o menino estudar pela manhã e frequentar reforço escolar no período da tarde, saindo perto do horário de chegada de sua mãe do trabalho. “Eu já tô pensando é quando ficar de férias [risos]”. Assim, a prioridade é com a mãe, cujos problemas de saúde exigem cuidados específicos em relação à dieta alimentar, aos medicamentos para hipertensão, diabetes e colesterol. Ao receber a aposentadoria e a pensão de D. Mariana, o principal objetivo é providenciar sua comida, diferenciada dos demais membros do grupo, e os remédios que, em razão da constante falta no posto do PSF, devem ser comprados, o que a obriga a gastar cerca de R\$ 100,00 apenas com insulina.

Recentemente, Filomena foi contemplada com a aposentadoria rural, percebendo esta como uma graça divina, pois amparou-se numa promessa a São Francisco. Concomitantemente ao benefício, o fato de suas duas filhas conseguirem vaga na *Grendene* em Sobral, na função de auxiliares de produção, melhorou a condição econômica da família, embora elas não contribuam sistematicamente, mas, como afirma Filomena, ela se isentou da obrigação em termos de ajuda material para elas.

Mediante o aumento da renda, atualmente, planeja reformar a casa, além de já pagar a uma moça para auxiliá-la no serviço da casa, pois, antes, só a contratava com o fim de fazer companhia a D. Mariana nos dias em que Filomena saía. Reforça que teria condições de continuar assumindo as tarefas domésticas sozinha; contudo, pondera seu cansaço.

Ainda a respeito desse caso, é interessante trazer à tona a reavaliação que Filomena faz do seu sentimento pela mãe agora, no presente, em comparação ao passado. São duas situações opostas. Quando ela adentrou neste assunto, levando-me à cozinha para tomar café, observei sua precaução em evitar que D. Mariana escutasse e, assim, inicia sua fala:

*Antigamente, quando eu era mais jovem, eu não queria bem a ela não porque ela não me criou; eu me sentia rejeitada. Ela teve eu, deixou nas mãos da vovó e a vovó tomou conta de mim, com um mês e eu, a primeira filha. Eu sou a mais velha, eu me lembro de tudo o que passou, as histórias tão tudo guardada na minha cabeça.*

Sintetizando, Filomena deu a saber que passou a maior parte de sua infância na casa da avó materna e, quando tinha 5 anos, seu pai foi buscá-la, mas não definitivamente, tendo em vista o apego das duas; de forma que ficou transitando entre as duas casas até o falecimento da mãe-avó. Lembrou-se da insensibilidade de D. Mariana, ausente no período dos cuidados paliativos. *“Eu ligava pra ela: ‘Mãe, venha simhora, sua mãezinha tá doente, ela não vai escapar não’. ‘Ah, minha filha, eu não posso dar jeito não’. Essa daí [sua mãe] era tão grosseira, antigamente. Era ruim de natureza. Eu como a mais velha sei tudo”.*

Quando Filomena optou por ser mãe solteira, de acordo com seu relato, sua mãe a agredia fisicamente, sendo preciso o irmão caçula escondê-la. Nessa retrospectiva, faz um contraponto em relação ao seu pai: *“O papai nunca me judiou assim não; ele não dizia nem que eu era feia, nunca. Ele dizia assim: ‘Tem paciência com a nossa filha, quem sabe não é ela que um dia vai cuidar de nós’. Ele dizia!”* De fato, hoje, D. Mariana, incapacitada funcionalmente, está à mercê unicamente dessa filha e, como D. Mariana mesma afirma: *“Ela faz a luta de casa, ela zela, ela varre, ela lava roupa, ela passa, faz a comida”.*

A imagem da mulher como cuidadora ideal, uma “atribuição secularmente feminina”, na expressão de Neri e Sommerhalder (2002) é refletida, sobretudo, na filha, através do arranjo de D. Adelaide com um casal de filhos. Diante da iminência de casar-se, o último filho que morava com D. Adelaide, como estava impossibilitado de comprar uma casa, ficou receoso do relacionamento da futura esposa com sua mãe, caso morassem juntos, e propôs que a irmã cedesse para ele sua casa, herança deixada pelo pai, e vivesse com a mãe. D. Adelaide acolheu o argumento de Gustavo, convencendo a filha (a que se desvencilhou da entrevista) com estas palavras:

*Esse menino vai casar, eu vou ficar só. Na idade que eu tô não presta pra viver só, não. Acontece da pessoa adoecer de noite, não tem quem chame e você só tem essa meninazinha pequenininha; venham pra cá. Olha, você faz companhia a mim e eu faço a vocês. Quando eu tiver que ir pra uma parte, eu vou despreocupada porque é gente de casa. Dê a casa pro teu irmão, que o ganho dele não dá pra uma casa, não.*

Vale ressaltar que, em alguns casos, o nível de envolvimento dos velhos com os filhos e/ ou netos gera ciúme nos demais membros do grupo e estes verbalizam suas impressões, a exemplo do que me contou Valquíria: “*Eu tenho um irmão que diz assim... É quando ele tá bebido: ‘A dona daqui é a Valquíria, eu não tenho vez. Aqui, só quem tem vez é ela’*”. Érica, neta de Sr. Juvenal, também se refere ao ciúme do tio como desencadeador das diversas confusões em sua casa.

Assim, ao sentirem-se preteridos, colocam-se numa condição de impotência em relação a determinados apoios, como bem retrata a explicação de Alessandra, de 42 anos, filha de D. Lêda, no tocante a sua influência sobre a mãe: “*Ela tem a diabete, mas é controlada, mas eu também não deixo ela comer... A minha irmã diz assim: ‘Só se tu levar a mãe pra trabalhar contigo e amarrar ela. Ela só obedece a ti’*”.

Também é importante assinalar que o envolvimento não está relacionado diretamente com a presença constante nem com a coresidência. Alessandra, ao proferir que uma é o apoio da outra, menciona a falta de tempo como impedimento para conviver mais com a mãe, uma vez que vai cedo ao trabalho, retornando somente à noite, quando D. Lêda ainda está na sua lanchonete. Todavia, elas fazem seus arranjos:

*A gente passa pouco tempo junta, mas a gente acorda quatro horas da manhã pra conversar, quando ela tá com algum problema, é essa hora. Isso, quando ela tem um problema, aí ela desabafa. A nossa convivência é assim, também, às vezes à noite, quando eu tenho uma folga, ela dá um jeitinho da gente ficar na cozinha da lanchonete. É muito pouco tempo, mas é suficiente pra apoiar uma na outra.*

Voltando ao aspecto da coresidência, é pertinente reiterar que essa condição não é critério absoluto para a existência das trocas intergeracionais e, portanto, mesmo não morando sob o mesmo teto, ambas as gerações

convivem solidariamente, seja através do apoio material, funcional ou emocional. Hoje, morando com os pais, Laura lembra de sua preocupação de outrora: aos 16 anos, foi viver com o ex-companheiro, deixando os pais sozinhos, numa situação de penúria e periculosidade – isolados num casebre sem eletricidade, localizado no aterro sanitário de Jordão. Paralelo a esse problema, os pais ainda enfrentavam o incômodo dos dois filhos alcoólatras, os quais apareciam pela madrugada, ameaçando arrebentar a porta e atirar no pai.

Emocionada, contou de sua alegria por possibilitar a eles mudarem há três anos para um ambiente melhor. Estava satisfeita não apenas por me dizer, mas por eu confirmar minha presença na nova casa dos pais: *“E vivem muito bem, como você viu, né?”* Sua ajuda consistiu no repasse de uma quantia proveniente de um empréstimo bancário, pois, como já possuía carteira de trabalho assinada, disse ter conseguido autorização sem nenhuma dificuldade. Logo, o pai, de posse de suas economias, juntou o dinheiro, comprou o lote e Laura ainda angariou um milhão de tijolos com um vereador muito presente no Distrito, a quem eu tive a oportunidade de ser apresentada.

Com o seu relacionamento desfeito em virtude de violência doméstica, voltou a conviver com os pais e avalia que hoje está mais disponível para dar atenção e cuidado, quando antes era impossível. Dentre os oito filhos, é a única a morar com os pais e a trabalhar formalmente (serviços gerais – PSF), enfatizando seu amparo constante em termos de apoio financeiro, funcional e emocional — uma forma de compensar a ausência de afeto dos irmãos. A despeito dessas relações, algo comum nos grupos domésticos foi a referência ao parente *“grosseiro”* ou *“bêbado”*, como me falou Laura de um *“irmão grosso”* que foi para Brasília e sumiu, sem mandar notícia por mais de ano nem tampouco procurar saber dos pais.

*“Pra mim, em primeiro lugar, meu pai e minha mãe, antes de qualquer coisa”*. É com estas palavras que Laura se reporta ao seu relacionamento com os pais. Ela demonstrou possuir muita admiração pela história de D. Zezé e Sr. Benício, marcada pelos episódios de seca – um tempo

desprovido de comida e cheio de humilhação. O ressentimento até hoje é conservado por ela, quando se remete à surra que o patrão, o “*dono da terra*”, deu em seu pai. Com relação à mãe, ela a tem como uma “*guerreira, batalhadora*”, por ter passado por tanto sofrimento como fome e aborto, condições que não interferiram no jeito alegre de D.Zezé, conforme observei. “Não dá para desconfiar que esta mulher vivenciou tudo isto que falou, pois é de uma alegria incomum!” (Diário de campo, Jordão, 18/10/07). Com os olhos lacrimejantes, Laura espelha-se na mãe, antevendo sua velhice: “*Eu acho que eu puxei muito a ela, mas eu não sei se vou ter o pique que ela tem. Ela tem um pique pra trabalhar, nunca reclama da vida, tá sempre alegre, sempre a mesma cara*”.

Como é a caçula, não acompanhou todo esse período em que “*viviam na terra dos outros*”, mas foram experiências que não se apagam da memória familiar e, portanto, de vez em quando, são narradas para filhos, netos e, agora, para a pesquisadora. No entanto, é um passado que a incomoda ressuscitar: “*Eu não gosto de falar, que eu choro*”.

Em função do respeito e da admiração pela trajetória de sofrimento e pobreza dos pais, nos momentos de divergências, a atitude de Laura é de não contra-argumentar, dissimulando, por exemplo, a irritação deles ou algum comentário descabido: “*Às vezes, sai alguma coisa que a gente nem deseja falar, né? Na mesma hora eu paro e penso: ‘Não, não é assim.’ Eu começo a lembrar do que ela já passou...*”. Atualmente, gestante de oito meses, recorda quando confirmou a gravidez aos pais, os quais demonstraram descontentamento; o pai permaneceu calado, mas D. Zezé a criticou pela precipitação. A reação da mãe a magoou; todavia, agiu como de costume. “*Eu falei: ‘Ah, deixa pra lá, depois ela muda de ideia’. E mudou mesmo. A primeira vez que o neném mexeu, ela botou a mão na minha barriga, chorou. E se eu tivesse discutido, né?’*”.

No tocante a situações conflitantes provocadas por filhos e filhas no interior do grupo doméstico, percebi um quadro inverso nas reações da mãe e do pai, ou seja, em relação ao problema do alcoolismo, os homens são mais

rígidos com os filhos e as mães, protetoras. Por outro lado, estas, ao receberem a notícia da gravidez de uma filha solteira, diferentemente dos pais que se eximem de opinar, as mães-avós, manifestam contrariedade, além de censurarem as filhas; porém, passado o impacto, acabam por acolher. Não chegou até a mim nenhum caso em que tivesse havido expulsão da residência.

*Quando eu apareci grávida, pra mim contar pra ela, a vergonha, né? Eu chorei ainda e, falei pra ela que eu tava grávida, aí ela brigou, o pai não brigou não, mas ela brigou. (Catarina, filha de D. Berenice).*

*Eu disse: “se o meu pai não me quiser eu arrumo um quatinho pra mim morar.” Ele aceitou. Tem que ter paciência porque eles já são velhos (Érica, filha de D. Fernanda).*

*Eu tive muito medo porque a criação que ele deu, né? Sabe a resposta que ele deu? “Minha filha, a casa onde come nove, come dez”. Foi a resposta que ele deu e eu chorei. Ai, ele e a minha mãe me deu apoio, graças a Deus (Carla, neta de Sr. João).*

Esse contexto leva a refletir que, embora persistam visões e comportamentos orientados por padrões considerados ideais, hoje, conforme reconhece Neri (2007, p. 48), vislumbra-se um cenário de “mudanças nas normas etárias e de gênero que regulam os comportamentos e as expectativas de comportamento...”. Em comparação a um passado não muito remoto, atualmente, no âmbito das relações familiares, existe mais liberdade no sentido de as pessoas se expressarem e decidirem por si. É o que dizem Peixoto e Cicchelli (2000, p. 7) sobre a vida privada: “o funcionamento interno das famílias mudou muito, abrindo um espaço maior para a expressão pessoal e para a autonomia de cada um de seus membros”.

Observa-se, nestas famílias, tanto num modelo como noutro (corresidência “permanente” ou “recoabitação”), independentemente de as mães serem divorciadas ou solteiras, a ausência do amparo por parte dos pais, os quais não criaram vínculos com os filhos, assumindo os avós, para além dos mimos, a educação e o cuidado das crianças, em substituição àqueles. Mediante esse envolvimento intenso, é compreensível o porquê de os netos chamarem os avós de pais (LOPES; NERI; PARK, 2005), como pude ver nas

casas por onde andei em Jordão, onde é comum o tratamento de “paizinho” e “mãezinha” por parte das crianças e dos jovens para com os velhos.

*Só o do meio [20 anos de idade] me chama de pai porque, quando a mãe dele ganhou ele, ela deu ele pra nós. Aí pronto, começamos a criar. Houve a separação e quando ela veio pra dentro de casa, ele já chamava a gente de pai e mãe; ia pra todo canto com ele. Ela pelejou pra ele chamar mãe, não teve quem fizesse ele chamar. Às vezes ele chama tia, é madrinha. Nós tentemos muito, muito (Sr. Vitório, 71 anos).*

*A Michele [7 anos] parece que ela tem mais amor a mim do que o pai e a mãe. Se ela não me ver, ela diz: “Mamãe, cadê a mãezinha?” Ela dorme lá no quarto mais eu. A minha cama é aqui e a dela é acolá (D. Adelaide, 72 anos).*

O “*morar com*” é uma forte razão para os avós justificarem a preferência por determinados netos. Tal situação lhes dá tranquilidade para manifestarem essa predileção sem tantos melindres ou dissimulações, sem a pretensão de persuadir que todos são iguais:

*Ele nasceu aqui. A gente quer bem os outros, mas não como o que veve em casa, né? [...] E ele fica dizendo que a gente quer mais bem os outros. Nem é. É que tem essa neta aqui e ele tá com ciúme (D. Fernanda, 70 anos).*

Agora, esse meu neto [o que mora com ela] eu não quero que ninguém encoste nele, eu tenho ciúme dele (D. Berenice, 62 anos).

Estabelece-se um aprendizado não adquirido na sala de aula, mas sim no dia a dia de velhos e crianças. É muito presente, na convivência, a orientação de como a criança deve comportar-se em lugares alheios e de como tratar os mais velhos, uma transmissão de pais para filhos, como fala D. Adelaide: “*Isso toda vez eu ensinei aos meus filhos. Ensina porque meu pai ensinava e eu também ensinava os meus filhos*”<sup>49</sup>.

Peixoto (2000) em seu estudo sobre transmissões entre gerações, transmissões que se tornam trocas, afirma que o fato de os avós romperem com o medo da informática, além de se cadastrarem nas locadoras de vídeo, não deixa de ser uma possibilidade de estar mais identificados com os

---

<sup>49</sup> A respeito das trocas entre gerações e o aprendizado mútuo de velhos com os netos, ver Peixoto (2000).

interesses dos netos, de modo a intensificar os vínculos. Tal constatação faz lembrar uma propaganda televisiva, onde estão à mesa a neta e a avó, e a criança diz: “Vovó, que bolo gostoso! É segredo de família?” “Não, eu fiz um *download*.”

Embora haja, em Jordão, aparelhos de TV modernos com controle remoto e DVD, quando eu perguntava se os velhos sabiam utilizar tais aparelhos, eles respondiam que os netos ou os filhos ligavam; e, quanto ao uso de caixas eletrônicas (auto-atendimento), também não sabem operacionalizar, recorrendo assim, à fila destinada a eles. Com exceção de D. Tércia que, apesar da dificuldade, aderiu a um dos símbolos emblemáticos da modernidade:

*A minha filha me deu um celular, comprou um pra ela e deu o que ela tinha. Eu não entendo muito não. Quem entende é a minha netinha; ela me ensina, ela sabe mais do que eu. A minha filha pergunta onde eu coloquei e eu digo que não sei. Ela diz que deu pra eu usar pra quando eu precisar e tudo. “Mãe, é pra você andar com ele, qualquer coisa você liga”. Eu já usei e acertei porque tem agenda e o nome da pessoa, a gente só faz apertar.*

Peixoto e Clavairolle (2005, p. 57) apresentam uma análise interessante acerca do acesso aos recursos tecnológicos entre velhos e jovens:

As “novas tecnologias” sempre estiveram associadas à modernidade e, portanto, ao novo/recente/juventude, contrastando com o velho/antigo/velhice. No imaginário social, tudo acontece como se existisse uma incompatibilidade entre novidade e velhice. Vários estudos sobre o desenvolvimento de situações de interação entre pessoas de mais idade e objetos tecnológicos – em termos de necessidades e adaptações – têm analisado o lugar simbólico que ocupa a idade no discurso sobre o uso das novas tecnologias.

Na medida em que o velho deve integrar-se à sociedade, essa integração deve ser cuidadosa, para não ser passiva, no sentido de que os mais velhos interagem demonstrando que podem ser mais jovens (PONDÉ, 2001). Esta postura dá-se, especialmente, em função de uma sociedade que supervaloriza o novo e, como analisa Ferreira (1998), a imposição incontestada

do novo sobre o antigo, do presente sobre o passado, causa o temor da velhice, num contexto historicamente marcado por intensas transformações.

Ainda em relação à criação dos netos pelos avós, há também recusa ou, mais precisamente, imposição de limites. A sobrecarga impossibilitou ao Sr. Mauro a responsabilidade por mais netos, o que o levou a rejeitar a presença de outros em sua casa. Ele me contou que assumiu um casal de netos sob a persuasão de sua esposa e, depois que esta morreu, a filha ainda apareceu com mais duas crianças. *“Ela arrumava por aí e morava aqui... Aí eu: ‘Já chega! Chega, chega. Eu não quero mais não. Entregue lá pros pais dele, tá bom’. Onde é que ia parar?”*. Como se percebe, destaca-se a expectativa do cuidado por parte dos avós, seja do lado materno ou paterno.

**QUADRO 7 – FAMILIARES INDICADOS (FAMÍLIA DE IDOSOS) – JORDÃO/SOBRAL-CE**

	<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>RELAÇÃO DE PARENTESCO</b>
<b>01</b>	Alessandra	42	Solteira	Superior	Atendente de consultório	Filha de D. Iêda
<b>02</b>	Caíque	42	Solteiro	Alfabetizado	Desempregado	Filho de Sr. Vitória
<b>03</b>	Carla	19	Casada	Ensino médio completo	Vendedora	Neta de Sr. João
<b>04</b>	Catarina	25	Solteira	Ensino médio incompleto	Do lar	Filha de D. Berenice
<b>05</b>	<b>*Lúcia</b>	35	Casada	Ensino médio completo	Auxiliar de enfermagem	Filha de D. Heloísa
<b>06</b>	Érica	46	Solteira	Alfabetizada	“Cuidadora de idosa”	Filha de D. Fernanda
<b>07</b>	Filomena	57	Solteira	Analfabeta	Do lar (aposentada rural)	Filha de D. Mariana
<b>08</b>	<b>*Gustavo</b>	34	Casado	Ensino fund. incompleto	Motorista	Filho de D. Adelaide
<b>09</b>	Júlia	33	Separada	Superior incompleto	Auxiliar de enfermagem	Neta de Sr. Juvenal
<b>10</b>	Laura	25	Solteira	Ensino fund. incompleto	Serviços gerais	Filha de D. Zezé
<b>11</b>	Tiago	25	Solteiro	Ensino médio completo	Desempregado	Filho de Sr. Mauro
<b>12</b>	<b>*Valquíria</b>	44	Casada	Ensino médio incompleto	Vendedora	Filha de D. Tércia

\* Não moram com os pais

A definição instituída de “chefe da família” e a forma como os sujeitos se organizam em função da renda não convergem sempre para uma relação na qual se configura o provedor como o detentor de poder e seus dependentes na condição de submissos. Peixoto e Luz (2007) apontam que, apesar de algumas mães viúvas responsabilizarem-se pelas despesas e serem proprietárias da casa, perdem sua independência quando passam a abrigar, por exemplo, os filhos com dificuldade financeira.

A história de D. Lara, de 80 anos, com relativa autonomia e independência, sem, contudo, poder praticá-las, é emblemática dessa situação. Ao ficar viúva, Ricardo, seu único filho, e adotivo, vendeu sua casa, mudou-se de Fortaleza para morar junto com ela, com a esposa e suas duas filhas, pois segundo ele, quando o pai morreu, há seis anos, a irmã mais velha perguntou: “*Quem vai ficar com a mamãe?*” De acordo com seu relato, nenhuma das seis irmãs se dispôs e ficou naquele “jogo do empurra-empurra”: “*Uma tinha problema com a família, outra tinha problema com outro, a outra, o marido bebia, a outra não podia e ficou naquele negócio... A minha irmã mais velha disse: ‘A única opção seria você’*”. Na entrevista com a mãe, sua narrativa contrasta com essa afirmação de Ricardo: ela diz que todas as filhas fazem questão de sua presença nas casas delas: “*Pro gosto delas, eu vivia mais elas*”.

Antes de dar continuidade ao caso de D. Lara, lembro-me do filme italiano *Parente é serpente* (1992), com direção de Mario Monicelli. Em meio à ceia de Natal, a mãe comunica aos filhos, os quais moram distante, que irá vender a casa, uma vez que tanto ela como o esposo estão muito velhos para morarem sós, e propõe que um dos filhos se prontifique a abrigar o casal. Diante da proposta, cessa a harmonia familiar, para dar início ao “jogo do empurra-empurra”. O desfecho do filme, de inspiração tragicômica, instaura-se com um incêndio no apartamento do casal, levando-o à morte, o que leva inferir ter sido essa a solução encontrada pelos amáveis e alegres filhos.

Retomando o caso de D. Lara, estabeleceu-se um conflito entre Ricardo e uma de suas irmãs, quando ele afirmou ser o dono da casa, porque, ao mudar-se para lá, comprou o terreno ao redor e ampliou a casa. Além disso,

como ele mesmo relata, passou a controlar totalmente o dinheiro da mãe que, antes, ora dava dinheiro a um neto, ora à mulher do neto, à filha e, por fim, ficava desprovida. Esclarece que não falta nada para a mãe e, caso ela precise, é só pedir. Como enquadrar essa família? É uma “família de idosos” ou “com idosos”? A casa é herança do esposo, o filho diz ser dele e, quanto à sua aposentadoria, D. Lara não exerce qualquer domínio.

Um aspecto importante na perda da autonomia dessa senhora é a impossibilidade da existência de mais uma dona-de-casa no grupo doméstico (WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas, 1999). D. Lara menciona o seu incômodo por não desempenhar mais as tarefas domésticas, como fazer as refeições e cuidar de “sua casa”, posto que a nora passou a exercer o controle nesses domínios da esfera doméstica.

Portanto, a postura de D. Lara diante da privação de sua autoridade é a de aceitação e justifica: *“Pelo santo, a gente beija o altar”*. Desse modo, prefere evitar atritos e legitima a atitude do filho, ao afirmar que ele está correto em administrar a sua renda e ser previdente – compra o fundamental, que é a comida, os seus remédios e guarda o restante, caso haja alguma emergência, como a necessidade de pagar um táxi, por exemplo, em situação de doença. Ela sugere ser essa precaução para benefício dela ou de qualquer um deles que precise.

A forma como D. Lara expõe é como se ela não soubesse equilibrar as contas, a ponto de o filho apoderar-se de sua renda para melhor administrá-la. Contudo, em sua narrativa acerca do que ela julga ser uma atitude preventiva de Ricardo, lembra que, quando seu esposo era vivo, já havia uma articulação entre eles no sentido de economizar e assim, garantir também, uma reserva, de forma que nunca gastavam suas aposentadorias na íntegra.

Reflico que privar os velhos de sua autonomia em função de um suposto cuidado, daquilo que é *“para seu bem”* poderá levar a uma dependência desnecessária, quando é possível a tomada de decisão pelos próprios velhos. É importante ainda atentar para o fato de que eles podem emitir sua opinião.

**QUADRO 8 – FAMILIARES INDICADOS (“FAMÍLIA COM IDOSOS”) / JORDÃO**

	<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>RELAÇÃO DE PARENTESCO</b>
<b>01</b>	Ananias	29	Casado	Ensino médio incompleto	Desempregado	Neto de Sr. Timóteo
<b>02</b>	Bianca	33	Casada	Analfabeta	Do lar	Filha de D. Marilac
<b>03</b>	Ricardo	40	Casado	Ensino fundamental incompleto	Agricultor	Filho de D. Lara
<b>04</b>	Tânia	63	Casada	Ensino médio completo	Do lar	Filha de Sr. Cid
<b>05</b>	Tatiana	45	Casada	Ensino médio completo	Professora (Aposentada)	Filha de D. Cláudia

## CAPÍTULO 5

### NA CIDADE E NO INTERIOR: EXPERIÊNCIAS HETEROGÊNEAS

*Quem mora na cidade é muito diferente  
de quem mora no interior...*

D. Adelaide, 72 anos

Ao discutir a velhice em função dos espaços sociodemográficos, Woortmann e Woortmann (1999) passam certo desencantamento com relação à posição do velho na sociedade, sobretudo na área urbana. Para os autores, no espaço urbano a história de vida e a memória social dos velhos não são valorizadas pela sociedade. No cotidiano rural, mesmo com tensões, o velho detém *status*, na medida em que transmite normas e valores aos jovens, é o guardião da memória e da tradição, do saber acumulado, do reconhecimento no grupo.

Assim, Woortmann e Woortmann retratam a diferença do tratamento que é dado aos velhos no contexto urbano e rural. Na sua óptica (1999, p.140):

No mundo urbano individualista, pessoas idosas não possuem *status* elevado. São tratadas como irrelevantes pela sociedade. No mundo camponês, contudo, o velho encarna a continuidade da comunidade, na medida em que transmite normas, saberes e valores aos jovens.

Já Camarano (2004), analisando sob o prisma da condição econômica, apresenta uma visão mais otimista, ao afirmar, por exemplo, que as unidades domésticas compostas por velhos possuem melhores condições em termos financeiros. Destarte, faz um recorte pelo viés da universalização da previdência rural, pois, especialmente na área rural, os velhos foram os mais beneficiados. Comenta que, nas relações familiares, foi possível uma revalorização desse segmento, por proporcionar a subsistência familiar, deslocando-se da condição de assistido para assistente.

Mediante estas breves considerações por especialistas do assunto, dedico este tópico e passo a palavra a outros conhecedores, os “sábios amadores”, porém sem a intenção de preterir um em relação ao outro, mas

sim, com o propósito de descortinar as representações desses agentes sociais que apontam as peculiaridades de viver / envelhecer num e noutra lugar.

Foi curioso observar a comparação entre a cidade e o interior por parte dos interlocutores desta pesquisa, principalmente os da cidade, haja vista ser essa uma geração de migrantes e, portanto, nascidos no espaço rural, que trazem consigo experiências de seus lugares de origem.

Das nove mulheres de Fortaleza, seis nasceram no interior, passando a morar na cidade na fase adulta, com exceção de duas senhoras que se mudaram aos 7 e 9 anos, porém, lembram-se desse período e contam como era a vida de seus pais. No grupo masculino, todos os cinco velhos possuem naturalidade rural, tendo mudado de lugar quando já adultos.

A experiência de viver no interior, como falam, permitiu-lhes guardar boas e tristes recordações. Quando discorrem sobre suas vidas no passado, reforçam as diferenças entre os espaços urbanos e rurais e assim reconstroem suas histórias em sintonia com o tempo presente.

Mencionam sobre um tempo em que houve fartura em alguns sítios, pescavam à vontade, pois havia peixe em abundância, bem como frutas da época. Como reza a canção (*Último pau de arara*) – *mas se chover dá de tudo, fartura tem de montão...*<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> A música *Último pau de arara* foi composta por Venâncio, Corumba e J. Guimarães:

A vida aqui só é ruim  
Quando não chove no chão  
Mas se chover dá de tudo  
Fartura tem de montão  
Tomara que chova logo  
Tomara, meu Deus, tomara  
Só deixo o meu Cariri  
No último pau-de-arara  
Só deixo o meu Cariri  
No último pau-de-arara  
Enquanto a minha vaquinha  
Tiver o couro e o osso  
E puder com o chocalho  
Pendurado no pescoço  
Vou ficando por aqui  
Que Deus do céu me ajude  
Quem sai da terra natal  
Em outro canto não pára  
Só deixo o meu Cariri

Relatam também sobre a solidariedade vicinal – os amigos convidavam para comer fruta de seus quintais, caso o vizinho não tivesse. Sr. Marcelino, 80 anos, com propriedade para afirmar o que é morar no interior e na cidade, contrasta: “*Aqui, alguém dá nada a você! Aqui tudo é comprado. Aqui se quiser uma banana, é comprada*”<sup>51</sup>. Entretanto, não pretende voltar, como diz ele mesmo, “*isso foi no meu tempo*”. Avalia que hoje não há diferença, a despeito, por exemplo, dos assaltos e homicídios, situações corriqueiras onde morava, tal como em Fortaleza.

D. Alice, 64 anos, conta que gostava de morar no interior porque “*dava o maior valor o trabalho de roça*” – aos oito anos de idade, saía acompanhada dos pais – plantava milho, feijão, arroz, algodão e, no tempo apropriado, colhia.

D. Rogéria, 74 anos, morou a maior parte de sua vida no interior, onde criou seus treze filhos e, depois, foi morar na casa da filha, na cidade, não se desvinculando, todavia, de suas relações do seu lugar de origem, uma vez que lá deixou filhos e uma rede de amigos. Declara o arrependimento em ter vendido sua casa, pois, de acordo com suas palavras, está “*acostumada com o interior, ia só pra todo canto da rua*”, além de “*conhecer todo mundo*”. Por fim, ressalta o seu descontentamento: “*Eu não gosto muito de Fortaleza porque é muito perigoso*”. Vale destacar que a referida constatação tem por fundamento a audiência aos programas policiais na televisão.

---

No último pau-de-arara  
Só deixo o meu Cariri  
No último pau-de-arara  
Enquanto a minha vaquinha  
Tiver o couro e o osso  
E puder com o chocoalho  
Pendurado no pescoço  
Vou ficando por aqui.

<sup>51</sup> A prática da ajuda mútua entre vizinhos e parentes é tema de análise de autores que tratam da produção camponesa (CÂNDIDO, 1964; HEREDIA, 1979; WOORTMANN, 1990), em que se verifica que quase inexistem relações comerciais entre eles, com exceção da mandioca, o principal produto do roçado, o qual exige trabalho árduo para a transformação em farinha. Portanto, o cotidiano é marcado por um sistema de trocas, como, por exemplo, em mutirões, distribuição de carne aos vizinhos quando se mata porco em suas casas, mesmo que não sobre nenhuma parte para família doadora, ou seja, práticas que imprimem uma ética camponesa.

Os motivos para viver na cidade explicam-se fundamentalmente pelas condições precárias de trabalho na roça e, portanto, de sobrevivência. Vivenciaram o período histórico da grande seca de 1958 e a migração para a cidade pareceu ser a decisão certa no embate em um cotidiano de agruras. As narrativas do seguinte casal expressam estas circunstâncias, em que o vivido social de outrora revela porque a cidade é melhor:

*No interior o meu pai era agricultor, a gente passava necessidade. Meu pai andava num jumentinho, levava bacurim [porco], galinha naquele caçuá [cesto]... Trocava por rapadura, feijão, arroz. Não dá certo no interior (D. Hildete, 64 anos).*

*Eu vim pra Fortaleza com vinte e três anos. A cidade é melhor, eu me dei bem porque no campo só é bom pr'aqueles que têm a propriedade, que trabalham por conta própria, que tem recurso... Aí eles trabalham e levam a vida mais fácil, mas só pra quem vai trabalhar de bico no serviço, ganhar aquele salariozinho... Mês tem, mês não tem. Era difícil, aí acabava o serviço, ficava parado até que o inverno chegasse, né? E às vezes quando o inverno chegava não era bom, não dava nada, não dava produção e era um sofrimento (Sr. Edson, 78 anos).*

De um modo geral, suas falas referem-se a um tempo árduo, de grandes dificuldades, principalmente no tocante à carência, em função das necessidades básicas – ter o que comer e como alcançar eram desafios do cotidiano:

*Eu já passei seca, eu passei uma seca muito horrível na década de trinta e três. Eu ia pros matos caçar aquelas mucunã [fruta], aquelas mucunã braba. É uma fruta desse tamanho. Eu quando chegava em casa botava uma panela de barro no fogo, botava pra torrar, depois quebrava, tirava a casca, pisava no pilão e muito duramente ia pisar. Era muito trabalho. Começava de manhã e quando era de tardezinha que a gente ia lavar aquela massa; era cinco água. É muito trabalhosa, a vida do interior é muito trabalhosa. Eu trabalhei demais! Capinei de enxada e cavava pra plantar, limpava aquele mato, plantava feijão (D. Lenita, 95 anos).*

Ainda com relação ao mundo do trabalho, na comparação entre cidade e interior, os homens mencionam a ausência da efetivação dos direitos no espaço rural, onde se exerce um trabalho penoso sem o retorno das garantias, como a folga, na observação do Sr. Geraldo, 77 anos: “*Vaqueiro tem que trabalhar todo santo dia; nem quando era dia santo eu deixava de trabalhar*”.

Agora “urbanejos”, expressão de Brandão (1999), sertanejos já moradores da cidade, consideram-se acostumados, excluindo D. Rogéria. Não pretendem mais voltar aos lugares de origem, a não ser para passear e rever os familiares. Embora apontem as facilidades da metrópole, ressentem-se dos inconvenientes desta, como o barulho, a violência e o individualismo<sup>52</sup>.

Os que superaram as dificuldades no interior, como as comentadas pelos “urbanejos”, e lá permaneceram até o momento presente, não almejam experienciar a vida urbana. Privilegiam suas atividades na roça – para eles, algo inconcebível na cidade –, apesar de relatarem com riqueza de detalhes o sofrimento na época da seca, como já dito.

O modo de viver no interior aparece como empecilho diante da ideia de morar na cidade. D. Adelaide, 72 anos, afirma: *“Eu não tenho vontade de ir pra cidade só por um motivo: eu sou acostumada aqui no mato, eu me levanto quatro e meia da manhã e vou cuidar da minha luta”*. Mais na frente, conversando e no preparo do feijão no seu fogareiro, indica outra incoerência da sua luta cotidiana em relação aos costumes da cidade e levanta questões: *“Quem mora na cidade é muito diferente de quem mora no interior. Qual é o pessoal da cidade que vai fazer um serviço desse aqui? Qual é a mulher de cidade que vai fazer um fogo desse pra fazer fumaça e tinge as mãos, né?”* Assegura que, no interior, o uso do carvão é assíduo, como de fato, observei a existência de fogões de barro nas casas dos interlocutores, sendo o fogão a gás de uso esporádico, como por exemplo, para fazer café; e assim, a duração do gás atravessa meses.

É interessante perceber que, apesar de estes entrevistados nunca terem vivido na cidade, diferentemente daqueles do grupo de Fortaleza, que

---

<sup>52</sup> Para Simmel (1987), em seu clássico texto *A metrópole e a vida mental*, escrito em 1902, a impessoalidade e o distanciamento no cotidiano da metrópole configuram-se como posturas mantenedoras da individualidade, situação compreendida como *atitude blasé*. Diante dessa conduta de reserva, é possível que os indivíduos nem reconheçam pessoas próximas. Quer dizer, inexistem vínculos mais sólidos, seja nas relações de parentesco, vizinhança ou de amizade, predominando, antes de tudo, relações instrumentais. A metrópole, expressão do modo de vida moderno, representaria a oposição ao tradicional e, nesse caso, à vida rural, que – com uma dinâmica totalmente diferente – organiza-se socialmente em função de obrigações mútuas, negando, assim, a condição de individualidade, nos termos do autor.

passaram por uma experiência no interior e, portanto, possuem maior legitimidade para julgar o que é morar num ou noutro lugar, os interlocutores de Jordão também fazem seu contraponto; e a intensa influência da televisão é uma das razões que corrobora suas representações. A fala do Sr. João, 73 anos, ilustra bem esta ideia: *“Fortaleza é um lugar muito agitado. Eu escuto aí no jornal... Eu vejo aí no jornal que Fortaleza não era do jeito que tá sendo hoje, tá pior do que o Rio de Janeiro. Fortaleza tá muita agitada”*. Homens e mulheres assistem com frequência aos programas policiais, a fim de inteirar-se dos *“acontecidos na cidade”*. Tal evidência confirmou-se quando da minha pergunta sobre o que apreciavam ver na televisão.

A imagem do interior, associada a uma ordem moral, a qual se pauta em valores tradicionais ditos de uma identidade rural e nos termos de Klass Woortmann (1990), de uma *campesinidade*, é posta em oposição aos modos de vida na cidade. Contudo, ao contrapor passado e presente por meio do comportamento dos jovens no que se refere à sexualidade, por exemplo, as diferenças entre interior e cidade são desfeitas em detrimento da ética camponesa, como mostra o depoimento de D. Ieda, de 68 anos:

*Aqui tá igual, sei lá, cidade grande, aqui já tem menina de treze anos que não é virgem. Não tem mais escrúpulo aqui nesse Jordão. Se você não quer ver, você vira a cara, aqui de dez horas em diante. Quem era no meu tempo... Aqui já tem droga! São os de fora que trazem e os daqui pegaram.*

Nesse mesmo sentido, D. Heloísa, 70 anos, exige respeito e obediência de sua neta de 14 anos e adverte: *“Você pode tá onde tiver, se você não me obedecer você pega peia”* [surra]. Reclama da falta de moral na cidade, da postura passiva das mães, inferindo, logo, o nivelamento interior e cidade: *“O Jordão tá o pior cabaré, pior do que uma cidade grande”*.

As narrativas demonstraram que houve uma adaptação positiva daqueles que, na fase de vida adulta e produtiva, migraram para a cidade, ao passo que, para os velhos do interior, seria impossível viver na metrópole. De um lado, os “urbanejos” conseguiram lugar no mercado de trabalho e, ao fazerem um paralelo com a vida do passado, diante das condições de sobrevivência, avaliam que o presente é melhor. Do outro lado, os que

permaneceram no interior superaram as adversidades do período da seca e até hoje lidam com o roçado, apesar das limitações físicas e das objeções dos familiares.

### **5.1 O autodomínio da atenção à saúde: proibições e cuidados necessários**

*Eu gostava de comida salgada, mas agora eu não como porque é proibido. Nem doce porque dá diabete. Não como salgado, nem doce. Só como insosso... Eu tomo leite, chá, refrigerante. Não coca, porque o doutor disse que aumenta a pressão...*

Sr. Marcelino, 80 anos

A evocação de Sr. Marcelino fez-me lembrar a afirmação de Paz e Guterres (2009, p. 49), no tocante à relação das práticas alimentares no ambiente em que o indivíduo está inserido, de modo a influenciar as pessoas a romperem com práticas de um outro tempo. “Ao mudar o contexto de origem, os hábitos aprendidos são colocados em risco no sentido que passam a interagir com outros hábitos alimentares, próprios do meio urbano”.

Melhor explicando, o senhor em questão residia no interior, mudou-se para Fortaleza há cerca de 20 anos e hoje incorpora sem resistência alguma o receituário do tão propagado envelhecimento saudável, especialmente, quando indicado pelo “doutor”. Como me disse a sua filha, a orientação médica já é suficiente para o pai ater-se ao cuidado da saúde, mesmo que esse cuidado signifique a privação de algo prazeroso, como o costume de beber café, despojamento este assumido também por outros interlocutores.

Nessa mesma direção, trago o exemplo de D. Lenita, hoje com 95 anos de idade, tendo deixado o interior aos 37 anos. Também de acordo com sua filha, a mãe é por demais disciplinada quanto aos preceitos médicos: “Se o médico disser: ‘Faça assim’, não tem perigo dela não fazer”. Desse modo, D. Lenita confirma: “Café eu não tomo porque o médico diz que faz mal por causa da labirintite e eu gostava muito. Enchia a garrafa de café e passava o dia bebendo. Não senti falta, não. Eu nem me lembro de café”.

É relevante enfatizar que, embora esta pesquisa não tenha como objetivo contextualizar a velhice sob o foco da saúde, foi crucial verificar os arranjos familiares no tocante aos fluxos de apoio, uma vez que as trocas de apoio intergeracionais se configuram como questão fundamental de interesse do estudo. Porém, longe de ser “determinista demográfica”, na expressão de Camarano (2006), isto é, de associar a velhice à dependência, é inegável que a abreviação da morte da população trouxe como consequência o aumento das doenças crônico-degenerativas.

Lebrão e Duarte (2007) explicam que, à medida que as pessoas envelhecem, progridem a incidência e o predomínio das doenças crônicas não transmissíveis – DCNT —, como hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, derrames, câncer, dentre outras, e isto é mais preocupante num meio em que não haja investimento em medidas preventivas.

Resguardada toda a heterogeneidade do processo de envelhecer, mas sem deixar de reconhecer os problemas peculiares desta etapa da vida, pois, como bem afirma Touraine<sup>53</sup> (apud DEBERT, 1999, p. 13), “[...] não é possível falar na velhice sem se falar na aposentadoria, na doença, na família, no Estado, nos impostos [...]”, rejeito o mascaramento das perdas, sobretudo, as de caráter biológico e o discurso romântico de que a velhice seria o período da “melhor idade”.

Contudo, meus interlocutores não apresentaram doenças que comprometessem sua independência ou autonomia, sendo, todavia, a hipertensão a doença mais comum entre eles. Com exceção de D. Carmem e D. Alice, no universo de 14 entrevistados, os demais sofrem de pressão alta. A despeito de outras enfermidades, foram mencionados problemas de coluna, reumatismo, osteoporose e doenças cardíacas.

Tais comprometimentos são relacionados à chegada da velhice, a qual é vista como barreira na vida cotidiana. No caso das mulheres, estas reclamam pelas limitações aos afazeres domésticos, como me disse D. Josefina: *“Eu não gosto de tá parada; essa luta de casa é que me seduz”*. Já os

---

<sup>53</sup> TOURAINE, Alain. (1986). “Prefácio”. In: GUILLERMART, A. M. Le déclin du social: formation et crise de politiques de la vieillesse. Paris, PUF.

homens queixam-se por não poderem mais trabalhar. Diante dessas debilidades, a postura dos filhos é de coibir os pais de continuarem com o esforço físico, o que não significa dizer que haja sempre aceitação da outra parte.

Em consonância com essa discussão, a Pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade* (FPA/Sesc, 2007), comentada por Neri, retrata que, em linhas gerais, predomina a imagem negativa da velhice, perfazendo um total de 80% entre os velhos e 90% entre os não velhos, os quais receiam muito mais a condição de dependência (leia-se depender de outras pessoas para viver) do que o evento da morte. A autora constata que esse dado não é específico do Brasil, visto que a literatura científica de outros países demonstra o mesmo resultado.

Mas a própria população idosa brasileira avalia que a velhice melhorou, se comparada com a situação de 20 ou 30 anos atrás. Como questiona Camarano (2006, p.1.): “Por que ignorar os avanços tecnológicos da medicina, a ampliação da cobertura dos serviços de saúde e da seguridade social, a grande contribuição dos idosos na sociedade e na família?”

Apesar de inquestionável avanço, há muito que investir na qualidade de vida deste segmento e, no que remete à questão da saúde, Camarano (2006, p. 1) evidencia uma conjuntura de 2003 que inspira prevenções e reformulações no sistema público de saúde: “Enquanto a população idosa compreendia 9% da população brasileira, 25% dos gastos feitos pela rede SUS foram dirigidos a ela”.

A perspectiva da doença é muito presente na velhice, algo já esperado, o que me fez lembrar a fala cômica de Sr. Valter, ao reportar-se à associação entre velhice e doença:

*Tem até a história de dois velhos que eram vizinhos e o mais velho dizia pro outro que estava na ativa, que passava noite no forró. Aí o mais novo foi pro médico pedir pro doutor passar um remédio. Aí o doutor disse: “Faça o que ele faz”. “E o que ele faz?” “Ele mente”.*

Entretanto, não perdendo de vista a construção cultural da velhice, reitero as palavras de Mercadante (2001, p. 210):

Chamo a atenção, nesta discussão, para que esse envelhecimento biológico que se dá no corpo não passe a ser o responsável por toda uma discussão em relação ao declínio que a pessoa vai apresentar, e que será considerada, também, um ser declinante em termos sociais.

Passo a analisar, assim, a postura desses senhores e senhoras de Fortaleza, no que diz respeito ao cuidado da saúde – os investimentos e as precauções, já adiantando, brevemente, a partir dos dois casos referidos no início, considerável adesão à “ideologia do bem-estar”, nos termos de Jurandir Freire Costa (1994). Quer dizer, prevalece a ideia totalitária de um saber especializado que aprova e julga um “eu corporal” como bom e desejável, através da configuração de um símbolo universal – a geração saúde, instaurando assim, a massificação do comportamento.

Alcançar esse bem-estar requer a adesão à prática de exercícios físicos, o consumo de alimentos considerados saudáveis, sob o crivo do saber médico e, portanto, os *check-ups* periódicos são recomendados. De um modo geral, esta é uma orientação fortemente propagada pelos meios de comunicação.

Debert (1999) observa um movimento que define como “reprivatização da velhice” – a velhice é transformada numa responsabilidade particular, ideologia individualista da sociedade moderna, superestimada como estilo de vida. Desse modo, o indivíduo é responsável pela sua vida, pelo bem-estar do seu corpo, devendo combater constantemente os aspectos físicos indesejáveis. O corpo incongruente com o padrão estabelecido é visto como descuido da própria pessoa, como resultado da sua falta de motivação para exercícios físicos e da falta de interesse por estilos de vida adequados; enfim, uma transgressão e uma ausência de esforço pessoal.

D. Carmem ilustra bem esse modelo. Aos 60 anos, com autonomia e independência para cuidar de si, sem ajuda dos filhos, vai só às consultas médicas sistematicamente, faz hidroginástica e mostra sua exigência com a alimentação:

Lá em casa tem que comer do jeito que eu fizer, eu faço direito. O meu arroz é refogado com verdura, a minha comida é muito *light* com certeza. Eu não tenho colesterol alto. Se eles

quiserem comer outra coisa, podem comer, eu tiro o meu e tempero mais o que eles gostam, entendeu? Não gosto de feijão com gordura. Não quero carne de porco; lá em casa não entra. Gosto muito de fruta, sou movida a fruta.

Nessa mesma direção, D. Guta pronuncia: *“Eu tenho um cuidado tão grande com a minha alimentação! Não como gordura, tenho horror àqueles salgadinhos. Pois bem, adoro tudo natural, sanduíche natural”*. É preciso observar que a incorporação de uma dieta mais saudável, à base de frutas, verduras e carnes brancas é usada pelos que dispõem de melhor condição financeira.

Convém mencionar que, no tocante à recomendação médica da redução de sal, considerado o grande vilão para os hipertensos, os entrevistados, em sua maioria, afirmaram seguir tal preceito a ponto de recusarem a comida no caso de perceberem o gosto acentuado do condimento. Percebi que não existe uma vigilância por parte dos familiares, no sentido de cobrar uma reeducação alimentar dos pais, uma vez que, tal postura partiu dos próprios velhos. Desse modo, foi constante nos depoimentos a revelação de que determinados tipos de comida *“fazem mal”* ou que *“o médico proibiu”*.

Ainda é importante informar que, do total dos entrevistados, quatro mulheres e dois homens usufruem de assistência médica privada, sendo que D. Iara e D. Guta contam com a ajuda dos filhos para o custeio do plano, e os outros o pagam com o dinheiro de suas aposentadorias. Sr. Valter, o sargento, paga o convênio para sua esposa, que é diabética e, segundo ele, necessita de um tratamento constante. Possui direito ao atendimento no hospital da Polícia, mas raramente recorre ao serviço. Os demais se utilizam do SUS.

A necessidade do acompanhamento dos filhos às consultas depende do nível de autonomia e independência dos pais, como, por exemplo, D. Lenita, de 95 anos, a mais velha do grupo, é totalmente dependente dos cuidados da filha: *“É uma filha muito boa. Aí, bota o colírio, me dá o comprimido, me leva pra igreja, me dá mingau, coisa passada no liquidificador, ela me dá banana, tem o maior cuidado comigo, me trata muito bem”*.

D. Lenita não se queixa da labirintite nem da hipertensão, doença meio que naturalizada entre todos os velhos desta pesquisa, como se a condição de ser velho já atestasse a prevalência de sua manifestação, pois, como falam, tanto em Fortaleza como em Jordão: *“só tenho pressão alta”*.

Não tão velha cronologicamente, mas tão dependente quanto D. Lenita, D. Iara, 67 anos, também depende de sua filha para quase tudo, pois é incapaz de sair só. Acometida por problemas no sistema nervoso (*“doente dos nervos”*), delega para a filha Ruth a responsabilidade de acompanhá-la às consultas médicas. Esta relata que, com exceção de um irmão que custeava os medicamentos da mãe, não confia nos outros quatro irmãos no sentido de compreendê-la e de como tratá-la. *“O psiquiatra já disse: ‘quando trouxer a Iara pra cá tem que trazer a Ruth junto’”*.

A despeito da indicação da medicação, Ruth comenta que, às vezes, a mãe, por conta própria, suspende o tranquilizante; ela atribui sua atitude ao preconceito que cerca as pessoas dependentes de remédios da tarja preta que, não raro, ocultam essa dependência. O seu argumento para persuadir a mãe é que, como existem diabéticos, hipertensos, estes vão tomar remédios pelo resto da vida. *“Pois do mesmo jeito é o seu remédio, mãe. Então não tem isso de eu não vou ficar boa nunca. A senhora é boa, tem problema e tem que tomar o remédio, igual o diabético, igual o hipertenso”*.

Certa de seu poder de influência sobre a mãe, relata como age diante dos momentos em que D. Iara resiste aos cuidados aos quais deve ater-se:

*Ela é um pouco teimosa. Quando tá na época de ir pro psiquiatra: “Mãe, tá na época da senhora ir pro doutor.” “Nem invente que eu não vou.” Aí eu: “Velhinha teimosa, deixa de ser teimosa!” E ela: “Para com esse negócio de mandar na minha vida!”, “Eu mando na sua vida porque quando a senhora tá doente quem vai cuidar da senhora sou eu, viu! E quem vai lhe levar pro médico também sou eu”*.

Com algumas ressalvas, como no caso destas duas senhoras, o restante dos interlocutores não conta com a ajuda sistemática das filhas para o acompanhamento às consultas médicas, pois estas, em razão de seus

trabalhos, ficam impossibilitadas de prestar esse tipo de suporte com maior frequência, como demonstram Sr. Álvaro e D. Josefina:

*A Eva vai comigo ao médico, ela me acompanha em tudo. Quando ela não vai, eu pego o ônibus e vou.*

*Eu costumo ir sozinha. Alguma vez a minha filha vai, mas não é toda vida, não. Ela vai quando precisa saber de alguma coisa como esse negócio da diabete, mas nos exames de rotina eu vou só.*

D. Hildete mostra ser uma pessoa independente, no sentido de sair e resolver suas coisas, como fazer *check-up*. É ela quem acompanha o marido, sete anos mais novo do que ela, às consultas. Ele, pela primeira vez, recorreu à orientação médica, devido à diabetes, ao comprometimento no coração e à dor no corpo. *“Meu marido que é grosso, precisa eu ir com ele... Mas agora, apareceu tudo o que é de ruim no pobre. Toda vez eu tenho que ir com ele porque ele não presta atenção ao que o médico diz”*.

Entretanto, quando sua filha discorre a respeito da convivência com a mãe, contradiz a autonomia manifestada por D. Hildete: *“Mulher, ela espera eu chegar pra ir pro médico. Porque ela só se confia se eu tiver. Às vezes, eu tô lá no trabalho, graças a Deus ela não se sentiu mais mal, mas se ela tiver doente vão me chamar”*.

Todavia, nos casos em que se exigiu maior colaboração das filhas, todos eles foram enfáticos em falar da participação efetiva destas, como o próprio Sr. Álvaro lembra: numa ocasião em que sofreu uma queda, Eva dispôs-se a cuidar dele, dispensando enfermeira; e diz ainda o Sr. Firmino, que passou por quatro cirurgias: *“Eu já fui operado de varizes; eu tinha veia grossa, depois fui operado de hérnia; depois foi água na pleura, e a outra, foi da próstata. Quem me acompanhava era a minha filha, ela ia comigo”*.

Ainda a respeito de Sr. Álvaro, retomo um pouco mais de seu caso. Penso ser ele a figura emblemática do contraste entre os ritmos do corpo e da mente. Dentre todos os homens da pesquisa de Fortaleza, é o velho mais acometido pelas fragilidades na saúde; já colocou quatro pontes de safena, operou os meniscos e sofre da próstata. No entanto, é o mais entusiasmado de todos – participa intensamente de vários grupos de convivência, vai com

frequência às festas, enfim, possui um alto grau de autonomia funcional. Na opinião de sua filha, Eva, apesar de o pai agir de maneira saudável e positiva, ele não concebe a velhice como uma fase que impõe limites. *“Ele não acredita que a velhice é impotente, só que eu acho que o papai extrapola um pouco. Não é uma impossibilidade, mas ele não bota limite em nada. Acha que pode tudo”*.

Sr. Marcelino, com 80 anos, também pode ser confrontado com o modelo de velho associado à doença tão predominante no imaginário social. Dalva, sua filha, comenta de sua vitalidade: *“Ele nunca chegou dizendo que não pode comer isso ou aquilo. Eu nunca vi o papai dizendo que tá sentindo uma dor. Sabe o que ele diz: ‘Eu não me troco por muita gente mais nova do que eu’”*. Não precisa de óculos para ler, na verdade nem os possui, fala com satisfação que não tem diabetes, o colesterol é normal, faz caminhadas todas as manhãs, participa de um grupo de convivência e, sem nenhuma modéstia, avalia que sua memória é nota dez. Isso eu pude constatar pelas minúcias com que conduzia as narrativas.

Contudo, é mais um que banaliza a hipertensão, não no sentido do tratamento, uma vez que é disciplinado com relação aos preceitos médicos, mas, sim, no que diz respeito à acepção naturalizada da doença. *“O problema que eu tenho é só a pressão”*.

Em linhas gerais, os interlocutores de Fortaleza são adeptos dos preceitos médicos nos cuidados da saúde, sem tantas discordâncias ou dificuldades quando, num outro momento, tais orientações sobre os hábitos de vida saudáveis configuram-se como distantes na vida cotidiana.

Por outro lado, as exceções mostram-se, especialmente, por meio das representações masculinas, cuja resistência às consultas médicas é enfatizada, paralela à descrença na cura pelos remédios, bem como em quem os prescreve. A narrativa de Sr. Geraldo, como ele mesmo se diz, *“doente dos nervos e com pressão alta”*, é exemplar desta situação:

*Eu não gosto muito de remédio, não. Tenho pressão alta desde que nasci. Se eu tomo remédio, pioro cada vez mais. O médico passou três por dia, mas, se eu fosse tomar, aí é que eu tinha me arrasado mesmo. Agora, eu me dou mais com chuchu. Eu*

*disse pro doutor que esse remédio que ele passou não servia, não (Sr. Geraldo, 77 anos).*

Nas palavras de sua filha, Nazaré, *“falou em médico, ele corre a distância”*. Conforme seu relato, há mais de trinta anos, o pai recebe o medicamento (*Diazepan*) para o problema dos nervos, pelo Centro de Atenção Psicossocial – Caps —, mas quem vai buscar é ela ou a mãe, lembrando que, quando é necessário fazer exame, o pai não vai, apesar de toda a tentativa de ambas. Desse modo, está sem saber das taxas de colesterol e de diabetes de Sr. Geraldo. *“Ninguém pode amarrar e levar, né?”*. Nazaré avalia que a principal dificuldade da convivência com o pai é a resistência dele a ir ao médico e a recusa a tomar o remédio. Concomitantemente a esse empecilho, ainda comenta sobre a questão da alimentação, uma vez que, aqui e acolá, ele atribui alguma indisposição estomacal a determinadas comidas: *“O que eu me preocupo muito com ele é que ele masca muito, direto com o fumo na boca. Engraçado, né? Fumo não faz mal, mas bananada faz [risos]”*.

Sr. Valter também não é atento aos *checkups* periódicos, mas, por conta de toda a persuasão da filha, acaba por ceder, porém não sem reclamação: *“A Cleópatra me faz mais velho do que eu já sou. Pra todo mundo eu não sou velho, mas pra ela eu já tô babacando. Ela é quem marca. Manda ir pro urologista. ‘Rapaz, manda o teu marido!’”*. Ela, por sua vez, avalia que, apesar de toda objeção do pai, percebe que ele fica satisfeito diante de suas atitudes de cuidado e preocupação.

Aqui se observa a forte influência da mulher na família, mormente a esposa e a filha, no sentido de convencer ou, mesmo contra a vontade deles, obrigar os homens a buscar cuidados preventivos e paliativos da saúde.

Encontrei uma mulher indisciplinada quanto ao receituário da saúde perfeita: D. Amélia, com 68 anos, declara não obedecer ao médico: *“Eu não faço caminhada, mas o médico já mandou”*. O motivo, segundo ela, é a falta de tempo, posto que, apesar de acordar cedo, ela é a responsável pelo preparo do café dos netos e das filhas que vão para escola e trabalho, além das outras tarefas domésticas. Assim, explica que já caminha dentro de casa.

Recebe o medicamento da hipertensão num posto do SUS e, sendo mais uma a desdenhar da gravidade da doença, só toma o remédio esporadicamente, quando sente dor de cabeça. *“É só esse o problema que eu tenho, graças a Deus”*. A filha, Suzana, atribui a fragilidade da mãe a *“atribuições”* pelas quais passa dentro de casa com filhos e netos, assumindo o papel de provedora. *“Na idade dela era pra ela ter sossego; não era pra ela tá fazendo o que faz!”*. Lamenta por não proporcionar uma qualidade de vida decente à D. Amélia, em razão, também, das suas dificuldades financeiras, lembrando que a mãe deveria ser recompensada por ter se doado incondicionalmente à família. *“Agora, eu acho que é o tempo dela ter um sossegozim”*.

Convém ressaltar que, independentemente do grau de autonomia destes homens e mulheres, no sentido de cuidarem de si, percebi que a grande parte conta com o apoio de uma filha, a preferida em relação aos demais, haja vista o nível de envolvimento entre eles; assim, inexistente o discurso de que todos são iguais. Tacitamente, os pais revelaram a predileção por uma filha em detrimento da outra, por ser mais *“desenrolada”* ou carinhosa, paciente, atenciosa, ou por ter mais afinidade com ela. Além do que, as relações são construídas e, portanto, o vínculo de hoje é fruto de uma história, não é algo dado.

Como pude observar, de acordo com os relatos das eleitas para assumir o cuidado principal, tal predileção interfere em suas rotinas e em seus afazeres, não desconsiderando, no entanto, os aspectos positivos dessa relação. Não que queiram desvincular-se da assistência, mas o almejado seria que houvesse uma organização do grupo, no que diz respeito à distribuição desse cuidado, pois é preciso também pensar no bem-estar do cuidador; ou, mais precisamente, da cuidadora.

## **5.2 Resistência à utopia da saúde perfeita<sup>54</sup>: prazer versus controle**

*Não é pra comer coisa frita, não é pra comer gordura, não é pra comer ovo estralado, não é pra comer toucinho, não é pra comer pão de massa de trigo... É doutora, é virar “estauta” mesmo. Sem comer, né?*

D. Adelaide, 72 anos

Início este tópico através da fala de uma das interlocutoras, sinalizando a insuficiência de um saber especializado que recomenda hábitos alimentares considerados saudáveis, sem respaldar a dimensão social do ato de comer; isto é, para além da necessidade biológica, o plano simbólico permeia a compreensão de um grupo acerca do significado de alimentar-se bem. Portanto, a comida não está ausente dos sentidos culturais que a sociedade lhe atribui (LÉVI-STRAUSS, 1973).

Pode-se notar, em estudos relacionados a hábitos alimentares de diferentes classes sociais, que existem diferenças quanto ao acesso, percepção, preparação, apreciação e valorização dos alimentos entre diferentes agentes sociais. Tais variações dependem de seus *habitus* e de sua identidade social como grupo (MARQUES; GUTIERREZ, 2009, p. 102).

Nessa direção, tal como analisei entre os interlocutores de Fortaleza, discorro sobre as atitudes das velhas e dos velhos de Jordão — bem como dos familiares destes, que contribuem nesse tipo de apoio — em relação aos cuidados com a saúde, atentando para a importância que dão aos preceitos de especialistas, voltados ao combate das doenças.

A redução de sal e açúcar, por exemplo, constitui uma orientação comum às práticas alimentares ditas saudáveis, e seguir tal recomendação não é fácil, quando se pensa que, durante toda a vida, essas pessoas usufruíram, essencialmente, de uma dieta rica em gorduras e carboidratos. Assim, a resistência a incorporar novos hábitos ao cotidiano é explicada em função da

---

<sup>54</sup> Emprego a expressão “saúde perfeita” numa alusão à obra do sociólogo Lucien Sfez, intitulada *A saúde perfeita: críticas de uma utopia* (1997), cuja discussão se volta ao poder das tecnologias com ênfase na ideia da plena saúde do corpo – do vigor físico e da longevidade – projeto encampado pelas tecnociências que teriam a competência de transformar o Homem e o Planeta.

cultura alimentar aprendida na família e, por sua vez, ali valorizada (LIMA FILHO et al., 2008).

Assim, introduzi o texto, partindo das representações de D. Adelaide, cuja fala, no que concerne à banalização dos dogmas da saúde perfeita, é consideravelmente representativa dos estilos adotados pelos interlocutores do espaço rural. Apesar da grande incidência de hipertensão dentre os velhos, estes não investem nas precauções concernentes às repercussões da doença, sobretudo em relação aos hábitos alimentares. Penso que a razão dessa postura se deva à ausência da manifestação de sintomas, levando-os a minimizar a doença, haja vista o comentário por mim ouvido tantas vezes e já referido aqui: *“Eu só tenho problema de pressão”*. Como declarou, por exemplo, Sr. Juvenal:

*Toda comida gordurosa eu como, carne de porco, toucinho. Toucinho, eu já comi foi muito, hoje [risos]. Eu não sinto essas coisas, se eu sentisse, eu até parava de comer. Quando eu quero comer ovo, cozinho dois, três e faço uma farofinha. O que é que eu vou fazer? Vou deixar de comer?*

*“Deixar de comer?”* Eis a indagação dos velhos mediante a reprovação dos profissionais da saúde a suas práticas alimentares, pois, como apontou D. Adelaide, uma dieta baseada em legumes e verduras – *“Você coma isso e aquilo”* –, em substituição às comidas gordurosas, é vista como mato, não sacia e tampouco satisfaz. *“Agora eu vou parar de comer as coisas que eu gosto?”*.

Por que privar-se do prazer de comer, agora? Ao lembrar das repetidas histórias do tempo da seca e, conseqüentemente, da falta de comida no cotidiano dessas pessoas, é compreensível a resistência às recomendações da saúde perfeita. Hoje, dispõem do que mais gostam – feijão, arroz, farinha, toucinho e café. Como me disse Sr. Juvenal, na velhice o único gozo que existe é comer. Então, *“transformar o hábito alimentar dos sujeitos e, mais que isso, fazer com que outras formas de alimento sejam valorizadas e aceitas como capital simbólico é com certeza um caminho difícil.”* (MARQUES; GUTIERREZ, 2009, p. 104).

Por outro lado, ainda a respeito da dimensão simbólica, quanto a sua influência sobre as condições de acesso ao alimento, bem como sobre as formas de inseri-lo ou não ao estilo de vida, é interessante a relação que D. Fernanda faz da privação pela qual passou com a sua falta de apetite nos dias atuais: *“Eu não via mortadela, eu não via essas outras coisas que eu nem sei o nome. Fui saber depois que eu tô velha, dessas coisas. Por isso que eu não sou chegada a comida”*. Na sua percepção, por ter passado fome durante o período da infância à fase adulta e, portanto, por ser desacostumada a comer, hoje, apesar das condições mais favoráveis, alimentar-se não lhe provoca prazer: *“Eu fui criada com fome, né?”*.

Apesar da atuação sistemática da equipe PSF com os jordanienses, tendo em vista toda aproximação dos profissionais de seus pacientes e o acompanhamento que fazem, o que é peculiar desse programa, não existe uma adesão plena aos preceitos médicos, em se pensando, sobretudo, nos homens. É relevante mencionar que, sem exceção, os entrevistados dispõem somente da assistência médica pública.

Também é crucial considerar as condições econômicas dessas pessoas, pois, como ponderam Marques e Gutierrez (2009), não basta estimular a população a melhorar os hábitos alimentares, quando esta indis põe de outras possibilidades de escolha; é preciso, portanto, a efetivação de políticas públicas no campo da nutrição.

De um modo geral, os velhos reclamam das restrições alimentares que lhes são postas; lembram de um tempo em que não havia orientação para controlar a pressão arterial e saciavam-se com o que hoje é proibido. Sr. Timóteo reporta-se ao excesso dessa vigilância na atualidade: *“Você não coma porco que faz mal, não coma salgado que faz mal, não tome café que faz mal, não coma ovo que faz mal [risos]’*. *É tanta coisa, né? Eu gosto de café; ave-maria! Mas tomo pouco porque aumenta a pressão”*.

Diante das doutrinas da boa alimentação, chamou-me atenção a sensibilidade do neto de Sr. Timóteo quanto à necessidade deste de privar-se de determinados tipos de comida. Ananias decidiu pelo descarte de uma dieta

considerada prejudicial, não apenas para o avô, mas para todos os membros do seu grupo doméstico:

*Não come salgado, não come carne de porco. Ele gostava era mais de carne de porco. Aí, não adianta. Eu não compro pra comer e ele ficar só... Eu prefiro não comprar. Nós come o que ele come. Ele gostava de panelada [vísceras de bovino bem cozidas], mas não pode, panelada é gordura.*

Dentre aqueles que são acometidos por doenças sintomáticas, diferentemente dos hipertensos, os quais dizem não sentirem qualquer alteração, observei que existe uma maior aceitação dos preceitos médicos, pois, nesse caso, o corpo fala, revela a enfermidade. Assim, no processo de compreensão e aceitação do adoecimento, esses velhos inserem-se no que Garcia et al. (2005) referiram como a fase “sou-paciente”, significando a procura de tratamento e “a ‘entrega’ aos cuidados médicos e familiares”.

Infartada há um ano, D. Cláudia vivencia o seu adoecer com medo da morte e, ciente da necessidade de cuidados contínuos, como me contou da prescrição médica – “Quando eu me operei o doutor passou um remédio pra eu tomar até o fim da vida” –, abdicou da comida gordurosa e salgada, aderindo a uma dieta mais leve: “Eu como peito de galinha com arroz e verdura, batatinha, tomate, chuchu e chupo muita laranja; e de manhã bem cedo, só uma bolachinha”.

Na percepção de Tatiana, sua mãe não reagiu tranquilamente ao novo estilo de vida, pois se preocupa em excesso com a reorientação alimentar. “Ela é uma pessoa que gosta muito de fruta, e aqui tem certas frutas que ela gosta, mas coloca na cabeça que não pode. Se comer manga fica com a barriga, não sei o quê”. Contudo, lembra que essa reconstrução dos hábitos alimentares não se processa sem conflitos, principalmente, no caso de D. Cláudia, quando na ausência da filha, pois o preparo das refeições fica sob a responsabilidade de D. Cláudia, que exagera na quantidade de gordura e sal. Assim, a filha diz que sempre adverte a mãe sobre a necessidade de reduzir tais ingredientes, mesmo considerando que D. Cláudia aceitou, sem maiores dificuldades, a eliminação das comidas prazerosas:

*Mas desde que o médico passou [prescreveu a dieta], ela sabe que não pode mesmo. Mas ela diz que, às vezes dá vontade dela comer o que ela comia antes, toucinho. Outra coisa que ela gosta é nata. Se tivesse nata, ela colocava na comida dela, no ovo. Ela gostava muito de gordura... Mas é controlada a comida dela em relação a isso.*

D. lêda, hipertensa e há seis anos cuidando da diabetes, também se identifica na fase “sou-paciente”. Ao falar sobre sua saúde, expõe o conflito de que venho analisando: *“Tu já viu que sofrimento este? Você gostar de uma coisa e não poder comer!”*. Sobrepõe-se a essa dificuldade o fato de ser ela quem cozinha os doces e os salgados de sua lanchonete. *“Como eu gosto de queijo! E se você ver, eu luto [trabalho] com queijo bem cedo e não tenho coragem de comer. O salgado, eu ainda, aqui e acolá...”*.

Hoje, segundo ela própria, conseguiu controlar as taxas de glicemia por meio da alimentação e da caminhada, atingindo o seu objetivo – suspender o uso de medicamento. Porém, antes dessa estabilidade, D. lêda passou por um período mais difícil no cuidado da doença, dada a elevação da glicose e, mesmo avessa a remédios, sucumbiu aos argumentos de sua médica: *“Você tem que tomar pra controlar, senão você vai morrer ou cegar. Você não morre logo, não, mas tem muito problema”*. Assim, consciente do impacto da doença em sua vida, começou a tratar-se com remédio, mas sem muito sucesso, tendo em vista os efeitos colaterais; desse modo, a outra tentativa foi uma mudança no seu estilo de vida, estratégia acertada, na sua descrição: *“Agora que eu tô melhorando... Pronto, agora eu posso ir fazer meu exame que eu garanto que...”*.

Cabe, também aqui, mencionar o procedimento de suas filhas de comprar doces aceitáveis, os chamados *diets*, como uma forma de amenizar essa readaptação, para não eliminar bruscamente o prazer de comer, o que significa, como disse D. lêda, um sofrimento.

Como se percebe, embora exista o entendimento da necessidade de manter uma dieta considerada saudável, alguns não a seguem. D. Tércia, por exemplo, é uma que se encontra nessa situação. Hipertensa, assume a sua desobediência à recomendação de sua médica: *“A doutora diz que é pra eu ferver o leite três vezes porque é muito gorduroso, aí eu pego a nata do leite,*

*como com pão. A minha amiga diz pra eu dizer pro médico que eu tomo leite desnatado e a nata separada [risos]”.*

Reiterando ainda a questão da consciência, D. Tércia, imbuída de um saber técnico-científico, tendo em vista a sua atuação como agente de saúde por 11 anos, reconhece a divergência entre seu conhecimento e suas ações, ao comentar a reprovação de sua filha ao fato de ela suspender aleatoriamente os comprimidos da hipertensão: *“Ela briga é muito comigo: ‘A mãe foi agente de saúde e quando acabar faz uma dessa’”.*

Gomes (2007, p. 671), diante do impasse neste aspecto da adesão aos apelos à mudança no comportamento alimentar com fins de prevenção de doenças, reflete que, como as pessoas atribuem significados às experiências, suas crenças e suas práticas influenciam no que interpretam como risco. Assim sendo, subestimar culturas, singularidades e realidades levaria a uma intervenção ineficaz numa realidade ideal imaginária. A afirmação do autor evidencia a importância do diálogo entre o saber científico e o popular:

Quando uma nova recomendação é anunciada, mesmo existindo credibilidade e confiança na instituição ou fonte de informação responsável pela prescrição, certa resistência em aceitá-la, no sentido de colocá-la em prática, ainda será experimentada, principalmente, quando essa prescrição requer ou exige uma mudança de comportamento que aflige valores e experiências anteriores. Por essa razão, a simples prescrição unilateral não tem valor para o leigo, se não obedece e acompanha uma construção sócio-cultural do risco que a envolve.

Nesta direção, a lógica da “teoria da prática” apresentada por Bourdieu alerta para a homogeneização dos modos de vida ou, nos termos de Fonseca (2005, p. 55), “[...] é como se bastasse constatar a lei, repertoriar as normas hegemônicas, e medir a realidade contra esse parâmetro”. Aqui, para além da óptica científica, concorrem os valores dos atores sociais, que não são estanques; ao contrário, envolvem uma multidimensionalidade de representações, como medo, descrédito, crenças num contexto específico.

Diferentemente do grupo de Fortaleza, os senhores e as senhoras de Jordão não fazem uso tão corriqueiro das consultas médicas e, como o posto do PSF se localiza no Distrito, vão a pé para fazer algum exame ou

receber remédio, afirmando ser desnecessária a companhia das filhas, exceto quando estão doentes.

Em relação aos cuidados com a aparência, ou mais precisamente, à visibilidade dada ao corpo, não se confirmou a assertiva de que as modificações são aceitas sem maiores conflitos, tal como afirma Barreto (1992) sobre os velhos do espaço rural. Tal situação se verifica, mas não homogeneamente. Possivelmente por conta do imaginário coletivo em torno de ser a vida no campo determinada por um *locus* eminentemente de produção para o sustento e do suposto não acesso aos bens de consumo, acredita-se que esses velhos não dariam importância à imensa oferta de serviços e estilos de vida em prol da beleza corporal.

*Eu me acho assim muito derrubada na velhice, feia. Eu digo muito, duas coisas que eu faria na idade de hoje que eu não me sinto bem na minha velhice. Sabe o que é? Se eu morasse numa cidade de condição eu fazia plástica. Eu me atrevia a pegar o dinheiro e fazer uma plástica pra ficar mais nova. Era o que eu queria e a outra coisa... Eu tinha minha sobrancelha tão bonitinha, bem feitinha, aí eu peguei uma doença não sei de quê, aí eu perdi o pêlo. Aquilo pra mim foi bom, nunca mais nasceu, mas na minha sobrancelha eu fiquei sem cabelo. Eu queria uma sobrancelha fininha. Mulher é bonita com sobrancelha, como a tua. As mulheres que eu vejo na televisão, eu tenho é inveja [risos]. Eu tinha cabelo grande quando era nova, cabelo bonito, aí depois que eu fiquei velha, eu cortei (D. Heloísa).*

“Ficar mais nova”, eis a expectativa própria do contexto da ciência moderna, em que a distinção entre desejo e necessidade se tornou complexa, frente à objetivação do corpo, em detrimento da subjetividade:

O corpo-máquina, o corpo coisa, experimentável, indagável, curável, e não um sujeito de vida; constituindo como um feixe de processos em terceira pessoa de que eu sou ou devo ser proprietário e administrador. A essa idéia de ciência e de corpo alia-se uma ética: a de que nada deve impedir qualquer intervenção técnica possível (SILVA, 2007).

A cirurgia plástica, uma forma de cristalizar a juventude, é almejada por D. Heloísa, que se sente “derrubada” na sua velhice, influenciada pela pressão do tempo social sobre o corpo na busca de reparos “correspondentes

ao desejo que a própria sociedade explora, dissemina e pretende alcançar” (JOSELITO SANTOS; VASCONCELOS; GICO, 2006, p. 3161).

Acerca da relação velhice-corpo, Tochio (2008, p.137) discute que a decisão pela cirurgia plástica inscreve-se como uma tentativa de eliminar os sinais do tempo, “desnaturalizando processos tidos como naturais”, tendo em vista a associação da velhice à figura das perdas.

Para referir-se aos ideais de beleza, D. Heloísa faz menção à televisão, e, nos termos de Sant’anna (2007, p. 67), tal meio se constitui num veículo destinado à “comercialização do desejo”, predominando a onipresença de imagens da saúde plena e de corpos bem cuidados, expressões da felicidade destinadas “a tratar e a modificar o estado físico de milhares de pessoas”.

A cultura de consumo voltada a estilos de vida e a práticas de controle do corpo propaga um saber sobre a idade, conforme argumenta Atias-Donfut (2004) e, através da publicidade, reforça uma dicotomia entre beleza e velhice. Em outras palavras, o corpo bonito é corpo do jovem – magro, “sarado”, sem rugas, modelado pelos cremes, pelas dietas e pelos exercícios físicos. Destarte, a narrativa de D. Heloísa remete a pensar a concretude da velhice em função de um corpo que revela as marcas do tempo, corpo esse antagônico ao modelo padrão.

Diante dos apelos midiáticos, verifica-se certa dificuldade em aceitar a velhice que é evidenciada pelas mudanças no corpo, denunciando uma imagem frágil e feia, em oposição ao padrão instituído ora comentado. Featherstone (1998, p. 61) usa a expressão “*máscara do envelhecimento*” para explicitar a resistência à velhice. Sendo algo incerto tornar-se um “*adulto válido*”, a negação da condição de ser velho é vista pelo autor como “uma grotesca máscara imposta ao corpo e ao rosto de alguém, que esconde sua capacidade de representar seu ‘eu verdadeiro’ aos outros”.

Nesse sentido, velho é sempre o outro – a revelação da nossa idade vem dos outros, e essa constatação causa indignação. Simone de Beauvoir

(1990), em *A velhice*, relata que, ao ser reconhecida como velha, aos cinquenta anos, recebeu tal declaração como um insulto.

A fala de Sr. João leva a perceber que o tempo vivido revelado pelo corpo é recusado, mormente quando contraposto ao outro:

*Doutora, a gente fica jovem como a senhorita: tão novinha, bonitinha... Se a gente nunca ficasse velho, talvez fosse melhor que nunca se esquecia da vaidade. Velho a gente não fica, fica usado. Ninguém fica velho, fica usado [risos]. Quem eu já fui e tô sendo hoje, relembrar o que passou...*

Featherstone (1998) analisa que, numa cultura orientada para o consumo jovem, a velhice não tem vez, e, nunca, nenhuma sociedade histórica produziu e divulgou a imagem de preservação do corpo como hoje. Uma parafernália de recursos é oferecida como forma de combater as marcas do tempo, como por exemplo, cosméticos, uma diversidade de terapias, manuais de auto-ajuda, dietas, ginástica, operações plásticas, dentre outras alternativas que, atreladas à ciência, garantem a vitalidade do corpo. Tal circunstância se adéqua ao que Goffman (1975, p. 119) cunhou de “predisposição à vitimização”: um resultado da exposição da pessoa estigmatizada a servidores que vendem meios para corrigir a fala, para clarear a cor da pele para restaurar a juventude.

Entretanto, o apelo ao rejuvenescimento do corpo não é visto por Rago (2007, p. 53) como um encontro consigo nem tampouco como um “movimento subjetivo libertário, mas ao contrário, leva a uma dissociação de si, já que se trata de um investimento para se adequar a um modelo exterior, imposto pelo mercado e pela mídia”.

O ideal de corpo magro também é almejado entre homens e mulheres, que procuram adotar uma dieta sem gorduras ou, então, resolvem comer menos, apontando as dificuldades do corpo pesado:

*Eu tô gordo demais, já fui mais magro. Eu queria ser mais magro, ser gordo assim é ruim, pesa. Só falta não me levantar que eu gosto de me sentar no chão. (Sr. Timóteo).*

*Eu queria ser mais magrinha um pouquinho porque é ruim, a gente fica tão pesada (D. Berenice).*

Por outro lado, verifiquei a imagem da magreza associada à ausência de saúde, ao surgimento das doenças o que, conseqüentemente, deflagra a manifestação da velhice, pois na juventude o corpo era *forte*, ou seja, produtivo:

*Eu fui mais forte, corado, talentoso. Pegava um peso, não sentia nada. Hoje eu sinto o balde, eu tenho vontade de pegar, mas... (Sr. Joaquim).*

*O meu corpo agora tá muito fino, eu tô muito magra. Eu já fui mais gorda, hoje eu tô muito fina. Eu era bem forte. Antes de meu marido morrer, ave-maria, eu era muito forte. Essa gripe que eu peguei... (D. Adelaide).*

*Toda vida eu fui gorda e eu emagreci mais um pouco depois que eu comecei a adoecer... (D. Berenice, 62 anos).*

A vaidade também não transparece de modo singular. Bem mais que os homens, parte considerável das mulheres se preocupa em “se *ajeitar*, *sair arrumada* e *direitinha*”. Ao combinar com D. Cláudia de nos encontrarmos para eu fotografá-la junto com a filha, fiquei surpresa ao revê-la, pois os compridos cabelos brancos estavam negros. Já outras nunca investiram nesse tipo de cuidado com a aparência, algo irrelevante em suas vidas:

*Eu gosto de andar *direitinha*, eu vou pra um passeio e as minhas filhas me *ajeitam*. *Ave-maria*, eu quero que você veja! Elas me dão *brinco*, elas me dão *batom*. Eu tenho tudo, é *sabonete*, *creme de pele* [Quando pergunto se é vaidosa, de imediato, mostra as unhas cumpridas e pintadas de vermelho] (D. Zezé).*

*Gosto de andar *pintada*, gosto de um *anel*, gosto de roupa bonita. Eu me *arrumo*... De *batom*, de tudo, me *pinto*. (D. Tércia).*

*Eu nunca gastei dinheiro com *batom*, com *rouge*, com essas coisas que vocês botam na unha e ficam *igualzinha* ao *capeta*, quero não. Deus me defenda. *Inventam* umas coisas nos olhos que fica igual aos olhos do *cão*; eu lá sei que *diabo* é. Isso não é coisa que Deus deixou não, isso é *pintura do dêmuo*, o *dêmuo* é que usava isso aí. (D. Adelaide).*

*Nunca fui *vaidoso*, nem quando era *rapaz*. Visto qualquer roupa, qualquer *sapato* (Sr. Vitória).*

Ainda é interessante notar que alguns disseram ser vaidosos quando jovens, mas hoje, por se aperceberem velhos, indicam o hiato entre velhice e vaidade:

*Agora, nessa idade, a gente não tem mais vaidade. Eu não uso nem perfume. Quando era rapaz sim, mas agora não [risos] (Sr. Cid).*

*Eu só andava pintada, era direto, tanto podia ser de manhã cedo ou de noite, era de brinco. Muito cordão, anel em todos os dedos, unha bem vermelhona, eu era vaidosa (D. Iêda).*

A prática da caminhada, diferentemente das recomendações acerca da alimentação dita saudável, tanto é mais aceita pelos homens quanto pelas mulheres. No entanto, em relação aos interlocutores sem maiores comprometimentos físicos, do grupo masculino, estes acreditam que estão se exercitando ao locomoverem-se de suas casas em direção ao trabalho na roça, cujo percurso varia em torno de uma hora. Desse modo, não se deslocam exclusivamente para juntar-se ao grupo da caminhada, coordenado por um estagiário da educação física, o qual desenvolve esse trabalho três vezes por semana<sup>55</sup>.

Sr. Mauro contesta a médica do PSF por invalidar a eficácia de sua caminhada:

*Todo dia eu ando uma hora, duas horas pro roçado. Uma hora pra ir e uma hora pra vir. Eu acho que já chega. É aqui no Boqueirão e tem ladeira que a gente desce e sobe a ladeira mais alta. Todo dia eu desço e subo. Tem até o pessoal da caminhada e aí eu disse pra doutora que não dava pra mim não. Aí eu contei. “Não, não serve não.” Eu acho que não serve é você ficar deitado numa rede, endurecendo as juntas, mas andando, eu acho que serve [risos].*

Embora D. Tércia participe do grupo da caminhada desde o início, tal como Sr. Mauro, associa exercício físico ao trabalho. A dedicação no

---

<sup>55</sup> À época da pesquisa, o estagiário estava ausente, devido às condições inadequadas do chão do campo onde caminhavam. No dizer de D. Adelaide, o pé atola, em consequência da apuagem. “É a terra que a máquina cavou e tá muito frouxo, o e aí nós tava fazendo num campinho pequeno. Nós tamo caminhando na estrada, uma parte da gente”. Como declara. D. Adelaide, mesmo sem a presença do coordenador, a prática da caminhada continuou na área asfaltada e, de acordo com as relações de amizade, as pessoas formaram seus próprios grupos, de forma a conciliarem dias e horários.

momento se volta à colheita do caju. Desse modo, suspendeu temporariamente as caminhadas matinais, posto o esforço da retirada das frutas: *“Eu não vou esses dias não [para a caminhada], porque juntar caju nos cajueiros não é bom não, né? É uma mão de obra e tanto; e derrubar com a vara! Assim, eu tô fazendo os meus exercícios, os meus alongamentos tudinho”*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi analisar a velhice no contexto familiar, com ênfase na relação entre as gerações no convívio cotidiano, a partir de espaços não apenas geográficos, mas socialmente distintos, isto é, numa cidade – Fortaleza, capital do Estado do Ceará — e num Distrito localizado ao Norte desse mesmo Estado.

Por meio da pesquisa de campo, fundamentada no trabalho etnográfico, discuti os dados que incitam a rever determinadas convenções em torno da família, da velhice e do modo como a oposição entre rural e urbano tem sido tratada, pois, na dinâmica de redefinição dessas relações, as experiências aqui trazidas revelam-se de tal modo heterogêneas, que bloqueiam a tentativa de padronizar seja a família, seja a velhice, como também o espaço em que se vive.

Rogers (2006), numa crítica ao discurso naturalizado e limitado sobre o camponês, ao qual chama Texto Brasileiro sobre o rural (TB), mostra, com razão, que é preciso rever as convenções sobre o mundo rural, de modo a dar conta da especificidade de sua dinâmica.

A antropologia contribui exaustivamente para desfazer convenções; quando lida com etnografias, a disciplina oferece contextos das particularidades e pensa a humanidade em seu conjunto, de modo a evitar posturas etnocêntricas. Comentando a mobilização da antropologia social no sentido de demarcar sua crítica ao ponto de vista etnocêntrico, Moura (1986) observa que, para estudar certo grupo, é imprescindível cercar-se das representações e das práticas sociais, mas convém não essencializar, de maneira que o sentido de diferentes modos de vida não seja deturpado por outros valores, como, por exemplo, os do pesquisador. O fato é que o apego a representações tradicionais permite supor que o pesquisador já saiba, desde o início de seu percurso, o que quer investigar; e esse “saber” anula o poder do encontro com o desconhecido, fundamental em um trabalho que se propõe a investigar.

Partindo dessas premissas, é importante enfatizar que a pesquisa não se voltou a um universo homogêneo. Ao contrário: quando investigamos o papel do velho na família e a forma como se dá sua inserção nas relações intergeracionais, defrontamo-nos com uma diversidade de situações merecedoras de aprofundamento, haja vista as transformações nos vínculos familiares e suas repercussões no cotidiano.

Foi, portanto, imperativo romper com valores ideológicos ou convenções específicas, particularmente no que diz respeito ao significado da família e da experiência do envelhecimento em Fortaleza e em Jordão.

Mencionadas estas questões pontuais, passo a discorrer sobre as respostas às minhas inquietações, sendo estas conduzidas pelos principais eixos temáticos, norteadores da tese - *Velhice e dependência / Família e velhice / Velhice, espaço urbano e rural*.

Inicialmente, enfatizei a dificuldade para classificar os meus interlocutores em chefes e não chefes ou “família de idosos” e “família com idosos”, tomando como base a definição do IBGE sobre “pessoa de referência do domicílio”, empregada no sentido de responsabilidade e de sustento da família. Embora de fundamental importância na definição do projeto que deu origem ao presente estudo, essa caracterização não atende às múltiplas dimensões socioantropológicas que envolvem a temática em questão, porque a realidade não se adequa perfeitamente aos modelos estabelecidos.

Assim, o constructo de “família de idosos” e “família com idosos” é contingente, sendo impossível enquadrar as famílias de modo definitivo, uma vez que a vida real dos sujeitos é dinâmica e, portanto, não restrita a modelos. Apesar de ter-me orientado por esta tipologia, no decorrer do texto aponto a necessidade de flexibilizar o entremeio entre os modelos.

Os resultados que analiso colidiram, sobremaneira, com a recorrente associação entre velhice e dependência, dependência esta no sentido econômico. Lopes (2008) atenta para o fato de as relações intergeracionais caracterizarem-se pela troca de suporte social; com respeito aos velhos, quando estes necessitam de algum auxílio, recorrem, na maioria das vezes,

aos filhos. Contudo, como discuti, em decorrência da conjuntura socioeconômica atual e da universalização do direito à aposentadoria, os pais garantiram melhor estabilidade e passaram a amparar mais seus descendentes em termos materiais.

Em Fortaleza, verifiquei que a responsabilidade pelo sustento familiar não é assumida unicamente pelos velhos na unidade doméstica, posto que, com poucas exceções, existe rateio entre os demais membros, os quais trabalham. Assim, é inviável nominar exclusivamente uma pessoa do grupo como o “chefe”.

Ao contrário de Fortaleza, embora tenha encontrado famílias com esse tipo de arranjo em Jordão, ali foi predominante um cenário em que os velhos assumiam, sem participação alguma dos filhos, o orçamento da casa, haja vista a situação de desemprego ou subemprego, deflagrada na prática de “bicos”, como confecção de capas de garrafa ou vassouras de palha e realização de faxinas.

Avalio que, na cidade, a ascensão educacional dos filhos tenha favorecido, de certa forma, a melhoria na vida de seus pais, a ponto de permitir àqueles a participação no orçamento e o comprometimento com o pagamento de um plano de saúde privado. No entanto, é preciso deixar claro que a maioria dos velhos respondia pelos gastos de suas principais necessidades.

Já no interior, de modo geral, não ocorreu essa mobilidade em termos de ensino formal de uma geração a outra: havia, na mesma unidade doméstica, pais e filhos analfabetos ou com poucos anos de estudo. Logo, as oportunidades de emprego estão voltadas a trabalhos subalternos, de baixa remuneração, impossibilitando, pois, mudanças maiores, como as percebidas em Fortaleza, nas condições de vida na estrutura familiar.

Porém, é importante sinalizar para um aspecto crucial no que remete à questão da renda. Todos, em Jordão, recebiam aposentadoria rural e/ou pensão e, apesar de os valores serem considerados parcos, são esses proventos a principal fonte de sustento do grupo, uma garantia certa, dispensando a dependência financeira dos filhos. É conveniente ainda lembrar

que, além do amparo aos membros da unidade doméstica, os pais contribuem com os filhos que não moram com eles, seja em dinheiro ou alimento.

Paralelamente aos benefícios previdenciários, o Programa “Bolsa Família”, cuja contemplação é bem mais ampla do que na cidade (ver **Quadros 5 e 6**), é de fundamental importância na sobrevivência dos grupos domésticos em situação de pobreza. Ressalto, também, a produção de alimento pelos interlocutores no espaço rural e a criação de animais, como forma de suprir as necessidades básicas, isentando-os de comprar.

Em Fortaleza, três senhoras estavam desprovidas de assistência previdenciária: D. Hildete e D. Alice, vivendo de “bicos” e da ajuda esporádica dos filhos; e D. Iara, dependendo exclusivamente dos filhos. No tocante ao gênero, aqui se verifica a desvantagem das mulheres dessa geração que, comumente, não tiveram vínculo empregatício e, conseqüentemente, são privadas de proteção social, refletindo numa velhice precária.

O aspecto que verifiquei como mais divergente entre os dois espaços estudados manifestou-se em relação ao trabalho: dentre os velhos de Fortaleza, apenas o entrevistado mais novo, Sr. Valter, de 64 anos, continuava na ativa, ao passo que os homens de Jordão permaneciam com as atividades no roçado, com exceção de dois senhores, um deles, devido à amputação da perna; e o outro, ao reumatismo.

Penso que, independentemente do mercado formal de empregos, as categorias nucleantes *terra, família e trabalho*, que não se desvinculam umas das outras e que Woortmann (1990) analisa como intrínsecas às sociedades camponesas, tornam compreensiva a percepção dos senhores e das senhoras de Jordão em torno da vida associada ao valor-trabalho, cuja falta representa sua morte social. Amparo-me na canção: *e sem o seu trabalho um homem não tem honra e sem a sua honra se morre, se mata...*

As limitações físicas constituem o grande impedimento para a continuidade do trabalho e, diante da impossibilidade deste, a velhice é evidenciada e reconhecida, apesar de o ritmo da mente ser incompatível com o

do corpo. Não foi raro ouvir dos filhos suas contestações pelo fato de os pais insistirem com o trabalho na roça, visto “*não terem mais idade para isso*”.

Na cidade, os homens também lamentaram a ausência do trabalho; observei que considerável parte de suas narrativas se direcionava a esta temática, mas, diferentemente dos interlocutores de Jordão, havia uma conformação e, assim, preenchiavam o tempo livre nos grupos de convivência, com exceção de Sr. Valter, que continuava trabalhando, e de Sr. Geraldo, que sofria de reumatismo.

Tanto num campo como no outro, é evidente a autonomia que a posse da renda proporciona aos velhos, independentemente de morarem em suas casas ou nas de seus filhos, visto que este arranjo se verificou entre aqueles acometidos por doenças ou na condição de viúvos, porém, independentes financeiramente, de modo a prover o próprio sustento.

Todavia, vale distinguir autonomia de independência, ao ponderar o estado de saúde. A autonomia refere-se à capacidade mental ou intelectual que o indivíduo possui para decidir, livre de terceiros. Porém, essa mesma pessoa, usufruindo de tal aptidão, pode ter limitações físicas para a realização de suas atividades e, impossibilitada de agir sozinha, torna-se dependente de alguém, para, por exemplo, fazer o saque mensal da aposentadoria.

Esta situação foi percebida, mormente entre aqueles com idade mais avançada. Entretanto, não quero afirmar com isso que exista uma correspondência direta entre ter mais de 60 anos e dependência, pois, como a pesquisa mostrou, vitalidade não é atributo exclusivo dos mais jovens.

Os interlocutores mais velhos de Jordão, por exemplo, levaram-me a refletir sobre uma situação inversa ao corriqueiro, ou seja, o amparo dos filhos pelos pais. A dependência alcoólica revelou-se um problema comum nas casas por onde estive. Não sem conflitos, a atitude dos mais velhos é de sustentar os jovens, visto que estes são desempregados. Pude ver, algumas vezes, os pais caminharem para o trabalho na roça, enquanto os filhos ficavam nos botecos.

Ainda com relação a este arranjo que foge ao esperado, Sr. Vitório, com 71 anos, provê integralmente o filho de 42 anos que, com problemas no

joelho devido a um acidente de trabalho, ficou desempregado. Sr. Vitório, satisfeito com sua saúde, orgulha-se por continuar no trabalho da roça e não sentir dor alguma. Lembro-me também dos casos já esmiuçados de D. Heloísa, que mantém seu filho paralítico, e de D. Tércia, que tem o filho com problemas mentais. Como pensar na família sem os seus velhos? A pesquisa leva a questionar em que medida e de que forma essa população é de fato, “dependente”.

A família é um feixe complexo de relações muito distintas, no que diz respeito às diferentes posições ocupadas pelos indivíduos considerados como seus membros. Ódio e amor, convivência, abandono, cuidado e negligência são ações e sentimentos que variam ao longo do curso da vida e independem da proximidade em termos de consanguinidade ou de residência. Portanto, estabelecer qualquer relação fixa entre parentesco e cuidado na velhice é encobrir esse conjunto de relações.

Um dos interesses da pesquisa era saber se existia uma relação entre chefia e autoridade, ou seja, sendo os velhos responsáveis economicamente por seu grupo doméstico, teriam eles poder de decisão? Tal correspondência foi vista, mas coexistiam outras dinâmicas no cotidiano do grupo doméstico, nos dois campos, o que me levou a ponderar uma diversidade de questões que impedem a afirmação de que haja uma univocidade entre chefia e autoridade ou de que os velhos desfrutem carinho e respeito dos familiares, em função dessa condição.

Embora o velho não tivesse renda, se detivesse a posse da casa, fazia valer sua posição na família. A divisão das despesas ou a assunção do orçamento por uma única pessoa, como também a idade avançada e o estado de saúde foram peculiaridades que apareceram como determinantes na configuração da organização e da convivência familiar.

Desse modo, falar em trocas intergeracionais na família é adentrar num universo variado ainda, posto o caráter transitório e a multidimensão dos arranjos nesta forma de apoio, a começar pela convivência de várias gerações, que pode traduzir-se em coresidência ou não, como bem lembra Camarano, autora à qual me refiro recorrentemente ao longo deste trabalho.

Assim, nos campos por mim pesquisados, apreendi que a coresidência não é garantia de apoio e de trocas intensas entre gerações na família, pois os filhos apontados pelos velhos como aqueles com os quais possuíam uma relação mais próxima nem sempre moravam sob o mesmo teto.

Apesar de a coabitação não se caracterizar como um cenário pleno de harmonia, tendo em vista as divergências e as tensões que permeiam as relações familiares, situações estas examinadas no decorrer da tese, a solidariedade intergeracional consolidada em apoios materiais e afetivos constitui uma estratégia viável diante de um sistema público precário ou mesmo inexistente.

Aqui, merece destaque o sentimento de obrigação nas formas de ajuda entre pais e filhos. Nas circunstâncias de vulnerabilidade – desemprego, separação, cuidado das crianças —, a expectativa primeira dos filhos é de poder contar com o amparo dos pais, os quais, mesmo em condições desfavoráveis, acolhem-nos. Como me disse Sr. Mauro: *“Eu ainda trabalho porque o ganho... Dá pra gente passar, se fosse só a gente, mas tem mais filho, tem neto”*.

Quanto aos filhos, frequentemente disseram-se gratos pela criação e pelo suporte obtidos, ressaltando o dever da retribuição para os pais, mormente no que diz respeito à velhice dependente. Sobre este assunto, questionam a ausência do “contradom”, ao reportar-se a outra realidade que não a da própria unidade doméstica: *“Como é que pode criar os filhos e quando é na velhice não é retribuído?!”*.

Destaco também outras relações para além do reconhecimento da dádiva como dívida, isto é, relações que não sinalizam necessariamente uma reciprocidade. Nesse contexto, os filhos demonstraram-se ressentidos pelo fato de os irmãos, tios ou netos não corresponderem às doações oferecidas por seus velhos. Porém, do ponto de vista destes, é melhor ajudar do que ser dependente (SINGLY, 2007).

As relações de consanguinidade ou de afinidade são o primeiro recurso na busca de apoio dos mais velhos e dos mais jovens. Com exceção

do apoio funcional, verifiquei que a ajuda prestada pelos velhos extrapola o caráter financeiro, somando, assim, o cuidado com os netos e com o trabalho da casa, assunto esse de destaque no corpo da análise.

Por outro lado, os filhos colaboram nos apoios instrumentais e funcionais, como ajudar nas tarefas domésticas, acompanhar nas saídas ao supermercado, ao banco e auxiliar nas atividades do autocuidado daqueles com saúde debilitada. Contudo, é relevante enfatizar que o tipo de cuidado exigido varia ao longo da vida, pois depende do grau de autonomia funcional; que falar de “filhos” é precisamente remeter a uma filha que assume solitariamente, sem a colaboração dos outros membros, a responsabilidade por esse cuidado.

Outra dimensão tão importante quanto o sexo para a elegibilidade da cuidadora é a afinidade entre os velhos e essas filhas, e essa predileção acaba por gerar um sentimento de ciúme nos demais membros. Quanto ao estado civil dessas cuidadoras, observei que as separadas são predominantes em Fortaleza, ao passo que, em Jordão, depois das casadas, sobressaem as mães solteiras.

As feições da coabitação em Fortaleza e em Jordão mostraram-se diferentes. De maneira geral, no primeiro lugar, pais, filhos e netos (em sua maioria, adolescentes) reúnem-se menos, devido às atividades diárias dos membros mais jovens, como o trabalho e a vida escolar.

Os velhos, tanto homens como mulheres, que não sofrem de comprometimentos físicos também possuem uma sociabilidade externa ao convívio familiar, participando dos grupos de convivência e de igreja, além das caminhadas.

Em Jordão, em função do desemprego dos filhos, do fato de os demais morarem próximos à casa dos pais e também de os netos (em sua maioria, crianças) estudarem a pouca distância, o encontro da família extensa é mais intenso. Assim, bem mais do que na cidade, no interior, pude ver as três gerações reunidas, durante as minhas visitas.

Quanto à vida fora do âmbito doméstico, a prática da caminhada é uma das atividades em evidência, contudo, mais precisamente, entre as mulheres, uma vez que, como os homens continuam trabalhando, eles argumentam que o percurso de ida e volta para o roçado já se constitui numa caminhada.

Agora, com relação às viagens para Brasília, não existe disparidade quando se enfoca gênero, pois todos aqueles que possuem filhos morando lá, característica comum entre os jordanienses, já se deslocaram para a capital federal. As viúvas e os viúvos lembram que para lá foram tanto acompanhados de seus cônjuges como sem eles.

Ainda que a investigação em torno da sociabilidade extrafamiliar não tenha sido contemplada para fins de análise, os interlocutores sinalizaram expressiva participação nos grupos de convivência: na cidade, já se consolidou uma estrutura adequada, ao passo que, no interior, é a equipe do PSF que planeja atividades mensais com os velhos de Jordão, mas de uma maneira muito precária em termos de espaço físico, recursos humanos e materiais.

Benedita Cabral (2002, p. 165), em seu estudo sobre a sociabilidade nos Centros Sociais Comunitários das classes populares paraibanas, aponta que tal prática não anula, mas soma-se às outras formas de sociabilidade, como as familiares e de vizinhança, concluindo ser uma experiência oportuna para “recriar laços e aprofundar relações entre iguais”.

Outra atividade que merece destaque é a inserção nos grupos religiosos, lembrando que, em Jordão, o catolicismo é predominante e, em Fortaleza, já se observa uma considerável adesão às igrejas evangélicas. A religião também é comentada pela autora referida, dado o favorecimento da construção de laços sociais, uma outra forma de sociabilidade positiva e prazerosa.

Em relação aos cuidados com o corpo e a saúde, foi importante notar a nítida distinção, em função dos espaços sociodemográficos. Em Fortaleza, percebi, fortemente, uma adesão aos preceitos da saúde perfeita, sem a necessidade da intervenção dos filhos para orientar os pais nas posturas

ditas adequadas. Mas, em algumas famílias, sobretudo as dos homens, o “*horror ao médico*” foi ressaltado, e isso implicava resistência ao uso de medicamentos, a dietas, a exercícios físicos, o que fazia com que as filhas assumissem a tarefa de persuasão e de controle, para a realização dos exames mais frequentes, como os clínicos e de pressão. Ou seja, no cuidado com a saúde, a tendência era a de infantilização dos velhos pelos seus filhos.

Vale registrar que as senhoras que contam sistematicamente com o acompanhamento das filhas são D. Iara e D. Lenita, porém os demais dependem desse mesmo tipo de apoio em situações fora do comum, como cirurgia ou doenças mais graves, mas, no que tange aos exames de rotina, vão sós, sem intermédio de alguém.

A hipertensão apareceu como a doença mais comum e, por ser conhecida como silenciosa, por não manifestar sintomas, os indivíduos que convivem com esse comprometimento parecem não aperceber-se dos problemas que poderão apresentar: acidente vascular encefálico – AVE — e complicações cardiovasculares, principais causas de morte, que, apesar do tratamento, ocasionam graves sequelas, determinando a dependência e interferindo na autonomia das pessoas.

Reitero: possivelmente, por ser uma doença assintomática, o tratamento é amiúde negligenciado pelos portadores, como pude observar entre os meus interlocutores que não fazem consultas regulares ou deixam de tomar os remédios conforme o prescrito.

Em Jordão, percebi que a convicção de estar acometido por uma doença sintomática, como problemas cardíacos ou diabetes é o principal estímulo para o velho seguir as recomendações médicas sobre os cuidados da saúde, de maneira a ser seletivo na alimentação, como ainda praticar exercícios físicos.

Ponderei também outra situação. Os velhos que vivenciaram um duradouro e inesquecível tempo de fome, agora que usufruem do alimento, quando proibido e de risco – gordura, ovos, farinha... —, opõem-se à transformação dos hábitos alimentares no presente. Não querem mais ser

privados de algo que, como disse Sr. Juvenal, é o único prazer que resta na velhice.

Recorrem exclusivamente ao PSF para cuidar da saúde e, sem muita frequência, principalmente os homens. Como o posto se localiza no próprio Distrito, sem necessidade de um meio de transporte, os velhos, com exceção dos debilitados fisicamente, consideram desnecessária a companhia dos filhos. Tal condição fez-me inferir que os velhos de Jordão são mais independentes dos familiares, além de poderem contar com as visitas dos agentes de saúde e do médico do PSF em suas casas, apesar da insatisfação de alguns pela inconstância desse atendimento.

Indistintamente, tanto na cidade como na roça, a percepção da velhice por parte dos filhos e dos netos entrevistados esteve associada à limitação física e à dependência. Considero ter sido este o aspecto mais homogêneo nas falas dos sujeitos, nos dois campos da pesquisa.

Conviver com a velhice suscita nos não velhos o medo da dependência e opera, assim, uma identificação com o outro – com o velho que cada um será. Ao reportarem-se às fragilidades específicas dessa fase, tomavam os seus pais como modelos, ao vislumbrar sua própria velhice num tempo futuro.

Foi notável a associação entre velhice e infância, como, ainda, a imagem naturalizada do velho ligada às atitudes de teimosia, percepção essa de forte influência nas tomadas de decisão, a exemplo da rejeição às prescrições médicas.

Ainda falando em homogeneidade, utilizo a expressão de Antônio Cândido (1964) “utopia retrospectiva”, para retratar as representações dos velhos sobre a contemporaneidade, contrapondo-a ao passado, isto é, confrontando épocas distintas vividas por eles. Em suas comparações, referem-se, especialmente, à obediência dos filhos aos pais, cuja autoridade era sentida até mesmo no olhar, sem precisar de palavras; enfim, valores de outrora considerados melhores, que não se fazem mais presentes. Resumindo, no relato do Sr. Edson: *“Os pais não dão mais educação pros filhos como era*

*pra dar. Tudo é diferente! O mundo é desse jeito porque os filhos não obedecem os pais, não têm mais moral com o filho nem nada”.*

Esse saudosismo, sustentado recorrentemente nas nossas conversas sobre família, faz com que critiquem a excessiva liberdade dada pelos pais, os modos de vestir, de namorar e a falta de respeito para com os mais velhos. Contudo, é uma censura que, notadamente, é voltada ao outro; ou, melhor dizendo, a uma outra família, sendo preservada a unidade doméstica de quem repudia os valores das novas gerações. Mais uma vez, vale expressar a argumentação por meio da fala de uma interlocutora: *“Mudou demais, porque naquela época os filhos respeitavam os pais... Agora, a gente não pode generalizar; lá em casa, graças a Deus, eles são todos controlados”.*

É importante, entretanto, observar que essas pessoas não vivem presas tão somente ao “antigamente” ou ao “no meu tempo”. É interessante rever que os velhos não estão congelados no passado, uma vez que leem, assistem à televisão, participam de grupos de convivência, exercem considerável influência na vida familiar; enfim, existe uma integração na vida cotidiana. Conforme analisou Oliveira (1999) acerca da coeducação entre as gerações, o inacabamento desses sujeitos, principalmente dos avós, um tanto resistentes às mudanças, mostra a possibilidade de mundos diferentes comunicarem-se e aceitarem-se, mesmo que as visões e os estilos de vida sejam opostos.

Foi uma raridade encontrar, entre os primeiros interlocutores, aqueles provenientes da capital: com exceção de três senhoras, os demais velhos entrevistados nasceram no interior e inseriram, em suas narrativas, lembranças da terra natal, especialmente suas experiências do tempo da seca, motivo principal da migração.

Os jordanienses, ao referirem-se a seus lugares, concentraram também suas falas nesse período, marcado pela chaga da fome e da pobreza e, diante desse passado, julgam que hoje se encontram melhor. Desse modo, muitas vezes, a memória familiar é acionada para filhos e netos, a fim de comparar tempos tão distintos, evidenciando, nas suas narrativas, o favorecimento dos mais jovens.

Acerca da oposição entre o urbano e o rural, foi mister desconstruir a abordagem dicotômica em torno desses espaços e ressaltar suas interações, recorrendo a autores que, negando as polaridades, compreendem a dinamicidade do espaço geográfico, sem, no entanto, desconsiderar as especificidades que demarcam cada lugar.

O Brasil é um país diverso em termos regionais, socioeconômicos e culturais. Com isso, urge fomentar pesquisas voltadas a entender a inserção do velho para além do meio urbano brasileiro, haja vista a carência de estudos pontuais sobre o envelhecimento humano no espaço rural.

Finalizando, cabe mencionar a importância de um olhar crítico sobre as convenções do que sejam “família”, “velho”, “urbano” e “rural”, de modo a recompor o tratamento dado a essas categorias e contextualizá-las social, cultural e historicamente.

Assim, espero que esta pesquisa contribua para estimular outras reflexões sobre o(s) significado(s) da velhice, desconstruindo seus mitos para trazer a possibilidade de demonstrar uma realidade de contextos peculiares, rompendo com o imaginário social ofuscante, que perpetua uma visão estereotipada tanto do campo quanto da cidade.

## REFERÊNCIAS

ADAIRLLON, Danielle; CALDEIRA, Teresa. Mulher: indivíduo ou família. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 4, São Paulo, 1984. p. 2-10.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. Campinas, SP: Átomo e Alínea, 2004. (Coleção Velhice e Sociedade).

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Corpo, velhice e ruralidade: subjetividades em foco. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis/SC: UFSC, 2008a.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Relações intergeracionais e educação: memórias em ação. **Revista de Ciências da Educação** n.19, p.77-102, 2008b.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

ALVES, Andréa Moraes. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações sociais. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 125-139.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n.15, 1995, p.145-151.

ANDRÉ, Marli Elisa D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ANTONIO FILHO, Fadei David. A propósito da palavra "sertão" In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1., 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP. p. 15-17, 1999.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sociologie des generations: l'empreinte du temps. Paris: PUF, 1988.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. **Les solidarités entre générations**: vielliesse, familles, état. Paris: Éditions Nathan, 1995.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (Coleção Família, Geração e Cultura).

BARRETO, Maria Lectícia. **Admirável mundo velho**: velhice, fantasia e realidade social. São Paulo: Ática, 1992.

BARROS, Myriam Lins de. **Autoridade e afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BARROS, Myriam Lins de. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.). **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. (Coleção Família, Geração e Cultura).

BARROSO, Maria José Lima Rocha. O desafio do envelhecimento no nordeste. **A terceira idade** — Sesc, São Paulo, v.1, p. 14-18, 1988.

BARROSO, Maria José Lima Rocha. **Uma sociedade para todas las edades**. 2005. Disponível em: <<http://www.gerontologia.org.portal>>. Acesso em: 24 set. 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Trad. de Maria Helena Franco Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECKER, Howards. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, 1995. p. 29-49. (Série Eventos).

BORN, Tomiko. Cuidado ao idoso em instituição. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 403-413.

BORN, Tomiko. In: FÓRUM NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA. **Anais...** Brasília, DF, 2000. (*on line*). Disponível em: <<http://www.sbgg.com.br/forum/relat.htm>>. Acesso em: 05 jan 2002.

BOSI. Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris: EHESS, n. 100, p. 32-36, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papius, 1996.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. Prefácio. In: PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programas de transferência de renda**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 07 fev. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de saúde da família**. Brasília, DF, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. A teoria crítica da família. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 37, p. 98-103, 1981.

CABRAL, Benedita Edina da Silva Lima. **De trabalhadores a aposentados do PRORURAL**: as contradições da política social e a concessão tardia de direitos. 1986. 160 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – UFPB — Campina Grande, PB.

CABRAL, Benedita Edina da Silva Lima. **Recriar laços**: estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas. 2002. 262 p. Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP.

CALDERÓN A. I.; GUIMARÃES R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Serviço Social e Sociedade**, n. 46, dez. São Paulo: Cortez, 1994. p. 21-33.

CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. Mecanismos de proteção social para a população idosa. In: RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves (Org.). **A população nas políticas públicas: gênero, geração, raça**. Brasília: CNPD; UNFPA, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; GHAOURI, Solange Kalso. Família com idosos: ninhos vazios? Rio de Janeiro: **Ipea**, 2003. (Texto para discussão, n. 950).

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, 1998.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008, Campinas, SP.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Trad. De Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. In: DEBERT, Guita Grin. (Org.). **Antropologia e velhice**. 2. ed. Campinas: IFCH/Unicamp, n. 13, p. 65-118, jan.1998. (Coleção Textos Didáticos).

CORTELLA, Sérgio Mário. Globalização e qualidade de vida. **A terceira idade** — Sesc, São Paulo, v. 17, p. 63-82, 1999.

CORTES NERI, Marcelo. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil:**

vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 91-107.

COSTA, Eliane Romeiro. Desigualdade da renda na velhice e previdência social no Brasil. **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 5/6, p. 437-453, mai./jun., 2007.

COSTA, Jurandir Freire Costa. **Ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COUTO, Márcia Thereza. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. In: SCOTT, Parry; COUTO, Márcia Thereza. (Org.). Família, teoria social e identidade brasileira **Revista Antropológicas** — Editora Universitária da UFPE, Recife, v. 16, n. 1, ano 9, p.197-216. 2006.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, E. O. (Org.), **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de privatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBERT, Guita Grin. A família e as novas políticas no contexto brasileiro. **Interseções** — Uerj, ano 3, n. 2, p. 71-92, 2001.

DEBERT, Guita Grin. O velho na propaganda. **Cadernos Pagu** — Unicamp, Campinas, SP, n. 21, 2003.

DEBERT, Guita. Grin; SIMÕES, Júlio de Assis. Envelhecimento e velhice na família contemporânea. In: FREITAS, E. V. de et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 2006. p. 1366-1373.

DELGADO, Guilherme. Costa; CARDOSO JÚNIOR José Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In:

CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/eso/revista9/artigo3.html>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

DELGADO, Josimara. Os velhos na cidade: considerações sobre cultura, identidade e geração. **Libertas**, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p.152-172, jun. 2007.

DUARTE, Renata Barbosa de Araújo (Org.). **Histórias de sucesso**: experiências empreendedoras. Brasília: Sebrae, 2004.

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTE, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.15-44.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPERANÇA de vida: 32 anos separam países ricos e pobres. Disponível em: <[http://www.esquerda.net/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3939&Itemid=28](http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=3939&Itemid=28)>. Acesso em: 13 jul. 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 153-167.

FEARTHESTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e imagens de processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin. (Org.). **Antropologia e velhice** — IFCH/Unicamp. 2. ed. n. 13, p.45-54, jan. 1998. (Coleção Textos Didáticos).

FERRIGNO, José Carlos. **Co-educação entre gerações**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Sesc, 2003.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Claudia. Cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, 1999.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade** — Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio-ago. 2005.

FORTES, Meyer. Malinowski and the study of kinship. In: FIRTY, Raymond (Ed.) **Man and culture: an evaluation of the work of Bronislaw Malinowski**. New York and Evanston: Harper Torchbooks, 1964.

FOSSA, Maria das Graças Rodrigues; FRANÇA, Mardone Cavalcante. Uma avaliação dos critérios de classificação da população urbana e rural. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG: ABEP, 2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Serviço Social do Comércio. **Idosos no Brasil: vivências e desafios na 3ª. idade** Disponível em: <[www2.fpa.org.br/portal](http://www2.fpa.org.br/portal)>. Acesso em: 09 ago. 2007.

GARCIA et al. Idosos em cena: falas do adoecer. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 9, n. 18, p. 537-552, set./dez. 2005.

GEERTZ, Clifford. O anti-anti relativismo. In: GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GIGLIO, Zula; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas**. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 141-160. (Coleção Vivacidade).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES, Fábio da Silva. Frutas, legumes e verduras: recomendações técnicas versus constructos sociais. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 20, n. 6, p. 669-680, nov. /dez. 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Velhice, mundo rural e sociedades modernas: tensos itinerários. **Ruris**, Campinas, SP, v. 02, n. 01, p. 154-181, 2008.

HAREVEN, Tamara. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso da vida. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 13, p. 11-35, 1999.

HEGEL, Friedrich. **Os princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série estudos sobre o Nordeste, v. 7).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Censo Demográfico IBGE**, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Estudos e Pesquisas/Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 21. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Estudos e Pesquisas / Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 23. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2008.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS — INESC. **Orçamento, direitos e desigualdades**: um olhar sobre a proposta orçamentária/2009. Brasília, ano 8, n. 16, out. 2008. Disponível em

<<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos>>. Acesso em: 28 out. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — Ipea. **Pnad 2007:** primeiras análises. Demografia e gênero. Comunicado da Presidência. v. 8, n. 11, 7 out. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2008.

JORDÃO NETTO, Antônio; SILVA, M. M. T. Velho, velhice: a nova semântica manifestada por diferentes grupos sociais na cidade de São Paulo. **Gerontologia** — São Paulo/SBGG, v. 2, n. 4, p. 183-187, 1994.

JOSELITO SANTOS; VASCONCELOS, Tatiana Cristina; GICO, Vânia de Vasconcelos. O corpo físico e social: algumas implicações na velhice. **Revista Univap**, São José dos Campos, SP, v. 13, n. 24, p. 3158-3161, out. 2006.

LAPASSADE, Geoges. **A entrada na vida**. Lisboa: Edições 70, 1975.

LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yêda Aparecida de Oliveira. Saúde e independência: aspirações centrais para os idosos. Como estão sendo satisfeitas? In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil:** vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 191-207.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. São Paulo: Cultrix, 1973.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: SPIRO, M. et al. **A família:** origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980. p. 7-45.

LIMA-FILHO, Dário de Oliveira et al. Comportamento alimentar do consumidor idoso. **Revista de Negócios**, Blumenau, SC, v. 13, n. 4, p. 27-39, out./dez. 2008.

LIMA, Marcelo Alves. A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: a Unati / UERJ. In: VERAS, Renato (Org.). **Velhice numa perspectiva de futuro saudável**. Rio de Janeiro: Unati, 2001. p. 33-98.

LOPES, Ewellyne Suely de Lima; NERI, Anita Liberalesso; PARK, Margareth Brandini. Ser avós ou ser pais: os papéis dos avós na sociedade contemporânea. **Textos Envelhecimento**, v. 8 n. 2, 2005. ISSN 1517-5928.

LOPES, Ewellyne Suely de Lima. Relações intergeracionais. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Palavras-chave em gerontologia**. 3. ed. Campinas, SP: Átomo e Alínea, 2008. p. 175-178.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87-97.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 145-156, 2001.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Sesc, 1987.

MALINOWSKI, Bonislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os pensadores).

MALUF, Sônia Weidner. Corporalidade e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 143-153, 2002.

MARANGONI, Jacqueline Ferraz da Costa. **“Meu tempo, seu tempo”**: refletindo sobre as relações intergeracionais a partir de uma intervenção no contexto escolar. 2007. 132 p. Tese (Mestrado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Contribuições teóricas da obra de Pierre Bourdieu à educação nutricional. In: MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis (Org.). **Qualidade de vida e cultura alimentar**. Campinas, SP: Ipês, 2009. p. 97-106

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEAD, Margaret. **Le fossé des generations**. Paris: Denoël/Gonthier, 1971.

MEAD, Margaret. **Cultura y compromiso**: estudio de la ruptura generacional. Barcelona: Gedisa, 1969 / 2002.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael Guerreiro; VARELLA, Santiago. **O levantamento de informações sobre as famílias nas Pnads de 1992 a 1999**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para discussão, n. 860).

MELO, Celso. **O Nordeste do Brasil**. Disponível em: <http://oquiageografico.wordpress.com/2008/09/30/o-nordeste-do-brasil>  
Acesso em: 15 jul. 2009.

MERCADANTE, Elisabeth. Envelhecimento, genética e bioética. **Kairós** — PUC, São Paulo, v. 4, p.193-250, 2001. Mesa-redonda.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MONTEIRO, Pedro Paulo. **Envelhecer**: histórias, encontros, transformações. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MORAGAS, Ricardo. **Gerontologia social**. São Paulo: Paulinas, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005.

MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 13, p.191-221, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 109-142. (Coleção Família, Geração e Cultura).

MOURA, Margarida. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, Anita Liberalesso.; DEBERT, Guita Grin (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 113-140.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007a. p. 33-46.

NERI, Anita Liberalesso. Feminização da velhice. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc, 2007b. p. 47-64.

NERI, Anita Liberalesso; SOMMERHALDER Cinara. As várias faces do cuidado e do bem-estar do cuidador. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Cuidar de idosos no contexto da família**: questões psicológicas e sociais. Campinas, SP: Alínea, 2002.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. (Coleção Repertórios).

PARENTE é serpente. Direção: Mario Monicelli. Roteiro: Carmine Amoroso, Suso Cecchi d'Amico, Piero De Bernardi, Mario Monicelli. 1993. 1 DVD (100 min), color., legendado.

PARK, Margareth Brandini. O ciclo da vida representado nas páginas dos almanaques de farmácias brasileiros. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (Org.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Átomo e Alínea, 2006. p. 55-76. (Coleção Velhice e Sociedade).

PATATIVA DO ASSARÉ. **Cantos de Patativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1967.

PAZ, Felipe Rodrigo Contri; GUTERRES, Liliane Stanisçuaski. “Isso eu aprendi no grupo de terceira idade”: um estudo antropológico sobre práticas alimentares e envelhecimento. **Revista Multidisciplinar da Uniesp**. São Paulo, 2009. p. 44-56.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais**. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; VINCENZO, Cicchelli. (Org.) **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 95-111.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICCHELLI, Vincenzo. Sociologia e Antropologia da vida privada na Europa e no Brasil: os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. (Org.) **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 8-11.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Les préférences familiales. L’individualisation de l’affection dans les générations âgées. In: SINGLY, François. (Org.) **Être soi d’un âge à l’autre: famille et individualisation**. Paris: L’Harmattan, 2001.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Processos diferenciais de envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.) **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 09-12. (Coleção Família, Geração e Cultura).

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CLAVAIROLLE, Françoise. Envelhecimento e novas tecnologias. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; CLAVAIROLLE, Françoise. (Org.) **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 57-128. (Coleção Família, Geração e Cultura).

PEIXOTO, Clarice Ehlers; LUZ, Gleice Mattos. De uma morada à outra: processos de re-coabitação entre as gerações. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 29, 2007. p. 171-179.

PEREIRA, Jorge L. G.; SANTOS, Ivana C. B. dos. **Algumas questões para se pensar o envelhecimento no campo: experiências dos idosos de Santa Rita de Minas/MG**. Disponível em:

<[www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Jorge\\_LG\\_Pereira.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Jorge_LG_Pereira.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2007.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, p. 200-215, 1989, Rio de Janeiro: Vértice.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 3-15, 1992.

PONDÉ, Luiz Felipe. Envelhecimento, genética e bioética. **Kairós** — PUC, São Paulo, v. 4, p.193-250, 2001. Mesa-redonda.

RAGO, Margareth. Cultura do narcisismo, política e cuidado de si. In: SOARES, Carmem. (Org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. p. 51-65. (Coleção Educação Física e Esportes).

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 28, ano 10, jul. 1995.

RAMOS, Luiz Roberto. Envelhecimento, genética e bioética. **Kairós** — PUC, São Paulo, v. 4, p. 193-250, 2001. Mesa-redonda.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. **Rev. Saúde Pública**, v. 21, n. 3, jun. 1987. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 20 jun. 2006.

RAMOS, Vânia. Corpo e movimento no envelhecimento: reflexões de idosos sobre as transformações do seu corpo. **Kairós** — PUC, São Paulo, v. 4, p. 67-81, 2001.

REIS, Douglas Sathler dos. **O rural e o urbano no Brasil**. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006\\_777.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_777.pdf)>.

Acesso em: 12 jan. 2008.

ROGERS, Paulo. **Os afectos mal-ditos**: o indizível das sexualidades camponesas. 2006. 190 p. Tese (Mestrado em Antropologia) — Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília-DF.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, 1995. p.73-87. (Série Eventos).

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Territorio** — Revista de Geografia Agrária, Uberlândia-MG, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SAAD, Paulo Murad. Transferências de apoio entre gerações no Brasil: um estudo para São Paulo e Fortaleza. In: CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. p. 251-280.

SAAD, Paulo Murad. Transferências de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, Ana Amélia et al. (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p.169-208.

SABOYA, Giovana; CARACRISTI, Isorlanda. **Descobrimo e construindo Sobral**: conhecimentos de geografia e história. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Uma história do corpo. In: SOARES, Carmem (Org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. (Coleção Educação Física e Esportes).

SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. **Idosos, família e cultura**: um estudo sobre a construção do papel do cuidador. Campinas, SP: Alínea, 2003.

SARTI, Cyntia Andersen. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, 1995. p.39-49. (Série Eventos).

SARTI, Cyntia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 26 mai. 2006.

SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, Parry. A família brasileira diante das transformações no cenário histórico global. . In: SCOTT, Parry; COUTO, Márcia Thereza. (Org.). Família, teoria social e identidade brasileira. **Revista Antropológicas** — Editora Universitária da UFPE, Recife, v. 16, n. 1, ano 9, 2006. p. 217-242.

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM GERONTOLOGIA E GERIATRIA, 4., 2008, Campinas, SP. Velhice e gênero. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp; Sesc Campinas, 2008.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, Ana Márcia. Prefácio. In: SOARES, Carmem (Org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. (Coleção Educação Física e Esportes).

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: Shiki, Shigeo; Silva, José Graziano; Ortega, Antônio César. (Orgs). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia:UFU/Fapemig, 1997. p.75-100.

SILVA, Vanda Aparecida da. **Menina carregando menino**: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG). 2005. 328p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p.11-25.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de Siqueira. Velhice e políticas públicas. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 209-223.

SOMMERHALDER, Cinara; NOGUEIRA, E. J. As relações entre gerações. In: FREIRE, Sueli Aparecida; NERI, Anita Liberalesso (Ed.). **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 101-112.

SZYMANSKI, Heloísa. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC; Cortez, 1995. p. 23-27. (Série Eventos).

TOCHIO DE ANTONIO, Andrea. **Corpo e estética: um estudo antropológico da cirurgia plástica**. 2008. Tese (Mestrado em Antropologia Social) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, SP.

UMA POSTURA diferente em relação ao idoso. Disponível em: <[http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista\\_200608\\_117/entrevista\\_ana.htm](http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista_200608_117/entrevista_ana.htm)>. Acesso em: 24 set. 2009.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da pesquisa participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p.153-155, 2007.

VANDRÉ, Geraldo. **Disparada**. São Paulo: RGE, 1967.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 10 out. 2005.

VENÂNCIO; CORUMBA ; GUIMARÃES José. **Manera fru fru manera**. Rio de Janeiro: Polygram, 1973.

VIEGAS, Susana de Matos; GOMES, Catarina Antunes. **A identidade na velhice**. Ambar: Porto-Portugal, 2007.

VITALE, Maria Amalia Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana Costa; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Reencontro com o nordeste: itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais. **Estudos de Sociologia**, n. 1, v. 5, 2008. 28p.

WILMOTH, Janet. Arranjos de vida de idosos nos Estados Unidos. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p.136-155, jan./jun. 2002.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. Velhos camponeses. **HUMANIDADES Terceira Idade** — UnB, Brasília, n. 46, p. 132-141, 1999.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

WOORTMANN, Klaas. A idéia de família em Malinowski. **Campos**, n. 2, p. 7-32, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. Sao Paulo: Cortez, 2003.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática no trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.) **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 107-125.

# **APÊNDICES**

**APÊNDICE 1**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO**

**DA VELHICE DA PRAÇA À VELHICE DA ROÇA: REVISITANDO  
MITOS E CERTEZAS CERTEZAS SOBRE VELHOS E FAMÍLIAS  
NA CIDADE E NO RURAL**

**AUTORA:** Adriana de Oliveira Alcântara (Aluna do Programa de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP).

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Guita Grin Debert (Professora Titular do Departamento de Antropologia da UNICAMP).

**SUMÁRIO DO PROJETO:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com vistas à obtenção do título de Doutora, cujo objetivo é: Analisar como as trocas intergeracionais vêm configurando-se no cotidiano de “famílias de idosos” e de “família com idosos” que residem no espaço rural e urbano.

**CONSENTIMENTO:** Com base no exposto acima, dou meu consentimento para participar da pesquisa – na qualidade de colaborador – e também para a divulgação dos dados por mim fornecidos.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Assinatura do participante

Discuti este projeto com o participante, usando linguagem compreensível e adequada. Avalio ter propiciado as informações necessárias para os depoentes, de acordo com os princípios éticos da pesquisa, e também acredito que eles tenham compreendido os meus esclarecimentos.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Assinatura do responsável

## APÊNDICE 2

### ROTEIRO DOS TÓPICOS PARA AS ENTREVISTAS COM OS (AS) VELHOS (AS)

#### 1. Dados gerais:

Idade, estado civil, escolaridade, naturalidade, profissão, nº de filhos, religião, tempo em que reside na residência. Trabalhando no momento?

#### 2. Renda familiar:

Ocupação profissional, fontes de recursos, valor. Aposentado (a) ou pensionista? Há quanto tempo? Recebe ajuda financeira? Orçamento, despesas. Como a família se organiza para suprir o sustento da casa? Existe prioridade na utilização da renda familiar? Quem decide? Sobra alguma coisa? Se sobrasse, com que gostaria de gastar?

#### 3. Condições de moradia:

Reside em casa, apartamento, quarto ou outro tipo? O imóvel é próprio? Alugado? Cedido? Quantos cômodos? Quais? Quem é o proprietário? Com quem mora? (relação de parentesco, idades, ocupação)

#### 4. Organização das atividades familiares:

Quais as tarefas domésticas desempenhadas por cada membro da família? Alguém elege essas atribuições? Precisa de ajuda para realizar algum serviço doméstico? Quem ajuda? O que mais gosta de fazer em casa? Usou de instrumentos tecnológicos como caixa-eletrônica, computador? E eletrodomésticos? Acha importante para realizar as atividades do dia-a-dia? Alguém lhe orienta no manuseio?

#### 5. Sociabilidade:

Participa de algum grupo, associação ou organização? Participa de alguma atividade recreativa? Costuma sair com os amigos? Com quem? Para onde vai?

#### 6. Saúde e corpo:

Possui assistência médica privada? É acometido por alguma doença ou seqüela? Faz gasto com medicamentos? Quanto? . Como avalia sua saúde, atualmente? Como cuida da sua saúde? Conta com a ajuda de alguém para exercer esse cuidado? Quem? Com que frequência, o sr. /

sra faz uso do serviço médico? Em caso de doença, como o grupo familiar se articula para prestar os cuidados necessários? Na escala de 01 a 10, que nota você atribuiria à sua memória? Alguém lhe acompanha ao serviço médico? O que você faz para cuidar de sua aparência? O que você faz para cuidar de sua alimentação? O que você acha do seu corpo?

#### **7. Aspectos pessoais:**

Como era a família quando o sr/sra era jovem? Como vê sua vida hoje com relação ao passado? O que mudou? Com quem melhor se relaciona? Em casa, com quem mais conversa? Sobre o que conversa? Como é sua vida no dia a dia? O que faz de manhã cedo depois de acordar? O que não gosta de fazer? Fale-me sobre as coisas boas de sua vida. Como se sente com a idade que tem hoje? Você é feliz com a sua vida? Por quê?

## APÊNDICE 3

### ROTEIRO DOS TÓPICOS PARA AS ENTREVISTAS COM OS FAMILIARES

#### 1. Dados gerais:

Relação de parentesco com o velho / velha, Idade, estado civil, escolaridade, naturalidade, nº de filhos, religião, profissão.

#### 2. Sociabilidade:

Costuma participar de alguma atividade juntamente com o sr / sra ...? Quais? Como se deu a participação dele / dela? Foi você que convidou?

#### 3. Aspectos pessoais:

Como julga a convivência familiar? Sobre o que conversa com o sr / ou sra...? Como é o relacionamento de vocês? O que é fundamental no bom relacionamento e o que dificulta? O que tem observado sobre o que é ser velho? Você é feliz com a sua vida? Por quê?

## APÊNDICE 4

### FAMÍLIA DE IDOSOS (FORTALEZA-CE)

**1. D. ALICE (64 ANOS)** – Natural de Redenção – CE. Católica. Separada. Atualmente cursa a 8<sup>a</sup>. série do ensino médio fundamental. Mãe de seis filhos, dos quais as duas mais novas são adotadas [23 e 27 anos de idade]. Moram com ela três filhos, dois homens [33 e 47anos. O mais novo lava carros e o outro está desempregado], a filha [37 anos – empregada doméstica] e o casal de filhos desta [15 anos o neto e 18 anos a neta,] e o bebê desta, de sete meses. Ou seja, 3 filhos, dois netos e 1 bisneto. Não possui renda e está pleiteando o Bolsa-Família. RENDA FAMILIAR: inferior a um salário mínimo (Os trabalhos do casal de filho) *A galinha não cobre os pintos tudinho? Assim é uma mãe, né? O que uma mãe faz com um filho tem que fazer com os outros...*

**CAROLINA (18 ANOS) – NETA DE D. ALICE** – Natural de Fortaleza – CE. Ensino médioincompleto. Católica. Solteira. Mãe de um filho de sete meses. Refere-se à mãe pelo nome e à avó por mãe. Improvisou um quarto no fundo quintal para não incomodar a avó com o choro do bebê e, freqüentemente, seu namorado dorme lá. Durante o dia todos saem e ela fica em casa com a avó. [...] *Eu e ela somos carne e unha.*

**2. D. AMÉLIA (68 ANOS)** – Natural de Fortaleza – CE. Ensino fundamental incompleto (3<sup>a</sup>. série). Católica. Separada. Aposentada há 7 anos em serviços gerais. Às terças-feiras, trabalha como diarista cujo ganho é de R\$ 15,00. Mãe de seis filhos, quatro mulheres e dois homens. Moram com ela um casal de filhos [filha - 38 anos – empregada doméstica / filho - 32 anos – desempregado,] os quatro filhos daquela, [dois casais, com 9, 12, 18 e 20 anos. Estes dois últimos trabalham como empregada doméstica e *Office-boy*] e uma filha do que está desempregado [4 anos], ou seja, 5 netos. Como os outros filhos moram próximo à mãe, sua casa sempre está movimentada por netos e também bisnetos. RENDA FAMILIAR: 4 salários mínimos (Sua aposentadoria e os trabalhos da filha e do casal de neto). *Mas aqui, a barra é pesada, é muita gente. É osso [difícil], aqui. Agora veio melhorar porque tá todo mundo trabalhando.*

**SUZANA (44 ANOS) – FILHA DE D. AMÉLIA** – Natural de Fortaleza – CE. Ensino fundamental incompleto. Casada. Costureira. Católica. Trabalha numa fábrica de confecção. Mãe de quatro filhos com idades entre 12 e 21 anos. Não mora com a mãe, mas é a filha mais próxima. Sempre quando sai do trabalho passa na casa da D. Amélia para saber como ela está. *Eu digo é muito aqui: “você valorizam a mãe porque só tem ela, só tem esse restim aí que tem.” Eu só venho aqui ainda por causa da mãe...*

**3. D. CARMEM (60 ANOS)** – Natural de Paracuru – CE. Ensino fundamental completo Evangélica. Casada. Aposentada há 11 anos como telefonista da Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará. Atualmente, seu esposo está com uma microempresa no ramo de tecido e *lingerie*. Mãe de três filhos, duas mulheres (30 e 32 anos de idade) e um homem (31 anos de idade), todos morando com ela. A filha mais velha é mãe solteira (Ensino

médioincompleto) e seu filho está prestes a completar 10 anos de idade. A outra filha é formada em pedagogia e dá aula de reforço. O filho possui o Ensino médio completo e está desempregado. Sua casa é própria. RENDA FAMILIAR: 10 salários mínimos (Sua aposentadoria e o trabalho do esposo). *Eu não vou deixar os meus sonhos irem embora. Mas é terrível... Eu tô abrindo mão de muita coisa na minha vida.*

**EUGÊNIO (31 ANOS) – FILHO DE D. CARMEM** – Natural de Fortaleza – CE. Ensino médio completo. Evangélico. Solteiro. Iniciou administração de empresa, mas abandonou por não ter como pagar. Desempregado. Morando na casa dos pais, considera que, fora às suas saídas, não dá trabalho à mãe, é carinhoso e gosta de brincar com ela. [...] *Mas ela sabe que eu sou um bom filho.*

**4. SR. EDSON (78 ANOS)** – Natural de Russas – CE. Alfabetizado. Católico. Viúvo. Pensionista e aposentado por idade, há doze anos. Trabalhava numa estopa de polimento para carros. Pai de um casal de filhos [46 e 35 anos de idade]. A filha que é a mais nova, mora com o pai, juntamente com o marido que trabalha esporadicamente como caminhoneiro. É mãe de quatro filhos [dois casais] com idades entre quinze e vinte anos. Com exceção da neta mais velha, todos moram com ele, inclusive um bisneto, filho da neta mais nova (mãe solteira). Sr. Edson está construindo uma casa no fundo do quintal para a neta mais velha, seu marido e a filha. Todos os netos os chamam de pai. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos (sua aposentadoria e sua pensão). *O que eu mais gosto de fazer é trabalhar.*

**VERA (35 ANOS) – FILHA DE SR. EDSON** – Natural de Fortaleza – CE. Alfabetizada. Católica. Mãe de dois casais. A primeira filha é fruto de um relacionamento e os outros três do companheiro com quem vive há vinte anos. Já é avó de um casal de bebês [5 e 8 meses]. A filha mais velha [20 anos] casou, não mora lá, porém seu avô construiu uma casa para ela no fundo do quintal e assim, vai passar a mora lá também. A mais nova [18 anos] não casou e continua estudando. *Eu tenho o meu pai mais como um amigo, assim, a convivência é de brincadeira, converso com ele, brigo com ele, brinco.*

**5. SR. GERALDO (77 ANOS)** – Natural de Aracoiaba – CE. Analfabeto. Católico. Casado. Aposentado por invalidez há 33 anos [estava com 45 anos de idade]. Trabalhava numa empresa como tecelão. Esporadicamente, devido a dificuldade para andar, vende rede de dormir. Pai de uma filha de 30 anos de idade que está morando há cinco em sua casa (própria) com o marido e as duas filhas (6 e 12 anos de idade). Com a construção de um segundo quarto, Sr. Zé convidou a filha para morar com ele e sua esposa, já que a filha pagava aluguel. RENDA FAMILIAR: 4 salários mínimos (Sua aposentadoria, os trabalhos da filha e do genro).

**NAZARÉ (30 ANOS) – FILHA DE SR. GERALDO** – Natural de Fortaleza – Ce. Casada. Católica. Está concluindo o ensino médio. Trabalha como cambista de jogo do bicho [Paratodos]. Mora com os pais. Mãe de duas filhas (7 e 12 anos de idade) sendo que, a mais velha é fruto de um outro relacionamento. Seu marido tem 35 anos, faz o ensino fundamental, trabalha entregando jornal e

correspondências bancárias. Lamenta ser filha única porque tudo é ela que tem que resolver. *Eu queria uma velhice com lucidez e que não fosse abandonada, como eu não pretendo abandonar o meu pai.*

**6. D. GUTA (74 ANOS)** – Natural de Fortaleza – CE. Normalista e também graduada em Filosofia e Teologia. Divorciada. Aposentada há 10 anos como professora do Estado. Católica. É mãe de seis filhos, três homens e três mulheres com idades entre 41 e 52 anos. Mora em seu apartamento há 22 anos no qual divide há quatorze anos com sua filha caçula, separada (41 anos de idade - professora de educação física) e os três filhos desta, com idades de 19, 20 e 21 anos. O mais velho é universitário e o mais novo está concluindo o ensino médio. O do meio é portado da *Síndrome de Moebius*, anomalia congênita que compromete a expressão facial, além de ocasionar retardo mental. RENDA FAMILIAR: 10 salários mínimos e meio (Sua aposentadoria e sua pensão, o trabalho da filha e o estágio do neto). *A minha filha não tem tempo pra gente conversar e nós divergimos e, assim, eu não tenho abertura pra chegar a ela.*

**JEAN (21 ANOS) – NETO DE D. GUTA** – Natural de Fortaleza – CE. Solteiro. Universitário (História – 5º. Semestre), estagiário do Tribunal Regional Eleitoral – T.R.E. Católico. Considera a relação com a avó tranqüila, mas lamenta por ela ser perfeccionista e querer resolver os problemas de toda a família. *Sou eu que converso mais com ela, eu tenho mais paciência...*

**7. D. HILDETE (64 ANOS)** - Natural de Crateús – CE. Alfabetizada. Católica. Casada. Mora em Fortaleza desde 1958 e reside na atual casa (própria) de dois cômodos (sala e quarto) há 17 anos. Vende Avon há oito anos. Mãe de três filhos (dois homens e uma mulher, com idades de 32, 38 e 39 anos). Seu marido trabalha avulso, vendendo chinelos e tábuas de passar roupa. Moram com eles, o filho mais velho, desde que se separou, há quinze anos (trabalha de servente, avulso, possui o Ensino fundamental completo) e o neto (18 anos – está concluindo o ensino médio e, ultimamente faz bicos como limpar portas, janelas, serviços de pintura) filho deste filho mais velho da D. Hildete. Os outros dois filhos moram na mesma vila. O sonho da D. Hildete é completar seus 65 anos [agosto do ano corrente], uma vez que já foi informada de que terá direito ao Benefício da Prestação Continuada – BPC. RENDA FAMILIAR: inferior a um salário mínimo (Seu trabalho e do esposo e R\$ 65,00 referente ao Bolsa Família da neta). *A gente nunca cria os filhos como foi criada e nem os netos.*

**MARTA (32 ANOS) – FILHA DE D. HILDETE** - Natural de Fortaleza – CE. Ensino médiocompleto. Católica. Casada. Empregada doméstica há 10 anos, seu marido é envernizador. Mãe de uma filha de 16 anos. Reside em frente à mãe e sua casa é própria. *Eu não moro lá, mas a convivência... É como se eu morasse lá... Tudo tem que ser eu.*

**8. D. JOSEFINA (74 ANOS)** – Natural de Fortaleza – CE. Ensino fundamental incompleto (5ª. série). Católica. Viúva. Mãe de 8 filhos (seis mulheres e dois homens, entre 40 e 52 anos de idade). Pensionista há 13 anos (4 salários mínimos). Moram com ela a filha mais velha (advogada) com seus

três filhos, duas mulheres (9 e 23 anos de idade) e um homem (16 anos de idade) e um outro neto (21 anos de idade). A casa em que mora é própria, na qual reside há 50 anos. RENDA FAMILIAR: 15 salários mínimos (Sua pensão e o trabalho da filha). *Na minha época, eu não tive uma adolescência, uma juventude. A minha criação era rígida demais, era enclausurada demais, não tenho nem o que dizer.*

**EULÁLIA (50 ANOS) – FILHA DE D. JOSEFINA** – Natural de Fortaleza – CE. Divorciada. 50 anos. Advogada. Católica. Há 5 anos mora com D. Francisquinha. A mãe morava só e passou por uma cirurgia no mesmo período que Eulália estava se separando. Assim, ela que sempre foi a filha que resolvia as coisas para a mãe e lhe dava toda assistência, retornou para a casa da D. Josefina. É mãe de três filhos, duas mulheres (23 e 9 anos de idade) e um homem (16 anos de idade), todos estudantes. [...] *A senhora já fez a sua parte. Deus não fez filho pra velho...*

**9. SR. VALTER (64 ANOS)** – Natural de Baturité-CE. Ensino fundamental incompleto. Evangélico. Casado. Faz 50 anos que está em Fortaleza e há 34 anos mora na atual residência, que é própria. É sargento aposentado, mas voltou à ativa, sendo lotado como Guarda Patrimonial. Pai de cinco filhos (entre 27 e 35 anos de idade) - três mulheres e dois homens. Um dos filhos, casado e com uma filha de seis anos de idade, construiu sua casa sobre a do pai. A filha mais nova (28 anos de idade) é separada e voltou com o seu filho de cinco anos de idade. Os outros três moram todos próximos e aparecem com frequência na casa dos pais. RENDA FAMILIAR: 7 salários mínimos e meio (Sua aposentadoria e trabalho). [...] *Duas alegrias que a gente tem – é achar um bom emprego e quando a gente se aposenta.*

**CLEÓPATRA (35 ANOS) – FILHA DE SR. VALTER** – Natural de Fortaleza-CE. Nível superior (Serviço Social). Evangélica. Casada. Professora da rede estadual (ensino médio), leciona a disciplina de história. Mora no mesmo bairro dos pais. Casada há três anos, ainda se refere à casa dos pais como “lá em casa.” Quase que, diariamente passa por lá e mantém-se presente no cotidiano dos pais e os assiste, como por exemplo, para marcar consultas médicas e acompanhar, sobretudo, a mãe. *Na medida do possível você foi o melhor pai do mundo...*

## APÊNDICE 5

### FAMÍLIA COM IDOSOS (FORTALEZA-CE)

**1. SR. ÁLVARO (77 ANOS)** – Natural de Pacatuba – CE. Ensino médioincompleto. Não possui religião. Casado. Aposentado como vendedor. É pai de cinco filhas entre 30 e 50 e cinqüenta anos de idade, sendo a mais nova adotiva. Moram na casa da filha mais velha, uma vez que estavam sós e com problemas de doença. No momento, Sr. Heli está na casa de outra filha, cujo grupo doméstico é composto pelo seu genro e um casal de neto com dezessete e vinte e um anos. No final de semana vai para a casa da Eva, a filha mais velha, onde está sua esposa e fala que vai voltar de vez para lá. RENDA FAMILIAR: 15 salários mínimos (Sua aposentadoria, os aluguéis de suas três casas e os trabalhos da filha e do genro). *Eu sempre sonhei ser aquela pessoa, aquele idoso que quando chegasse na casa de uma filha: “Ou papai, você já voltou? Eu estava com tanta saudade de você!” E não aquela pessoa, aquela pessoa que você sente a sensação: “Vixe, ele já chegou de volta. Eu evito muito o contato.*

**EVA (50 ANOS) – FILHA DE SR. ÁLVARO** – Natural de Porto Alegre – RS. Graduada em Serviço Social, Teologia e Filosofia. Professora Universitária. Divorciada. Não possui religião. Um filho, de 15 anos. [...] *O papai sempre quis ter um filho homem e eu de certa maneira, preencho esse imaginário do filho homem, mas ao mesmo tempo tem a filha mulher que é amorosa com ele, faz os dengos dele, essas coisa que, talvez um filho homem não fizesse. Tem aí um pouco dessa fantasia.*

**2. D. IARA (67 ANOS)** – Natural de Icó – CE. Ensino fundamental incompleto Separada há cinco anos. Evangélica. Mãe de seis filhos, duas mulheres e quatro homens, entre 32 e 43 anos de idade. Sua filha mais velha [43 anos] mudou-se para sua casa, juntamente com o marido [possui uma mercearia] e o casal de filhos [18 e 20 anos], contudo Inês não possui renda e esta filha provê seu sustento, bem como os outros também ajudam, mas não de forma sistemática como esta filha. RENDA FAMILIAR: 10 salários mínimos (Trabalho do seu genro). *Ah, a velhice pra mim, eu digo que foi a melhor época da minha vida, por quê? Porque eu tenho toda liberdade, eu falo tudo o que eu quero falar, ninguém reclama nada de mim, ninguém...*

**RUTH (41 ANOS) – FILHA DE D. IARA** – Natural de Fortaleza – CE. Nível superior (Economia). Casada. Evangélica. Empresária no ramo de confecção. Mãe de um filho de dez anos de idade. Não mora com a mãe, mas é a filha mais próxima, de modo a estar sempre presente no seu dia-a-dia, seja para acompanhar aos médicos, passeios, enfim, dos seis filhos de D. Iara, Ruth é quem sempre está a frente de tudo que envolva sua mãe. [...] *Eu me vejo esse tipo de pessoa que eu sou, de amar o próximo, e ajudar, de cuidar... Eu herdei dela, eu aprendi isso aí com ela, a forma de eu educar o meu filho, hoje, eu devo isso aí à mamãe e eu acho que o filho mais parecido com ela sou eu mesma, sabe? Só que, em outra versão, né? Uma versão mais moderna [risos].*

**3. D. LENITA (95 ANOS)** – Natural de Canindé – CE. Analfabeta. Casou-se no interior e veio morar em Fortaleza na década de 1940. Trabalhava como agricultora com o marido e quando se mudaram para Fortaleza, cultivaram uma horta pra manterem-se. Teve oito filhos, dos quais quatro estão vivos, com idades entre 58 e 62 anos. Criou mais quatro: duas netas (uma com três anos idade e a outra com cinco meses de nascida) e um casal. Reside com Ester, a filha mais nova [58 anos de idade], o genro, também com 58 anos e dois netos, um homem e uma mulher com 27 e 29 anos de idade, respectivamente. RENDA FAMILIAR: 10 salários mínimos (Suas duas pensões, a pensão da filha, os trabalhos do genro e do casal de netos) *É uma filha muito boa, só Deus sabe. Aí, bota o colírio, me dá o comprimido, me leva pra igreja, pra consagração... Aí, eu passo dia muito bem. Ela cuida muito de mim mesmo. Ela me dá mingau, coisa passada no liquidificador, ela me dá banana, tem o maior cuidado comigo...*

**ESTER (58 ANOS) – FILHA DE D. LENITA.** Natural de Fortaleza – CE. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Casada pela 2ª. vez (seu primeiro marido faleceu). Trabalhou no comércio, com confecção e por último numa empresa de ônibus como caixa, durante nove anos e hoje é dona de casa. Mãe dois homens (32 e 27 anos de idade) e de uma mulher (29 anos de idade) – todos do primeiro casamento. Os que moram com ela é o casal mais novo, os quais possuem nível superior (telecomunicações). O filho trabalha como motorista de taxi e a filha é secretária de um partido político. *É ótimo cuidar dela, ela não dá trabalho de jeito nenhum.*

**4. SR. MARCELINO (80 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Aposentado rural. Alfabetizado. Evangélico. Há 25 anos veio do interior para Fortaleza. É pai de cinco filhos (uma mulher e quatro homens). Mora há 20 anos na casa da filha que é casada. Trabalhava no sítio de um médico e quando a esposa foi acometida aos 54 anos por um câncer, sua filha o convidou para morar em sua casa. Os três filhos moram em Fortaleza e um em Sobral, porém não possuem contato. Passou a ser evangélico (igreja batista) por influência da filha. RENDA FAMILIAR: 8 salários mínimos (Sua aposentadoria e os trabalhos da filha e do genro). *Hoje, eu tô melhor do que no tempo quando eu era novo.*

**DALVA (56 ANOS) – FILHA DE SR. MARCELINO** – Natural de Sobral – CE. Casada. 56 anos de idade. Ensino fundamental incompleto. Evangélica. Seu marido, 48 anos de idade e seus dois filhos com 26 e 19 anos de idade. Ela é costureira, trabalha em casa, o marido é técnico em um laboratório clínico e os filhos universitários (comunicação social e engenharia elétrica). Sua casa é própria. *Eu quero uma velhice igual a do meu pai.*

**5. D. ROGÉRIA (74 ANOS)** – Natural de Baturité – CE. Católica. Ensino fundamental Incompleto (4ª. série). Viúva. Mãe de treze filhos, oito homens e cinco mulheres, com idades entre 32 a 52 anos. Mora com a filha [40 anos] há sete meses, visto que morava só no interior e esta a convidou. RENDA FAMILIAR: dois salários mínimos. (Sua pensão, Bolsa-Família, os trabalhos da filha e do genro). *Eu dizia: Se um dia eu tiver que morar mais um filho é com essa daqui, porque é mesmo que tá em casa.*

**EMA (40 ANOS) – FILHA DE D. ROGÉRIA** – Natural de Aracoiaba –CE. Ensino fundamental incompleto (7ª. série). Evangélica. Casada. Trabalha eventualmente como costureira em sua casa, cujo aluguel custa R\$ 200,00. Mãe de quatro filhos, dois homens [7 e 15 anos] e duas mulheres [13 e 17 anos] os quais estão no ensino fundamental e médio. Recebe Bolsa Família [R\$ 112,00]. Seu marido não possui vínculo empregatício e esporadicamente monta tablados para *shows* e eventos.*Ela teve muitos filhos, mas nenhum é assim com ela que nem eu. Soube nem criar direito, tudo é rebelde véi.*

## APÊNDICE 6

### FAMÍLIA DE IDOSOS (JORDÃO/SOBRAL-CE)

1. **D. ADELAIDE (72 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Viúva. Analfabeta. Católica. Aposentada rural e pensionista. Viúva. Mãe de onze filhos [oito homens e três mulheres]. Atualmente, um casal de filho mora em Brasília e outro no Rio Grande do Sul e todos os demais em Jordão. Moram com ela a filha [28 anos de idade], a neta [sete anos de idade – beneficiária do *Bolsa Família*, recebe R\$18,00] e o genro [40 anos de idade]. Este trabalha como operário em Sobral. Na rua em que mora, seus filhos são vizinhos, bem como, tem um filho que mora no fundo seu quintal. Sendo assim, sua casa é sempre movimentada por filhos, noras e netos. RENDA FAMILIAR: 3 salários mínimos (Sua aposentadoria, sua pensão, o trabalho do genro, *Bolsa Família* e o “bico” – a filha faz chapéu). *O tempo nosso passou-se, acabou-se aquele tempo foi-se e não volta mais, hoje é outro tempo que o nosso e esse de agora são outros. Este de agora não combina com o que foi, ficou pra trás.*

**GUSTAVO (34 ANOS) – FILHO DE D. ADELAIDE** – Natural de Sobral – CE. Ensino fundamental incompleto. Católico. Motorista da Ambulância do PSF-Jordão há nove anos. Casado, mora em frente à D. Adelaide. Reclama que a mãe trabalha demais, acorda cedo e sem necessidade. *Ela é muito dedicada aos filhos, faz tudo por nós.*

2. **D. BERENICE (62 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Casada. Analfabeta. Católica. Aposentada rural. Mãe de sete filhos, sendo dois adotados, uma de 30 anos de idade e um garoto de 13 anos de idade. Moram com o casal, o filho adotivo, a filha [25 anos de idade], o filho desta [7 anos de idade]. Seu marido está com cinqüenta e cinco anos de idade e continua trabalhando na roça. RENDA FAMILIAR: 1 salário mínimo + Bolsa Família (Sua aposentadoria). *Eu me sinto muito bem mesmo e eu quero chegar nos meus duzentos anos e é fazendo chapéu, veinha, veinha e fazendo chapéu, costurando roupa, fazendo uma saia pra mim, botando remendo numa roupa.*

**CATARINA (25 ANOS) FILHA DE D. BERENICE** – Natural de Sobral – CE. Mãe solteira, 25 anos. Ensino médioincompleto. Católica. Trabalhava em Sobral como empregada doméstica, ficou grávida aos dezessete anos e voltou para a casa dos pais. Hoje, é responsável pelas atividades domésticas, bem como do cuidado da sobrinha [dois anos de idade] e de seu filho [sete anos de idade]. Ajuda o pai na roça no período do inverno e também faz chapéu de palha. *Ser feliz é minha mãe ter saúde e o resto vem depois.*

3. **D. FERNANDA (70 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Analfabeta. Católica. Aposentada rural. Casada. Mãe de seis filhos [3 mulheres e três homens, sendo um adotivo]. Moram com o casal dois filhos – [um homem e uma mulher, 43 e 46 anos de idade. Ela, mãe solteira e ele separado] e dois netos, um de onze e o outro de 23 anos de idade. O filho é agricultor, a filha cuida de uma idosa [85 anos] que também mora lá, o neto mais velho trabalha numa empresa em Sobral como operador de máquina e o mais novo está na

quinta série do ensino fundamental. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos e meio (sua aposentadoria, a do esposo e o trabalho da filha). *Era mais fácil nós dar pros filhos e ficar com fome do que ver eles com fome sem dar jeito, né?*

**ÉRICA (46 ANOS) – FILHA DE D. FERNANDA** – Natural de Sobral – CE. Ensino fundamental incompleto. Católica. Mãe solteira, seu filho tem 11 anos. Morava em Brasília com a irmã e ao voltar para a casa dos pais, engravidou e por isso não retornou para a casa de sua irmã, morando até hoje com os pais. *Tem que ter paciência porque eles já são velhos.*

**4. D. HELOÍSA (70 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Casada. Ensino médiocompleto. Católica. Aposentada como Monitora da rede de ensino estadual. Mãe de cinco filhos, duas mulheres e três homens com idades entre 31 e 41 anos. Moram com o casal o filho de 31 anos que é paraplégico e um neto de 21 anos que está lá desde os 6 anos de idade. Líder comunitária, é envolvida com a política local e nas eleições trabalha incansavelmente como cabo eleitoral. RENDA FAMILIAR: 3 salários mínimos (Sua aposentadoria, a do marido e o aluguel de 4 casas em Jordão). *Pode ter um filho rico, eu não tô precisando. Sabe por quê? Porque eu sou acostumada a lutar com a minha vida, fui criada tendo uma coisinha, nunca fui miserável, aperreada nem pra vestir nem pra comer.*

**LÚCIA (35 ANOS) – FILHA DE D. HELOÍSA** – Natural de Sobral – CE. Casada. Ensino médiocompleto. Católica. Trabalha há quinze anos como Auxiliar de enfermagem no Programa Saúde da Família – PSF Jordão, próximo à casa da D. Heloísa. É mãe de um garoto de três anos de idade. Não mora com a mãe, mas a filha com quem a D. Heloísa mais conta, seja para resolver algum problema, conversar, sair. *O que eu sou eu devo a mamãe, a estrutura, né? A mamãe é minha referência.*

**5. SR. JOÃO (73 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Analfabeto. Casado. Católico. Aposentado rural. Pai de duas filhas [50 e 53 anos de idade]. Moram com o casal, a neta [19 anos de idade], seu companheiro [31 anos de idade] e o filho desta neta que está com 10 meses de vida, fruto de um outro relacionamento. A filha mais velha é sua vizinha e tem um neto que sempre está por lá [12 anos de idade], irmão [por parte de mãe] da neta que mora com Sr. Joaquim. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos (Sua aposentadoria e a de sua esposa). *O meu tempo não volta mais. Pra que ter saudade? Não adianta.*

**CARLA (19 ANOS) – NETA DE SR. JOÃO** – Natural de Sobral – CE. Mãe de um filho de dez meses. Há quatro meses, trouxe o namorado para morar na casa dos avós e pretende casar-se. Ele não é o pai do seu filho. Fez curso profissionalizante de Contabilidade e atualmente (2º. grau). Espírita. *Olha, a convivência com o pai é muito boa. Eu já vi estressada mesmo. Às vezes, ele falava uma coisa eu respondia, mas depois de grávida mudou totalmente.*

**6. SR. JUVENAL (82 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Alfabetizado. Católico. Aposentado rural. Viúvo. Católico. Possui sete filhos, quatro homens e três mulheres, com idade entre 43 e 50 anos. Moram com ele o filho mais novo (43 anos – separado e desempregado), a neta (33 anos – separada Auxiliar de enfermagem) e o bisneto (12 anos), filho desta neta. Continua trabalhando,

plantando feijão, milho, brocando e ainda mata boi. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos (Sua aposentadoria e o trabalho da neta). *As coisas boas da vida já passou. Hoje não tem mais nada de bom na vida. Hoje só tem sofrimento. Da vida o que a gente goza hoje, sabe o que é? Só a comida.*

**JÚLIA (33 ANOS) – NETA DE SR. JUVENAL** – Natural de Sobral – CE. Divorciada. Católica. Auxiliar de enfermagem no PSF de Jordão e estuda Biologia na UVA - Universidade Vale do Acaraú. Desde que o avô ficou viúvo (2 anos e três meses) voltou a morar com ele, pois foi criada pelos avós, saindo de casa para se casar e ao se divorciar foi morar com a tia [filha do Sr. João], a qual considera uma mãe. Seu filho está com 12 anos de idade. *Ele é muito bom. A mainha era muito boa, mas pra mim ele é melhor ainda.*

**7. SR. MAURO (67 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Alfabetizado. Católico. Viúvo. Pai de oito filhos. Moram com ele uma filha de 35 anos [deficiente física], dois filhos (25 e 40 anos de idade), um neto (22 anos de idade) e uma neta (11 anos), irmã deste e estão lá desde que nasceram. É aposentado há 28 anos como inválido, por conta de um atropelamento (Brasília), porém ainda trabalha no roçado, apesar da seqüela que ficou na perna. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos (Sua aposentadoria e a pensão da filha). *A minha vida já passou. Eu já tô no saldo da vida. Passou dos sessenta, tá saldando. Eu posso morrer hoje, posso morrer amanhã, tá bom.*

**TIAGO (25 ANOS) – FILHO DE SR. MAURO** – Natural de Sobral – CE. Ensino médiocompleto. Católico. 25 anos. Solteiro. Filho mais novo do Sr. Monteiro. Atualmente está desempregado e de vez em quando, acompanha o pai no trabalho da roça. *Eu acho que, quando eu sair daqui o pai vai sentir muita falta.*

**8. D. MARIANA (79 ANOS)** – Natural de Alcântaras – CE. Analfabeta. Católica. Aposentada rural e pensionista. Mãe de oito filhos (três homens e cinco mulheres) com idades entre quarenta e cinqüenta e sete anos. Moram com ela a filha mais velha (57 anos), suas netas (21 e 25 anos) e seu bisneto (7 anos). RENDA FAMILIAR: 5 salários mínimos (Sua aposentadoria e pensão, a aposentadoria da filha e os trabalhos da neta). *Eu achava bom quando eu era nova. Coisa boa da vida é ter saúde.*

**FILOMENA (57 ANOS) – FILHA DA D. MARIANA** – Natural de Sobral – CE. Analfabeta. Católica. Aposentada rural. Mãe solteira, suas filhas têm 25 e 21 seis anos de idade. Há seis anos voltou para a casa dos pais a fim de cuidar-los. O pai faleceu. *Olha, é uma dureza... Eu acho que eu sou uma mulher divina, eu mesmo falo. Eu só pra cuidar de tudo e ter duas pessoas doentes e dar conta, já pensou um negócio desse?*

**9. D. TÉRCIA (65 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Casada. Ensino médiocompleto. Católica. Aposentada rural e o seu esposo também que tem 68 de idade. Oito filhos: quatro homens e quatro mulheres, a mais velha tem 44 anos de idade e a mais nova 23. Moram com ela um filho (27 anos – Aux. Serv. Gerais da Santa Casa de Misericórdia de Sobral) com a esposa que está grávida, um outro filho (37 anos – ajuda em casa e vai para a roça com o pai),

ex-alcoólatra com comprometimento mental e um casal de neto com idades de 12 e 13 anos. A filha de 23 anos convive mais na casa do namorado que na casa dos pais. Seus pertences, segundo a mãe, não estão mais lá. Assim, nem considera que esta filha more junto com eles. Como os filhos moram todos próximos, sua casa é cheia, os netos sempre estão por lá. RENDA FAMILIAR: 3 salários mínimos (Sua aposentadoria e a do esposo, o trabalho do filho e bico – chapéu, vende galinha, lava roupa e passa). *Sou alegre, graças a Deus, eu mesma me acho alegre e sou tão divertida, eu sofri tanto!*

**VALQUÍRIA (44 ANOS) – FILHA DE D. TÉRCIA** – Natural de Sobral – CE. Casada 5ª. série. Católica. Mãe de sete filhos, quatro mulheres e três homens, com idade entre 9 e 24 anos. O mais velho está há dois anos trabalhando como garçom em Goiânia. A casa em que mora foi cedida pela prefeitura há cinco anos. Vende os produtos da Avon, faz chapéu e seu marido é padeiro.

**10. SR. VITÓRIO (72 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Viúvo. Analfabeto. Católico. Aposentado rural e pensionista. Pai de seis filhos, quatro mulheres e dois homens com idades entre 30 e 50 anos. Moram com ele uma filha separada [45 anos de idade], juntamente com seus três filhos homens [19, 20 e 22 anos de idade] e um filho [42 anos de idade] que morava em Brasília e por ocasião de um acidente de trabalho, ficou impossibilitado de continuar trabalhando, pois sente fortes dores no joelho. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos (Sua aposentadoria e sua pensão). *Eu sou muito feliz, graças a Deus, principalmente por ter criado esses netos, são três rapazes que me respeitam muito bem.*

**CAÍQUE (42 ANOS) – FILHO DE SR. VITÓRIO** – Natural de Sobral – CE. Solteiro. 42 anos. Católico. Alfabetizado. Morava em Brasília há sete anos, trabalhando como auxiliar de serviços gerais, mas por conta de uma queda, ficou com problema no joelho e voltou para a casa do pai. Assim, está lá há quatro anos e desempregado. *Ele é um bom pai, de rocha, mesmo, como diz o caboco, né?*

**11. D. IÊDA (68 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Ensino fundamentalincompleto [4ª. série]. Viúva. Aposentada rural. Possui uma lanchonete na qual trabalha de domingo a domingo. Mãe de cinco filhos, quatro mulheres e um homem [adotivo]. Moram com ela duas filhas [37 e 40 anos de idade] e dois netos [18 e 16 anos de idade – filhos desta primeira] que estão cursando o ensino médio. A filha mais velha trabalha como atendente na Santa Casa de Misericórdia de Sobral e a outra é professora do prefeitura [ensino fundamental], além de vender sorvete, vizinho à lanchonete da mãe, é separada há onze anos e desde então, mora com a mãe. RENDA FAMILIAR: 8 salários mínimos (Sua aposentadoria, sua lanchonete e os trabalhos das filhas). *Eu não, eu gosto tanto dos meus clientes lá que, quando eles chegam lá eles nem pedem nenhum salgado, eles perguntam logo: Cadê a D. Iêda? Isso é muito gostoso, pode crer, né?*

**ALESSANDRA (42 ANOS) – FILHA DE D. IÊDA** – Natural de Sobral – CE. Solteira. Formada em Pedagogia. Católica. Atendente de consultório na Santa Casa de Misericórdia de Sobral há 10 anos. *É assim, se a mãe ama essa*

*pedra, eu amo também, pra fazer ela ser feliz. Assim, eu digo pras meninas: Pra ver ela feliz... eu acho que eu amo do mesmo jeito que ela ama.*

**12. D. ZEZÉ (68 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Analfabeta. Católica. Casada. Aposentada rural. Mãe de sete filhos, cinco homens e duas mulheres, com idades entre 49 e 25 anos. Mora na sua casa, há três anos e junto com o casal, a filha [grávida – 7 meses] de 25 anos de idade, uma neta [14 anos] e mais recentemente [2 meses] uma senhora pensionista [43 anos de idade], amiga da sua filha, que por não se dá com os familiares, saiu de casa. O esposo da D. Raimunda perdeu a visão com quarenta e sete anos de idade e aposentou-se por invalidez. RENDA FAMILIAR: 3 salários mínimos (Sua aposentadoria e a do marido e o trabalho da filha). *Minha filha, eu tô nessa idade, eu não troco por vocês que são novos.*

**LAURA (25 ANOS) – FILHA DE D. ZEZÉ** – Natural de Sobral – CE. Solteira. 25 anos de idade. Cursa a 6ª. série pelo EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Católica. Auxiliar de Serviços Gerais no Posto do PSF de Jordão. Aos dezesseis anos saiu de casa para morar com o companheiro e aos 22 dois anos se separou e voltou para a casa dos pais. Seu quarto é independente da casa, existindo uma entrada privada, mas a casa é a mesma e, atualmente, está dividindo quarto com uma amiga. *Eu acho que eu puxei muito a ela, mas eu não sei se vou ter o pique que ela tem. Ela tem um pique pra trabalhar, nunca reclama da vida, tá sempre alegre, sempre a mesma cara.*

## APÊNDICE 7

### FAMÍLIA COM IDOSOS (JORDÃO/SOBRAL-CE)

1. **SR. CID (86 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Ensino fundamental incompleto. Casado. Católico. Aposentado por tempo de serviço, como fiscal da prefeitura. Pai de sete filhos, quatro mulheres e três homens, entre cinquenta e sessenta e três e anos de idade. Mora na casa da filha mais velha cerca de trinta e dois anos, desde que sua esposa se mudou para Sobral, a fim de acompanhar os filhos na fase escolar. Hoje, a sua esposa [83 anos – aposentada como professora] continua em Sobral com uma filha de cinquenta e três anos de idade. A família da filha do Sr. Herculano é composta pelo marido [67 anos – aposentado], duas filhas [27 e 37 anos – funcionárias da creche e do PSF] e uma bisneta [17 anos – estudante]. RENDA FAMILIAR: 7 salários mínimos (Sua aposentadoria, as aposentadorias da filha e do genro e os trabalhos das netas *Eu tô andando, mas não é que a gente diga que se sinta forte. A gente não é como quando a gente tinha de sessenta abaixo.*

**TÂNIA (63 ANOS) – FILHA DE SR. CID** – Natural de Sobral – CE. Casada. Católica Professora aposentada. Mãe de quatro filhas. Duas estão em São Paulo [41 e 43 anos de idade] e duas moram com o casal [27 e 37 anos de idade]. Uma filha trabalha na creche e a outra no posto do PSF como auxiliar de dentista. O esposo é aposentado por tempo de serviço. Todos ganham um salário mínimo. *Eu penso também na velhice, quero ficar velha igual a ele. Já sou, né?*

2. **D. CLÁUDIA (77 ANOS)** – Natural de Sobral – Ce. Analfabeta. Católica. Pensionista. Viúva. Mãe de cinco filhos, dois homens e três mulheres. A mais nova é adotiva e hoje está com vinte anos. D. Cláudia morava em sua casa, mas como sofreu um infarto, sua filha Tatiana a chamou para morar na sua casa, uma vez que estava morando só, pois nesta mesma época a filha adotada assumiu a sua homossexualidade, que, segundo a mãe fugiu com a companheira. Apesar de estar morando com a filha, genro e um garoto de quinze anos, [também adotado] vez por outra, quando está com vontade, vai a sua casa cozinhar e fica um pouco por lá. A nora que mora ao lado, cuida da casa. RENDA FAMILIAR: 5 salários mínimos (Sua pensão e os trabalhos da filha e do genro). *A velhice é uma coisa muito triste porque a gente tá vendo todo tempo: Eu não morri de nova, de velha não vou escapar.*

**TATIANA (45 ANOS) FILHA DE D. CLÁUDIA** – Natural de Sobral – CE. Professora da rede municipal há 22 anos. Católica. Casada Seu marido (Vigia do PSF – Jordão) tem uma filha de dezesseis anos do primeiro casamento que morava com eles até pouco tempo, pois foi morar com o companheiro e já é mãe de uma menina de quase um ano. Criou uma garota que também está com seu companheiro. O casal cria um garoto há 3 anos (quinze anos de idade), parente distante, como eles mesmos falam. *O que eu herdei da minha mãe que ela é também esse tipo de pessoa, o que ela vive naquele momento – passou, passou. Pronto. Não quer mais saber do passado não.*

**3. D. LARA (80 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Analfabeta. Católica Aposentada. Viúva. Mãe de seis filhas. Mora com o filho que adotou [parente distante do seu marido], juntamente com a nora e a neta de 4 anos. Havia uma neta de 13 anos, mas que, em março fugiu para morar junto com o companheiro [26 anos de idade]. RENDA FAMILIAR: R\$ 55,00 do *Bolsa Família* + 1 salário mínimo (Sua pensão). *Graças a Deus criei, hoje são boas filhas pra mim. Pro gosto delas, eu vivia mais elas.*

**RICARDO (40 ANOS) – FILHA DE D. LARA** – Natural de Fortaleza – CE. Casado. Católico. 4ª. série. Trabalha na roça e também como pedreiro. Filho adotivo. Morava em Fortaleza e foi morar com a mãe quando seu pai morreu, há três anos e meio. Ele considera que é o dono da casa, visto que comprou o terreno ao redor, ficando assim, a casa ampliada. Administra a pensão da mãe, pois segundo ele, D. dava dinheiro para os familiares e nada lhe restava. [...] *Eu não sei se a minha mãe gosta de mim de verdade ou é gentil comigo...*

**4. D. MARILAC (63 ANOS)** – Natural de Sobral – CE. Alfabetizada. Católica. Aposentada rural. Viúva. Mãe de quatro filhas com (entre 33 e 44 anos de idade). Mora com a filha mais nova, o genro, quatro netos (3, 11, 12, 13 anos de idade) sendo que, o de doze anos é de outra filha que veio de Brasília e ainda mora uma cunhada (53 anos de idade / aposentada por invalidez). RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos. *Eu pensei que nem fosse chegar nesses anos que eu tenho. Eu lá ia pensar que ia ficar com esses tempos todo!*

**BIANCA (33 ANOS) – FILHA DE D. MARILAC** – Natural de Sobral – CE. Analfabeta. Católica. Casada. Seu marido é agricultor. Mãe de três filhos, duas meninas (10 e 13 anos de idade) e um menino (3 anos de idade). Além da mãe, estão morando em sua casa, uma tia paterna (53 anos de idade / aposentada por invalidez) com problemas neurológicos (epilepsia), uma irmã (44 anos de idade) e o filho desta (12 anos de idade). *Eu já fui trabalhar muito nova, também. Não convivi muito com ela, não sabia quem era ela, né? Agora que eu tô sabendo*

**5. SR. TIMÓTEO (82 ANOS)** – Natural de Umirim – CE. Viúvo. Católico. Aposentado rural e pensionista. Pai de cinco filhos, morreram três e ficaram duas mulheres. Mora com o neto, a esposa do neto e três binetos. A casa foi cedida pela mãe da esposa do seu neto, a qual é vizinha deles. O pai do neto com quem ele mora foi morto aos 30 anos e este foi criado pelo avô desde que nasceu. RENDA FAMILIAR: 2 salários mínimos + R\$ 112,00 (Sua aposentadoria, sua pensão e o *Bolsa Família*) *Nem notei. Quando vi já tava véi.*

**ANANIAS (29 ANOS) – NETO DE SR. TIMÓTEO** – Natural de Umirim – CE. Casado. Católico. Ensino médio incompleto. Pai de três meninos (seis, quatro e oito anos de idade). Perdeu um olho, trabalhando na roça, mas não conseguiu aposentar-se. Sobrevive por meio da renda do avô (aposentadoria + pensão) e seus filhos são cadastrados no *Bolsa Família* (R\$ 112,00). A sua casa foi cedida pela sogra. *Ele é um velho bom, não tem nada de ruim pra ele. Se todo velho fosse desse jeito aí, todo mundo queria cuidar de um velho desse.*